

# Temáticas de resistência na Educação Linguística em inglês

palavras-chave e palavrção

**JANAÍNA GONÇALVES**

Daniel Puglia  
Elizabeth Harkot de la Taille  
Mayumi Denise S. Ilari  
[Org.]

**COLEÇÃO TESES PPGELLI • 2024**



**Temáticas de resistência na  
Educação Linguística em inglês**  
palavras-chave e palavrção

**JANAÍNA GONÇALVES**

São Paulo, 2024

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

© Editora Timo

ORGANIZAÇÃO Daniel Puglia, Elizabeth Harkot de la Taille e Mayumi Denise S. Ilari

PROJETO GRÁFICO Ana Basaglia | Estúdio Uniqua

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

G635t	Gonçalves, Janaína
	Temáticas de resistência na Educação Linguística em inglês: Palavras-chave e palavrção / Janaína Gonçalves. - São Paulo : Timo, 2025. 258 p. : il. ; 17cm x 24cm. - (Coleção Teses PPGELLI - 2024)
	Inclui índice e bibliografia. ISBN: 978-65-87347-42-4
	1. Linguística. 2. Educação Linguística. I. Título. II. Série.
2025-977	CDD 410 CDU 81'1

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Linguística 410
2. Linguística 81'1

Este livro segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. As imagens e conteúdo são de inteira responsabilidade da autora.

Atribuição CC BY 4.0 - Esta obra é regida pela licença Creative Commons CC BY que permite que terceiros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos pela criação original.


# SUMÁRIO

<b>Notas iniciais sobre este livro e sobre condições especiais desta pesquisa.....</b>	<b>6</b>
<b>1. <i>Keywords</i> contemporâneas .....</b>	<b>9</b>
<b>2. Estímulos emancipatórios e o legado da filosofia da linguagem.....</b>	<b>16</b>
<b>3. Delineamento da pesquisa e levantamento de dados .....</b>	<b>44</b>
3.1 Aspectos qualitativos desta pesquisa .....	47
3.2 Inter ou transdisciplinaridade: ruptura da alienação política .....	51
3.3 Etnografia virtual e interacionismo.....	58
<b>4. Primeiro diálogo: processo educativo e identidade linguística dos pesquisadores .....</b>	<b>61</b>
4.1 Inácio: bilinguismo, privilégio e trauma .....	63
4.2 Marielle: classe e heteroglossia no contexto brasileiro.....	67
4.3 Francisco: lingua franca e contra-hegemonia .....	76
4.4 Andrès: translinguagem, prazer e poder na funcionalidade .....	85
4.5 Acesso, motivações e concepções subjacentes de língua .....	92
<b>5. Segundo diálogo: a palavra como signo ideológico por excelência.....</b>	<b>96</b>
5.1 <i>Keywords</i> e palavras-geradoras: critérios de análise.....	117
5.2 Palavras dos pesquisadores: síntese de seus apontamentos.....	134
<b>6. Escolhas discursivas: ILA, ELI e Letramentos.....</b>	<b>176</b>
<b>7. Letramentos de resistência: ponderações conciliadoras.....</b>	<b>189</b>
<b>Referências .....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO I – Entrevistas completas (transcrições) .....</b>	<b>199</b>
Entrevista 1: Inácio e Marielle.....	199
Entrevista 2: Francisco.....	220
Entrevista 3: Andrès.....	233
<b>ANEXO II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Questionário digital (primeiras questões de levantamento das <i>keywords</i> dos respondentes).....</b>	<b>254</b>



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (PPGELLI), da USP, bem como aos professores envolvidos e à CAPES pela publicação deste ebook.



Quais seriam algumas *keywords* com potencial de fissurar as práticas lexicais conservadoras do inglês como LA no Brasil? Como poderíamos levantá-las no contexto acadêmico? Por onde começar? Com uma metodologia estimulada pelas propostas dialéticas e, portanto, talvez um pouco estranha para uns, um pouco tradicional demais para outros, certamente marcada pela condição de pandemia que assolou o planeta nos anos de 2020 a 2022, o levantamento de dados deste estudo foi elaborado com ajuda de pesquisadores de áreas diversas, por meio de questionários digitais e entrevistas em plataformas também digitais. O resultado dessas escolhas de *keywords*, com bases teóricas materialistas, propõe rupturas em propostas temáticas na Educação Linguística em Inglês.

## NOTAS INICIAIS SOBRE ESTE LIVRO E SOBRE CONDIÇÕES ESPECIAIS DESTA PESQUISA

Este estudo foi elaborado durante os anos de 2020 e 2024, com o apoio de meus professores e orientadores; de minha família, meus amigos e da Capes (por meio de bolsa sanduíche especificada adiante); dos filósofos, educadores e pesquisadores que antecederam, estimularam e influenciaram esta escrita; dos pesquisadores respondentes desta pesquisa; dos professores que participaram da banca de qualificação em 2022 e daqueles que participarão da banca de defesa em 2024; das experiências profissionais e pessoais e de todos que delas participaram direta ou indiretamente. Portanto, é uma tese escrita a muitas mãos, muitas cabeças, muitos apoios, muita pesquisa científica e muita seriedade profissional de trabalhadores comprometidos com a investigação. Desejo que seu resultado esteja à altura de todo esse trabalho coletivo, o qual organizei em três partes principais e algumas considerações finais, as quais dialogam entre si particularmente pelo foco nas palavras-chave, *keywords*, e nas temáticas em Educação Linguística em Inglês (ELI).

Na primeira parte, encontram-se os trechos (tradicionalmente chamados de *Justificativa*, *Contextualização* e *Metodologia de pesquisa*) que chamo respectivamente de *Keywords contemporâneas*, *Estímulos emancipatórios* e *o legado da filosofia da linguagem e Delineamento da pesquisa e levantamento de dados*. Ali, apresento brevemente o conceito de *keywords* relacionado a Raymond Williams, ou seja, as palavras-chave socialmente carregadas de práticas sociais. Particularmente, introduzo esse conceito de *keywords* e suas relações com o Inglês como Língua Adicional (ILA), com as práticas e especialmente com as temáticas de sala de aula de ILA, na direção de propostas de resistência política por meio de tais temáticas. Problematizo o papel dos educadores diante da contemporaneidade, introduzo a ideia do *signo ideológico*, da característica heteroglóssica da língua e, portanto, da impossibilidade de neutralidade política nos processos educativos. Assumo ali também meu posicionamento político em busca de adequações temáticas que possam intervir e transformar a realidade da hegemonia capitalista heteropatriarcal na ELI por meio de *keywords* transformadoras e sugestões conceituais interdisciplinares. Apresento em seguida um pouco de minha trajetória acadêmica e profissional como contexto de escrita e instruo o próximo trecho de contextualização, no qual, conforme o título, apresento meus principais estímulos emancipatórios e faço um apanhado (não tão breve) sobre a filosofia da linguagem no subconjunto do saber acadêmico ocidental que influenciou esta pesquisa. A partir desse subconjunto teórico, o qual incorpora estudos estruturalistas, pós-estruturalistas e marxistas, busco delinear uma concepção de língua preliminar e subjacente em toda a pesquisa. Em seguida, no delineamento da pesquisa, instruo as leitoras e leitores quanto à metodologia utilizada para o levantamento de dados (questionário e entrevistas), bem como defendo as características principais

desse tipo de levantamento: seus aspectos qualitativos, suas relações com os conceitos de *inter* e de *transdisciplinaridade* e suas qualidades etnográficas virtuais e interacionistas.

Na segunda parte, início de fato o diálogo com os dados levantados pela pesquisa, explorando primeiramente (*Primeiro diálogo: processo educativo e identidade linguística dos pesquisadores*) o perfil dos respondentes e suas áreas de investigação, suas experiências com o ILA, o contexto sociopolítico e pedagógico do inglês no Brasil (no caso de Marielle) e os processos educativos relacionados à formação de suas identidades linguísticas. Ademais, observo as narrativas de meus respondentes em seu diálogo com as três visões de língua apresentadas no capítulo sobre os estímulos emancipatórios e o legado da Filosofia da linguagem. No segundo diálogo com os dados (*Segundo diálogo: a palavra como signo ideológico por excelência*), inicialmente introduzo um maior aprofundamento quanto aos conceitos de *signo ideológico*, *keywords* e *palavras-geradoras*; em seguida, apresento a organização das *keywords* trazidas pelos entrevistados e levanto as palavras-chave e palavras fundamentais das temáticas pedagógicas aqui propostas, quais sejam, *food sovereignty*, *participatory design*, *imperialism* e *human security*. Em cada subcapítulo, busco ressaltar a contribuição dessas *keywords* para a ELI ou para o ILA.

Finalmente, o último capítulo argumentativo (*Escolhas discursivas: ILA, ELI e Letramentos*) está relacionado ao que chamei de condições especiais de pesquisa. Ocorre que, durante este trabalho, opto pelos termos ILA, ELI e Letramentos em lugar de EAL, ILE, ILS ou outras nomenclaturas da área (tão meritórias quanto outras, como procuro explicar). Tais usos, no entanto, embora compartilhem características das *keywords* de Williams, não foram defendidos por mim como fundamentais nos processos de ILA em sala de aula, pois entendo que eles dialoguem mais fortemente com a formação de professores de LAs do que com o ELI propriamente. Essa discussão sobre formação docente, portanto, deixo para outro trabalho futuro ou outros colegas, e apenas apresento minhas escolhas devido a demandas de outros pesquisadores da área durante o período de doutoramento. Procuro assim justificar minhas escolhas discursivas como um diálogo com meus pares e uma explanação às leitoras e leitores, caso estes se interessem pelo tema.

As considerações finais desta pesquisa, chamadas por sua vez de *Letramentos de resistência: ponderações conciliadoras*, são apenas breves observações sobre os pontos dialogantes de seu resultado. Trata-se, na realidade, de um diálogo pouco ambicioso com leitoras e leitores a respeito das impressões finais deixadas pela experiência de investigação entre *keywords*, identidades linguísticas de pesquisadores específicos, escolhas discursivas, embasamento teórico e processos educacionais.

Ademais, ressaltando as condições especiais desta escrita, particularmente em abril de 2023, iniciaram-se investigações a um dos autores vivos aqui citados, Boaventura de Sousa Santos, a partir de denúncias de mulheres com quem ele teria assumido supostamente uma postura impertinente e inadequada (postura, por sua vez, muito comum na sociedade machista e heteropatriarcal ao nosso redor). Embora o sociólogo tenha sido afastado de seus trabalhos durante a investigação, optei aqui por manter as alusões a suas



ideias e até mesmo as citações diretas ou indiretas sobre seus trabalhos acadêmicos, cujos méritos não têm sido questionados nas denúncias. Abstenho-me, por falta de conhecimento do caso, de pronunciar-me sobre sua conduta.

Ainda sobre as condições desta escrita, oriento leitores que, quanto às línguas utilizadas (inglês, francês, português e espanhol), neste estudo opto por traduzir em notas alguns textos em LAs de autores trazidos às reflexões, mantendo os originais (ou traduções às línguas sobreditas) no texto corrido, como nos casos em que alguns autores analisam termos específicos daquela língua, ou nos casos em que entendo ser importante a manutenção do original. Fico assim responsável por cada tradução do inglês, francês ou espanhol ao português apresentada nos textos ou nas notas, exceto em fontes já traduzidas ao português. Espero ter proporcionado assim aos leitores o mais amplo acesso que me era possível no momento, com a opção de um aprofundamento nos autores apresentados por meio das referências. Mantive a orientação de italicizar todas as LAs, mesmo o inglês, com o intuito de facilitar a leitura e compreensão.

Quanto às condições de pesquisa, por se tratar de uma pesquisa na área de ILA, fui contemplada em 2023 por uma bolsa Capes de doutorado sanduíche na Universidade de Cambridge, Reino Unido. Ali, fui co-orientada pelo professor Elias Geoffrey Kantaris, passando pela experiência de imersão linguística e acadêmica de julho a dezembro de 2023. Além de reuniões presenciais com o co-orientador mencionado, acompanhei as *Lectures* e *Miniseminars* do *Michaelmas term* da universidade no curso *MPhil in European, Latin American and Comparative Literatures and Cultures (ELAC)*. Em termos práticos, o curso ofereceu um conteúdo teórico-crítico a respeito de aspectos culturais e literários de culturas europeias, francófonas e latino-americanas, dialogando com os autores e embasamentos teóricos deste estudo.

## 1. KEYWORDS CONTEMPORÂNEAS

*In one sense, although not explicitly, Williams applied the principles of political economy to the terrain of culture and language. His discussion of keywords sought to move beyond static dictionary definitions to describing how words were socially charged, how their meaning pertained to changing social practices and to 'wider areas of thought and experience'. His intention was to reach out beyond linguistic analysis to the 'deliberately social and historical', in order to identify 'the actual relationships' from which the meanings of his selected keywords emerged and also the 'deep conflict of value and belief' that they contained. Their 'unspoken' meanings and relationships carry the pressures and limits of a specific economic, political and cultural system but, as expressions that saturate daily language, they seem to express merely the pressures and limits of timeless common sense<sup>1</sup>.*

*Marnie Holborow.*

Como educadores linguísticos, nosso diálogo com a sociedade se encontra num local aparentemente pacificado de escolhas (meta)linguísticas e metodológicas. Brasileiros que tiveram oportunidade de estudar inglês frequentemente aprendem os artigos e o presente simples dos verbos como conteúdos gramaticais próprios dos primeiros momentos de aprendizagem para adultos como Língua Adicional (LA<sup>2</sup>), e o léxico nos primeiros contatos se lhes volta à apresentação com nome, nacionalidade e profissão. Há ainda documentos com esses conteúdos especificados, cujas orientações se repetem nos materiais didáticos tradicionais. Como exemplo, o *Core inventory for general English*, que estabelece ao nível A1 os seguintes tópicos gramaticais, temas e léxico:

---

1 Em certo sentido, embora não explicitamente, Williams aplicou os princípios da economia política ao terreno da cultura e da linguagem. Sua discussão sobre palavras-chave buscou ultrapassar definições estáticas de dicionários para descrever como as palavras eram socialmente carregadas, como seu significado pertencia a práticas sociais em mudança e a “áreas mais amplas de pensamento e experiência”. Sua intenção era ultrapassar a análise linguística para o “deliberadamente social e histórico”, a fim de identificar “as relações reais” das quais os significados de suas palavras-chave selecionadas emergiram e ainda o “profundo conflito de valor e crença” que elas continham. Seus significados e relações “faladas” carregam as pressões e limites de um sistema econômico, político e cultural específico, mas, como expressões que saturam a linguagem cotidiana, parecem expressar apenas as pressões e os limites do senso comum atemporal (Holborow, 2016)

2 A escolha pelo termo Língua Adicional, que doravante chamarei LA, será discutida em capítulo específico sobre esse uso e algumas influências teóricas de minha pesquisa. No entanto, alguns autores utilizarão outros termos e respeitarei suas respectivas escolhas textuais no momento de citá-los e traduzi-los.

*Adjectives: common and demonstrative; Adverbs of frequency; Comparatives and superlatives; Going to; How much/how many and very; common uncountable nouns; I'd like; Imperatives (+/); Intensifiers - very basic; Modals: can/can't/could/couldn't; Past simple of "to be"; Past Simple; Possessive adjectives; Possessive s; Prepositions, common, Prepositions of place, Prepositions of time, including in/on/at; Present continuous; Present simple; Pronouns: simple, personal; Questions; There is/are; To be, including question+negatives; Verb + ing: like/hate/love.*

*Food and drink; Nationalities and countries; Personal information; Things in the town, shops and shopping; Verbs – basic; Family life; Hobbies and pastimes; Holidays; Leisure activities; Shopping; Work and jobs<sup>3</sup> (Council, 2011).*

Tenho trabalhado com tais premissas durante toda minha vida profissional, e durante os 10 anos em que coordenei os trabalhos linguísticos e de formação numa universidade federal, escrevi as ementas dos cursos de línguas a partir dessa previsão de conteúdos nas ações para expressão dos níveis linguísticos. Em grande parte, dei continuidade a tais premissas no conteúdo programático acoplado a tais ementas por sua praticidade, adequação a muitas das necessidades de estudantes, e por reconhecer a seriedade das pesquisas linguísticas subjacentes. Noutros momentos, entretanto, busquei aproveitar brechas, especialmente no léxico, nas quais foram possíveis propostas mais próximas do que conhecemos como Letramentos Críticos (LC), aproximando-me da realidade socio-cultural dos estudantes e do contexto acadêmico com o qual eles teriam (ou já tinham) contato dentro de a universidade. É mister observar, no entanto, que por trás das premissas de aparente neutralidade ideológica presentes em tais conteúdos e nas orientações gerais vinculadas aos padrões tradicionais da Educação, nossa prática pedagógica se apoia necessariamente em toda uma cultura acadêmica de concepções sobre língua e sociedade. Nossa realidade de sala de aula se fundamenta em métodos, técnicas, materiais, temas, traços semânticos específicos e conceitos relacionados a uma história da epistemologia e da formação ideológica da sociedade contemporânea, ou seja, uma fundamentação necessariamente carregada de posicionamentos sociopolíticos, mesmo que heterogêneos. Minha proposta nesta pesquisa se direciona prioritariamente aos três últimos tópicos mencionados: temas, traços semânticos e conceitos, sem ignorar, quando conveniente ao texto, trabalhos relacionados ao conhecimento metodológico (como ocorre nas menções a Leffa e Irala adiante).

Justifico tais escolhas por acreditar que nosso papel de educadores linguísticos possa ampliar-se na observação, na pesquisa e na crítica ao redor dos processos de significação e, mais do que isso, ultrapassá-los. Ou seja, creio que não precisemos manter-nos no escopo da observação crítica, podemos acelerar propostas temáticas de resistência. Particularmente ressalto minhas ideias em relação a ou a partir do léxico, pois em toda minha

<sup>3</sup> Opto aqui por não traduzir tais listas por se tratar de unidades específicas da língua inglesa, pressupostas a serem estudadas no nível A1 (próximo ao que conhecemos popularmente como básico ou elementar). Trata-se de uma nomenclatura relacionada à gramática e ao léxico do inglês prevista para os primeiros contatos de iniciantes ou falsos iniciantes, como a tipologia dos adjetivos, advérbios etc.

experiência profissional na área, observo que ele tem sido o espaço de maior flexibilidade e, mesmo assim, de pouco interesse investigatório. Acredito ainda que tais propostas encontrem na sala de aula um local de luta política, mesmo que haja essa aparente ideia de neutralidade dos conteúdos escolhidos (como se fossem simples retratos de uso da LA em questão). Acompanhada desse inevitável posicionamento sociopolítico dos conteúdos de LA no contexto do Brasil, há ainda um posicionamento claro nas Políticas Linguísticas (PLs) que acompanharam as formações de tais conteúdos, como nos lembra Nascimento (2020) sobre as relações racistas e classistas de tais PLs:

No tocante ao ensino de línguas estrangeiras, a presença da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 1971 incentivou a oferta opcional do ensino de línguas estrangeiras pelos conselhos estaduais na educação regular pública, no mesmo momento em que centros privados de idiomas se expandiam no país. Podemos hoje analisar esse ato realizado pela ditadura militar como um projeto linguístico que promove letramento aos brancos e ricos (no momento que concede a exploração do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras a grandes centros de línguas privados, naquele momento em franca expansão no país) ao passo que impõe aos negros e pobres precariedade e abandono (ao negar a eles aprendizado de uma língua estrangeira). Como vemos, tanto a educação em primeira língua (em nosso caso podendo ser o Português brasileiro ou o Vernáculo brasileiro) como em língua estrangeira cabem dentro de um mesmo projeto racista que vem se desidentificando, ele próprio, em um projeto neoliberal privatista, cuja razão inicial, como localiza Enrique Dussel (1993) em suas análises, remonta a um racismo epistemicida fundado nestas terras a partir de 1492, quando da invasão do território americano pelos europeus (Nascimento, 2020, p.15).

Além do reconhecimento de tais posicionamentos hegemônicos (racistas, classistas, heteronormativos e patriarcais) nos conteúdos programáticos e nas PLs, nosso momento político contemporâneo, particularmente neofascista, surpreende-nos diante de um quadro preocupante, levantando questionamentos sobre nossa atuação educativa nas últimas décadas. Olhamo-nos mais profundamente em nossa prática de conscientização política, no sentido mais amplo do termo, tendo como *polis* a própria noção de sociedade, de organização social. Ao menos essa é a sensação que tenho após o retorno e a amplitude de ideias neoconservadoras aos tópicos de discussão humana neste início de século XXI (mencionarei exemplos adiante).

Repleto de barbáries ambientais e violências, o século XX foi, no mínimo, controverso. Por um lado, seres (animais, humanos) reificados e avaliados constantemente como recursos por uma sociedade capitalista heteropatriarcal no topo de uma pirâmide imaginária e ideária para justificar o consumo e a exploração de todo o restante do planeta, inclusive de outros povos. Por outro lado, o século XX também trouxe lutas feministas, ambientais, decoloniais, antirracistas, de resistências e progressos científicos humaniza-

dos. Em meu entendimento, as marcas dessas lutas se encontram linguisticamente no que os estudos bakhtinianos consideraram como forças centrífugas da linguagem.

Com o retorno de ideais neoconservadores por todo o mundo (retomada de movimentos neonazistas nos EUA de Donald Trump, a Europa em crise humanitária de refugiados e de políticas neoliberais, o Oriente Médio com disputas geopolíticas e o Brasil com o golpe de 2016, eleições de 2018 e seus retrocessos subsequentes), vivemos atualmente um século XXI direcionado à manutenção da barbárie, ainda por meio de controle ideológico, econômico e (ainda) pelo controle do corpo. Observamos e sobrevivemos a uma realidade recheada de *fake news* e negacionismos, fundamentalismos religiosos e obscurantismos. Especialmente nesse cenário, não creio que nosso papel de educadores possa limitar-se à observação desvinculada de uma realidade distante, como se não fizéssemos parte do que nos cerca (para além do mundo acadêmico) e não sofréssemos as consequências tampouco desse mundo que, muitas vezes, parece distante da nossa bolha de estudos. Acredito que uma postura passiva e a crença no neutralismo do conteúdo linguístico ou das PLs possa facilmente alimentar tais negacionismos entre nós, educadores, e fomentar os caminhos de correntes neoconservadoras.

Mais especificamente na Educação Linguística (EL<sup>4</sup>), quando nos debruçamos sobre concepções de língua em sua natureza heteroglóssica, como nesta pesquisa procurarei realizar, observamos a presença de múltiplas vozes discursivas em suas manifestações. De forma geral, percebemos que os signos linguísticos trazem, em grande parte, as vozes de um discurso de classes e grupos dominantes (por isso o termo hegemonia para a sobrecarga ideológica sobre as práticas culturais). Percebemos uma trajetória discursiva preponderante impulsionada por forças unificadoras dessa hegemonia sobre a linguagem. Nas línguas neolatinas do globalizado século XXI, observamos o reflexo das relações de poder em sua atuação nos países do Sul global, cujos processos coloniais são marcados por histórias de genocídios, controle ideológico e violência epistêmica. O contato dessas línguas e de seus falantes com o inglês frequentemente reproduz tais relações de lógica colonial, pois muitos desses processos perduram num movimento neocolonial de subserviência aos países do norte global até então. A partir dessas observações, corremos o risco de desacreditar numa transformação de nossas atividades sociais e linguísticas, muitas vezes recorrendo a uma forma de negação de tudo o que é produzido academicamente e nos aproximando do negacionismo científico. No entanto, proponho-me a escrever esta pesquisa por ainda es-

---

4 Utilizarei o termo Educação Linguística, pela abreviação EL, no decorrer desta pesquisa, buscando incorporar uma amplitude daquilo que já se convencionou chamar de Ensino e Aprendizagem de línguas. Isso ocorre porque entendo os processos de Letramento dentro de ações profundamente educacionais, as quais buscam uma ampliação da leitura de mundo e da vida. Também o faço em detrimento do uso de Ensino e Aprendizagem à procura de uma horizontalização do processo educacional, uma vez que Ensino e Aprendizagem acabam, de certa forma, separando o processo educativo hierarquicamente entre o “ensinador” e o “aprendente”, enquanto o que mais fazemos, como educadores, é aprender. Os autores que utilizo aqui nem sempre usam os mesmos termos que proponho, e respeitarei suas colocações e seus termos nos momentos de citação.

perançar (usando o termo freiriano) sobre o local de fala de educadores linguísticos (nós) como algo que nos permita sugestões e opções alternativas ao imperialismo, à colonialidade e à subserviência, em especial aqui por meio de temas que promovam a inquietação e a conscientização sobre tudo aquilo que pode ser transformado e sobre tudo aquilo que poderia ser valorizado e fortalecido em nossa história de EL.

Dito isso, a partir do reconhecimento do signo ideológico e da natureza heteroglósica da língua, procuro desconstruir a suposta neutralidade epistemológica imbuída no conceito tradicional de ensino e aprendizagem de línguas (ELT, EFL, ESL<sup>5</sup>), e emprestando os dizeres de Freire, reforço que necessariamente “todos são orientados por uma base ideológica” (Freire, 2014b). Alguns argumentos de manutenção hegemônica já indicam uma base ideológica predominantemente excludente (tanto em forma, pelas PLs, quanto em conteúdo). Na sequência de tal afirmação, Freire nos pergunta: “A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”, e creio aqui na possibilidade de uma base ideológica cada vez mais inclusiva, cujo primeiro passo me parece ser o próprio reconhecimento dessa aparente neutralidade como forma de exclusão. Assim, nosso papel de educadores linguísticos contempla um posicionamento sociopolítico, com mais ou menos poder de priorização de saberes (de acordo com nosso poder de agência), escolhas direcionadas às transformações sociais ou à manutenção de um status desigual. Acredito ainda que, pressupondo nosso papel dinâmico alternado de transformadores e perpetuadores de uma realidade social (muitas vezes ambos concomitantemente), eu assumo aqui o posicionamento de analisar possíveis transformações e propor opções aplicáveis à prática educativa em inglês. Minha tese principal é de que, especialmente no tocante aos conteúdos lexicais em ILA, para transformar a realidade sociolinguística, para intervir nessa realidade, é necessário ora impulsionar conceitos silenciados pela hegemonia capitalista heteropatriarcal, como os termos propulsionados pelas forças centrífugas da linguagem; ora revisitar termos naturalizados e propostos de forma supostamente neutra, ultrapassando assim definições estáticas e observando a carga social das palavras, seus significados pertencentes a práticas sociais em mudança (conforme nos ensina Holborow no preâmbulo). Para defender esta tese, foco num recorte lexical da ELI levantado por pesquisadores provenientes de outras áreas acadêmicas, bem como de minha própria experiência como pesquisadora, indicando também conceitos-chave fundamentais à minha pesquisa indiretamente, como *Additional Language* e *Language Education*. Tomo ainda a liberdade de emprestar na análise conceitos do Círculo de Bakhtin, como a heteroglossia, as forças centrípetas e centrífugas da linguagem, conceitos de Sousa Santos sobre a Ecologia de Saberes e as linhas abissais, ideias propositivas de Paulo Freire sobre Política e Educação, contribuições de Holborow, Williams e Fairclough sobre as *Keywords*. Meu objetivo é prover uma reflexão temática para epistemologias (e potenciais práticas) em ELI por meio do léxico acadêmico interdisciplinar, ao menos para que, em havendo possibilidade de agência educativa por parte de educadores e gestores, tópicos possam ser repensados ou mesmo práticas possam ser ressignificadas a partir de tais reflexões ao redor do universo semântico, discursivo e

---

5 Respectivamente *English Language Teaching*, *English as a Foreign Language* e *English as a Second Language*.

pragmático da ELI. Não o faço como uma apostila ou guia de aplicação direta, mas como sugestões conceituais interdisciplinares em busca da emancipação linguística e discursiva, direcionada a estudantes e educadores adultos de ILA.

É importante ressaltar que não o faço tampouco de um ponto de vista supostamente neutro, distanciado. Realizo toda esta pesquisa a partir de minha leitura de mundo, minha subjetividade, minha identidade social e profissional, minhas formações ideológicas, acadêmicas, pessoais, calcadas numa realidade colonializada latino-americana, heteropatriarcal e sobretudo positivista no universo acadêmico. Faço-a do ponto de vista de uma mulher da classe trabalhadora cuja experiência profissional e de pesquisa se concentram na área de Letras, com passagens diversificadas dentro dessa área (Tradução, Ensino, Literatura e Letramentos). Especificamente, fui estudante de escolas públicas estaduais até o que hoje chamamos de Ensino Médio no Brasil, e fui estudante de graduação no curso de Letras-tradutor, línguas francesa e italiana, na Unesp<sup>6</sup>. Após a graduação, iniciei minha experiência profissional como professora e tradutora de inglês, francês e italiano em diversas escolas privadas de idiomas no estado de São Paulo, tendo nas aulas de inglês, com o passar dos anos, minha principal fonte de renda e principal experiência profissional. Após a entrada como servidora pública federal na Universidade Federal do ABC, em 2009, retornei às atividades acadêmicas, reiniciando os estudos num curso de especialização lato sensu em Ensino de Língua Inglesa, pela primeira vez em contato com a educação privada (Uniban<sup>7</sup>). Nesse período, pude vivenciar análises da minha própria experiência em sala de aula de inglês, predominantes nos anos anteriores. Após essa especialização, entrei como estudante regular do mestrado no PPGELLI<sup>8</sup>, nos estudos literários em inglês. Em suma, na pesquisa de mestrado, a partir de uma divisão proposta por Eagleton (1990<sup>9</sup>) sobre a ideologia da estética e as esferas de compromisso a arte, defendi a ideia de que, para se construir uma obra de arte com atuação de transformação social, esta obra precisaria conectar-se concomitantemente às três esferas de compromisso artístico, quais sejam, a cognitiva, a ética e a estética. A partir dessa premissa, analisei a obra *The Grapes of Wrath*, de John Steinbeck<sup>10</sup>, considerada em minha tese um romance como instrumento de transformação social por ter sido composto em compromisso com tais esferas. Nesse período, entrei em contato com diversos autores materialistas, como o próprio Eagleton, Karl Marx, Friedrich Engels, Immanuel Kant, Frédéric Hegel e Raymond Williams (cuja

6 Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, SP (IBILCE-Unesp).

7 Uniban é a sigla para a antiga Universidade Bandeirante de São Paulo, situada na capital e na região metropolitana ao redor de 1993 até 2011.

8 Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

9 A base teórica de análise dessa pesquisa de Mestrado foi o texto sobre a ideologia da estética, de Terry Eagleton (vide referências: Eagleton, 1990).

10 Esse romance de 1939 conta a história de uma família de trabalhadores rurais que perdem suas terras para os bancos após o *Dust Bowl* (tempestade de areia) nos EUA na década de 1930. São representadas no romance as relações da família com a fome, com a escassez de alimentos e a exploração dos trabalhadores rurais por latifundiários da Califórnia, EUA.

obra sobre *keywords* inspirou este doutoramento). Naquele momento, ainda um pouco distante dos estudos decoloniais e feministas, não atentei à predominância masculina nem àquela do hemisfério norte em meus autores estudados. Atualmente, busco diversificar esse quadro com a leitura de autoras e autores do sul global, sem afastar-me dos demais, cujas contribuições se fazem presentes aqui e compuseram minha formação epistêmica. Procuo então uma leitura de mundo diversificada, mais inclusiva e mais respeitosa do que uma parte de nossa história acadêmica nos tem fornecido, com seu discurso muitas vezes neutralizador de subjetividades, patriarcal e de naturalização da colonialidade. Nem sempre o faço com sucesso, uma vez que minhas referências se construíram a partir da observação das vozes hegemônicas, mas minha intenção caminha para o acolhimento das diversidades e das vozes histórica e constantemente silenciadas.



## 2. ESTÍMULOS EMANCIPATÓRIOS E O LEGADO DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

*The central role of language in social life has been generally recognised. The English philosopher John Locke, for example, described language as ‘the great Instrument, and Common Tye of Society’ and devoted an important part of his Essay Concerning Human Understanding (1690) to words and their significance. In more specific terms, Angela Carter, writing three centuries later, gave a more nuanced and critical account: ‘language is power, life and the instrument of culture, the instrument of domination and liberation’. The different emphases are significant. For Locke, language is both the general and undifferentiated ‘instrument’ by which society works, and the bond that ties us together communally. Whereas for Carter, precisely because it is the ‘instrument’ (that word again) of culture, language therefore has a dual role. Given our history and the nature of our social life, language can allow us to dominate others and be dominated by them, and it can facilitate the achievement of liberation, of ourselves and others<sup>11</sup>.*

Tony Crowley

Vivemos na cultura do cimento, na qual as pessoas não toleram pegadas de barro, folhas de árvores nas calçadas, dejetos em nenhuma parte do chão. Tampouco toleram sua animalidade, sua natureza. A sofisticação arquitetônica e tecnológica imita a beleza e a dinâmica naturais (mimesis e biomimética), mas o humano não tolera mais o ecossistema. E assim as pessoas pararam de tolerar. A língua nos conta essa história de forma precisa, assim como por meio da língua podemos fomentar sua transformação. Aos 12 de junho de 2019, numa palestra (FFLCH-USP) intitulada *Podem democracias morrer democraticamente?* Boaventura de Sousa Santos mencionou que uma das palavras com significados mais difíceis de explicar em português aos povos originários com os quais dialogava era a palavra *ambientalista*. Para tais povos, todas as pessoas seriam ambientalistas. Todos teriam na defesa do ambiente sua primordial preocupação, até mesmo por interesse próprio, de

11 O papel central da língua na vida social tem sido, em geral, reconhecido. O filósofo inglês John Locke, por exemplo, descreveu a língua como “o grande instrumento e o laço comum da sociedade” e dedicou uma parte importante de seu *Essay Concerning Human Understanding* (1690) às palavras e seus significados. Em termos mais específicos, Angela Carter, escrevendo três séculos depois, fez um relato mais matizado e crítico: “a língua é poder, vida e instrumento da cultura, instrumento de dominação e libertação”. As diferentes ênfases são significativas. Para Locke, a língua é o “instrumento” geral e indiferenciado pelo qual a sociedade funciona, e o vínculo que nos une comunitariamente. Enquanto isso, para Carter, precisamente por ser o “instrumento” (essa palavra novamente) da cultura, a língua tem, portanto, um duplo papel. Dada a nossa história e a natureza da nossa vida social, a língua pode permitir que dominemos os outros e sejamos dominados por eles, e pode facilitar a obtenção da libertação, de nós mesmos dos outros (Crowley, 2016, p.5).

vida. Estamos falando dos mesmos povos cuja referência em nossos livros de História do Brasil direcionava a qualidades como “selvagens”, “preguiçosos” e brutalizados de forma geral. Imagino o quão penoso seja explicar nossa sociedade da escrita, cujas línguas classificam os *ambientalistas* como um tipo (até raro, podemos dizer) entre os seres humanos. É lastimável observar que nossa formação social não prioriza esse ambiente em que vivemos de forma permanente, e não tem em todas as pessoas um ambientalista intrínseco, a ponto de termos de nomear uma subcategorização. Naquele momento da palestra, notei que a língua nos fala sobre nossa sociedade mais do que percebemos, e por ela falamos com e sobre essa sociedade de *não ambientalistas*. Esse simples signo linguístico, *ambientalista*, *significa* aspectos, limites, valores fundamentais de nossa realidade social, expandindo a concepção de língua exatamente a partir da reflexão sobre os processos de significação das palavras, dos termos e dos conceitos linguísticos.

Na mesma sociedade, ao menos se pensarmos no conhecimento produzido no Ocidente nas últimas décadas, as batalhas epistemológicas ao redor das concepções de língua e cultura ocorreram mais em tons de competição do que em tons de colaboração, assim como ocorre nas demais áreas pelo pensamento dicotômico. Apesar disso, algumas pesquisas também são construídas por leituras que propõem um reconhecimento de progressos humanos e convergem no sentido de uma construção significativa e produtiva para a transformação social, e entendo as análises dialéticas como exemplos dessa construção. Nesta pesquisa, assim, busco selecionar as fontes principais em autoras e autores cujas propostas, mesmo que por meio de críticas argumentadas, busquem a convergência em direção à transformação social para as concepções sobre língua e sobre EL e, consequentemente, para propostas temáticas envolvendo o léxico interdisciplinar nessa área. Na esfera acadêmica, percebo tanto nas relações quanto nas leituras teóricas das Letras, muita crítica e pouco diálogo entre as concepções estruturalistas e sociolinguísticas sobre língua e linguagem. Quando as críticas às propostas teóricas se formularam, pouco se reconhece em relação ao progresso de tais propostas para o desenvolvimento científico social.

O precursor da influência estruturalista, a qual estabelece uma proposta de estudo da língua mais focada na análise estrutural a partir de sua observação, foi o célebre *Cours de linguistique générale* (1916), de Ferdinand de Saussure, na Suíça. Com essa obra, publicada a partir das anotações de seus estudantes, Saussure fortalecia, na visão ocidental, a ideia da oralidade (da fala) como parte essencial nas concepções linguísticas, até então bastante focadas na escrita. Com ele, os atos de fala são observados como formas de expressão individual e as dicotomias língua/fala, sincronia/diacronia, significante/significado são estabelecidas para uma sistematização do que seria aceito como objeto de estudo dessa nova área. A língua é vista como um produto das relações sociais, mas passa a ser estudada como uma estrutura independente, fechada em si e para si. Saussure acreditava que havia uma estrutura abstrata subjacente na manifestação concreta das línguas<sup>12</sup>. As críticas pós-estruturalistas questionariam o foco nessa estrutura abstrata em detrimento das profundas

12 Uma vez que nossa base de formação epistêmica é centrada no desenvolvimento da Linguística ocidental, Saussure foi um dos primeiros teóricos estudados no curso de linguística de minha graduação em Letras-tradutor.

relações envolvidas nos processos linguísticos; a simplicidade de suas dicotomias (como a existência de um significado para um significante), a centralidade necessariamente ligada a suas estruturas, ou mesmo, como veremos em análises materialistas, a prevalência de uma suposta racionalidade valorada como ideologicamente *neutra*, em detrimento da compreensão profunda dos processos ideológicos materializados no enunciado linguístico.

Uma das primeiras críticas à visão estruturalista de língua viria da área conhecida como Sociolinguística. Segundo Calvet (1993<sup>13</sup>), a linguística moderna teria nascido da vontade de Saussure de elaborar um modelo abstrato da língua a partir de seus atos de fala (ponto de partida do estruturalismo linguístico, como eu havia mencionado), afirmando que a língua, embora fato social, seria um sistema com sua própria ordem, e a linguística teria como objeto a língua vista nela mesma por ela mesma (Calvet, 1993, p.3). Esse olhar, embora não tão focado nas relações sociais que perpassam a língua em sua produção e durante seus processos de (res)significação, trazia à sociedade da escrita um foco no papel da língua falada, na oralidade como possível *corpus* de investigação. No espírito fortemente positivista do seu tempo, Saussure havia trazido à língua e à linguagem o status de objeto de estudo científico. Calvet explica que, quase paralelamente, inicia-se com Antoine Meillet (1866-1936) o estudo da Sociolinguística: Meillet acreditava que, separando a mudança linguística das condições exteriores, Saussure privaria a língua da realidade, reduzindo-a a uma abstração inexplicável (Calvet, 1993 p. 8). Ambos então partiriam do princípio da língua como *objeto* de estudo, mas a partir de olhares diversos em relação à forma como a língua passaria a ser esse objeto. Calvet defende que, enquanto Saussure entendia a língua como parte social da linguagem e uma instituição social, para Meillet essa afirmação deveria estar no centro da teoria linguística como um fato social e um sistema em que tudo se realiza, buscando dar conta dessa dupla determinação. Ou seja, ambos convergem na ideia de língua como fato social, mas não o entendem da mesma forma, pois Saussure limitaria a elaboração da língua pela comunidade e buscaria criar uma terminologia para a Linguística, enquanto Meillet expandiria a noção de fato social, ligando estrutura linguística e história social. Para Calvet, as duas correntes acabam por desenvolver-se em paralelo, sem jamais convergir numa síntese produtiva para o entendimento linguístico (Calvet, 1993, p. 8-10). Este último apontamento de Calvet sobre a falta de uma síntese produtiva está no cerne de minha leitura, pois busco assim as convergências entre dualidades que, a meu ver, não necessariamente teriam de ser excludentes, mas poderiam sim convergir numa espécie de síntese produtiva. Concordo com Calvet no tocante à ausência dessa síntese no sentido dialético de análise e, embora não tenha aqui qualquer pretensão de fazê-lo como filosofia linguística, busco ao menos elaborar uma leitura menos dicotômica sobre a língua, aproveitando-me de resquícios profícuos de cada uma das visões.

Calvet ainda destaca que as posições de Meillet estariam em contradição com pelo menos uma das dicotomias saussurianas, aquela que distinguia entre sincronia e diacro-

---

13 O trajeto da Sociolinguística no mundo ocidental é delineado por Calvet nesta obra explicativa, ao fim da qual ele conclui que o termo “socio” talvez pudesse vir entre parênteses antes de *linguística*, pois em seu entendimento não haveria forma de entender a língua fora de seu contexto social.

nia, e com a ideia de de o objeto da linguística seria a língua em si e para si mesma (Calvet, 1993, p.8). Novamente destaco aqui a forte influência de visões científicas positivistas em busca de uma separação do objeto de análise (como levar um objeto de análise ao laboratório). Para Meillet, não parecia fazer sentido observar a língua a partir de um ponto de vista sincrônico, mas para Saussure essa seria a melhor metodologia em busca de uma objetividade na análise. Ambos teriam seus argumentos e seus resultados vindouros. Calvet também explica que, enquanto Saussure busca desenvolver um modelo abstrato de linguagem, Meillet está dividido entre o fato social e o sistema onde tudo se mantém coeso: para este, não se pode entender nada sobre os fatos da linguagem sem se referir ao social e, portanto, sem fazer referência à diacronia, à história. O fato de a língua ser uma instituição social, para Meillet, seria simplesmente um princípio geral, uma espécie de exortação, de estímulo, que depois muitos linguistas estruturalistas iriam assumir passando rapidamente para a linguística formal, para a linguagem “em e para si”. Para Meillet, ao contrário, essa afirmação deveria ter implicações metodológicas, deveria estar no centro da teoria linguística: a linguagem seria um “fato social” e um “sistema onde tudo se mantém coeso” (Calvet, 1993, p. 9). Tais querelas parecem estar contidas em questões basicamente de foco metodológico e de fundamentação filosófica sobre como se observa a língua, profundamente ligadas assim às concepções de língua de seu tempo e de suas observações profissionais. Por fim, Calvet afirma que “por quase meio século, esses dois discursos vão se desenvolver paralelamente, sem nunca se encontrarem” (Calvet, 1993, p. 10).

Esse desencontro é marcado também na leitura de Vidon e Bambrila (2016), para quem (assim como afirmei timidamente acima) a análise da língua (*langue*) proposta por Saussure era alinhada às correntes epistemológicas positivistas do final do século XIX e início do século XX. Eles acreditam que o foco na *langue* como um conjunto de signos sistematicamente ordenados poderia negligenciar a língua viva, a língua em constante processo de mudança no sentido atribuído pelo Círculo de Bakhtin, como língua materializada nas interações sociais reais (Vidon; Bambrila, 2016, p. 2<sup>14</sup>). Ao encontro das visões sociolinguísticas apresentadas por Calvet (1993), o Círculo de Bakhtin<sup>15</sup> mencionado pelos autores propunha uma visão mais dinâmica para o entendimento linguístico, com foco nas interações reais e, em especial para esta pesquisa, nas relações de significação em movimento durante essas interações. O Círculo, além de pressupor a essencialidade da prática social linguística, organiza a concepção linguística de pluridiscursividade, reconhecendo a presença de inúmeras vozes discursivas no enunciado (sobre as quais dissertarei mais detalhadamente adiante).

14 Esta obra de Vidon e Bambrila faz uma leitura do pensamento do Círculo bakhtiniano nos estudos linguísticos, em especial as contribuições de Bakhtin e Voloshinov.

15 Segundo Molon e Vianna (2012), a expressão Círculo de Bakhtin considera, além de Mikhail Bakhtin (1895-1975), as formulações de um grupo com participação de diversos outros intelectuais. Eles citam Brait & Campos (2009) sobre a variação das assinaturas da composição do círculo desde a negação intelectual de V. N. Volochínov (ou Voloshinov, pois a escrita varia em diversas fontes), P. Medvedev, I. Kanaev, M. Kagan, L. Pumpianskii, M. Yudina, K. Vaguinov, I. Sollertinski, B. Zubakin até dúvidas sobre a autenticidade de conceitos considerados bakhtinianos. Assim como fizeram tais autores, não entrarei na discussão sobre a autoria de cada obra mencionada nesta pesquisa e respeitarei as assinaturas presentes nas edições.

Não entendo necessariamente que o foco na *langue* como um conjunto de signos sistematicamente ordenados tenha como primeiro objetivo (ao menos conscientemente) negligenciar a língua viva, uma vez que sua origem é reconhecida como um fato social no estruturalismo. Entretanto, creio que esse foco, assim como a suposta neutralidade política que mencionei anteriormente, tenha potencial de gerar (para alguns leitores especialmente) uma ilusão sobre a falsa inércia linguística, a falsa paralisia dos processos de significação. Como método positivista, a prática laboratorial dos “objetos” estáticos leva-nos a muitos progressos científicos, porém pode nos levar a ilusões se não cuidadosamente adaptada nas áreas humanas, como aquela da língua até hoje propagada no senso comum como um pacote comprável e fechado de nomenclaturas e regras imutáveis. A ideia de nomenclatura estática tem um potencial particularmente alienante, embora a linguística não se tenha construído como área de estudos necessariamente em busca dessa premissa de neutralização.

Nesse sentido crítico ao entendimento “neutro”, vale ainda dialogar com Emerson<sup>16</sup>, a qual avalia o discurso interior (*the inner speech*) a partir de dois autores considerados críticos do estruturalismo, Bakhtin e Foucault. Em sua leitura, ela explica que a língua, por um lado, tinha sido vista como um meio transparente de que se pudesse deduzir a metalinguagem e sobre o qual se pudessem construir modelos mecânicos ou, por outro, como um produto da psique individual e, em última análise, sujeito à transformação psíquica. Ela conta que no século XX, esses dois polos foram reavaliados sob as oposições binárias de Saussure (sincronia/diacronia, sintagma/paradigma, *langue/parole*<sup>17</sup>). A língua teria passado do status de nomeação para o de relacionamentos, o que ela vê como uma mudança revolucionária, mas o sucesso levaria à institucionalização e à finalização da nova terminologia. Para a autora, uma das distinções mais produtivas e rapidamente canonizadas teria sido entre *langue* e *parole*, entre a instituição sociocoletiva da linguagem, o código, e o ato individual de combinação e atualização, a mensagem (Emerson, 1983, p. 246). É claro que o olhar estruturalista sobre a língua, nesse momento, indicava um início produtivo de desenvolvimento científico sobre a própria concepção de língua, o que já representava uma transformação e uma preocupação sobre o entendimento geral de língua. Sobre as visões mais intimistas da língua como manifestação da psiquê, tendo a concordar com Emerson quando ela entende ser revolucionária a mudança de status de “nomeação” para “relacionamento” da língua. Do ponto de vista dialético, essa nova síntese serviria ao amanhecer de novas teses a serem debatidas e ressignificadas cientificamente.

Emerson conta ainda, na direção da leitura sobredita de Vidon e Bambrila, que tal oposição das concepções anteriores não teria agradado os dialéticos marxistas do Círculo

---

16 Caryl Emerson é professora de literatura russa na Cornell University e tradutora para o inglês (com Michael Holquist) do livro *The Dialogic Imagination*, de Mikhail Bakhtin. Ela escreve esse ensaio sobre a internalização da língua a partir dos pensamentos de Bakhtin, Foucault e Vygotsky.

17 Essa dicotomia proposta por Saussure se assemelha, no português, ao nosso entendimento de língua e fala, considerando a língua como um sistema disponível a todos os falantes e a fala como uma produção individual, por isso Emerson explica como “oposição do social ao indivíduo”.

de Bakhtin e, na União Soviética de 1920, a dicotomia de Saussure teria estimulado um vigoroso debate naquele grupo. Acadêmicos, filósofos da linguagem e psicólogos do desenvolvimento teriam questionado tal oposição e se preocupado em explicar a integração do indivíduo com a sociedade de forma mais benevolente. Além de estar entre os psicólogos clínicos da época, a preocupação chegou aos membros do Círculo de Bakhtin, os quais trabalharam com ênfase no processo, na mudança e na interação entre organismo e ambiente. As obras *Freudianism: A Marxist Critique* (1927) e *Marxism and the Philosophy of Language* (1929) reavaliavam os polos saussurianos, buscando então uma síntese (Emerson, 1983, p.246)<sup>18</sup>. Essa ênfase no processo, na mudança e na interação entre organismo e ambiente propostos pelo grupo marxista serão imperiosos nesta pesquisa, uma vez que seu foco está na significação dinâmica e processual das *keywords* levantadas. Também entendo essa análise dialética importante como forma menos reativa ao estruturalismo, incorporando numa sintetização tudo aquilo que propostas e contrapropostas trariam de relevantes no entendimento de língua.

Dito isso, e ao encontro das propostas do Círculo, sem negligenciar as estruturas terminológicas datadas por suas circunstâncias, minha proposta de concepção linguística se debruça sobre essa visão observável e analisável, mas também dinâmica, processual e necessariamente vinculada à relação entre ambiente e organismo individual. Quando menciono a palestra de Boaventura e suas observações sobre o processo significativo ao redor do termo *ambientalista*, por exemplo, entendo que os traços de sentido envolvidos nas circunstâncias do entendimento do termo (numa comunidade indígena ou numa universidade) somente chegaram a esse ponto crucial a partir de movimentos históricos e lógicas de colonialidade por meio das quais o conhecimento e os saberes dos povos originários haviam sido silenciados. A partir de tais processos, não houve diálogos suficientemente equânimes entre os povos para que pudéssemos ao menos vislumbrar hoje uma sociedade de ambientalistas, nem mesmo uma sociedade em que se entendesse tal posição como uma condição humana comum. A interação entre indivíduos e seu meio, dessa forma, definiram os traços semânticos e o alcance social desse termo, e sua dinâmica constante ainda proporciona a possibilidade de mudanças em sua carga semântica e pragmática no momento presente.

A lógica da colonialidade *precisava* silenciar quaisquer aspectos discursivos de contribuição ideológica dos povos originários para legitimar seu processo violento e supostamente civilizatório de tomada de terras e minérios. O respeito ao ambiente natural do planeta não fugiu disso, até porque ele representaria a contracorrente a todo o ritual extrativista dos “recursos” naturais e humanos, ora pela destruição de ecossistemas, ora pela escravidão e genocídio de povos. As narrativas da colonialidade (e da globalização na atualidade) silenciaram a lógica do ambientalismo, deixando aos raros grupos de ambientalistas a dura sobrevivência dispersa, a ponto de explicarmos aos povos originários (aos poucos sobreviventes) que não somos todos curadores de um planeta que nos fornece a vida, e

18 Embora minha ênfase de leitura e tradução esteja na dinâmica linguística, a natureza e a luz sobre a interação entre linguagem e consciência são pontos focais em todo o ensaio de Emerson.



somos antes, em nossa lógica extrativista e modernizante, seus predadores. O signo ideológico deslocado não nos deixa esquecer essa realidade por resgatar a narrativa que nos levou a enxergar o grupo de ambientalistas como um grupo. Como explica Silva (2021), somos quase oito bilhões de pessoas vivendo na superfície do planeta, mas nossa relação com a Terra tem sido, há séculos, de exploração, o que nos transforma em algo diferente de todos os outros seres vivos por sermos a única espécie destruidora (Silva, 2021<sup>19</sup>).

Conformando e acolhendo esse comportamento predador, as narrativas eurocêntricas consideraram seus *heróis* donos e senhores do planeta. A dinâmica da língua aqui refletiu tais processos sociais de colonialidade por meio dessas narrativas. A negligência do mundo “civilizado” com o planeta é então dicionarizada. Não questiono se esta atual definição de *ambientalista* esteja “correta” de forma alguma, mas sim sob qual ponto de vista ela se teria construído como “correta”, por qual razão ela chegou a essa “correção” e quem se beneficiou com seus traços de sentido nessa direção. As respostas a essas perguntas estão calcadas numa lógica hegemônica de consumo e exploração própria do heteropatriarcado capitalista. É nesse aspecto essencial envolvido nos processos de significação que a dissociação do individual ao social não teria condições de ocorrer como um ponto fundamental, pois há forças sociais nas mesmas palavras que encontramos em nosso contato individual com o universo linguístico. Emerson (1983) conta que os membros do Círculo se opuseram a esse aspecto fundamental do esquema de *langue & parole*: sua oposição do social ao indivíduo, pois em vez de oposição, eles propunham a interação e advertiam sobre a compreensão dessa interação de uma maneira mecânica e racional. Ela cita Bakhtin, que definiu a proposição de arbitrariedade como algo típico do racionalismo que desconsidera de certa forma [ou não reconhece, eu diria] os significados ideológicos por trás da definição de conteúdo dos signos, preferindo lógicas de sistemas fechados em si mesmos (Emerson, 1983, p. 247).

As bases do racionalismo naturalmente não dariam suporte às propostas de análise dialética do Círculo, uma vez que favorecem a criação de fórmulas e sistematização em detrimento de processos de significação sintetizantes. Aqui, não pretendo defender a impossibilidade de sistematização ou refutar por completo resultados de propostas sistematizantes. Diferente disso, como profissional de Letras, proponho até que estudos estruturais não sejam excluídos dos processos de EL. Compreendo, no entanto, na linha dos materialistas sobreditos, a necessidade de análises associadas às relações sociais, em especial nos processos de significação.

Emerson (1983) cita ainda um trecho de *Marxism and the Philosophy of Language*, em que os autores associam a ideia da convencionalidade e da arbitrariedade da língua, bem como a comparação da língua com o sistema de sinais matemáticos, ao racionalismo. Eles

---

19 A autora procura advogar pela revisão das velhas narrativas cuja visão da Terra é a de um espaço a ser explorado, e defende a proposta de uma narrativa que considere a Terra como um espaço em construção coletiva de muitas espécies, um espaço discursivo que assuma os elementos vivos não como recursos a serem explorados, mas como “entidades naturais e parceiros na partilha e troca de bens”, entendendo assim o planeta como um “organismo vivo gigante e provedor de vida” (Silva, 2021). Ela nos convida assim a observar e ressignificar nossa relação com o planeta.

acreditam que o interesse do racionalismo esteja não na relação do signo com a realidade que reflete ou com o indivíduo que o origina, mas na relação entre signo e signo dentro de um sistema fechado. Assim, o interesse se limita à lógica interna do próprio sistema de signos, tomada como independente dos significados ideológicos que dão aos signos seu conteúdo (Voloshinov; Bakhtin, 1986, p.57-58, *apud* Emerson, 1983, p. 246). Nesse ponto, portanto, assim como acredito que os ideais de *neutralidade* estejam vinculados a uma lógica universalizante da colonialidade nas relações estruturais em nossa realidade ocidental, a manutenção dissociativa da língua, resumida então a uma formulação sistematizada, poderia fomentar a legitimação de um poder ideológico dominante de silenciamento tanto do sujeito individual e atuante linguístico quanto dos processos de significação provenientes das relações materiais e sociais coletivas. Ou seja, pode reforçar a ideia de língua dissociada do indivíduo em sua possibilidade de atuação (retirando criatividade, escolhas, interpretação e transformação) bem como dissociar a língua do processo histórico e ideológico que fundamenta sua própria dinâmica significativa (como no termo *ambientalista*).

Vale lembrar aqui que, em *Dialogic Imagination*, Bakhtin explica que forma e conteúdo no discurso não se dissociam a partir do momento em que entendemos o discurso verbal como um fenômeno social em toda sua extensão e em cada um de seus fatores, desde o som até os extremos de significação abstrata (Bakhtin, 2010, p. 260). Assim, seu entendimento do discurso verbal já expande a ideia de língua para além de uma estrutura fechada que pudesse prescindir da prática social constante. Entendo que, se todos os fatores do discurso verbal participam do processo de significação, a língua não poderia, ao menos para uma compreensão mais profunda, ser separada dessas relações para a construção e reconstrução constante de seus significados, como um quadro isolado para análise e compreensão. Essa visão não cancela as possibilidades de sistematização temporais, datadas, a meu ver, mas a multiplicidade de sentidos em movimento no processo social não poderia tampouco dissociar-se das relações humanas como um objeto em laboratório. Nesse sentido, Bakhtin disserta também sobre as escolas de pensamento na filosofia da linguagem, na linguística e na estilística. Para ele, os conteúdos presentes nessas escolas são condicionados pelos destinos sócio-históricos específicos das línguas europeias e pelo discurso ideológico em certos contextos sociais. As próprias categorizações de língua e discurso estariam ligadas a forças historicamente atuantes na evolução verbal-ideológica de certos grupos sociais. Tais forças serviriam para unificar e centralizar o mundo ideológico-verbal (Bakhtin, 2010, p. 269-270). Suas afirmações corroboram a explicação de Vidon e Bambrila (2016) sobre as pautas estruturalistas estarem alinhadas às correntes positivistas dos séculos XIX e XX, pois assim como o racionalismo, tais correntes buscavam um direcionamento único para o conhecimento “correto” e universalizante, de acordo com os ditames europeus de desenvolvimento epistemológico. Aqui a visão de Bakhtin vai ao encontro das afirmações de Marx (1845) sobre as ideias dominantes serem a expressão ideal das relações materiais dominantes: “*The ruling ideas are nothing more than the ideal expression of the dominant material relationships, the dominant material relationships grasped*



*as ideas*<sup>20</sup>(Marx; Engels, 1970)”. Ademais, Bakhtin amplia o entendimento de língua por incluir a compreensão de que também a epistemologia envolvida nos estudos linguísticos é influenciada pelas relações materiais, priorizando as vozes da classe dominante na sua formação discursiva. Quando pensamos no discurso dominante como aquele da classe dominante, seria ingênuo acreditar que o discurso acadêmico ou científico pudesse representar apenas as forças de resistência. Ele se desenvolve especialmente dentro das línguas unitárias. Para Bakhtin, uma língua unitária [ou protolíngua, como algumas vezes é sugerido em seus textos] constitui a expressão teórica dos processos históricos de unificação e centralização linguística, uma expressão das forças centrípetas da linguagem. Ela não seria dada (*dan*, no sentido de um mundo dado como materialidade concreta), mas sempre postulada em essência (*zadan*, no sentido de algo postulado a partir da responsividade do sujeito, de sua leitura de mundo, com sua entoação avaliativa, seus valores, diferentes de um valor absoluto imposto), e a cada momento de sua vida linguística ela se oporia às realidades da heteroglossia<sup>21</sup>. Ao mesmo tempo, ela faz com que sua presença real seja sentida como uma força para superar essa heteroglossia, impondo limites específicos, garantindo um máximo de entendimento mútuo e cristalizando-se numa unidade, embora ainda relativa, a unidade da conversação reinante e a linguagem literária, considerada “correta” (Bakhtin, 2010, p. 270). Nessa leitura, portanto, a língua é vista como contendo predominantemente a força discursiva das ideias de unificação e centralização e ao mesmo tempo as múltiplas vozes discursivas diversificadas, de resistência, presentes em seu uso (essa presença múltipla Bakhtin caracteriza como heteroglossia). As forças unificantes auxiliam, de certa forma, a comunhão de significados por vezes documentados de forma sistemática em glossários, dicionários, gramáticas e na literatura produzida numa língua; elas definem então boa parte do que é epistemologicamente definido como língua e a aceitação, a adequação dessa língua nas interações sociais mais ou menos formais. Essa protolíngua definida então garante a compreensão de um grupo em relação aos termos presentes, enquanto as múltiplas vozes discursivas se refletem na complexidade dialética da ação linguística, deixando marcas na própria língua unificada e vice-versa. Como exemplo do que ele chama de forças centrípetas na vida sociolinguística e ideológica, e tendo em vista ainda uma sociedade da escrita cujas vozes dominantes se baseiam predominantemente na força documental, Bakhtin cita, entre outras, as poéticas aristotélicas, de Agostinho, da igreja medieval, cartesiana do neoclassicismo e o universalismo gramatical abstrato (Bakhtin, 2010, p. 271). Entendo que tais modos de operação serviriam então, paralelamente no processo da colonização das Américas, ao projeto de centralização e unificação de línguas europeias, e posso mencionar aqui o silenciamento de línguas dos povos cujo foco na oralidade fora silenciado como possibilidade de transmissão e identificação linguística e cultural.

---

20 As ideias dominantes são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, relações materiais dominantes entendidas como ideias.

21 Esse conceito, conforme veremos adiante, liga-se à concepção de língua como contendo diversas vozes discursivas, ou seja, uma junção da ideia de *hetero*, um radical de origem grega que significa outro, diferente, não semelhante, e *glossia*, também de origem grega, com o sentido de língua ou fala.

Voltando a Bakhtin, ele explica que a vitória de uma língua reinante sobre outras, a escravização, o processo de unificar o que se entende por cultura e verdade, a canonização de sistemas ideológicos, a filologia e os métodos de estudo e ensino de línguas mortas teriam todos acabado por desviar a pluralidade em direção a uma única protolíngua, determinando seu papel modelador de estilo na maioria dos gêneros poéticos que conglutinaram no curso formado pelas forças centrípetas da vida ideológico-verbal (Bakhtin, 2010, p. 271). Se para ele, que viveu de 1895 a 1975, tais eram os exemplos de força centrípeta, com foco na universalização de línguas europeias, pouca mudança houve até os dias atuais em relação a essas forças no sentido da utilização da racionalidade em busca de um universalismo epistêmico. De forma generalizada, o inglês viria a ocupar, na atualidade das relações ocidentais, o espaço dessa protolíngua (seja em suas atuações como Língua Franca, Estrangeira, Adicional, Internacional, Segunda Língua etc.) na representação das relações materiais de colonialidade imperialista dos países do norte, especialmente dos EUA (com a exportação maciça de produções culturais refletoras do *Amerian way of life*) e do Reino Unido (com suas políticas de expansão linguística e cultural pela criação de conselhos espalhados por todo o mundo).

Assim, a compreensão bakhtiniana de língua requer um esforço no sentido de reconhecer línguas unificadas (atualmente podemos pensar em inglês, francês, português e espanhol como exemplos de línguas unificadas próximas à nossa realidade latino-americana colonizada) como construções de prática social permeadas de heteroglossia, mas cuja força de centralização tenha sido a busca pelo silenciamento das vozes dissonantes em relação às vozes do discurso hegemônico de colonialidade do “verdadeiro”, do “correto” e do “civilizado”. Além dessa centralização, Bakhtin acredita que as forças centrípetas operem em meio à heteroglossia, com a língua estratificada também em discursos socioideológicos. A heteroglossia garantiria então a dinâmica da vida linguística, e as forças centrípetas de unificação ideológico-verbal ocorreriam concomitantemente às forças centrífugas de descentralização. Mais precisamente, ele explica que:

Num dado momento de sua evolução, a língua é estratificada não apenas em dialetos linguísticos no sentido estrito da palavra (de acordo com marcadores linguísticos formais, principalmente fonéticos), [...] mas também em linguagens socioideológicas: de grupos sociais, línguas profissionais e genéricas, línguas de gerações e assim por diante. Desse ponto de vista, a própria linguagem literária é apenas uma dessas linguagens heteroglossicas e, por sua vez, também é estratificada em linguagens (genérica, vinculada a períodos e outras). E essa estratificação e heteroglossia, uma vez realizadas, não são apenas uma invariante estática da vida linguística, mas também o que garante sua dinâmica: estratificação e heteroglossia se ampliam e se aprofundam enquanto a língua estiver viva e se desenvolvendo. Juntamente com as forças centrípetas, as forças centrífugas da língua continuam seu trabalho ininterrupto; além da centralização e unificação ideológico-verbal, os processos ininterruptos de descentralização e desunião avançam (Bakhtin, 2010, p. 271).

Como um dos muitos exemplos dessa concomitância, em discursos neoconservadores heteronormativos atuais do século XXI, é comum ouvirmos afirmações em relação a um binarismo de gênero e uma única forma de sexualidade. A negação de outros gêneros e orientações sexuais (frases como *Deus criou o homem e a mulher*) busca o silenciamento das vozes divergentes em suas lutas por reconhecimento de sua existência. O logro ideológico pela própria existência de identidades de gênero e de sexualidades diversas se reflete na geração dos termos criados e recriados na busca de abrangência para o reconhecimento amplo. A dicionarização e o uso em mídia e pesquisas de tais termos seriam formas de sua existência oficial discursiva, impulsionada pelas forças centrífugas e por lutas sociais, refletidas e refratadas na linguagem a exemplo da proposta do autor. Seu silenciamento por projetos políticos fundamentalistas seria uma forma de opressão na busca por uma unificação linguística das forças centrípetas.

Um exemplo clássico de projeto fundamentalista cujo discurso se apoia em padrões de homogeneidade linguística é conhecido hoje no Brasil como Movimento Escola sem Partido (MESP). Como explica Miguel (2016), no MESP, cresce em importância, além do medo da “ideologia marxista”, o combate à chamada “ideologia de gênero”. A ala conservadora da política passa a disputar o papel da escolarização a partir de um suposto valor “moral” (Miguel, 2016, p. 595). Essa batalha da ala conservadora procura, por fim, silenciar os discursos inclusivos e os estudos dos gêneros como papéis sociais construídos, sugerindo até mesmo o veto da palavra *gênero* em estabelecimentos educativos. A construção do discurso de desqualificação dos estudos de gênero passou a ser pauta religiosa e política, ocorrendo nas mais diversas esferas mundiais. Miguel explica ainda que, na doutrina católica, o problema do gênero teria começado no pontificado de João Paulo II. A partir de 2000, o adversário a ser combatido nessa doutrina era o que chamavam de “ideologia de gênero” no Brasil:

Embora se apoiando superficialmente na literatura feminista e queer, “trata-se de uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturizar e, assim, deslegitimar um campo de estudos” (Garbagnoli, 2014, p. 149). O pontificado de Wojtyła [João Paulo II] foi marcado, desde o início, pela preocupação com a posição das mulheres, tema de vários textos e conferências do papa. Em lugar da aversão à mulher, que marcou boa parte da história da Igreja, há a exaltação de seus papéis tradicionais. A igualdade pretendida pelo feminismo representaria um rebaixamento da mulher, a perda de sua “dignidade extraordinária” na condição de “especialista do amor” (Wojtyła, apud Garbagnoli, 2014, p. 154). A complementaridade entre os sexos é explicada pela ideia de que “Deus dotou a mulher de um ‘gênio feminino’, acompanhando sua função de gestadora, que se caracteriza por uma propensão e um dom naturais para o cuidado e a sensibilidade às necessidades dos outros” (Fillod, 2014, p. 327), que será central na elaboração dos pensadores católicos contrários à “ideologia de gênero” (Miguel, 2016, p. 598).

Por meio desse discurso, agora menos violento e mais voltado à naturalização de um valor reprodutivo obrigatório da mulher, “função de gestadora”, como ser divino criado para a reprodução, busca-se claramente o silenciamento dos termos e discursos epistêmicos voltados à criação social dos gêneros como formas de controle social do patriarcado. Essa ânsia por silenciamento das chamadas teorias ou ideologias se volta para o controle escolar, preocupação central dos neoconservadores. Miguel explica ainda que, no Brasil, o PNE (Plano Nacional de Educação) de 2014 foi alvo prioritário dos grupos conservadores, conduzidos por católicos e evangélicos, os quais obtiveram o banimento da temática de gênero do plano nacional e de outros estaduais e locais; e na França também teria havido recuos, levando a um veto informal à palavra *genre* nos documentos oficiais (Miguel, 2016, p. 598). Essa luta por reconhecimento ocorre então na língua, cujos signos são forçosamente manuseados de acordo com o interesse político subjacente. A heteroglossia garante essa presença de ambos os discursos na língua, refletindo batalhas humanas por lugar, reconhecimento e, predominantemente no caso das forças centrífugas, inclusão e respeito a sua mera existência.

Numa leitura profunda sobre as vozes descritas por Bakhtin e Voloshinov, Dentith (1995) também entende que essa produção de Bakhtin seja um relato dinâmico da linguagem sorvida para direções opostas: a centrípeta em direção ao centro unitário fornecido de uma “língua nacional” [como o veto aos termos relacionados ao gênero se baseando em aspectos conservadores]; e a centrífuga em direção a várias “línguas” [e aqui os vários pontos discursivos de origem linguística, cultural, dialetal e mudanças linguísticas relacionadas à inclusão e ao respeito, como a marcação de pronomes, o estudo do gênero como construção social]. Dentith explica que o sudo do termo “heteroglossia”, do russo *raznorecie*, para essa multiplicidade de línguas (*multispeechedness*), alude à multiplicidade de línguas reais faladas a qualquer momento pelos falantes, representando grupos e classes sociais, grupos profissionais etc. Numa extremidade da escala, a heteroglossia poderia aludir a grandes diferenças dialetais, dificultando a inteligibilidade mútua; no outro extremo, ela poderia aludir à gíria distintiva de um ano para o próximo e até ao slogan do momento (Dentith, 1995, p. 33). No sentido de aludir à gíria distintiva de um ano para outro, vale lembrar um trecho da introdução de Williams (2010) em relação às razões que o levaram ao trabalho das *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*:

*In 1954, after the ending of the wars with Germany and Japan, I was released from the Army to return to Cambridge [...] I had been away only four and a half years, but in the movements of war had lost touch with all my university friends. Then, after many strange days I met a man I had worked with in the first year of the war, when the formations of 1930s, though under pressure, were still active. He too had just come out of the Army. We talked eagerly, but not about the past. We were too much preoccupied with this new and strange world around us. Then we both said, in effect simultaneously: ‘the fact is, they just don’t speak the same language’<sup>22</sup> (Williams, 2013, p. 11).*

22 Em 1945, após o fim das guerras com Alemanha e Japão, fui liberado do Exército para retornar a Cambridge [...] Estive ausente apenas quatro anos e meio, mas nos movimentos de guerra havia perdido contato com todos os meus amigos da universidade. Então, depois de muitos dias estranhos, encontrei um homem com quem havia trabalhado

Imagino hoje uma pessoa que tivesse passado por essa experiência de afastar-se por apenas alguns anos de nosso contexto no Brasil e, após o retorno, percebesse a confusão política, social, econômica e discursiva em que nos encontramos, com valores religiosos de volta às bases educacionais (como a aprendizagem por princípios bíblicos) e vetos aos estudos sobre os gêneros e teorias marxistas, entre outras proibições e polêmicas linguísticas. O mundo já não fala a mesma língua ou o mundo voltou a falar uma língua antiga, essas seriam as sensações alternadas, creio.

O reconhecimento dessas vozes e dinâmicas linguísticas pela heteroglossia (ora representando línguas inteiras ora o que conhecemos como vozes discursivas dentro de uma língua) traz às concepções de língua uma visão mais multifacetada e complexa, cujas contribuições poderiam enriquecer a leitura sobre a língua em suas estruturas abstratas dos estudos metalinguísticos. Assim, as abstrações provenientes de uma ciência da linguagem com influência do Positivismo seriam complementadas pelos múltiplos processos significativos e pela multiplicidade de vozes presentes em seus enunciados. As possibilidades de estruturação linguística, que auxiliam a produção acadêmica, prática e epistemológica, dialogariam com os processos de significação sociais constantes e dinâmicos.

A dinâmica linguística nesta pesquisa se torna peça fundamental na medida em que concebo os processos de significação a partir de uma multiplicidade de direções por meio das quais os sentidos não apenas se fixam, mas, principalmente se reconstróem. As práticas discursivas produzem e constroem as significações, sendo necessário ampliar as análises previstas nos estudos mais sistematizantes. Assim como ocorre numa foto, podemos registrar um momento no tempo e no espaço de uma língua sem presumir que esse registro represente toda a complexidade do momento e muito menos que aquilo que foi fotografado não esteja em mudança um segundo após a foto tirada ou o registro linguístico elaborado. Da mesma forma, não podemos presumir que nossa “foto” venha de um ponto de vista neutro, de um ângulo universal, cujo entendimento deva sobrepor-se aos demais possíveis ângulos. As propostas dicotômicas de Saussure certamente contribuíram para o gatilho e a continuidade desse diálogo sobre as línguas e as linguagens, especialmente por lançar tais questões e iniciar, assim, um amplo debate sobre o tema no contexto acadêmico. Notadamente, os estudos das Letras (formação para professores ou tradutores de línguas) trazem Saussure como um dos primeiros autores obrigatórios nas disciplinas de Linguística, mesmo que em seguida seus críticos sociolinguistas, pós-estruturalistas e materialistas sejam ávidos pela desconstrução desse pensamento em busca de uma visão mais dinâmica da língua. Em minha experiência como professora e tradutora de línguas por mais de 20 anos, sempre me lembro do auxílio fundamental das gramáticas, dicionários, glossários e de livros-textos para os processos educativos, cujos conteúdos certamente foram influenciados por ideias estruturalistas. Não se trata aqui de negar sua

---

no primeiro ano da guerra, quando as formações da década de 1930, embora sob pressão, ainda estavam ativas. Ele também havia acabado de sair do exército. Conversamos ansiosamente, mas não sobre o passado. Ficamos muito preocupados com este mundo novo e estranho que nos rodeava. Então ambos dissemos, simultaneamente: “o fato é que eles simplesmente não falam a mesma língua”.

contribuição para o acesso, e até para o desenvolvimento da EL em LAs, essencial mesmo na viabilização de inúmeras vozes para a democratização do conhecimento. No entanto, entendo importante nossa atenção aos desafios de concepções mais conservadoras nas práticas educacionais de LAs, particularmente em se tratando de limitações ao pensamento crítico e à contextualização de tais práticas.

De forma mais geral no âmbito científico, Iskandar e Leal (2002) acreditam que exista uma carência de pensamento crítico ao aceitar a ciência formal historicamente como única fonte de conhecimento, como propõe os ideais positivistas, pois a consequência seria reducionista em relação ao conhecimento não presente em dados, excluindo-se a criação e a dedução (Iskandar; Leal; 2002). Aqui, a exemplo do que citei sobre o termo ambientalista e o que ele reflete das relações entre os povos originários e a natureza, é importante mencionar ainda a exclusão de saberes não documentados ou mensurados na sociedade da escrita, como aqueles silenciados e anulados de povos colonizados, considerados então selvagens, “sem alma” e supostamente sem conhecimento. Além de criação e dedução, saberes de culturas inteiras silenciados por meio do massacre físico e epistêmico. Nesse aspecto, Cavalcanti e Guillen explicam sobre os processos migratórios e as relações com povos originários do Brasil mesmo depois do advento da modernidade:

O colonizador – português –, ao invadir o território dos vários povos que aqui habitavam, implantava um regime de posse e dominação, onde se tornou o senhor das terras e dos corpos, impondo sua lei a ferro e fogo. A visão do invasor em relação aos habitantes do novo mundo não se referia a um “eu”, mas a um “outro”, que era entendido como coisa de que ele poderia dispor ao seu bel-prazer. Eram considerados como selvagens sem alma, não-humanos, ou de outra espécie, como supunham alguns olhares europeus estudados por Todorov (1993). Com o advento da modernidade – que carrega consigo os princípios de igualdade e liberdade –, ao colonizado é destinado o lugar do outro mais humanizado, portanto, aquele que deve ser arrancado da natureza, do regime das necessidades para ascender ao patamar da cultura. Mas essa condição de aculturado é também a condição daquele que foi privado de sua cultura, uma alma penada. Este é o pecado original da colonização, ou seja, a desqualificação da cultura do outro (Cavalcanti; Guillen, 2005. p.1).

Tão importante quanto essa observação do silenciamento de saberes acredito que seja nosso questionamento sobre a ciência como uma fonte “neutra” de conhecimento, como propõem valores positivistas no silenciamento das subjetividades discursivas dos próprios pesquisadores. É mister reconhecer que, nos valores subjacentes a tais sistematizações científicas, há uma hegemonia colonialista, salvacionista e civilizacionista. Acredito que algumas adversidades causadas por tais visões reducionistas de compreensão de mundo possam gerar ilusões hegemônicas de racionalidade pura, de lógica excludente. As narrativas globais, fortemente dicotômicas (em que o certo e o errado, o civilizado e o selvagem,



o bom e o ruim incorporam o norte e o sul global respectivamente no Ocidente) reforçam a perpetuação do que Sousa Santos (2009) chamaria de *linhas abissais*, quais sejam, linhas reais ou imaginárias criadoras de um abismo entre um grupo de pessoas consideradas exemplares e representáveis e outro grupo formado por pessoas aparentemente inexistentes, cujas vidas valem menos nos ideais modernos de civilização. Tais visões fortalecem a crença numa neutralidade sociopolítica da qual a própria ciência muitas vezes se reveste por meio de um manto ilusório de independência, reforçado por ideias racionalistas.

Assim, quando Bakhtin e seus associados se preocupam em criticar a racionalidade do entendimento de língua, creio que possam contribuir para alertar-nos sobre uma tendência talvez cientificista demais em classificar de formas muito fragmentadas algo tão inerentemente humano e dinâmico como a língua. Por ser humana, a língua não poderia prescindir das relações, dos processos e da organização social da *polis*. Consequentemente, os processos de significação dessas línguas não poderiam prescindir de ideologia em seu sentido mais amplo. Vale ressaltar ainda que, segundo Dentith, boa parte do texto do *MPL* é dedicada a uma crítica ao pensamento saussuriano sobre a língua, do qual Voloshinov critica particularmente o “objetivismo abstrato”. Ele conta que tal crítica vem acompanhada por um relato de outra tradição do pensamento linguístico do início do século XIX, e que Voloshinov caracteriza como “subjetivismo individualista”. Essas duas críticas paralelas, que o autor busca sintetizar num parecer mais complexo, conduziram ao cerne do que é radical e distinto no trabalho de Voloshinov no *MPL*. Dentith explica ainda que Voloshinov começa com o subjetivismo individualista, cuja suposição básica seria: a fonte da língua é a psique individual. Essa suposição traria a Voloshinov algumas características atraentes sobre a língua não como *ergon* (trabalho concluído), mas sim como *energeia* (processo criativo) - ou seja, a língua não vista como algo alcançado, mas como um processo incessante de mudança, evolução e produção (Dentith; 1995, p. 23). Aqui entendo um reconhecimento de que a “foto” ou as representações são datadas em tempo e espaço, e as significações, dinâmicas, em movimento. Assim, Dentith advoga que, embora Voloshinov deseje repudiar esse modo de pensar individualista, na medida em que localiza a fonte de significado no indivíduo, ele achará simpatizante a tentativa de reter essa ideia sobre as capacidades produtivas de falantes individuais (Dentith; 1995, p. 23). É interessante observar essa característica fortemente dialética de Voloshinov, cuja crítica ao chamado subjetivismo individualista mantém dele aquilo que considera perspicaz e saudável para sua concepção de língua. Nas mais diversas áreas acadêmicas, as críticas aos materialistas se apoiam na insistência das análises sociais em detrimento de visões mais específicas ou individuais. Tal postura crítica e dialética de Voloshinov, no entanto, incorpora aquilo que o subjetivismo individualista traz de mais interessante sobre a relação da psique individual e o processo discursivo: a dinâmica criativa, ou seja, a presença do indivíduo no processo discursivo, a subjetividade como fonte criativa, a presença do ser, do corpo. Além disso, Bakhtin complementa essa visão, por sua vez, com a presença dos demais indivíduos participantes do processo comunicativo em suas colaborações interpretativas, afirmando que a língua não pode ser um “meio neutro que passe livremente para a pro-

priedade privada das intenções do falante” (Bakhtin, 2010). Se a língua é, como sugere ele, *superpopulada* com as intenções de outrem, esse processo criativo se multiplica nas significações sociais. O sujeito é essencial assim na esfera discursiva, pois atua fortemente no processo de significação da língua de forma dinâmica, trazendo tanto sua contribuição individual criativa como participando do processo social de significação, carregado, natural e inevitavelmente, da esfera ideológica.

Em relação então ao “objetivismo abstrato” do estruturalismo, Dentith explica que a natureza das objeções de Voloshinov se dá na crítica à abstração de um objeto de estudo que considera falso [especialmente pela forma como Saussure separa seu objeto de estudo para análise, conforme expliquei anteriormente]. Embora Voloshinov elogie Saussure pela *clareza* e *consistência* com que articula seu sistema, ele acredita que tal maneira de pensar sobre língua e linguagem tenha em Saussure apenas o expoente mais claro de uma longa tradição de reflexão linguística, na qual a essência da língua já havia sido pensada como um sistema de regras [a visão de língua com ênfase no sistema, sobre a qual falarei adiante com Leffa e Iralla]. O terreno histórico desta tradição teria sido a necessidade, numa variedade de sociedades diferentes na história, de ensinar e fazer cumprir a autoridade de uma língua sagrada ou de autoridade nacional diferente do então vernáculo (e o exemplo mais óbvio seria o prestígio do latim). Para os autores russos, Saussure seria herdeiro de uma tradição antiga, cuja comprovação estaria no fato de os primeiros estudiosos terem sido sacerdotes (Dentith; 1995, p. 24). Algumas diferenças também estariam, segundo Dentith [e isso podemos observar claramente nos discursos dos materialistas em geral] na forma como tais autores concebem o modo de existência. Voloshinov acredita que poucos pensadores na tradição do objetivismo abstrato realmente enfrentaram a questão de onde e para quem existe a língua. Em sua concepção, a língua e a interação linguística seriam os próprios meios pelos quais a sociedade se percebe em todos os seus conflitos e contradições (Dentith, 1995, p. 24-25). Faço aqui novamente a ressalva, ao observar tais autores, de que tanto os momentos históricos quanto as próprias circunstâncias sociopolíticas ao redor das teorias (saussurianas, bakhtinianas) influenciaram fortemente suas leituras sobre língua. Por isso, minha análise aqui se propõe a transportá-las à contemporaneidade sem jamais desconsiderar o valor de suas contribuições em seus tempos.

Essa visão sobre as intenções por trás das narrativas é perfeitamente reverberada no exemplo sobre a excentricidade do termo *ambientalista*, pois uma língua proveniente do discurso colonialista do Norte (de onde) existe exatamente para reforçar os ideais extrativistas do colonizador, justificando a exploração da colônia (para quem) para seu enriquecimento, além de legitimar o processo de apropriação (e aqui eu acrescento o para quê, com quais intenções). Da mesma forma, os vetos políticos dos neoconservadores religiosos e do grupo ultraliberal (de onde) sobre os estudos de gênero nas escolas (o que e para quem) reforçam os ideais de controle ideológico que lhes são úteis para a homogeneização e o reforço do heteropatriarcado como ideal de sociedade acrítica, controlável. A existência e permanência dos termos, no entanto, de certa forma se garantem pelas forças centrífugas de descentralização discursiva, mencionadas por Bakhtin, pela luta de grupos



de pessoas organizadas, sujeitos cuja característica discursiva mantém tais termos em vigência oficial ou extraoficialmente.

Em suma, o *MPL* traz as contribuições críticas de Voloshinov e Bakhtin quanto às concepções tradicionais de língua que teriam formado sua base nas abstrações historicamente calcadas numa sociedade em que o poder é exercido tanto no âmbito do controle dos meios de produção materialmente (influenciando o modo de vida e acesso dos indivíduos) quanto na formação intelectual (influenciando valores hegemônicos linguísticos). Na formação hegemônica, fortalece-se sobretudo a concepção de língua como um sistema abstrato racionalizado, compartimentado, de forma que não seja vista como o meio pelo qual a sociedade se percebe e se encontra em seus conflitos e contradições. As críticas de Voloshinov à continuidade de uma percepção linguística por Saussure (cuja tradição abstrata poderia ser observada desde os primeiros filólogos como sacerdotes), bem como pela supremacia do Latim nas sociedades ocidentais, vão ao encontro das ideias de Bakhtin quanto à protolíngua como lugar de materialização das vozes discursivas. Isso ocorreria com o Latim, por exemplo, como materialização das vozes hegemônicas num determinado período, forças centrípetas, mas também como espaço contendo as forças centrífugas discursivas de diversos povos dominados pelo império romano ou mesmo discursos de resistência dentro dele nos processos de interação verbal. Como a língua é vista por esses autores como um processo dinâmico, a significação contínua é implementada nos processos de interação verbal. Essas seriam, acredito, as contribuições mais fundamentais do Círculo para o entendimento da língua que procuro delinear neste momento.

Ressalto ainda um apanhado histórico mais recente de Leffa e Irala (2014) sobre o desenvolvimento da concepção de língua na modernidade e contemporaneidade, em especial por sua influência nos processos educativos de LAs. A leitura dos autores é bastante direcionada ao desenvolvimento de metodologias, pois (de mesma forma que entendo tais concepções importantes para esta tese) eles defendem que este desenvolvimento metodológico tenha ocorrido geralmente em consonância com as diferentes concepções de língua de seu tempo. Pela minha experiência ao longo dos anos, tendo a concordar com tal posicionamento, uma vez que participei do processo educativo como professora de LAs (inglês, francês, português e italiano) e de português como Língua Nativa (LN) em momentos diversos nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, e tais experiências foram influenciadas particularmente pelos dois primeiros paradigmas que eles apresentam adiante (ênfase no sistema e na função). Já nos estudos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), percebo mais claramente as influências da ênfase na ideologia. Buscarei então aqui estabelecer esse diálogo entre a reflexão dos autores, minha prática em ILA e os dados dos participantes desta pesquisa.

Leffa e Irala (2014) explicam que, com base na literatura da área, haveria uma evolução histórica desdobrada em três principais paradigmas de concepção de língua: o primeiro com ênfase no sistema, o segundo, na função, e o terceiro, na ideologia. Sobre o primeiro, eles pontuam que a ênfase no sistema tenha sido estendida desde a Idade Média até

a primeira metade do século XIX. Os itens inventariados seriam então as unidades lexicais e regras sintáticas para a combinação de palavras em frases, então vistas como a unidade maior da língua (Leffa; Irala, 2014, p. 23). Os autores se referem ao período anterior ao *Cours*, de Saussure, então precursor do Estruturalismo. No entanto, segundo os autores do Círculo, como já mencionei, toda a visão comum de língua desse período anterior teria influenciado fortemente o Estruturalismo por este ter dado continuidade a boa parcela de sua tradição com foco abstrato, levemente dissociado das relações sociais e supostamente neutro em relação ao posicionamento político-ideológico. Também observamos, como educadores, a forte influência desse paradigma na concepção de língua presente no senso comum ou mesmo noutras áreas de pesquisa (embora os discursos dos respondentes desta pesquisa tenham apresentado mais força na visão de língua com ênfase na função, ou seja, na segunda concepção, como é o caso de Andrès, e até na terceira, ideologia, como nas falas de Francisco). Dessa forma, mesmo que os autores tenham estabelecido essa linha até a primeira metade do século XIX de acordo com estudos sobre o que se convencionou em relação ao entendimento de língua, ainda sentimos fortemente os reflexos desse pensamento muito próximo ao ideário do que os materialistas chamaram de *objetivismo abstrato* quando analisaram a obra de Saussure (haja vista a forma como ainda são vendidos os “pacotes” linguísticos em boa parte da iniciativa privada de LAs).

Leffa e Irala explicam que a ideia de *competência linguística* apresentava diferenças entre as visões empírica e cientificista, pois o conceito de *competência* teria sido focado inicialmente no senso comum e na intuição considerada “não científica” pelos cientificistas do século XIX (Leffa; Irala; 2014. p.23). Em seus apontamentos, pela análise metodológica do período, as particularidades dos métodos acabaram sendo consideradas ultrapassadas pelas adequações oficialmente científicas no século XIX (Leffa; Irala; 2014. p.23). Isso viria a reforçar, como vimos, uma tradição abstrata e, de certa forma, “neutralista” na concepção de língua. Acredito que tais apontamentos direcionem o conceito de língua como uma narrativa pouco dialógica calcada na visão muitas vezes dicotômica da ciência, que acaba por negar o conhecimento popular e intuitivo não sistematizado para estabelecer suas verdades irrefutáveis, universais e muitas vezes sem dialogar com o empirismo de falantes, aprendentes, pesquisadores de outras áreas e até com os próprios professores de línguas (uma ausência de diálogo com o conhecimento popular que, mais adiante, Freire viria ressaltar em suas obras).

Sobre a ênfase no sistema, portanto, eles esclarecem:

Em relação à língua, podemos dizer que a ênfase no sistema corresponde ao período mais longo de sua história, na literatura da área, estendendo-se desde a Idade Média, com o Método da Gramática e da Tradução, passando pelo Método Direto, na primeira metade do séc. XIX e chegando ao Audiolingualismo dos anos 1950-1970 (Leffa, 1988). Os itens inventariados consistiam basicamente de unidades lexicais e regras sintáticas para combinar as palavras em frases, considerada a unidade maior da língua. Aprender uma língua era desenvolver a competência

linguística. Como o ensino de línguas precede, em muito, a ciência linguística, o conceito que se tinha de competência inicialmente era baseado no senso comum, na intuição ou em percepções “não científicas”, como classificariam os cientificistas do sec. XIX. Vale dizer que, embora a literatura aponte essa concepção como ultrapassada, são recorrentes os trabalhos que apontam a atualidade de práticas pedagógicas que ainda se valem dessa perspectiva, especialmente no ensino formal e regular (Leffa; Irala; 2014, p. 23).

As concepções de língua subjacentes ao discurso estruturalista, assim, surgidas oficialmente como corrente no início século XX, com o *Cours*, bem como suas particularidades e seu foco no código, reforçam a ideia do Estruturalismo como uma corrente influenciada pelos valores e conceitos anteriores, hegemônicos e ideológicos de seu tempo, especialmente presentes no discurso cientificista. Essa visão de língua, transformada pela estruturação das ciências marcadas pelo positivismo, viria então a culminar na visão saussuriana de língua como código. A crítica posterior a essa visão culminaria então na segunda concepção apontada pelos autores:

Já a ênfase na função vê a língua, não como sistema, mas como atividade, como algo que se usa para atingir um objetivo; quando alguém produz um enunciado não faz isso como um exercício meramente linguístico: usa o enunciado para agir sobre o mundo. É uma perspectiva que podemos chamar de funcionalista. Os itens inventariados agora não são palavras ou frases, mas funções: pedir um favor, elogiar alguém, recomendar um procedimento, oferecer ajuda, recusar um convite, repreender, acusar, criticar etc. Falar é fazer [...]. Surge daí a orientação funcionalista do ensino de línguas, conhecido como Ensino Comunicativo de Línguas (ECL), amplamente difundido a partir do final dos anos 70 nos países mais desenvolvidos e consolidado nas duas décadas seguintes, também no Brasil, especialmente no ensino não formal de línguas, como as escolas de idiomas e no ensino universitário, na formação inicial de professores (Leffa; Irala; 2014, p. 24).

Hoje podemos observar, como professores de LAs, a forte influência dessas duas concepções de línguas em nossa prática. Em minha narrativa ao menos, a primeira ênfase muitas vezes é “cobrada” pelos estudantes, os quais chegam ávidos por aulas sistematizantes, calcadas em visões abstratas e estáticas de língua (especialmente estudantes universitários de áreas científicas, como física e matemática); a segunda muitas vezes é cobrada pela formação acadêmica, pesquisadores da área e por nossos pares, haja vista os olhares condenatórios de colegas quando confessamos quase com vergonha ter dado uma aula de gramática ou fonética em LA. As críticas dos respondentes desta pesquisa (especialmente Marielle) mencionam práticas de seus processos educativos em ILA nas quais falta identificação com sua realidade, em diálogo com as duas primeiras ênfases, no sistema e na função.

Em minha experiência como educadora, percebo que a crítica ao Estruturalismo aqui (ou mesmo à ênfase no sistema, como apontam os autores) acaba assumindo, algumas ve-

zes, um posicionamento policaiesco sobre nossa prática docente, nem sempre como uma observação sobre as implicações desse conceito de língua sobre tal prática. Pouca crítica, no entanto, é feita sobre a origem epistêmica dessa prática, no sentido de um questionamento sobre a quem ela serve e o que ela esconde ou disfarça. O professor muitas vezes é demonizado a partir da única forma organizada de materiais e exercícios que lhe são disponíveis. Observemos, por exemplo, a grande mobilização proveniente dessa segunda ênfase na função, a qual vejo particularmente como uma forma de instrumentalização de língua não muito diversa da primeira ênfase, porém com objetivos e origens na modernidade/colonialidade, baseada no discurso utilitarista neoliberal. As influências dessa ênfase na função são facilmente observadas num documento de origem europeia presente em nossa atividade como professores de línguas, o Quadro Comum Europeu de Referência (QCER). Como afirmam os autores, os itens inventariados agora são as funções: “pedir um favor, elogiar alguém, recomendar um procedimento etc.”, ações muito comuns nos itens linguísticos apresentados no QCER. Como exemplo:

UTILIZADOR ELEMENTAR - A2 É capaz de compreender frases isoladas e expressões de uso frequente relacionadas com assuntos de prioridade imediata (por exemplo, informações pessoais e familiares simples, compras, meio envolvente, trabalho). É capaz de comunicar em situações correntes que apenas exijam trocas de informações simples e directas sobre assuntos e actividades habituais. É capaz de descrever com meios simples a sua formação, o seu meio envolvente e referir assuntos que correspondam a necessidades imediatas (Vilaça; 2006. p. 6).

Assim, as competências e habilidades linguísticas nas ações com a língua, como compreender, comunicar, descrever e referir são trazidas para o foco a partir dessa visão funcionalista, e como Leffa e Irala explicaram sobre o segundo paradigma, para o desenvolvimento das ações metodológicas em EL. No entanto, quando o foco funcionalista propõe essa leitura menos metalinguística (lembrando que considero ambas essenciais), ele ainda se limita às funções meramente utilitárias dentro do sistema capitalista de trabalho e consumo. Ou seja, embora se proponha como uma forma de “agir sobre o mundo”, essa perspectiva acaba por não questionar os limites de uma visão mais socialmente atuante pela língua, no sentido de reconhecer as forças discursivas de resistência presentes nas línguas nem a própria língua como meio e arena onde tais forças disputam lugar com as forças hegemônicas. Como essa perspectiva é a mais presente e atuante e direcionou minha experiência docente em seu maior período, posso dizer hoje que ela se limitou ao processo metodológico mais ativo e ao conceito de crítica como atuação individual dentro do corpo lexical referenciado na hegemonia capitalista e heteropatriarcal, como menciono adiante sobre as formações identitárias sociais do feminino.

Em suma, com a ênfase na função, modificamos nossa forma de agir a partir da forma como aprendemos as línguas (baseamos nossas atividades em tarefas, em ações, em projetos), e considero essa mudança essencial para a inserção do cidadão na prática. No

entanto, não creio que tenhamos modificado profundamente os discursos e as narrativas (especialmente temas e léxico) sobre os quais esse processo ocorre (mesmo que agora mais atuante do ponto de vista dos sujeitos), pois a função viria sempre calcada num ideário colonial de atuação subserviente ao outro (no contexto de ILA, ao outro *exemplar*): comunicar-se, mas não se posicionar, não se constituir como parte do processo discursivo, agir apenas para a empregabilidade e ascensão individual (como ocorre na primeira experiência de Marielle nesta pesquisa). Não pretendo desvincular o mérito dessa perspectiva, em especial em sua atuação sobre os processos pedagógicos, por isso aponto três fatores que considero pertinentes na leitura dela: primeiramente, ela traz uma visão mais complexa entre o indivíduo sobre a língua e seu processo educativo do que a perspectiva mais abstrata com ênfase no sistema, no sentido de que o sujeito enunciador passa a ser visto como ser atuante de seu processo linguístico, e não separado dele; segundo, embora traga esse avanço, ela dialoga de forma um tanto excludente com toda a tradição anterior baseada nos sistemas, negando arduamente características profícuas do estudo do código e não direcionando assim o processo filosófico sobre a língua em suas possibilidades de sistematização consciente de sua contemporaneidade (não reconhece assim que, ao atuarmos na escrita e na fala, já estamos sistematizando a língua de forma datada, estamos registrando um momento (meta)linguístico que, no futuro, parecerá obsoleto); terceiro, ela muitas vezes se limita ao caráter utilitário da língua nessa ação individual ou interativa (pedir um favor, elogiar alguém, recomendar um procedimento, oferecer ajuda, recusar um convite, repreender, acusar), mas não observa profundamente a presença das vozes hegemônicas e contra-hegemônicas do discurso e o poder da língua sobre os processos ideológicos e de formação identitária do sujeito. Nesse ponto, reconheço fortemente o potencial da visão de língua com foco na função nas relações pedagógicas, porém não tenho observado o aproveitamento desse potencial em relação aos processos contemporâneos e nos materiais cujos focos funcionais se dedicam exclusivamente a atividades mais resignantes de adaptação ao sistema.

No outro extremo da crítica em relação ao alcance político das ênfases no sistema e na função (embora não direcionada exatamente a essa particularidade apontada por Leffa e Irala), algumas observações de Kumaravadivelu (2012a) direcionam-se a uma necessária quebra epistêmica, especialmente nos estudos de *English as an International Language- EIL* (Inglês como Língua Internacional). Ele aponta que uma episteme duradoura neste campo de ensino [e essa episteme não me parece apresentar muita transformação quando o foco do entendimento linguístico passa do sistema para a função] é a do falante nativo e de sua respectiva competência, em diálogo com minha observação sobre o *outro exemplar*:

*We may have only an unreal (or, to use a more familiar terminology, idealized) version of who a native speaker is or what constitutes native-speaker competence. But, that has not prevented us from letting the episteme take an all-encompassing hold on the knowledge systems governing almost all aspects of English language learning and teaching. The episteme symbolizes West-oriented, Center-based knowledge systems that EIL practitioners in*

*the periphery countries almost totally depend on. It is analogous to a tap root from which all primary and secondary roots and rootlets sprout laterally. It spreads itself largely in terms of the importance given to matters such as native-speaker accent, native-speaker teachers, native-like target competence, teaching methods emanating from Western universities, textbooks published by Western publishing houses, research agenda set by Center-based scholars, professional journals edited and published from Center countries ... The list is long<sup>23</sup> (Kumaravadivelu, 2012, p.15).*

Assim, a visão de língua com ênfase na função, a qual atualmente domina os processos educativos e os discursos acadêmicos direta ou indiretamente, acabam, por um lado, negando categoricamente uma sistematização que auxilia os aprendentes com padrões linguísticos e, por outro, não aceleram uma compreensão de língua de forma a observar que tais padrões ocorram exatamente pelos pontos de vista privilegiados, como Kumaravadivelu aponta em relação às fontes epistêmicas do inglês como língua internacional (na entrevista de Francisco, esse privilégio epistêmico dos países do Norte global também é mencionado pelo pesquisador em relação às Ciências Sociais, portanto não se limita ao universo do ILA). Por fim, essa ênfase opta por uma variante ainda supostamente “neutra” voltada à “comunicação eficiente”. Quando a famosa frase “o importante é a comunicação” entra em diálogo, sempre me pergunto se essa comunicação está ocorrendo com ou sem a conscientização de que os falantes são corpos situados nesse processo, trazendo uma língua heteroglóssica (carregada de diferentes vozes discursivas) para o centro da discussão, e que as escolhas linguísticas (bem como seus silêncios) são estabelecidas (reflexo) e ainda estabelecerão (refração) relações de poder e contribuirão com as formações identitárias situadas no diálogo, muito mais do que o uso de um simples instrumento “neutro” para um fim específico de comunicabilidade. No senso comum cotidiano, ainda não percebo essa observação sobre a língua em sua potencialidade heteroglóssica e sua carga ideológica.

Enfim, a ênfase claramente avança no sentido de uma organização não tão abstrata quanto à anterior, retirada do processo social após sua materialização, mas, especialmente nas LAs, acaba amiúde por instrumentalizar a ideia de língua, não questionando de quem e para quem essa supervalorizada comunicação ocorre. Essa visão também se encaixa na mercantilização dos pacotes linguísticos como produtos nos contextos privados de educação, com o aval científico dos estudos sobre as variações linguísticas enfatizando a

---

23 Podemos ter apenas uma versão irreal (ou, para usar uma terminologia mais familiar, idealizada) de quem é um falante nativo ou o que constitui a competência do falante nativo. Entretanto, isso não nos impediu de permitir que a episteme tomasse um controle abrangente sobre os sistemas de conhecimento que governam quase todos os aspectos do ensino e aprendizagem da língua inglesa. A episteme simboliza sistemas de conhecimento orientados para o Ocidente e baseados no Centro, dos quais os praticantes de *ELL* nos países periféricos dependem quase totalmente. É análogo a uma raiz comum da qual todas as raízes primárias e secundárias e radículas brotam lateralmente. Ele se espalha amplamente em termos da importância dada a questões como sotaque de falantes nativos, professores de falantes nativos, competências-alvo semelhantes aos nativos, métodos de ensino provenientes de universidades ocidentais, livros publicados por editoras ocidentais, agenda de pesquisa definida pelos experts com base central, periódicos profissionais editados e publicados nos países do Centro ... a lista é longa.

importância da comunicabilidade sobre a acurácia (mais prevista em metodologias mais focadas no código).

Para Kumaravadivelu, mesmo após muitos anos de críticas ao imperialismo linguístico e de reivindicações pela valorização do conhecimento local,

*[...] for all practical purposes, the native-speaker episteme has not loosened its grip over theoretical principles, classroom practices, the publication industry, or the job market. What is surely and sorely needed is a meaningful break from this epistemic dependency if we are serious about sanitizing our discipline from its corrosive effect and sensitizing the field to the demands of globalism and its impact on identity formation*<sup>24</sup> (Kumaravadivelu, 2012, p. 17-35).

Particularmente em diálogo com a observação de Kumaravadivelu sobre a formação das identidades (e com minha análise posterior sobre o relato dos respondentes e suas relações identitárias com o inglês), passo ao que os autores (Leffa e Irala) trazem sobre a terceira perspectiva, a ênfase na ideologia. Essa visão se aproxima das contribuições do círculo e dos anseios de Kumaravadivelu quanto à percepção do processo discursivo imperialista, focando particularmente na formação discursiva e identitária do sujeito e na carga ideológica dos processos linguísticos:

A ênfase na ideologia, finalmente, não vê a língua como um sistema abstrato, independente do sujeito, nem como instrumento de ação, usado pelo sujeito para agir sobre o mundo; vê a língua como a instância que constitui o sujeito. Inverte-se a relação sujeito/língua; não somos nós que a controlamos, mas é ela que nos controla (Lakoff, 1975). Há um processo de descentramento do sujeito (Hall, 2003), que não só se desloca do centro para a periferia, mas que deixa de ser o criador e usuário da língua, passando a ser criado e usado por ela. Se antes tinha uma identidade fixa e bem estabelecida, agora flutua na diversidade. Em vez da certeza da relação entre causa e efeito, obtém agora no máximo a probabilidade. Prevalece a instabilidade em vez da permanência (Leffa; Irala, 2014, p. 24).

Como exemplo dessa leitura sobre a língua como algo que nos “controla”, os autores mencionam Lakoff (1975), em sua *Language and Woman’s Place*, e Hall (2003), em sua *A identidade cultural na pós-modernidade*. Debruço-me então sobre a primeira a fim de esclarecer o trecho de Leffa e Irala sobre a língua nos controlar e nos usar. Creio que seja uma nota digna que explicação para o entendimento das afirmações dos autores, especialmente no sentido de que não somos “usados” pela língua simplesmente:

---

24 [...] para todos os fins práticos, a episteme do falante nativo não afrouxou seu controle sobre os princípios teóricos, as práticas de sala de aula, a indústria de publicações ou o mercado de trabalho. O que é segura e extremamente necessária é uma ruptura significativa com essa dependência epistêmica se formos sérios sobre higienizar nossa disciplina de seu efeito corrosivo e sensibilizar o campo para as demandas do globalismo e seu impacto na formação da identidade.



*Languages uses us as much as we use language. As much as our choice of forms of expression is guided by the thoughts we want to express, to the same extent the way we feel about the things in the real world governs the way we express ourselves about these things. Two words can be synonymous in their denotative sense, but one will be used in case a speaker feels favorably toward the object the word denotes, the other if he is unfavorably disposed*<sup>25</sup> (Lakoff, 1975. p. 45).

De forma geral, Lakoff defende que nosso uso da língua incorpora atitudes e significados, particularmente a língua voltada à construção social da mulher na sociedade, com foco na marginalidade forçosamente assumida por uma construção do feminino desde a forma como “devemos” falar até a forma com que “somos faladas” e entendidas socialmente<sup>26</sup>. Em suma, ela advoga que o discurso produzido socialmente sobre as mulheres em inglês é eufemístico, com papéis sociais dependentes e derivados dos papéis voltados aos homens (Lakoff, 1975). Pensando nessa derivação (a qual a autora exemplifica com usos de adjetivos específicos para ambos os gêneros), vale a simples analogia à narrativa bíblica sobre Adão e Eva, segundo a qual nós, mulheres, teríamos derivado de uma costela do homem em nosso primeiro momento sobre a Terra. Ou seja, até nossa origem como seres humanos precisa ser legitimada por uma narrativa religiosa de derivação, uma vez que a mulher é o “outro” na escala humana, ou como prefere Simone de Beauvoir (1989) em sua leitura sobre o papel da mulher, no *Segundo sexo*<sup>27</sup>. Atento ainda para o fato de essa origem ter sido garantida pela escrita nas línguas, por meio de uma narrativa concebida como sagrada, proposta para além da materialidade dos seres humanos. Da mesma forma, observando a língua, Lakoff defende que a formação identitária das mulheres estaria submersa na língua inglesa, e os conceitos funcionariam contra uma referência às mulheres como pessoas sérias, indivíduos completos. A partir dessa leitura, e em consonância com o que mencionei anteriormente sobre o Círculo, eu diria que a ênfase na ideologia não inverte a relação sujeito-língua, como propõem os autores, mas ela reconhece a língua como algo que (como prefere Lakoff) nos usa *tanto quanto* nós as usamos. Vejo aqui ainda um diálogo implícito com a heteroglossia proposta por Bakhtin nas afirmações de Lakoff, uma vez que esta reconhece a predominância ideológica refletida na língua e exercendo influência sobre a subjetividade e a formação identitária (nesse caso de uma construção de gênero). Por outro lado, quando os autores explicam a ênfase na ideologia como aquela em que a língua é vista como “a instância que constitui o sujeito”, eles dialogam indiretamente com a particularidade formadora de identidades implícita no conceito bakhtiniano da refração, uma vez que o contato com a língua atua na formação do indivíduo e não

25 As línguas nos usam tanto quanto nós as usamos. Assim como nossa escolha de formas de expressão é guiada pelos pensamentos que queremos expressar, a forma como nos sentimos sobre as coisas no mundo real governa a maneira como nos expressamos sobre essas coisas. Duas palavras podem ser sinônimas em seu significado denotativo, mas uma será usada no caso de um falante se sentir favoravelmente em relação ao objeto que a palavra denota, a outra se for desfavorável.

26 Há críticas à obra de Lakoff quanto ao entendimento de da autora sobre o uso das *tag questions* em inglês, mas me ateno aqui ao conjunto geral de suas afirmações referentes ao conceito de língua.

27 Em referência à obra de Simone de Beauvoir, traduzida para o português como *O segundo sexo*.



apenas refletindo seus padrões sociais por meio do reflexo (na mesma direção de Kumara-  
vadeivelu quando ele diz precisamos sensibilizar nossa área para o impacto do globalismo  
na formação da identidade).

Entendo que, quando se subverte uma ênfase em detrimento de outra, aparentemente a preocupação maior está em deslegitimar a anterior. Ou seja, se entendermos apenas a inversão dos papéis língua-sujeito, todo o progresso em relação à ênfase na função poderia ser desconsiderado a partir do entendimento da língua com ênfase na ideologia, pois em vez de uma complementação, falaríamos em inversão. Aqui então faço essa observação para cuidar que os diálogos se mantenham, valorizando-se o acréscimo filosófico sobre as visões de língua que, por fim, complementam-se mais do que se negam, ao menos em minha compreensão. Vale ainda ressaltar, na leitura desses autores, mais um detalhe sobre a ênfase:

A diversidade é celebrada e prega-se a intolerância a qualquer verdade que se pretenda universal, emanada da autoridade ou dos especialistas. Há uma tentativa de construção do conhecimento pelo diálogo e não pela transmissão, que se configuraria como um exercício de poder. Não é nem quem sabe mais transmitindo para quem sabe menos, mas quem pode mais colonizando a mente de quem pode menos (Cox; Assis-Peterson, 2021 apud Leffa; Irala, 2014, p. 24).

Aqui percebemos a influência do pensamento freiriano, uma vez que a proposta construtivista teve em Freire seu precursor e buscava diminuir uma hierarquização focada no que ele chamava de *Educação Bancária*. Finalmente as relações de poder passam a ser abertamente consideradas como constitutivas das relações linguísticas. Nesse ponto específico de seu texto, e diversificando a tradição epistêmica sobre o conceito de língua, Leffa e Irala reconhecem dois paradigmas sobre a aprendizagem, quais sejam, o *instruccionismo* e o *construtivismo*. Nesse aspecto, acrescento apenas que ambos (instruccionismo e construtivismo) são também constituintes do conceito de língua predominante no *ethos* de seus momentos, e ambos muitas vezes interpretados na tradição acadêmica sob a égide do pensamento clássico formal marcadamente presente nos séculos XX e XXI, ou seja, de forma mutuamente excludente e pouco dialógica. É claro que esse pensamento dicotômico clássico influencia inevitavelmente minha formação epistêmica. Por outro lado, o paradigma com ênfase na ideologia mencionado pelos autores, com o qual me identifico predominantemente mas não exclusivamente, está presente em meu trajeto discursivo como sujeito e como pesquisadora. Portanto, empenho-me ao mesmo tempo no reconhecimento da formação identitária por meio da língua quanto na desconstrução algumas dessas dicotomias e narrativas perpetuadoras de um pensamento clássico muitas vezes excludente. Na tentativa de desconstruí-lo e de trazer uma leitura mais dialética a esta pesquisa, procuro aqui sumariar minha concepção de língua que deverá ser pressuposta (não de forma engessada, mas em princípio) nesta pesquisa, e para dar continuidade a seus desenvolvimentos. Entendo que, sopesando autores mencionados e minha própria

experiência na área, posso conceber resumidamente a língua pelo reconhecimento das contribuições de tais correntes predominantes na Filosofia da Linguagem ocidental.

Primeiramente, como iniciei esta leitura com o Estruturalismo, gostaria de reconhecer as contribuições dessa corrente e de suas tradições anteriores naquilo que percebemos da língua sistematizada. Ocorre que o marco do Estruturalismo linguístico, em 1916, traz a própria observação sobre a língua no discurso hegemônico do século XX. Marcado por sistematizações e pensamentos estruturados na lógica formal clássica, em especial de correntes positivistas e cientificistas, o olhar sobre a língua passa a ocupar um lugar fortalecido no discurso acadêmico, ela passa a ser observada como objeto central de estudo. Para fins educativos e comunicativos, ela passa a ser observada e estudada em suas estruturas mais comuns, especialmente aquelas que partem dos discursos dominantes de seus momentos. Toda essa narrativa se constrói a partir de violências epistêmicas que hoje nos limitam no sentido de conhecer a construção do pensamento sobre a língua de povos subalternizados desde o início da expansão marítima europeia. Como comenta Walsh:

As ciências sociais e humanas contribuem para a lógica classificatória de nossos “olhos interiores”, diz Wynter, fazendo-nos observar, perceber, pensar e interpretar de uma lente cultural e epistemicamente condicionada, uma lente que impõe “limites sobre como podemos ver, conhecer e agir na ordem global e nacional; os limites, então, de nossa ‘Verdade’”(Wynter 1994: 61) que, ao mesmo tempo, esconde e nega outras verdades. É este modo de (mono ou uni) “Verdade” da ordem epistemológica vigente – com a sua hegemonia econômica e não ecossistêmica ou humana – que dá continuidade às ordens classificativas e disciplinares e aos seus “olhos internos” (Walsh, 2014, p.4).

Entretanto, mesmo reconhecendo essa contribuição opressora no comportamento social dos povos, inclusive por meio da língua, entendo essencial esse primeiro olhar sobre ela como passível de estruturação, organização e mesmo o questionamento sobre sua origem, seu desenvolvimento e seu papel. A partir dessa ênfase no sistema, surgem os discursos metalinguísticos, os aspectos formais das línguas, suas regras e padrões em formas documentáveis. Pela lente bakhtiniana, entendo que essa ênfase, mesmo que não se proponha a tal feito, observe a característica refletora da língua, refletora de realidades sociais tanto no que escolhe e documenta como “regra” quanto no que silencia, mas não coloca esse reflexo como ponto central de seu estudo, passando à observação do “objeto” por si mesmo. Sua estruturação é temporal, datada e marcada pelo poder hegemônico exatamente por sua origem discursiva, inclusive refletindo quem fala, para quem e com quais intenções. Essa corrente, com ênfase no sistema, já vinha sendo traçada (como proposto por Bakhtin) na tradição filosófica hegemônica (precisamente a religiosa) anterior a 1916, sofrendo influência dessa tradição, especialmente em seus aspectos de colonialidade discursiva. Ela seria então, em nosso processo epistêmico ocidental, uma tese a ser observada e criticada pelas ênfases vindouras.

Em seguida, observando a segunda ênfase (na função), reconheço a contribuição dessas correntes para uma concepção de língua passível de ser “utilizada” para ações sobre o mundo, por seus aspectos comunicativos. O conceito de língua passa a ser de instrumento, utilitário, mas isso necessariamente pressupõe a possibilidade de atuação dos sujeitos. Embora ainda vista como simples instrumento, e não um aparato inevitavelmente ideológico, a língua deixa de ser um sistema abstrato para ser reconhecida por sua utilização nas relações sociais. Essa característica é uma das mais importantes para o reconhecimento das línguas como possíveis instrumentos de transformação social, exatamente pelo foco em sua instrumentação. Se a ênfase no sistema, pela lente bakhtiniana, teria um foco no reflexo linguístico, a ênfase na função passaria a focar então na refração. Ou seja, ela coloca o sujeito como realizador das atividades, das competências linguísticas para a comunicação, e assim reconhece a língua como um instrumento por meio do qual esse sujeito atua no mundo. A atuação então é a refração, é o *agir sobre* como qualidade linguística. No entanto, por essa ênfase na função, a língua ainda se coloca como um instrumento utilitário relativamente “neutro”, o que viria a ser questionado na ênfase seguinte, na ideologia.

Esta, por sua vez, abordaria tanto aspectos de reflexo quanto de refração e, especialmente, o aspecto heteroglóssico da língua, pois passa a reconhecer as múltiplas vozes discursivas que lhe são presentes e ainda concebe a refração como parte da formação de identidades sociais. Em suma, para além de seu uso e de sua possibilidade instrumental, a estrutura construída socialmente pela língua direciona os sujeitos a seus aspectos identitários, comportamentais e de uso da própria língua. Dessa forma, entendo hoje a língua tanto como representativa (reflexo) quanto como atuante (refração) das e nas relações materiais e sociais humanas, não podendo desmembrar-se delas. Quando afirmamos que a usamos tanto quanto ela nos usa (se concordamos com Lakoff), apenas entendemos que nossas formações identitárias são fortemente influenciadas pela língua (e não como se ela fosse uma entidade dissociada da humanidade, como a afirmação pode sugerir). Aprofundando essa ênfase na ideologia, considero aqui também (como fundamento de minha pesquisa) a língua como heteroglóssica no sentido de aportar diversas vozes e discursos em seus processos de significação, com subdivisões dessas vozes em discursos ainda mais específicos. Sendo heteroglóssica, a língua é portadora de forças centrípetas unificantes e centralizantes, em direção aos interesses específicos de determinado grupo social e em direção ao entendimento comum de conceitos ideológicos, inclusive metalinguísticos e estilísticos, que podemos considerar hegemônicos. Concomitantemente, ela é portadora de forças centrífugas descentralizantes, em direção ao acolhimento de vozes e existências dissonantes, de discursos contra-hegemônicos e até mesmo de influências linguísticas que atuam sobre a unidade da protolíngua. Ressalto ainda nessa concepção (em acordo também com o Círculo), a característica dinâmica e constantemente ressignificável e ressignificante da língua, por manter as forças em constante atuação e diálogo, reconstruindo-se por disputas discursivas provenientes das relações sociais. Por essas características, tendo a concordar com a afirmação de Bakhtin sobre a língua ser *superpopulada* em seus processos de significação pelos indivíduos atuantes na interação social.

Para finalizar, sobre as relações sociais das quais ela é proveniente, considero a língua materializada na interação social (aspecto notável da ideia bakhtiniana), como meio pelo qual a sociedade poderia não apenas perceber-se (reflexo) como também concretizar-se e transformar-se (refração) em todos os seus conflitos e contradições; ou seja, considero-a passível de transformação em materialidades pelas quais tanto os processos individuais criativos quanto os processos de atuação social podem manifestar-se, especialmente por portar múltiplas vozes discursivas (heteroglossia). Assim, não creio que seja essencial escolher entre Locke ou Carter, entre “o grande instrumento e o laço comum da sociedade” ou o “poder, vida e instrumento de dominação e libertação”. A língua pode ser ambos, a meu ver, pela visão bakhtiniana: um instrumento pelo qual a sociedade funciona e se reflete, exatamente por ser um laço comum humano e dessa forma ser capaz de refletir até os padrões socioculturais mais sofisticados; da mesma forma, pode refratar tais padrões copiados ou transformados a partir de sua análise e observação, sendo assim um potencial de vida e um instrumento de cultura, de dominação e de libertação, como Carter advoga.

Dito isso, encerro aqui este capítulo contextualizador no qual busco delinear uma concepção de língua sobre a qual, embora sempre em construção, todos os demais devem ser escritos. E acredito que nossa maior contribuição social como educadores linguísticos possa estar direcionada a uma busca linguística (em inglês nesta pesquisa) cada vez mais próxima de uma concepção na qual as forças centrífugas da linguagem possam construir discursos em que o ambientalismo não seja uma descrição de percentual ínfimo, e em que o gênero, a classe e as etnias não sejam formas de marginalização flagrantes na sociedade. Acredito que, por conceber a língua como heteroglósica, possamos construir uma ELI interdisciplinar, fugindo um pouco da centralização do pensamento hegemônico, e até na direção das vozes contra-hegemônicas, entendendo nossa realidade como um todo discursivo cuja cooperação seja preponderante. O ambientalista, a língua e os processos de significação, assim, são meus estímulos emancipatórios centrais para esta pesquisa.

### 3. DELINEAMENTO DA PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

Na busca por contribuir como educadora linguística de inglês (especialmente na realidade brasileira), a partir dos estímulos emancipatórios, do conceito de língua delimitado anteriormente e de minha prática profissional desenhada pelos anos de atuação e pesquisa na área, levantei então as perguntas desta investigação a partir das seguintes questões de Segato:

A questão que nos convoca hoje a discorrer sobre as práticas decoloniais que fluem na contracorrente de um mundo totalizado pela ordem da colonialidade é tão ampla que outorga grande liberdade de resposta. Eu a reformulo desta maneira: onde estão sendo abertas as fissuras que avançam, hoje, desarticulando a colonialidade do poder, e como podemos falar delas? Que papéis desempenham as relações de gênero nesse processo? (Segato, 2012).

Portanto, minhas perguntas (entre tantas na busca emancipatória) seriam: onde estariam e quais seriam as *keywords* com potencial de fissurar as práticas lexicais da colonialidade heteropatriarcal e imperialista do inglês como LA no Brasil? Como poderíamos levantá-las dentro (e até fora) do contexto acadêmico? Por onde poderíamos começar? Para tanto, sigo com uma metodologia estimulada pelas propostas construtivistas e dialéticas e, portanto, talvez um pouco estranha para uns, um pouco tradicional demais para outros, e certamente marcada pela condição de pandemia que assolou o planeta nos anos de 2020 a 2022 e levou mais de setecentas mil vidas somente no Brasil, deixando-nos, trabalhadores, pesquisadores, educadores, em condições insalubres de trabalho e de estudos. O levantamento de dados foi elaborado nas seguintes etapas:

- (1) um questionário digital em formato de formulário direcionado, enviado por e-mail, respondido por escrito pelos pesquisadores convidados (Anexo II);
- (2) uma entrevista virtual, sendo a primeira em dupla e as cinco demais individuais (de acordo com as possibilidades dos participantes, transcrições no Anexo I).

Os pesquisadores convidados a este levantamento de dados foram contactados e demandados por mim a partir do privilégio (do qual desfrutei nos últimos doze anos anteriores) de conhecer diversas áreas de estudos nas universidades brasileiras pelas quais passei por meio de experiências acadêmicas e profissionais, especialmente na Grande São Paulo. Não procurei apenas brasileiros, mas também estrangeiros que pesquisassem no Brasil e tivessem, portanto, contato com o inglês e com o português como LAs (como é o caso de Andrès e Francisco). Devo ressaltar que, embora eu tenha pesquisado os currículos de todos esses pesquisadores antes de contactá-los, foi imensurável a aprendizagem da qual desfrutei ao conhecer suas pesquisas e seus contatos com o ILA durante as entrevistas

(esse contato com seus processos educativos foi possível apenas a partir das entrevistas, pois suas pesquisas ocorrem noutras áreas). Estas, por sua vez, foram imersões em novos e fascinantes universos de conhecimento emancipatório, e espero que as leitoras e leitores desta tese possam desfrutar de tais universos da mesma forma. Seguirei essa ordem do levantamento de dados para dar à leitura desta pesquisa um entendimento mais preciso.

No mês de setembro de 2020, já em contexto pandêmico, enviei por email o questionário (Anexo II) aos pesquisadores para a coleta de respostas, com prazo até dezembro de 2020. É importante ressaltar que, dos muitos pesquisadores que tive o privilégio de contactar em minha trajetória profissional e de pesquisa, busquei enviar o pedido àqueles que, dentro do grupo, pudessem trazer contribuições temáticas mais diversificadas. Ou seja, busquei pesquisadores de áreas diferentes, de forma a enriquecer os dados das *keywords* acadêmicas e contemporâneas levantadas. Em seguida, após uma pré-análise morfológica e fonológica dos conceitos apontados (conforme explicarei adiante), foram agendadas as entrevistas para a segunda etapa. De forma geral, as questões escolhidas neste primeiro momento (presentes no ANEXO II) buscam reconhecer os pesquisadores e suas respectivas áreas de pesquisa, bem como levantar suas *keywords* sob seu próprio ponto de vista num momento menos compartilhado, de preenchimento individual. Antes de lhes serem enviadas as questões, foi-lhes enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme aconselhamento de meu orientador no Brasil. Tal Termo segue também no anexo II, e as respostas ao questionário (aquelas que não comprometeriam a identidade dos respondentes) são aqui apresentadas e sistematizadas na análise dos dados. Ao final do compilamento dessas respostas, foram agendadas as entrevistas, as quais deveriam ocorrer presencialmente, mas passaram a ocorrer por chamada de vídeo devido à pandemia de Covid-19 e à consequente impossibilidade de agendamento de reuniões presenciais.

As entrevistas com os pesquisadores trouxeram as questões que preparei (abaixo elencadas) sobre as *keywords* que haviam sido previamente enviadas por eles no questionário, a fim de que eles pudessem observar os termos escolhidos de acordo com essas novas questões propostas. O questionário foi importante para me orientar quanto às questões e exemplos (nos casos em que houve necessidade) sobre tais *keywords*, além de conhecer mais de perto o universo desses pesquisadores e sua relação com a ELI (ou com suas experiências em EAL em inglês). Poucos dias antes da entrevista agendada, enviei-lhes ainda as questões previamente por e-mail para que eles pudessem pensar sobre suas respostas com antecedência e enriquecer suas contribuições com exemplos, como entendo que de fato tenha ocorrido por suas contribuições.

Naturalmente com base no levantamento teórico sobre as concepções de língua, *keywords* e palavras geradoras, montei as perguntas de forma que os respondentes, num primeiro momento, pudessem relatar sua experiência e suas relações com o ILA. Em seguida, apresentei as seguintes questões, de forma que pudessem avaliar suas próprias palavras-chave sob uma ótica direcionada ao que entendemos como tipicidades das *keywords*. Num

terceiro momento, questiono alguns pontos em relação àquilo que Freire e seus leitores (como descrevo no capítulo sobre as palavras geradoras) entenderam sobre elas a partir dos contextos reais dos aprendentes, lembrando que aqui claramente não estamos numa circunstância de Letramentos com adultos em sua LN (como ocorre no processo educativo freiriano típico), mas de uma relação de (re)conhecimento (ou não) dessas palavras como parte das rotinas dos pesquisadores e como geradoras (ou não) de novas realidades. As perguntas foram enviadas e feitas na seguinte ordem:

• Primeiro momento (relação dos pesquisadores com o inglês como LA):

- (1) Como foi, para você, lembrar (no questionário e nas perguntas anteriores) sua relação com o inglês na sua área de pesquisa?
- (2) Quais foram as maiores dificuldades ou facilidades de sua trajetória em inglês como Língua Adicional (ou Língua Estrangeira, se preferir)? (ex: onde, como e quando entrou em contato pela primeira vez, teve acessos ou teve de estudar sozinha(o))
- (3) Você entende que sua trajetória de ELI tenha sido emancipadora?
- (4) Como você entende o papel das línguas (Nativas, Adicionais...) em suas temáticas de pesquisa?

• Segundo momento (sobre as *keywords*):

- (5) Suas três *keywords* (ou algumas delas) pertence(m) a um grupo de palavras relacionadas entre si e que tipicamente ocorrem em conjunto em suas pesquisas, textos ou áreas de trabalho?
- (6) Em havendo, qual ou quais de suas três *keywords* apresentam em suas áreas múltiplos significados (noutras situações ou na própria pesquisa), mas acabam condicionadas a um significado atual dominante?
- (7) Em havendo, qual ou quais de suas três *keywords* apresenta(m) um status de palavras ou conceitos indicativos de *conceitos sociais, práticas e normas e ordens* ou mesmo temas específicos de estudos?
- (8) Em havendo, qual ou quais de suas três *keywords* tem/têm seus significados contestável(is), cujo entendimento completo requiera uma análise profunda?

Aqui eu gostaria de fazer um aparte autocrítico, pois o termo *completo* da questão oito, além de estar em desalinhamento com grande parte de minhas considerações gerais sobre a língua e sobre os processos de significação, é fruto de uma leitura equivocada do trecho de Marnie Holborow sobre as características das *keywords*. Quando ela diz “a natureza contestada de seus significados, cujo conteúdo completo requer mais do que uma análise puramente linguística”, ela se refere a um conteúdo completo dos significados dessas palavras, e não a um “entendimento completo” delas como eu posso ter deixado entendido



na última questão (“*the contested nature of their meanings whose full content requires more than a purely linguistic analysis*”). Dessa forma, minha leitura pode ter causado mal-entendidos nas respostas dos pesquisadores, e não a descobri a tempo de reformulá-la antes das entrevistas. Questiono se seria possível buscar um entendimento completo de algum termo nas línguas. Da mesma forma, meu orientador no Brasil atentou para tal problema posteriormente às entrevistas, pontos estes que me fizeram buscar a origem do mal-entendido e a escrita deste trecho autocrítico.

- Terceiro momento (algumas características das palavras geradoras):
- (9) Suas *keywords* estão próximas da realidade em que vivem ou observam? Se sim, qual/quais?
  - (10) Em havendo, qual ou quais de suas três *Keywords* é/são capaz(es) de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa para os estudantes ou mesmo os pesquisadores?

Assim, em diálogo com a fundamentação teórica já mencionada, busco consubstanciar conceitos e direcionar o entendimento de LAs no *ethos* social contemporâneo. Com o questionário que apresentei, levantei as *keywords* dos pesquisadores num primeiro momento, e durante a entrevista lancei questões sobre esses termos para que eles refletissem e respondessem sobre suas escolhas. Dessa forma, elaborei um levantamento das três *keywords* de cada área estudada pelos pesquisadores, e posteriormente, a partir de suas respostas, optei pela análise de uma delas em cada caso, utilizando os critérios (tanto meus quanto dos respondentes) que explicarei durante o diálogo com os dados.

### 3.1 ASPECTOS QUALITATIVOS DESTA PESQUISA

Com os andamentos sobreditos, esta pesquisa apresenta as características qualitativas de análise etnográfica. Baseio-me especialmente na literatura de Creswell e Creswell (2017), segundo os quais os procedimentos desse tipo dependem de texto e de imagem por etapas únicas na análise de dados, além de recorrerem a diversas estratégias de investigação (Creswell; Creswell, 2017, p.173). As formas de investigação que apresento são variadas em questionário, entrevista e análise de termos interdisciplinares. Além dessas estratégias, e seguindo os pontos de características mencionadas pelos autores quanto aos estudos qualitativos, menciono sobre este projeto ainda o *cenário natural* (*natural setting*). Os autores explicam que uma das principais características de pesquisas qualitativas é a de que os pesquisadores costumam coletar dados no local onde os participantes vivenciam a questão, eles não trazem indivíduos para um laboratório ou para uma situação planejada ou enviam instrumentos aos participantes (Creswell; Creswell, 2017, p.175). Como a pesquisa do questionário foi feita toda durante o ano de 2020, no qual enfrentávamos a séria



pandemia de coronavírus, os participantes estavam, em maioria, no ambiente doméstico (tanto ao responder o questionário quanto durante as entrevistas) já então transformado em ambiente de trabalho remoto. Por um lado, posso dizer que enviei instrumentos para os indivíduos preencherem, mas entendo que o item do *cenário natural* tenha sido preservado, mesmo que diferentemente, pois não os levei a um laboratório de línguas ou outro local específico de pesquisa. Eles puderam, inclusive, consultar fontes de suas próprias pesquisas para recordarem os termos principais, pois o questionário foi enviado para ser preenchido de forma assíncrona, apenas com o prazo de dezembro de 2020. No entanto, criei algumas situações planejadas, como as entrevistas que agendei, e enviei alguns instrumentos guias no questionário como forma de orientação aos pesquisadores, como as opções de uso do inglês na vida profissional dos respondentes (coloquei como tópicos prontos de preenchimento no questionário, Anexo II). Nessa parte, deixei ainda a opção *outros* para livre escolha desses usos pelos respondentes. Acreditei ser importante dar as primeiras opções para que os pesquisadores pudessem lembrar-se facilmente de momentos em que se valeram da língua ou tiveram a necessidade de utilizá-la em suas pesquisas. Além disso, imaginei que tais opções pudessem trazer à tona reações de afeto ou desafeto com o uso do inglês para a lembrança na escolha de suas *keywords*, reações sobre as quais procuro refletir indiretamente na entrevista com as primeiras questões, relacionadas a suas primeiras experiências com ILA. É estranho dizer que algo tenha sido *natural* nos anos de 2020 e 2021, mas entendo que os indivíduos de minha pesquisa estiveram em ambientes domésticos em sua maioria, portanto não foram levados a um local específico para a coleta de dados.

Além do *cenário natural* (embora pitoresco e transformado neste caso), os autores entendem ainda que a presença da pesquisadora seja fundamental para o entendimento da pesquisa qualitativa (Creswell; Creswell, 2017, p.175). Uma vez que investigo termos de pesquisadores em inglês e sua relação com ILA, bem como o arcabouço teórico ao redor dos Letramentos, não excluo naturalmente minha experiência profissional na área (e tampouco na área de tradução e literatura), seja na orientação dos pesquisadores respondentes, seja na análise dos dados. Isso se deve ainda pelo fato de meu entendimento de língua, como já mencionado, estar fortemente vinculado à visão de não neutralidade, ou seja, de reconhecimento do fator ideológico intrínseco nas manifestações linguísticas, mesmo que buscando sempre não cair em interpretações deterministas. Enfim, as entrevistas aos participantes, bem como a elaboração do questionário, foram montadas e aplicadas por mim, com o apoio do orientador.

Outro aspecto qualitativo considerado importante para os autores é a coleta de dados por meio de múltiplas fontes e formas:

*Multiple sources of data-Qualitative researchers typically gather multiple forms of data, such as interviews, observations, and documents, rather than rely on a single data source. Then the researchers review all of the data, make sense of it, and organize it into categories or themes that cut across all of the data sources (Creswell; Creswell, 2017, p.175).*

Nesse caso, proponho-me exatamente a esse tipo de ação, em que pesem ao menos as duas formas, escrita no questionário e oral/visual e virtual na entrevista, para a (re)criação de sentidos e a organização temática. Ainda, a revisão dos dados é feita no momento das análises, com a efetiva opção justificada pelas *keywords* de impacto interdisciplinar, contemporâneo e emancipador. Além dessa organização temática, os autores ainda ressaltam como característica da pesquisa qualitativa a análise indutiva de dados, por meio da qual:

*Qualitative researchers build their patterns, categories, and themes from the bottom up, by organizing the data into increasingly more abstract units of information. This inductive process illustrates working back and forth between the themes and the database until the researchers have established a comprehensive set of themes. It may also involve collaborating with the participants interactively, so that participants have a chance to shape the themes or abstractions that emerge from the process*<sup>28</sup> (Creswell; Creswell, 2017, p.175).

O que chamam de *análise indutiva*, portanto, são análises que partam de observações durante a pesquisa, passando das figuras mais específicas (como os respondentes, as *keywords* e os dados coletados) para figuras mais gerais, como os processos de significação dos termos e as categorizações que faço a partir desses processos. Dessa forma, fico aberta a novos conhecimentos, a relações dos respondentes com o ILA e com os termos escolhidos. Isso se repete na próxima etapa, em que os autores entendem como critério da pesquisa qualitativa os próprios significados dos participantes sobre o problema ou questão (como ocorre muito nas falas de Andrès e Francisco sobre as línguas). Aqui, pelo próprio questionário e pelo levantamento de respostas dos participantes, fica clara a importância de seus processos de significação e de suas relações com a língua a partir as experiências deles. Ademais, eles ainda mencionam um desenho emergente:

*Emergent design - The research process for qualitative researchers is emergent. This means that the initial plan for research cannot be tightly prescribed, and all phases of the process may change or shift after the researcher enters the field and begins to collect data. For example, the questions may change, the forms of data collection may shift, and the individuals studied and the sites visited may be modified. The key idea behind qualitative research is to learn about the problem or issue from participants and to address the research to obtain that information*<sup>29</sup> (Creswell; Creswell, 2017, p.175).

---

28 Análise de dados indutiva – pesquisadores qualitativos constroem seus padrões, categorias e temas de baixo para cima, organizando os dados em unidades cada vez mais abstratas de informação. Esse processo indutivo ilustra o trabalho para frente e para trás entre os temas e o banco de dados até que os pesquisadores tenham estabelecido um conjunto abrangente de temas. Também pode envolver a colaboração interativa com os participantes, de modo que os participantes tenham a chance de moldar os temas ou abstrações que emergem do processo.

29 Desenho emergente - O processo de pesquisa para pesquisadores qualitativos é emergente. Isso significa que o plano inicial de pesquisa não pode ser rigidamente prescrito, e todas as fases do processo podem mudar ou transformar-se depois que o pesquisador entra no campo e começa a coletar dados. Por exemplo, as perguntas podem mudar, as formas de coleta de dados podem mudar e os indivíduos estudados e os locais visitados podem ser modificados. A ideia-chave por trás da pesquisa qualitativa é aprender sobre o problema ou questão com os participantes e abordar a pesquisa para obter essa informação.

Esse critério específico da pesquisa qualitativa é constantemente presente em meu trabalho, inclusive admito certa dificuldade em lidar com tais questões, com as mudanças de paradigmas, com a necessidade de buscar outras fontes (e outros pesquisadores de diversas áreas), muitas vezes estranhas aos meus hábitos dentro da área de Letras. Além da situação de pandemia, houve inúmeras mudanças cujos caminhos me fizeram questionar escolhas prévias, alterar questões, autores estudados e até linhas de pensamento e enfoques temáticos. No entanto, esse processo educativo na relação com os respondentes foi de extrema relevância para o resultado da pesquisa (bem como para meu processo educativo individual).

Outro fator importante sobre a pesquisa qualitativa apontada pelos autores é o uso de lentes teóricas, tais como o conceito de cultura, diferenças raciais, de classe ou gênero (Creswell; Creswell, 2017, p.176), itens que considero vitais nesta pesquisa pois, para visualizar os estudos, parto dos pressupostos de língua, sociedade e *keywords*. O conceito de cultura, disperso nas redações desta tese, também é uma lente de visualização considerada para a etnografia, cujo enfoque na área acadêmica (meus respondentes são pesquisadores) estabelece certas premissas em comum. Em minhas análises também há uma lente sempre alerta sobre gênero, raça e classe. No entanto, até pelo meu próprio pressuposto de quebra do paradigma da suposta neutralidade, discordo parcialmente dos autores sobre esse item como critério específico das análises qualitativas, pois não acredito que possa haver qualquer pesquisa sem lentes teóricas (mesmo aquelas que se proponham como quantitativas ou estritamente objetivas). Por outro lado, entendo a descrição do critério como forma educativa de classificação para casos autodeclarados como tal, bem como de uma definição prévia e aceita pelo pesquisador como uma realidade mais flexível. Reforçando tal aspecto, eles ainda ressaltam a característica interpretativa da pesquisa qualitativa:

*Qualitative research is a form of interpretive inquiry in which researchers make an interpretation of what they see, hear, and understand. Their interpretations cannot be separated from their own backgrounds, history, contexts, and prior understandings. After a research report is issued, the readers make an interpretation as well as the participants, offering yet other interpretations of the study. With the readers, the participants, and the researchers all making interpretations, it is apparent how multiple views of the problem can emerge*<sup>30</sup> (Creswell; Creswell, 2017, p.176).

Da mesma forma que ressalvo no item anterior, creio que toda leitura de mundo seja, de certa forma, interpretativa, não podendo uma pesquisa desvincular-se dessa característica. No entanto, esta tese não é uma leitura supostamente dissociada: ela já é feita em primeira pessoa (marcando na língua a presença da pesquisadora, minha subjetividade, a

---

30 A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa na qual pesquisadores fazem uma interpretação do que veem, ouvem e entendem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas próprias origens, história, contextos e entendimentos anteriores. Depois que um relatório de pesquisa é emitido, os leitores fazem uma interpretação, assim como os participantes, oferecendo ainda outras interpretações do estudo. Com os leitores, os participantes e os pesquisadores fazendo interpretações, é evidente como podem surgir várias visões do problema.

hegemonia e a contra-hegemonia com as quais convivo) e já se coloca de início como uma interpretação cujas lentes não se poderiam desvincular. Ou seja, além de *ser*, esta pesquisa *se coloca* claramente como tal.

Os autores apontam mais um fator importante com o qual identifico esta tese, que é a busca do pesquisador por um *relato holístico* do problema, esboçando aqui um quadro amplo diante da questão estudada, ou como eles explicam, um “modelo visual de muitas facetas” (Creswell; Creswell, 2017, p.176). Nesse critério, acredito (e espero) que eu tenha desenvolvido uma análise dialética dos problemas ou tópicos relacionados às *keywords* e às *palavrações*, ou seja, considerando diversos pontos de vista, reconhecendo contradições e forças opositoras nos processos de significação, entendendo tais processos como transitórios, aceitando a presença de mudanças graduais e em forma de espiral em detrimento de imagens circulares ou retas. Portanto, caso minha análise tenha sido bem-sucedida em tais pontos, creio que acabaram por delinear uma imagem complexa, esboçando por fim um quadro mais amplo da sociedade contemporânea e sua relação com o ILA, especialmente no ambiente acadêmico, cuja linguagem também é “superpopulada com a intenção de outrem”, como afirma Bakhtin (2010).

### 3.2 INTER OU TRANSDISCIPLINARIDADE: RUPTURA DA ALIENAÇÃO POLÍTICA

As tendências pós-modernas da interdisciplinaridade vêm como resposta das vozes transformadoras às formas do capitalismo industrial, o qual separou e desumanizou o conhecimento na modernidade analogamente aos padrões de produção industriais que alienam o trabalhador tanto do resultado quanto do acesso ao produto obtido pelo seu trabalho. Essa transformação vem sendo incorporada de forma bastante tímida, mas vem acontecendo como fenômeno acadêmico. Naturalmente a exigência sobre o pesquisador e o trabalhador ainda parecem mais fortes em relação a uma repentina formação *integral* do que às próprias organizações sociais e políticas, como o sistema capitalista ainda calcado na exploração e expropriação do indivíduo. Como explica Pires:

As relações de produção capitalista dão origem a diferentes processos de ruptura e alienação do gênero humano enquanto tal. As instituições educativas (a família, a escola e outras) sempre estiveram vinculadas às relações de produção. Com a Revolução Industrial, a escola vai-se consolidando como principal instituição de formação para o trabalho, não só em sua dimensão técnica - o capital beneficiou-se da desqualificação do trabalhador - mas principalmente em sua dimensão política: a formação cultural ideológica dos indivíduos para o trabalho industrial. Esta dimensão diz respeito à formação dos indivíduos para as novas relações de trabalho, na indústria, fundamentadas no controle do tempo, na eficiência, na ordem e disciplina, na subserviência etc (Pires, 1998).

Essa observação sobre uma dinâmica fragmentada, por sua vez, é denunciada também pelas propostas freirianas de combate à chamada Educação bancária (como procuro explicar no capítulo sobre as palavras geradoras). No entanto, como observado pelos estudos de Bakhtin e seu círculo, a heteroglossia da língua se caracteriza exatamente pelo convívio das diferentes vozes discursivas, mesmo que com a predominância dos discursos dominantes. Pires confirma indiretamente essa contradição das vozes discursivas num paralelo de realidade das contradições escolares:

O ensino convive com a contradição que historicamente existe em seu interior. De um lado, coloca-o a serviço da formação das elites dirigentes e, de outro lado, produz conhecimentos críticos para a interpretação das relações sociais contraditórias que conduzem a seu enfrentamento e transformação. Neste espaço, a organização curricular fragmentada e desarticulada, disciplinar, reflete a cisão histórica das atividades humanas imposta pelo modelo industrial à maioria das populações (Frigotto 1995a). A rígida barreira existente entre as disciplinas, imposta pela ciência moderna às atividades de pesquisa e ensino (Almeida Filho, 1997) reflete o trabalho industrial no qual o homem moderno, concretamente, vive sua atividade básica. Correndo o risco da simplificação desta idéia, pode-se dizer que o conhecimento veiculado nas escolas vem sendo organizado de forma tão estanque e fragmentado como a organização do trabalho industrial que coloca o indivíduo como objeto de ação parcial e obriga-o a constituir-se em um homem dividido, alienado, desumanizado (Pires, 1998).

Dessa forma, as vozes discursivas da disciplinaridade refletem o interesse dos grupos de poder econômico e ideológico por meio de uma formação do indivíduo alienado, especialmente de sua identidade socioeconômica (economia e matemáticas financeiras), das formas de organização da polis (política) e de suas potencialidades como participante dessa organização social (direito, cidadania, sociologia).

Particularmente, posso dizer que tive majoritariamente uma Educação de base (hoje chamamos de Ensino Fundamental, Médio e Superior no Brasil) bastante fragmentada, fomentada pela formação disciplinar. Individualmente, essa cisão também foi estimulada pela minha fascinação com as estruturas linguísticas e com a LN e as LAs (as quais, para mim, sempre foram *adicionais*, embora eu não houvesse optado por esse uso como faço agora). Isso dificultou amiúde as análises interdisciplinares que me desafiei a fazer nesta tese, mas mantenho esse desafio por entender que a EL não deveria ser disciplinar exatamente para impulsionar as vozes transformadoras referentes a uma educação cidadã e politizada, dando força aos discursos de setores mais participativos. Além disso, durante as entrevistas com os pesquisadores de outras áreas, notei como essa preocupação com a transformação da sociedade pode estar presente em vários contextos acadêmicos. Pires também acredita que os setores mais críticos da sociedade venham denunciando a situação e buscando superá-la:

A atual reorganização do capitalismo internacional (com características de pós-modernidade, pós-industrialismo, nova revolução industrial, revolução internacional - todos estes são conceitos polêmicos que não cabe aqui discutir) traz modificações no mundo do trabalho (Antunes, 1995) e como não poderia ser diferente, na organização do ensino. As novas tecnologias presentes no trabalho industrial reorganizam as relações de trabalho e de produção. O *taylorismo* e o *fordismo* como modelo até então estabelecido começa a dar lugar a novos modelos como o *toyotismo*, por exemplo. Isto significa dizer que o controle do tempo, a produção em série e a massificação do trabalhador coletivo, que predominaram nas relações sociais de produção durante todo este século [então século XX] e que são a expressão do caráter fragmentado, alienador e desumanizador da organização do trabalho industrial, vêm sendo substituídos, ou pelo menos vêm convivendo com uma tendência de flexibilização nas formas organizativas, pelo estabelecimento de novos padrões de controle (gestão participativa, por exemplo) e pela busca da *qualidade total*, entre outras inovações (Pires, 1998).

Acredito que, já em nossa realidade de século XXI, a convivência da massificação do trabalhador com uma nova tendência de flexibilização apontada pela autora esteja mais presente do que a substituição de uma por outra. Observo, por exemplo, por trabalhar numa universidade cuja proposta de interdisciplinaridade seja um dos pilares pedagógicos, inevitavelmente os indivíduos, (como eu mesma) temos uma formação disciplinar calcada em valores e organizações mentais do século XX, o que não impossibilita os trabalhos interdisciplinares, mas garante as contradições e dificuldades dessa convivência discursiva e material. A autora acredita ainda que, apesar de tais transformações, a realidade brasileira ainda seja calcada na fragmentação curricular insuficiente para o enfrentamento da prática social (ela fala da perspectiva do século XX, mas ainda podemos observar tais fragmentações neste século XXI). Entretanto, ela faz um apontamento importante às novas exigências de qualificação (que sempre sobrecarregam os próprios trabalhadores, a meu ver), pois entende que os meios de produção exigem, nessa nova realidade, trabalhadores mais flexíveis e com formações mais abrangentes, com uma base técnica e científica “constituída fundamentalmente pela informática” (Pires, 1998). Ou seja, mais um detalhe que ainda podemos observar no século atual, as transformações de exigência mercadológica se concentram na tecnologia (cuja importância não pretendo diminuir) em detrimento da formação social e cidadã, pois:

Assim como as formas vigentes até então, de trabalho parcializado e mecânico, influenciaram a organização de toda vida social, inclusive da escola e dos currículos escolares, esta nova situação traz uma tendência de maior flexibilidade na formação dos indivíduos. No entanto, estas modificações nas condições materiais de produção ainda estão muito longe de superar a alienação e a desumanização no campo do trabalho. O desenvolvimento completo, pleno, consciente e universal do ser humano exige muito mais do que modificações nas formas de exploração

do trabalho; exige, de forma radical, a superação da própria exploração. De forma semelhante, a multidisciplinaridade, reflexo da multifuncionalidade, também é insuficiente para superar os problemas de fragmentação e desarticulação dos currículos nas escolas (Pires, 1998).

Assim, se a multidisciplinaridade viria como um reflexo da multifuncionalidade, ela já seria mais uma exigência do mercado do que uma formação direcionada à politização dos indivíduos. Para tal compreensão, valho-me ainda da mesma autora, que explica os três conceitos (multi, inter e transdisciplinaridade) e acredita que eles venham de referenciais teórico-filosóficos inconciliáveis. Para ela “Poder-se-ia dizer que na multidisciplinaridade as pessoas, no caso as disciplinas do currículo escolar, estudam *perto* mas não *juntas*” (Pires, 1998). Ela faz ainda uma crítica a um possível *vale-tudo* que poderia estar presente nas propostas de transdisciplinaridade:

A transdisciplinaridade insere-se na busca atual de um novo paradigma para as ciências da educação bem como para outras áreas, como na saúde coletiva, por exemplo (Almeida Filho, 1997). Busca, como referência teórica, o *holismo* e a teoria da complexidade, que, embora venham se constituindo em um referencial interessante, ainda estão pouco compreendidos (Grün, 1995). A totalidade, anunciada para o *holismo* tem sido tomada de forma factual; total é *tudo* e, assim, pode apresentar um caráter de a-historicidade. A totalidade não se esgota na soma das partes, mas constitui-se, num outro patamar, na síntese histórica da realidade. A ideia de rede, ou de comunicação entre os campos disciplinares parece reforçar esta tendência a-histórica. Sobre a idéia de rede discute Almeida Filho (1997) que, ao contribuir para uma *redefinição do modelo de transdisciplinaridade*, coloca o indivíduo, o sujeito da prática cotidiana, no caso, da prática pedagógica, como eixo das interações e, assim, pode-se identificar aqui a necessidade de historicizar as interações. Sujeitos - ou indivíduos - históricos, sociais, agentes sociais. Neste sentido, o caminho epistemológico da transdisciplinaridade parece comprometido pela desvalorização da materialidade histórica da organização da sociedade e da construção do indivíduo pela educação e pelo ensino. Assim, superação do caráter fragmentado da organização do ensino exige que se considerem as relações sociais fragmentadas da organização capitalista. Um *vale tudo* neste sentido é preocupante por correr o risco de não ir às últimas consequências na necessidade de transformação social para e pela construção de um projeto de ensino que tenha o processo de humanização do indivíduo como meta, humanização só possível na perspectiva de transformação da sociedade atual (Pires, 1998).

A partir dessa crítica a uma potencial centralização no indivíduo em detrimento do processo humanizatório historicizado e socializado como processo formativo desse indivíduo (novamente a discussão sobre indivíduo e sociedade que havíamos observado com o Círculo e seus leitores), a autora acaba por advogar em favor da interdisciplina-



ridade por seu caráter mais claramente comprometido com a crítica à organização da sociedade capitalista:

A interdisciplinaridade apareceu, então, para promover a superação da superespecialização e da desarticulação teoria e prática, como alternativa à disciplinaridade. Já aqui percebe-se que as discussões acerca da interdisciplinaridade têm inspiração na crítica à organização social capitalista, à divisão social do trabalho e a busca da formação integral do gênero humano (Pires, 1998).

Nesse sentido, a inspiração desta tese, como expliquei nos capítulos sobre os estímulos e buscas emancipatórias, já estaria formada na ideia de promover uma superação da desarticulação disciplinar calcada na organização compartimentada da divisão do trabalho, como a autora explicou, direcionando as temáticas de ELI para uma formação social mais politizada e conscientizada, reconhecendo as potencialidades da língua heteroglóssica no processo educativo. Nesse aspecto específico, nessa intenção interdisciplinar ao menos, entendo que esta pesquisa dialogue com características dessa proposta interdisciplinar.

Por outro lado, em relação à discussão específica entre *inter* ou *transdisciplinaridade*, Morin, Nicolescu e Freitas defendem a ideia de transdisciplinaridade argumentando que ela faria emergir novos dados da confrontação das disciplinas, dados que as articulariam entre si, oferecendo ainda uma nova visão da natureza e da realidade:

A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa. [...] O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções através e além das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta por um novo olhar, sobre a relatividade das noções de definição e objetividade. O formalismo excessivo, a rigidez das definições e o absolutismo da objetividade comportando a exclusão do sujeito levam ao empobrecimento (Morin; Nicolescu; Freitas, 1994. p.2-3)

Ainda advogando pela transdisciplinaridade, os autores acreditam que, com relação à *inter* e à *multidisciplinaridade*, a *transdisciplinaridade* seja multidimensional, pois “[I]nvocando em conta as concepções do tempo e da história, a transdisciplinaridade não exclui a existência de um horizonte trans-histórico” (Morin; Nicolescu; Freitas, 1994. p.3). Nesse aspecto específico, procuro pontuar e marcar o tempo de todas as observações analisadas, considerando os sujeitos (respondentes e pesquisadora) em seus momentos específicos marcados pela pós-modernidade dos anos 2020 em diante. Por outro lado, ainda observando esta pesquisa, os autores explicam que, em relação às contraposições a um nacionalismo fundamentalista:

O reconhecimento da Terra como pátria é um dos imperativos da transdisciplinaridade. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade, mas, a título de habitante da Terra, é ao mesmo tempo um ser transnacional. O reconhecimento pelo direito



internacional de um pertencer duplo - a uma nação e à Terra - constitui uma das metas da pesquisa transdisciplinar (Morin; Nicolescu; Freitas, 1994, p.2-3).

Aqui, acredito que minha pesquisa também dialogue com as bases da transdisciplinaridade, uma vez que se propõe, até mesmo por seu caráter translinguístico (inglês e português), a entender os sujeitos como habitantes do planeta antes mesmo de suas diversas nacionalidades. Recorro então a Bourguignon, pois ele acredita que na *interdisciplinaridade*, as disciplinas seriam chamadas a cooperar para alcançar um objetivo comum a várias, como validar uma teoria ou interpretar dados; além disso, a cooperação das ciências humanas com a história teria ampliado e enriquecido a perspectiva histórica clássica, entre outros casos que menciona (Bourguignon, 1997). O autor advoga pela *transdisciplinaridade*, no entanto, na medida em que reconhece que a *multi* e a *interdisciplinaridade* teriam avançado no progresso científico trazendo vínculos entre as disciplinas, porém não teriam modificado a atitude humana em relação ao conhecimento. Para ele, a *transdisciplinaridade* teria ido além do reconhecimento do valor e da validade das disciplinas (Bourguignon, 1997). Acredito que seja nesse “ir além” que talvez Pires tenha percebido um perigoso *vale-tudo* dos saberes, mas Bourguignon defende o transdisciplinar como uma etapa além das interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, situando essas ligações num sistema sem fronteiras estáveis entre as disciplinas. Ele acredita também que seja difícil situar no tempo o surgimento da palavra *transdisciplinaridade*, lembrando uma referência mais precisa no trabalho de Piaget em 1970 num simpósio sobre *interdisciplinaridade*, em que Piaget sugere a sucessão de um estágio superior à *interdisciplinaridade* que seria, por sua vez, *transdisciplinar*, situando as ligações entre pesquisas dentro de um sistema sem fronteiras. Desde então, ele conta que vários autores, particularmente na França, têm se esforçado para esclarecer sua concepção de *transdisciplinaridade* (Bourguignon, 1997). Em sua conclusão, o autor advoga que essa primeira concepção de *transdisciplinaridade* já teria evoluído para uma nova ideia, que seria de definir um novo humanismo que restituiria sentido à vida a partir de uma perspectiva antropocêntrica e universal (Bourguignon, 1997), e acrescenta:

*Sous l'impulsion de B. Nicolescu (1996), la transdisciplinanté se propose maintenant, au-delà des disciplines, d'approfondir la compréhension du monde présent et de réfléchir à la place de l'Homme dans la Nature. Face au développement accéléré et envahissant des technosciences, elle voit dans l'application de l'esprit transdisciplinaire à toutes les dimensions de la vie humaine un moyen de changer l'orientation de notre civilisation. Il s'agirait en somme de retourner le projet cartésien en unifiant le savoir morcelé et en substituant à l'efficacité et à la maîtrise des techniques la poursuite du développement de l'Homme<sup>31</sup>* (Bourguignon, 1997).

---

31 Sob o impulso de B. Nicolescu (1996), a transdisciplinaridade se propõe agora, para além das disciplinas, a aprofundar a compreensão do mundo presente e refletir sobre o lugar do homem na Natureza. Diante do desenvolvimento acelerado e generalizado das tecnociências, ela vê na aplicação do espírito transdisciplinar a todas as dimensões da vida humana um meio de mudar a orientação de nossa civilização. Em suma, tratar-se-ia de reverter o projeto cartesiano unificando o conhecimento fragmentado e substituindo a eficiência e o domínio das técnicas pela busca do desenvolvimento humano.

Considerando então tais aspectos e críticas apresentados pelos autores, e compilando essas preocupações e defesas de uma ou outra forma de análise, entendo que minha pesquisa tenha se aproximado dos conceitos de interdisciplinaridade no sentido de buscar superar a desarticulação disciplinar calcada na divisão social do trabalho, buscando uma ELI situada e politizada a partir da concepção de heteroglossia da língua. Por outro lado, acredito que ela dialogue também com a transdisciplinaridade no concernente aos aspectos planetários do indivíduo, ao visualizar o sujeito como um ser, antes de nacional, universal, humano, planetário. Ainda, se o entendimento de transdisciplinaridade for voltado ao caráter de visitação e de trânsito entre as disciplinas, esta pesquisa também poderia classificar-se como tal. Creio ainda que ela busque o desenvolvimento humano, mas não em detrimento do domínio das técnicas e da eficiência, e sim em busca de uma formação humanizada delas. Posso considerar que ela se situe na interação e na reciprocidade entre pesquisas especializadas (muitos de meus respondentes já apresentam aspectos inter e transdisciplinares em suas pesquisas). Na medida em que as *keywords* e *palavras-chave* são levantadas e avaliadas, minha própria disciplinaridade de formação vem como circunstância situada de interação disciplinar.

Há momentos em que podemos observar essas fronteiras mais ou menos delimitadas entre as disciplinas, mas não saberia afirmar com exatidão em que ponto meu estudo tenha conseguido atingir os objetivos de *inter* ou de *transdisciplinaridade*. Em suma, para concluir suas tendências, esta pesquisa dialoga com a *interdisciplinaridade* naquilo que ela produz como resposta ao modelo capitalista industrial de fragmentação do conhecimento. Entendo as preocupações de Pires em relação a um perfil que poderia beirar o negacionismo histórico por sua relativização da verdade científica. Não creio que essa seja a busca intencional da *transdisciplinaridade*, especialmente após as falas dos autores que a sustentam, mas mantenho meu alerta sempre aceso para que isso não ocorra em minha pesquisa, especialmente porque vivemos um período de negacionismo científico cujos resultados têm sido observados em nosso cotidiano (os grupos antivacinas ou terraplanistas, por exemplo, emergentes durante a também emergente volta de grupos neofascistas). De qualquer forma, escrevo esta pesquisa marcando a importância de situar o sujeito como parte de um organismo complexo, muitas vezes observado no cientificismo disciplinar como central, narcisista e capaz de transformações absurdas sem apoio coletivo. A quebra desse cientificismo embasa este estudo, mas não pelo desconhecimento dos avanços reais da ciência, que atualmente nos permitem inclusive pesquisar e viver (vacinados e conscientes do formato elipsoidal da Terra), mas pelo questionamento sobre suas estruturas de poder e pela observação das vozes hegemônicas e contra-hegemônicas do discurso acadêmico e científico.

Por fim, concluo que esta tese dialogue com ambas: interdisciplinaridade (de forma mais íntima) e transdisciplinaridade, ambas direcionadas ao movimento distanciado da disciplinaridade como estratégia de conscientização em pedagogia linguística, mas deixo aos leitores essa análise aberta e espero ter alcançado alguma forma de potencialidade transformadora em seus resultados.

### 3.3 ETNOGRAFIA VIRTUAL E INTERACIONISMO

De Carvalho (2011) explica que o *interacionismo simbólico* estuda o comportamento humano por sua interação e mediante comunicações simbólicas, e os significados das ações podem ser mantidos, mudados ou dados pelos atores, cujo *self* atuaria como mediador entre estes e a organização social. Esse tipo de leitura teria trazido às ciências sociais um lugar teórico para o sujeito social como intérprete do mundo, dando lugar a métodos de pesquisa que privilegiam o ponto de vista desses sujeitos e elucidando as significações que eles põem em prática para construir seu mundo social (De Carvalho, 2011, p.2). No caso desta pesquisa, os sujeitos são, de certa forma, intérpretes provenientes do mundo acadêmico e falam de suas pesquisas por meio de suas *keywords*, além de falarem de si mesmos sob a perspectiva de suas experiências com o ILA. Seus *selves* atuam tanto nas escolhas dessas *keywords* quanto em suas falas em direção a esta pesquisa, na qual assumem o papel de entrevistados. Assim, eles são sujeitos intérpretes do mundo, especialmente do ponto de vista acadêmico, e colocam em prática suas significações para a construção desse mundo. Minha pesquisa esboça levemente essa concepção de interacionismo por considerar a interpretação dos respondentes a partir de nossa interação para a construção dos significados (inclusive a partir de minhas concepções de realidade e leitura de autores), para então desaguar no que entendemos por etnografia, conforme explica André:

Muito similar ao interacionismo simbólico, desenvolve-se na antropologia uma tendência que se tornou conhecida como etnografia. Segundo Spradley (1979), a principal preocupação na etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados. Alguns desses significados são diretamente expressos pela linguagem, outros são transmitidos indiretamente por meio das ações. De qualquer maneira, diz ele, em toda sociedade as pessoas usam sistemas complexos de significado para organizar seu comportamento, para entender a sua própria pessoa e os outros e para dar sentido ao mundo em que vivem. Esses sistemas de significado constituem a sua cultura (André, 2013, p. 19).

Aqui, os respondentes, como pesquisadores e colaboradores da pesquisa, usam o sistema complexo de significados no ILA para dar sentido ao mundo em que vivem, o que constitui sua cultura, abrangendo seus saberes e construções de sentido, incluindo suas escolhas lexicais no ILA. É claro que, pensando nos sistemas complexos de significados e num aproveitamento ainda maior da interação, seria profundamente enriquecedor incluir as entrevistas gravadas para que as leitoras (e leitores) desta tese pudessem observar suas falas, suas expressões faciais, risos etc.; no entanto, não foi possível inseri-las em razão da confidencialidade de suas identidades, então busquei adaptar as transcrições de forma bastante verossímil. A autora explica ainda que:

A etnografia é a tentativa de descrição da cultura. Geertz (1973) utiliza o termo “descrição densa”, que ele tomou emprestado do filósofo Gilbert Ryle, para designar o que pretende a etnografia. Segundo ele, a cultura, como um sistema de símbolos construídos, “não é um poder, algo a quem pode ser atribuída a causa de eventos sociais, comportamentos, instituições ou processos: é um contexto, algo dentro do que os símbolos podem ser inteligivelmente – ou densamente – descritos” (p. 14). O etnógrafo encontra-se, assim, diante de diferentes formas de interpretações da vida, formas de compreensão do senso comum, significados variados atribuídos pelos participantes às suas experiências e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor. Concordando com Geertz, Rosalie Wax considera que a tarefa do etnógrafo consiste na aproximação gradativa ao significado ou à compreensão dos participantes, isto é, de uma posição de estranho o etnógrafo vai chegando cada vez mais perto das formas de compreensão da realidade do grupo estudado, vai partilhando com eles os significados (André, 2013. p. 19).

Essa busca de aproximação com a compreensão dos participantes tem sido minha busca como pesquisadora para demonstrar tais significados múltiplos ao leitor. Tento fazê-lo sob a perspectiva das *keywords*, cujos significados são aqui apresentados e estudados como palavras transformadoras, dado que o impulso das transformações também está presente nos contextos culturais pelas vozes discursivas contra-hegemônicas. Além desse caráter etnográfico e próximo ao interacionismo, esta pesquisa “forçosamente” foi marcada pelo caráter virtual, pois todo o levantamento de dados foi feito de forma remota. Destarte, valho-me da pesquisa de Hine (2011) para verificar alguns princípios desse tipo de etnografia.

A autora conta com dez princípios fundamentais da etnografia virtual, dos quais destaco seis (o segundo, o terceiro, o quinto e o décimo) em diálogo com este estudo. Resumidamente, um aspecto que ela considera fundamental é a *flexibilidade interpretativa* das tecnologias da mídia interativa. Essas tecnologias, segundo ela, podem ser entendidas tanto como *cultura* quanto como *artefatos culturais* e ela acredita que haja um empobrecimento metodológico caso apenas um desses entendimentos seja considerado (Hine, 2011, p. 80-81). Acredito que a metodologia desta pesquisa esteja muito mais ligada a seu caráter de cultura do que como artefato cultural em si, mas seu resultado necessariamente será uma tese escrita em formato digital e as condições desta pesquisa estão profundamente marcadas pelo contexto sociocultural, sanitário e político dos anos de 2020 a 2024. Outro ponto fundamental para Hine é o caráter *multissituado, fluido, dinâmico e móvel* da etnografia da interação mediada (Hine, 2011, p. 81). Nesse caso, onde a autora encontra uma possibilidade mais positiva e enriquecedora, confesso toda a minha frustração em não ter podido sentar-me presencialmente no ambiente acadêmico, nas universidades dos pesquisadores ou mesmo na USP, de onde pesquiso, para discutir as questões relacionadas ao ILA e às *Keywords* levantadas. Entretanto, entendo que essa reformulação, neste momento, esteja

ocorrendo a despeito de nossas preferências profissionais e pessoais, uma vez que o trabalho se tornou remoto (ao menos aos grupos privilegiados de nossa sociedade desigual que assim puderam manter-se). Como fazemos parte desse grupo, foi-nos possível desfrutar desse privilégio multissituado e fluido da etnografia virtual.

Outro ponto da virtualidade seriam os *limites* explorados no decorrer da etnografia, sendo o desafio da etnografia virtual examinar como as fronteiras e conexões são moldadas, especialmente entre o “virtual” e o “real”. O problema traria consigo, segundo ela, a questão de saber quando parar ou até onde ir, o mesmo objeto estudado poderia ser reformulado a cada decisão, e o objeto etnopolítico seria então delimitado pelos limites do etnógrafo em termos de tempo, espaço ou ingenuidade (Hine, 2011, p. 81). A dificuldade desse aspecto foi bastante clara, especialmente quanto à quantidade de pesquisadores respondentes, ao tempo das entrevistas e aos detalhes estudados, uma vez que minha ingenuidade como pesquisadora havia estabelecido inicialmente limites além das possibilidades humanas de tempo e dedicação (muitas perguntas no questionário, muitas pessoas entrevistadas etc.).

Também a ideia de *virtualidade* em sua conotação de “quase” e não de um todo, o que Hine entende como bem adequada aos fins práticos, mesmo que não seja estritamente uma realidade em termos mais “puristas”, seria então uma etnografia adaptável de acordo com as condições em que se encontra (Hine, 2011, p. 81). Esse aspecto, como bem pontua meu respondente Andrès, está profundamente conectado à ideia da pós-modernidade líquida, fluida. Durante as entrevistas virtuais, é claro que a sensação é de que a comunicação e a interação estivessem de fato acontecendo, mas ao final, ficava sempre a sensação de fluidez, de não realidade, de quase material. Certamente todo este trabalho foi adaptável às condições em que todos os participantes se encontravam, desde o orientador, passando por mim como pesquisadora, chegando aos respondentes e até aos leitores. Este último ponto ainda é mais profundamente explicado pela autora no sentido de que ela o entenda como demandante de mais explicações, pois ela acredita que a etnografia seja sempre adaptável às condições circunstanciais de sua prática, e isso geraria uma relutância dos etnógrafos em aconselhar sobre ela, pois não haveria uma estrutura de regras a seguir para um trabalho etnográfico (Hine, 2011, p. 81).

Por fim, partindo de tais pressupostos, classifico esta pesquisa como interacionista, etnográfica e virtual.

#### 4. PRIMEIRO DIÁLOGO: PROCESSO EDUCATIVO E IDENTIDADE LINGUÍSTICA DOS PESQUISADORES

A primeira impressão na realização da coleta de dados desta pesquisa foi a de que cada questionário, cada entrevista e cada um dos pesquisadores seria capaz de gerar várias *keywords* e *palavrações* de extrema significância para a ELI. Embora eu tenha me limitado a quatro entrevistas, num total de cinco pesquisadores (a primeira entrevista ocorreu em dupla e as demais individualmente), os dados gerados foram de tamanha riqueza lexical e sociolinguística que fomentariam, cada uma das entrevistas, sua própria tese. Assim, carrego grande responsabilidade em ser fiel ao capital cultural desta coleta de dados, mas entendo que as limitações humanas e sociais envolvidas no processo também tenham sido significativas. Sigamos então aos dados.

A fim de preservar a identidade dos pesquisadores que generosamente, a meu pedido, participaram deste estudo, criei nomes fictícios para suas identidades e não mencionei, nas entrevistas, as universidades onde eles trabalham (transcrevi suas menções como “nome da universidade”), uma vez eu que poderia gerar a abertura de suas identidades por esta informação. Apresento então seus perfis gerais e suas áreas de pesquisa, de acordo com sua própria descrição no questionário (segui a ordem cronológica de resposta do questionário digital). Ressalto também que, pela complexidade fonológica de grande parte das *keywords* levantadas nesta pesquisa, fiz uma breve análise fonética para auxiliar a fala durante a entrevista e decidi deixar as transcrições a meus leitores, de forma que aqueles mais auditivos possam visualizar tais palavras ou *clusters* com mais facilidade (como ocorreu comigo). Faço-o em todas as *keywords* e espero estar contribuindo para a facilitação desta leitura.

Quanto aos detalhes iniciais, observo que os entrevistados mostraram ter contato com o inglês em suas pesquisas. Todos são moradores das regiões metropolitanas de São Paulo atualmente e cursavam ou já haviam cursado mestrado ou doutorado (contidos assim num baixo percentual da população brasileira com acesso ao Ensino Superior em nível de pós-graduação). Entretanto, essa última informação já era de meu conhecimento por tê-los convidado a responder esta pesquisa, pois eu buscava exatamente *keywords* acadêmicas contemporâneas, mesmo que meu intuito estivesse sempre vinculado a uma ampliação do acesso do ILA às camadas populares. Sobre esse recorte de classe, entendo que preciso aqui abrir parênteses para reconhecer a amplitude da amostra. Como trabalhadores acadêmicos (professores, estudantes ou pesquisadores), todos os participantes desta pesquisa são (ou somos) oriundos e pertencentes à classe trabalhadora de forma geral. No entanto, como no capitalismo essa classe é extremamente numerosa e complexa, é esperado que dentro dela haja patamares de privilégios e de carências, oportunidades e defasagens no acesso ao conhecimento. O tópico para o qual chamo atenção aqui é a ligação indelével do acesso ao inglês (especialmente em sua oralidade) a partir de tais privilégios econômicos

(como ocorre com Inácio e Francisco) e privilégios parciais e circunstanciais (como ocorre com Marielle e Andrès). Essa observação pode parecer uma obviedade, mas o recorte de classe em relação aos privilégios é um dado de extrema importância para percebermos as relações de colonialidade envolvidas nos processos de poder e de emancipação voltados ao ILA. A partir dos relatos, solicito às leitoras e leitores que observem ainda a forma como essas relações de classe constroem aos poucos as identidades linguísticas dos indivíduos.

Nas entrevistas, ressalto que, dos quatro respondentes, apenas Andrès relatou uma experiência prazerosa de primeiros contatos com o ILA. Francisco não se lembra com muitos detalhes sobre seu primeiro contato, mas explica que, ao entrar numa escola internacional na Grécia, teve de se atualizar porque seus colegas estavam mais avançados na língua. De forma geral, a relação de três deles com a língua causou, nalgum momento de sua trajetória (especialmente em seus primeiros contatos), angústia ou frustração (especialmente Marielle e Inácio). É importante lembrar que três deles não tiveram suas primeiras experiências de ILA no Brasil (Inácio, Francisco e Andrès). Em minha experiência profissional, o caso de angústia em relação ao ILA tem sido mais comumente relatado pelos estudantes para quem tenho a curiosidade de perguntar sobre isso. Grande parte desses estudantes de inglês relatam essa angústia especialmente nos primeiros momentos com a língua, mas eu não imaginava que isso também teria ocorrido nos casos de pessoas que seguiram a carreira acadêmica, pois supunha equivocadamente que o desejo por esta carreira já teria vindo em consonância com um certo afeto pelas línguas. Tais relatos então me causaram estranheza e até um pouco de insatisfação por me sentir parte do processo educativo de muitos alunos em meus anos progressos como professora de inglês (espero não ter contribuído de nenhuma forma para tais angústias em meus estudantes). Por sua vez, do ponto de vista de estudante, o entendimento de tal sofrimento sempre me havia sido difícil, uma vez que, assim como Andrès, tive uma relação muito afetiva com o inglês desde muito criança, mesmo que meu acesso tenha sido bastante insuficiente na escola pública do período. Os excertos dos relatos que destaco e apresento doravante parecem demonstrar causas diversas para relações desagradáveis com a língua, amiúde marcadas, em minha leitura geral das entrevistas e como buscarei sintetizar adiante, por experiências de contato calcadas em realidades distantes, do outro (estrangeiro, falante nativo da língua) como esse ser exemplar a ser seguido, muitas vezes uma experiência próxima de nossos estudos da colonialidade em nossa hegemonia sul-americana. Essa observação tem inclusive reforçado o argumento do uso do termo ILA, não porque ele traria em si uma aproximação forçada ao estudante, mas porque acredito que a adição não tenha o mesmo peso de alteridade de distanciamento do “estrangeiro”, do “estranho”, desde que, é claro, os processos educativos também desenvolvam o respeito às condições de vida dos estudantes e o compromisso com sua formação cidadã. Nos detalhes desses relatos, pontuo especialmente as percepções dos respondentes sobre as condições e problemas de seus primeiros contatos com a língua, desmotivações e motivações durante os estudos e suas autopercepções como sujeitos. Nalguns casos, observo ainda momentos de *conciliações* com o inglês e suas circunstâncias.



Sigo então para uma análise dos dados desta pesquisa referentes ao processo educativo dos respondentes, retomando, quando convém, autores supramencionados e adicionando, sempre que necessário, novos autores em diálogo com suas falas. Ressalto que as experiências dos respondentes dialogam (problematizando ou exemplificando) com pressupostos teóricos desta tese, especialmente aqueles relacionados ao entendimento de língua como prática social dinâmica e formadora de identidades sociais. Após as análises de cada respondente, apresento mais uma leitura comparativa de todos esses relatos.

#### 4.1 INÁCIO: BILINGUISMO, PRIVILÉGIO E TRAUMA

Brasileiro, falante de português como LN e de inglês como sua primeira LA (ainda na infância), Inácio é nascido em 1979 e morador da região do Abc paulista. Ele informa que tem seu doutorado concluído e, sobre sua área de pesquisa, explica:

*Grande área: Ciência da Computação - Linha de pesquisa: Interação Humano-Computador. A Interação Humano-Computador (IHC) é a linha de pesquisa da Ciência da Computação que aborda fatores humanos em sistemas computacionais. É nessa linha que são considerados os usuários, como suas preferências tecnológicas, de comportamento e graus de conhecimento sobre sistemas computacionais. A abordagem centrada no usuário é a mais conhecida da IHC.*

As *keywords* escolhidas por Inácio são *Participatory Design; User Centred Design e Requirement(s) Analysis*. Além dessas informações, Inácio também escolheu algumas opções sobre o uso do inglês (abaixo), as quais mostraram uma atividade constante e de produção textual em sua pesquisa:

*Preciso ler textos em inglês de pesquisadores que publicam nessa língua. Preciso escrever em inglês para publicar em periódicos em minha área. Preciso entender oralmente reportagens e canais de TV, falas de meus pares e pesquisadores em inglês. Preciso apresentar trabalhos orais, seminários ou palestras em inglês na minha área de pesquisa.*

Partindo então à entrevista, com suas primeiras perguntas relacionadas ao ILA e às experiências dos pesquisadores nesse contato com o inglês, o caso de Inácio parece ter sido um tipo de fortuna e desfortuna em relação à língua devido a um bilinguismo ocorrido em fase tenra, gerando situações linguísticas confusas e atípicas em relação ao inglês e ao português. A partir de quatro meses de idade, ele teria partido do Brasil com os pais para os EUA, e considera essa experiência como “*de privilégio e trauma também*”. O contato simultâneo com os dois idiomas teria causado confusões:

*Mas então tinha um conflito que era, em casa a língua portuguesa era falada, e o resto do mundo era inglês, então eu demorei um tempo para começar a falar, e a partir do*



*momento que comecei a falar, minha primeira língua falada foi a língua inglesa. [...] O que houve foi a chegada no Brasil, após 4 anos de idade, e das crianças todas vinham falar comigo em português, e aí eu não entendia aquela diferença, né, de fala de uma criança de 4 anos com um adulto falando... e eu não entendia absolutamente nada [...].(Inácio, entrevista 1).*

Ele reforça ainda algumas situações desconfortáveis pelas quais passou e que lhe teriam causado repulsa ao inglês:

*[...] foi um pouco traumático... demorou para que eu voltasse, que eu passasse a falar português, mas de modo geral isso me levou assim até uma certa repulsão ao estudo da língua inglesa, porque eu sempre estive na frente dos meus... no colégio, porque eu já tinha uma fluência que eles não... não me alcançavam, então, e as escolas de inglês não aceitavam que eu fizesse um teste e fosse para um nível mais avançado, porque o meu vocabulário ainda era de uma criança de quatro, cinco anos de idade. Então, assim... as questões me colocaram em nível mais básico e aquilo se tornava algo monótono porque eu não aprendi as coisas novas e importantes. (Inácio, entrevista 1).*

Assim, por sua fluência estar vinculada às práticas sociais linguísticas de sua idade, “*meu vocabulário ainda era de uma criança de quatro, cinco anos de idade*”, as escolas não teriam permitido avançá-lo, pois provavelmente não haveria outras crianças na mesma situação. Ele aprende então o ILA enquanto seu primeiro contato linguístico fora do ambiente doméstico havia sido exatamente em inglês, ou seja, aprende como LA algo que já lhe havia sido familiarizado, quase como uma LN. É interessante que ele se lembra de ter sentido falta de “*coisas novas e importantes*” na língua, ou seja, as temáticas e a falta de experiências com o novo se lhes apresentam como fonte de desmotivação naquele momento em relação ao inglês. Esse relato específico de Inácio me levou a recordar uma situação como professora de inglês em que dei aulas para uma criança já criada nos EUA até os 5 anos de idade e com pais brasileiros. Eu buscava levantar o arcabouço das crianças eventualmente, mas o método, predominantemente audiolingual, com repetição de *situations* e *drills*, era bastante rígido e não me permitia muitas incursões pelas realidades dos alunos (mesmo havendo *warm-ups* introdutórios em cada lição, estes eram totalmente guiados). Assim como ocorre com algumas experiências profissionais, não tive uma devolutiva sobre o desenvolvimento posterior daquela criança nas línguas, apenas posso esperar que não tenha havido frustrações por parte dela como havia ocorrido com Inácio, especialmente em relação a esse processo bilíngue numa idade tenra. A relação confusa de bilinguismo e até de um trânsito entre as línguas de Inácio, além de lhe ter causado certa repulsa, teria dificultado sua relação posterior com o inglês, pois ele entende que sempre tenha sido difícil estabelecer seu nível linguístico e sua percepção é de que ainda cometa “*erros*” devido a uma falta de aprofundamento no inglês. Ele explica que: “*cometo alguns erros muito básicos, porque eu nunca me aprofundi no estudo, devido a esse fator transitório de eu saber pronunciar as palavras, mas eu tenho que muitas vezes alcançar ali um vocabulário que eu não tenho*”.

É interessante que ele inicia o relato apresentando o fruto da dificuldade (talvez relembando sua trajetória como criança, sua vulnerabilidade diante dos acontecimentos), mas em seguida reestabelece o discurso trazendo para si a responsabilidade do nivelamento na língua “**cometo** alguns erros muito básicos, porque **eu** nunca me aprofundi no estudo”. Esse trânsito de vozes é notável no sentido de que as relações com os pais, com as escolas de línguas e com as outras crianças, bem como sua responsabilidade como pesquisador e educador atualmente parecem estar latentes na sua expressividade discursiva, de forma a influenciar sua identidade como co-autor de sua formação, como participante a partir de um momento preciso. Quando lhe pergunto sobre o aspecto emancipador, ele conclui que a língua aporta uma questão libertadora, pois ela permitiria o contato entre pessoas de diferentes LNs. Ele entende que seja libertador particularmente: “*você conseguir se comunicar com pessoas que não falam a língua portuguesa e você não fala a língua nativa da pessoa, a primeira língua da pessoa, e conseguir... e haver essa possibilidade de comunicação*”.

Mesmo vindo de uma área bastante distante das Letras (matemáticas, computação), Inácio faz observações relevantes sobre essa libertação de forma bastante minuciosa, considerando aspectos de políticas linguísticas, do ILF e do respeito às questões culturais, pontuando vantagens e desvantagens de uma língua de comunicação global como o inglês:

*Eu não falo árabe, o árabe não fala português, mas através da língua inglesa a gente consegue se comunicar, a gente consegue trocar e-mails e pode tirar dúvidas técnicas. E isso acontece em encontros, conferências, simpósios, né, que influenciam. Ela é libertadora por um lado, mas por outro, ela não é universal, né, porque ir para... assim como o Brasil tem as suas questões de pessoas estrangeiras chegarem aqui e não conseguimos somente com a língua inglesa ter essa emancipação total, o contrário acontece de nós irmos para... para alguns locais e esses locais não terem pessoas que estejam aptas a falar a língua inglesa. Então, por exemplo, eu já tive oportunidade de ir pra uma região da Itália em que simplesmente as pessoas não falavam inglês. (Inácio, entrevista 1).*

Nesse ponto, Inácio reconhece o caráter emancipador do inglês em relação a sua comunicabilidade dentro do cenário acadêmico. Por outro lado, ele também aponta que só poderíamos de fato considerá-lo como uma “língua geral” (ou LF) se todos os povos se comunicassem por meio do inglês. Em seguida, ele ainda contesta esse uso como uma possível forma de desrespeito a aspectos culturais de demais localidades (embora não use tais termos), e apresenta exemplos de locais cujas PLs objetivam a manutenção de tais aspectos culturais locais:

*Então, eu já acharia, vamos dizer assim, estranho, eu, como uma pessoa que fala uma língua latina, me comunicar com uma outra pessoa que também é de uma língua latina em um idioma que não é latino [referindo-se ao inglês]. E... isso traz um exercício assim, pô... eu tenho que aprender o que a outra pessoa sabe para haver essa comunicação e respeito com o local, né, para ele não ser esquecido, né. Então, por exemplo, a Holanda teve esse problema, Portugal também tem um pouco desse problema, né. Portugal tem uma*

*lei que os rádios que tocam músicas têm que ter trinta por cento das... no tempo acervo, de produções locais de Portugal para que... para a preservação do idioma, o mesmo acontece na Holanda, né, porque existe um receio da perda do idioma, porque há muitas pessoas que circulam ali e que não falam português, e aquilo... as pessoas começam a falar inglês de forma muito ampla, e a perda dum senso local, da história, ela pode ficar em risco, né, por conta de um da imposição do idioma que não é local. Então aí que se tenha esse respeito também pela questão local, embora seja muito libertador saber uma forma de comunicação, que é a língua inglesa, que é comumente aceita como a forma que as pessoas vão se comunicar entre si, né (Inácio, entrevista 1).*

Ele levanta então questões sobre PLs voltadas aos glocalismos, o uso do ILF (comentarei tal uso na leitura de Francisco adiante) e mostra uma preocupação social em relação à colonialidade imperialista, embora não use particularmente tais termos. Ainda assim, reconhece a emancipação, ou *libertação* como ele pontua, promovida pelo conhecimento e pelas habilidades em inglês por ela ser aceita de forma abrangente. É notável que ele apresente como exemplos de contratos sociais para a manutenção de culturas locais as PLs de países onde o inglês teria sido implantado tomando, de alguma forma, o lugar de Línguas Vernáculas (LVs). Se observado o Brasil, esse tipo de imposição imperialista teria vindo ainda antes em nossa história colonial, mas em forma de PLs em favor do português, como explicam Guilherme e De Souza (2019). Eles contam que, em dois momentos específicos, o português teria sido imposto por PLs nacionais: a primeira ao final do século XVIII por meio de leis do Marquês de Pombal, então secretário de Estado de Dom José I; e a segunda teria ocorrido no século XX sob as PLs de reforço nacionalista de Getúlio Vargas (Guilherme; De Souza, 2019, p.1). Assim, o português, que hoje dialoga com a invasão imperialista do inglês, já havia sido beneficiado por outras PLs cujos objetivos teriam sido voltados à própria dominação de estados colonizados em detrimento das línguas dos povos originários. Como ainda explicam os autores, quando os missionários e navegadores europeus chegaram ao Brasil [início da invasão europeia ao país], eles encontraram mais de mil línguas indígenas cujas comunidades, de ramificação Tupi, haviam, por sua vez, expulsado outras comunidades de diferentes matrizes nos séculos anteriores. Mais tarde ocorreria a chegada dos africanos escravizados e de outras levas de europeus, criando uma comunidade brasileira altamente multilinguística (Guilherme; De Souza, 2019, p.2).

Devido à brutalidade dos tempos, no entanto, realidades também multilinguísticas no passado, com comunidades cuja cultura mereciam o respeito de PLs voltadas a suas sobrevivências, encontraram o genocídio e a proibição de línguas e costumes como regra estatal, especialmente em se tratando das PLs do Brasil-império. Atualmente, entretanto, com os estudos culturais e, particularmente, os estudos materialistas, amiúde subjacentes aos estudos dos Letramentos, bem como as mudanças nas legislações e ações de políticas afirmativas, as ascensões progressistas e as conquistas sociais, a visão de língua como ideologia toma forma de viabilidade para contextos multilinguísticos menos brutais e mais democráticos. Por isso, acredito, Inácio tenha mencionado tal preocupação com a ma-

nutenção e respeito às originalidades culturais de localidades onde o inglês não impera. Noutras palavras, creio que, não houvesse lutas sociais e estudos voltados ao reconhecimento do imperialismo (tema que retomarei com a *keyword imperialism*, de Francisco), ainda enxergaríamos a dominação e o desrespeito cultural como formas naturais, não brutais ou de epistemicídio. Como explicam Duboc e Ferraz (2011), a própria visão sobre o inglês, então considerada a língua imperialista dos séculos XX e XXI, pede uma revisão significativa em nossos tempos:

[...] de uma sociedade tipográfica, passamos agora a um cenário pós-tipográfico cujo processo de significação ganha um caráter multimodal sem precedentes (cf. Cope e Kalantzis, 2000), fundamentado agora por um novo conceito de sujeito, de conhecimento e de língua. Assim, o inglês não apenas passa a ser usado por mais pessoas localizadas nos mais diversos espaços (físicos e virtuais), mas também passa a assumir novos papéis: de língua franca com fins estritamente comunicativos, a língua inglesa vem sendo entendida por teóricos comprometidos com questões linguísticas como ferramenta crítica e participativa (cf. Guilherme, 2007; Pennycook, 1994; Warschauer, 2000). Pennycook (1994), por exemplo, privilegia um conceito de língua de forma a destacar a presença de ideologias, valores e normas na história e nos usos do inglês. Nessa mesma linha, Warschauer (2000) vê a questão da agência como elemento-chave no papel do inglês global, em que passaria a ser usado para a expressão da identidade e da voz (Duboc; Ferraz, 2011, p.20).

Embora o inglês tenha passado de fato a “ser usado por mais pessoas localizadas nos mais diversos espaços (físicos e virtuais)”, a realidade desigual de um mundo ainda indecorosamente capitalista nos apresenta uma forte questão de acesso, profundamente ligada à classe socioeconômica. Tal ponto é levantado pelos autores em diversos momentos, e especialmente por Inácio quando diz que nalguns locais não há “*pessoas que estejam aptas a falar a língua inglesa*”. Embora Inácio não tenha entrado nas razões pelas quais tais limitações de acesso ocorram (talvez por nos parecerem óbvias no contexto da entrevista), acredito que a narrativa de Marielle se nos apresente como um levantamento de uma principal característica geradora da desigualdade linguística no Brasil: a classe. Passemos então a ela.

#### 4.2 MARIELLE: CLASSE E HETEROGLOSSIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Brasileira, falante de português como LN, nascida em 1982 e moradora da região do Abc paulista, Marielle informa que desenvolve pesquisa atual em curso de doutorado. Sobre sua área de pesquisa, ela explica:

Grande área: Economia Política Mundial; Linha de Pesquisa: Agricultura, recursos naturais e sustentabilidade. A pesquisa está voltada para os projetos de agri-

cultura urbana e periurbana como contraponto ao sistema agroalimentar mundial hegemônico - corporativo e financeirizado - ressaltando a busca pela Soberania Alimentar.

As *keywords* escolhidas por Marielle são: *Agroecology*; *Food sovereignty* e *Urban and Peri-urban Agriculture*. Além dessas informações, Marielle escolheu as seguintes opções sobre seu uso do inglês: “*Preciso ler textos em inglês de pesquisadores que publicam nessa língua. Preciso escrever em inglês para publicar em periódicos em minha área. Preciso entender oralmente reportagens e canais de TV, falas de meus pares e pesquisadores em inglês*”. Em seu atual contexto de sua relação prática com o inglês, na entrevista Marielle conta que seu acesso à língua também teria apresentado momentos desagradáveis (como Inácio), embora por razões diversas. Especificamente, ela relata que estudou numa escola privada de línguas, mas o abismo socioeconômico existente entre ela e os colegas em tal escola, bem como as temáticas estudadas, ter-lhe-iam proporcionado uma relação inicialmente conflituosa com o inglês:

*[...] essa questão, assim, para mim foi bem profunda, porque eu comecei a estudar inglês por iniciativa da minha mãe, eu estudava em escola pública, tinha 12 anos e ela perguntou pra uma professora, já que eu gostava de estudar, o que ela podia fazer para me ajudar profissionalmente, tá. E a professora indicou que ela me matriculasse num curso de inglês. E... eu moro num bairro de periferia de Santo André, eu estudava na escola pública nessa época, e ela me matriculou no curso de inglês da [nome da escola privada de idiomas], no centro de Santo André, e então era um grupo de alunos muito diferentes de mim, muito diferente da minha realidade, as coisas que eles falavam, os interesses deles e até mesmo o os assuntos dos livros nos quais eu aprendi inglês, né... os assuntos que aqueles livros abordavam, eles eram muitos distantes da minha realidade, era tudo muito distante da minha realidade. Então não foi um contato positivo, porque eu tenho lembranças muito claras, eu ia duas vezes por semana no curso e... eram dias que eu não gostava, eram dias que eu sentia... não me sentia à vontade. Eu não tratava de assuntos que eu conhecia ou que me interessavam, eram muito distantes da minha realidade (Marielle, entrevista 1).*

Ela faz essa introdução sobre sua realidade socioeconômica para explicar sua relação com o inglês, pois sua classe teria sido um fator importante para a experiência (e ela está claramente consciente sobre isso no decorrer da narrativa). Na continuidade, ela observa que a conclusão do curso (que teria durado anos) teria, de fato, proporcionado a ela o primeiro emprego. No entanto, ela entende que toda essa jornada tenha sido “*uma obrigação, não foi por prazer, foi... foi um período ruim, não era uma aprendizagem gostosa, eu não sentia nenhum... atrativo*”. Para Marielle, assim, há uma força na obrigatoriedade da língua, especialmente nos discursos sobre empregabilidade que menciona como razão principal para o estudo de inglês. Apesar de essa utilidade ter sido efetivada com o emprego, o que considero particularmente importante para a melhora das condições materiais dos estudantes, o distanciamento causado pela priorização das narrativas de elite na escola de idiomas que frequentou gerou em Marielle o desinteresse pela língua, pois aparentemente a experi-

ência de vida da estudante, ou experiências minimamente próximas de sua realidade no plano discursivo de sala de aula não parecem ter sido estimuladas.

Ressalto novamente, em tais contextos, a imagem do estrangeiro no lugar do “ser exemplar” que todos devem conhecer, buscar, reforçando ideais da colonialidade. As marcas mais profundas dessa experiência negativa teriam ficado calcadas exatamente na oralidade de Marielle, ou seja, a partir do momento em que ela entra em contato com o inglês falado na escola de idiomas (uma vez que, na escola pública, de onde vinha, o contato com a língua era prioritariamente escrito no Brasil, conforme explicarei adiante nas observações gerais). Essa recordação causou-lhe então um afastamento dos estudos da língua até que ela teve uma segunda experiência, durante a qual teria feito, de certa forma, *as pazes* com o inglês, ou ao menos com as habilidades escritas da língua. Quando lhe perguntei sobre o inglês ter sido emancipador, então, ela explica essa narrativa em transformação:

*É interessante que, com as suas perguntas, eu nunca tinha parado para pensar nisso, mas agora eu divido a minha trajetória com o inglês em dois momentos distintos: primeiro momento foi esse momento aí dos 12 aos 18 anos, que foi totalmente negativo, então eu não sentia mesmo... é... tendo cumprido o objetivo inicial que foi conseguir um emprego por... por conta de falar inglês. É... como todo o curso foi muito ruim para mim, muito distante de tudo que eu acreditava, pensava e vivia é... foi uma coisa que eu queria mesmo guardar no passado. Então, por isso que eu até falei, saí desse emprego, não precisei mais, esqueci não fui mais atrás, é... então para mim não nesse... nesse primeiro momento não serviu, porque ele só me poss...o que eu enxergava era o inglês que o livro me passava, ou que aqueles outros alunos do curso falavam, das suas viagens pro exterior, que era uma coisa que eu não tinha acesso (Marielle, entrevista 1).*

É interessante aqui observar que ela usa “*não serviu*” quando lhe pergunto sobre a emancipação, e ela o faz justamente em relação ao inglês que lhe havia servido como meio para a empregabilidade, mas não se lhe havia “servido” à emancipação. Acredito que a emancipação (naturalmente até) tenha um peso semântico corpulento em sua análise, mesmo que permeada pela lógica do utilitarismo que se nos apresenta com frequência na sociedade capitalista. Ou seja, o inglês havia sido útil para sua empregabilidade, mas não havia sido útil para sua emancipação, e isso está muito claro para a pesquisadora. Além disso, as perguntas teriam estimulado Marielle a pensar sobre uma utilidade mais profunda da língua, sobre a língua como também instrumento de emancipação, sobre suas potencialidades especiais de reflexo e refração, sobre suas múltiplas vozes (e não apenas as vozes elitizadas do turismo, dos privilégios econômicos excludentes, das viagens). Embora não utilize tais termos, ela deixa mais clara a percepção dessas vozes heterogêneas da língua na continuação:

*Eu não saía do Brasil, então pra mim não fazia sentido nada do que os alunos usavam o inglês, e também não fazia sentido, assim, sentido para minha vida, para o meu dia a dia, então eu guardei o inglês, deixei lá no meu passado. E depois na [nome da universidade*

onde estuda e pesquisa] *que eu tive uma segunda fase com o inglês, e aí sim eu entendo que foi emancipador, que foi muito importante, [...] eu primeiro fiz uma disciplina de mestrado, e aí eu comecei a ser demandada pra ler em inglês, e depois eu fiz os cursos da [nome da área da universidade] e aí eu percebi que eu não precisava usar meu inglês só para ler as coisas ou para assistir os filmes que não faziam sentido para mim, que eu não gostava, eu comecei a perceber que eu poderia usar essa Língua Adicional para ir atrás das coisas que eu acreditava, dos assuntos que me davam interesse, e aí é uma outra relação, eu mudei totalmente a relação com o inglês (Marielle, entrevista 1).*

Embora eu tenha deixado claro, no início da entrevista, que os respondentes poderiam usar LE, SL ou LA conforme suas preferências, é interessante observar que Marielle opta por chamar o inglês de LA exatamente quando relata essas *pazes* com a língua, quando percebe as nuances da língua como refletora de suas realidades, de seus valores, quando começa a reconhecer a heteroglossia da língua em suas múltiplas possibilidades discursivas “*para ir atrás das coisas que eu acreditava, dos assuntos que me davam interesse*”. Mais precisamente, o ILA não precisa ser só sobre a elite e as viagens, ele pode ser parte de vidas noutros cenários (como o acadêmico e o profissional), pode ser adicionado de fato à vida e às demandas dos falantes, e Marielle faz tal associação parecer muito natural. Ela apresenta a heteroglossia da língua a partir de suas próprias impressões sobre seu uso e suas potencialidades, e dialoga com Bakhtin sem fazê-lo formalmente. É importante ainda perceber que ela passa a colocar-se discursivamente como mais atuante de seu processo educativo “*passei a ir atrás dos livros que eu queria ler*”. Ela aparece mais como desejosa e menos como receptora de sua história epistêmica, distanciando-se de um grupo de conhecimentos fechados pelo pacote linguístico que se lhe havia apresentado no contexto privado.

O caso de Marielle me fez recordar fortemente minha experiência como estudante de francês também numa escola privada de idiomas. Passados alguns anos de formada como bacharela e tradutora na língua francesa, resolvi retomar os estudos para lembrar e verificar novos usos contemporâneos do francês. Após um teste de nível, entrei numa turma avançada como aluna nessa escola de idiomas. O material em si era interessante, embora com temáticas elitizadas, fortemente eurocêntricas e etnocêntricas. No entanto, as atividades em sala com a turma eram frustrantes, pois todos ali contavam sobre suas viagens à França, os lugares que haviam visitado, e tais experiências eram fortemente estimuladas enquanto eu não me sentia confortável para compartilhar minhas experiências com a língua, limitadas ao contexto da Unesp e de um estágio no Consulado Geral da França feito no período da graduação. Ou seja, naquele contexto elitista da sala de aula de francês no Brasil, minhas experiências não seriam validadas no grupo. Passei então a imaginar o processo educativo em inglês de Marielle como um longo período em que ela não se reconhecia no grupo, não se expressava em inglês sobre sua experiência de vida e cumpria uma obrigação relacionada a essa língua apenas útil e necessária para o emprego.

Voltando ao início de seu relato, o primeiro foco na utilidade, na empregabilidade, claramente dialoga com a ênfase na função apresentada por Leffa e Irala, pois esta ênfase



propõe exatamente o uso da língua para executar determinadas atividades utilitárias sem questionamento crítico sobre sua existência. Marielle se coloca timidamente como sujeito da ação no cumprimento de regras, justificando tais cumprimentos: “*Concluí porque tinha aquilo na cabeça de que era importante para me inserir no mercado profissional*”. Essa primeira ação teria deixado marcas em sua relação com o outro (outra língua, outras pessoas), sendo este outro algo *estranho, estrangeiro*, refletor de uma realidade exterior e inatingível. Sua experiência de vida na periferia não era estimulada como uma experiência a se *nomear* em inglês, pois não estava relacionada ao outro exemplar, sempre muito cheio de privilégios econômicos. Ouso dizer que ela sequer havia sido estimulada a relatar a periferia em inglês, a pesquisar e pronunciar *keywords* relacionadas a seu contexto socioeconomicamente vulnerável. Ela percebe mais claramente tais marcas de sua relação com o outro na oralidade: “*É... ficou um trauma, eu ainda tenho muita dificuldade para falar, porque, não sei, é uma trava mesmo, eu tenho muitas lembranças ruins época do curso, então eu evito ao máximo falar*”.

É inevitável aqui observar, além da analogia à heteroglossia, a experiência de Marielle em seu diálogo com as propostas construtivistas freireanas, mais particularmente em seu diálogo na contracorrente do conceito de temas e palavras geradoras (ou palavração) de Freire, segundo o qual o autor propõe o processo educativo a partir de um foco temático oriundo da vida real dos estudantes, a fim de contextualizar a língua escrita e suas representações. Explico-me: o trabalho de Freire como educador particularmente era voltado ao ambiente de alfabetização de adultos, cujo termo mais abrangente foi o *Educação Popular*. Seu público-alvo era formado predominantemente por adultos brasileiros já falantes de português na oralidade, mas com pouco ou nenhum acesso à escrita (sistemizada, estruturada e estudada). Nesse contexto, então, Freire propõe atividades em sala de aula a partir de um tema gerador, ou seja, um foco temático oriundo da vida de seus estudantes para entabular os estudos da língua escrita e suas estruturas de representação (o alfabeto escrito, as letras, sílabas). O tema gerador então, assim como ocorre com as *Keywords* de Williams (explicarei adiante essa analogia com mais detalhes), pode constituir uma palavra geradora ou algumas palavras agrupadas (*clusters*), com a especificidade de virem dos estudantes em contexto. Segundo Zitkoski e Lemes:

A proposta freireana do Tema Gerador pretende ser coerente com uma nova forma de conceber o conhecimento e a formação humana. Para Freire, uma educação humanizadora requer cultivar o conhecimento de forma interdisciplinar articulando dialeticamente a experiência da vida prática com a sistematização rigorosa e crítica. É a partir dessa perspectiva que Freire propõe a discussão do Tema Gerador em sua fundamentação dialógica e radicalmente comprometida com a troca de saberes num círculo de cultura (Zitkoski; Lemes, 2015).

As palavras geradoras de Freire, interdisciplinares inclusive por partirem de realidades diversas dos aprendentes, aparecem como instrumentos da realidade, então oral, para sua transposição à escrita naquele caso. Inversamente, ao menos em se tratando das



habilidades, uma ELI no contexto de Marielle poderia partir da realidade escrita, pois grande parte dos estudantes de escolas públicas ou mesmo privadas já teriam entrado em contato com o inglês escrito, e faria a transposição para a oralidade, respeitando as realidades vividas e trazidas pelos estudantes, fossem eles da periferia ou não. A procura por esses termos se justificaria pela necessidade de engajamento do estudante sobre sua própria práxis, como o próprio Freire explica “Pesquisar o tema gerador é pesquisar o pensamento do homem sobre a realidade e sua ação sobre essa realidade que está em sua práxis” (Freire, 2018). Assim, observando o tema sociológico ds pesquisa de Marielle, podemos supor que ela passa então a reconstruir sua identidade linguística a partir de *Food Sovereignty, agroecology* etc., temas muito mais próximos de uma realidade porque, como diz Freire, pesquisa o pensamento do homem sobre a realidade de sua práxis. Além disso, Freire reforça que “Quanto mais os homens se posicionam com atitude ativa na exploração de suas temáticas, mais profunda se torna sua consciência crítica da realidade e, ao enunciar essas temáticas, mais se apoderam dessa realidade” (Freire, 2018). Tal consciência, por sua vez, é observada na fala lúcida da pesquisadora sobre sua experiência com o ILA. Portanto, embora o cenário de Freire tenha sido o de alfabetização de adultos em LN (por isso mencionei a passagem da fala para a escrita), o caso de Marielle com o ILA evidencia a pertinência dessa proposta de exploração das temáticas dos estudantes, bem como sua necessária aplicabilidade no ILA. Não apenas a motivação da estudante parece ter sido silenciada pela elitização temática e semântica do inglês em sala de aula, mas também sua apropriação discursiva da língua, especialmente na oralidade. Em consequência, as marcas da colonialidade, por reparáveis que aparentem a longo prazo, induzem a um processo de não validação do eu falante como incorporador da língua estudada para manifestação de suas próprias crenças e expressões. Não ocorre, assim, uma apropriação dessa realidade discursiva, reforça-se a visão de língua somente como instrumento com funções específicas pré-determinadas para a empregabilidade.

Como Leffa e Irala (2014) nos apontaram em seu artigo, é possível que o desenvolvimento da área de línguas seja um dos mais avançados em relação às metodologias de aprendizagem (embora não necessariamente na realidade do Ensino Público no Brasil). No entanto, como observo na prática profissional, particularmente no cenário privado, essa área ainda se constrói com foco na visão de língua com ênfase na função (comunicabilidade, empregabilidade, utilitarismo). Tal tendência é reforçada no Brasil em especial porque a ênfase na formação política, no incentivo à chamada criticidade, à conscientização cidadã em sala de aula passa a ser encenada de forma mais estruturada apenas recentemente, com o advento das frágeis ideias democráticas no país, uma vez que este tem um histórico de devastação socioideológica por décadas de ditadura militar e por governos estaduais, municipais e federais mantidos, em sua maioria, pelos interesses de uma classe e de uma mídia burguesa. Já em 1999, Leffa (1999) apresentava uma análise sobre a perspectiva da EL de línguas modernas a partir das decisões governamentais escritas, as quais determinavam conteúdos e metodologias, abordagens e influências teóricas sobre o tema. O autor explica que a decadência do ensino de línguas já se teria iniciado no Império com

o desprestígio da escola secundária, e observa uma queda na importância institucional das línguas nas escolas, a contar das respectivas cargas horárias cada vez menores. Tal declínio teria continuado durante a República, com maior redução na carga horária semanal (Leffa, 1999). Ele retoma então que, em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, uma reforma teria buscado levantar a educação de segundo grau, e em relação ao ensino de línguas, a maior mudança teria vindo na metodologia, pois pela primeira vez ocorreria a proposta do Método Direto (MD), ou seja, o uso da língua alvo como meio de comunicação em sala. Leffa conta que o maior destaque seria do professor Carneiro Leão, o qual teria introduzido o MD no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro em 1931, seguido de uma publicação em 1935 intitulada *O ensino das línguas vivas*, na qual o professor explicava padrões metodológicos sobre conteúdo e forma de aplicação para que se atingissem habilidades orais para as LEs (Leffa, 1999). Mais especificamente, ele explica que:

O método estava baseado em 33 artigos, entre os quais destacamos, a título de ilustração, os seguintes:

- A aprendizagem da língua deve obedecer à seqüência ouvir, falar, ler e escrever.
- O ensino da língua deve ter um caráter prático e ser ministrado na própria língua, adotando-se o método direto desde a primeira aula.
- O significado das palavras deve ser transmitido não pela tradução mas pela ligação direta do objeto a sua expressão, usando-se para isso ilustrações e objetos do mundo real.
- As noções gramaticais devem ser deduzidas pela própria observação e nunca apresentadas sob a forma teórica ou abstrata de regras.
- A leitura será feita não só nos autores indicados mas também nos jornais, revistas, almanaques ou outros impressos, que possibilitem aos alunos conhecer o idioma atual do país.

Além dessas instruções metodológicas, outras medidas também foram tomadas na reforma feita no Colégio Pedro II, incluindo a divisão das turmas, seleção de novos professores e renovação dos materiais de ensino (Leffa, 1999).

Não estou aqui sugerindo que este método seria a solução para o problema do acesso à oralidade do inglês (até porque ele se resume basicamente à visão de língua com foco na função), mas tampouco efetivo seria o quase oposto que a ELI se tornou para as gerações após esse período, com foco exclusivo na escrita e na dedução. Antes disso, porém, Leffa menciona mais uma reforma da época que teria privilegiado o uso do MD, já em 1942, a reforma de Capanema (embora esta tenha sido criticada por muitos por se construir sob um discurso nacionalista). Após tal reforma (período dos anos 40 e 50) teria ocorrido o período dos “anos dourados das línguas estrangeiras no Brasil”, segundo o autor. Esse período teria então durado até a criação da LDB em 1961. A partir desta LDB, por sua

vez, Leffa conta que a descentralização do Ensino teria encaminhado as decisões sobre o ensino das LEs para os conselhos estaduais de educação, o latim foi retirado do currículo, o francês teve sua carga semanal diminuída (quando não retirado) e o inglês permanecia sem grandes alterações. Para Leffa, a lei de 1961 seria “o começo do fim” dos anos dourados das LEs, pois essa LDB teria reduzido o Ensino de línguas a “menos de 2/3 do que foi durante a Reforma Capanema” (Leffa, 1999). É claro que essa LDB mencionada pelo autor, precedendo quase imediatamente o golpe militar de 1964, manteve todas as suas tendências decadentes às PLs por todos os governos militares subsequentes. Além de não democráticos e violentos, esses governos jamais tiveram interesse em fomentar a Educação do país.

Ademais, Leffa conta que a LDB de 1971 viria sucatear de vez os processos educativos de línguas, reduzindo o período do Ensino de 12 para 11 anos e enfatizando a formação profissional. O autor explica que houve uma drástica redução nas horas de ensino de LEs [ele usa aqui o termo Línguas Estrangeiras], agravada por um parecer do Conselho Federal estabelecendo que a LE seria dada “por acréscimo” de acordo com as condições de cada estabelecimento. O resultado seria que “inúmeros alunos, principalmente do supletivo, passaram pelo 1o. e 2o. graus, sem nunca terem visto uma língua estrangeira” (Leffa, 1999). É interessante observar que a oferta obrigatória das LAs (ou LEs) é mais sucateada quando governos com interesses de manutenção de privilégios das elites assumem o poder, como é o caso dos militares que se instauraram por meio de golpe com apoio de uma parcela importante da população e da mídia no Brasil. Apenas em 1996 é que seria publicada uma nova LDB retomando a necessidade de LEs no Ensino Fundamental, e para complementá-la, surgiriam então os Parâmetros Curriculares, os quais conhecemos hoje como principais orientadores pedagógicos institucionais.

Em relação ao contexto educacional mais amplo do país, Saviani (2008) também explica que apenas na década de 1980, com o fim do pesadelo ditatorial, é que se haviam buscado as chamadas “pedagogias contra-hegemônicas”, as quais ele entende como pedagogias que serviriam aos interesses da população em vez de servir aos interesses dominantes. Ele conta que o processo de abertura democrática e a ascensão de candidaturas aos postos de governança, em conjunto com a resistência de educadores e a circulação de ideias pedagógicas, teriam marcado a década de 1980 como “um momento privilegiado para a emergência de propostas pedagógicas contra-hegemônicas” (Saviani, 2008, p.17). No entanto, o período de transição no Brasil teria sido bastante tímido, e Saviani conclui que a “transição democrática se fez, pois, segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica” (Saviani, 2008, p.17). Assim, embora os estudos freirianos tenham estado em ação desde a década de 1980 no Brasil, Duboc e Ferraz (2018) explicam que os estudos sobre Letramentos [os quais propõem tais transformações na atualidade] tornaram-se fecundos aos pesquisadores brasileiros apenas nas últimas décadas, com o aumento das conferências e eventos. Eles contam ainda que uma perspectiva crítica à noção tradicional de alfabetização teria emergido na década de 1980 por trabalhos pioneiros que culminaram no movimento dos Novos Letramentos (*New*

*Literacies*). Em suma, tais trabalhos reconheceriam, como Freire, a impossibilidade de entendimento dos processos de alfabetização como processos *neutros* ou *técnicos*, e a presença da ideologia como inerente ao contato com a língua, na direção do que busquei argumentar na observação por Leffa e Irala sobre a ênfase na ideologia e sobre o entendimento geral de língua preponderante pelos séculos (na epistemologia ocidental ao menos).

Sem essa “conscientização cidadã”, e aqui venho acrescentar a conscientização de classe, gênero, geopolítica e étnica (todas formadoras dos sujeitos pela e com sua respectiva LN bem como pelo contato com as LAs), houve por décadas no Brasil uma tendência ao entendimento do inglês como uma língua calcada na dependência econômica, política e de formação desses *sujeitos exemplares* para o educando, com forte propensão ao monolinguismo compulsório e a um postulado sobre o que deva ser feito pelos países considerados centrais, cujos falantes nativos de países enriquecidos passam a ser um *exemplo a seguir*. Tais pressupostos (presentes inclusive na esfera acadêmica por vezes) viriam a diferenciar então os conceitos atuais de alfabetização e Letramento, ou Letramento Crítico, como preferem alguns autores. Como explicam Ferraz e Duboc:

*A critical perspective to the traditional notion of literacy emerged in the 1980s through the pioneering works of Barton (1994), Gee (1990) and Street (1995) which culminated in a movement known as New Literacy Studies. Special acknowledgement should be addressed to the contribution of Street's distinction between the autonomous model and the ideological model of literacy, the former referring to literacy as if cultural and ideological assumptions were neutral (leading to a concept of reading as decoding), whereas the latter conceives of literacy as a cultural and social practice (in which reading is no longer a neutral or “technical” skill) (Ferraz; Duboc, 2018).*

No desenvolvimento dos autores envolvidos com as *Critical Literacies*, percebo uma forte tendência a essa necessidade de reconhecimento das línguas como fatores não apenas instrumentais, de uso, mas também formadores de subjetividades (como reforçou Lakoff) e de identidade sociolinguísticas particularmente pelas formações de subjetividades de gênero. Dessa forma, apesar do foco específico de Freire com alfabetizando de LN e a fim de delimitar alguns aspectos de nossa realidade em ILA desta pesquisa, reconheço que exista uma forte proximidade em nossa área com tais propostas. Proximidade esta observável especialmente na Filosofia da Linguagem, com os pressupostos freirianos, por sua influência sobre os estudos linguísticos e seu diálogo com a EL. Como explica Macedo et al, em 1999 Colin Lakshear já reconhecia a contribuição de Freire nos Novos Estudos de Letramento:

Discorrendo sobre as contribuições transdisciplinares ao estudo sociocultural da linguagem e do letramento na grande divisão, o autor [Lakshear] relaciona uma série de movimentos que teriam alavancado a virada social chegando aos Novos Estudos do Letramento, entre eles estão a etnometodologia, a sociolinguística interacional, a etnografia da comunicação, a psicologia sócio-histórica baseada no

trabalho de Vygotsky e seus pares, os estudos de Bakhtin e o trabalho de Paulo Freire (Macedo; De Almeida; Dezotti, 2020, p.9).

Ou seja, os estudos chamados *Critical Literacies*, muitos dos quais de influência freiriana, vieram na corrente do reconhecimento das desigualdades linguísticas como refletoras das desigualdades socioeconômicas presentes nas relações de colonialidade. Nessa perspectiva, observo as respostas sobre as identidades linguísticas de meus respondentes. Nem todos refletirão esse contexto de Marielle, pois alguns tiveram suas ELIs de base noutros países, como Inácio, Francisco e Andrès. Porém, todos se encontram atualmente (ou ao menos no momento das entrevistas) no Brasil, utilizando o ILA em suas pesquisas (cada um deles em maior ou menor intensidade, conforme suas respostas) e o português em demais atividades e socializações.

#### 4.3 FRANCISCO: LINGUA FRANCA E CONTRA-HEGEMONIA

De nacionalidade grega, falante de grego como LN e nascido em 1968, Francisco vive na região do ABC paulista no momento da entrevista, feita individualmente. Ele afirma que seu pai, nascido nos EUA, já falava com ele desde muito cedo em inglês, portanto este é um dos idiomas em que se sente mais confortável atualmente. Ele informa realizar sua pesquisa na área de trabalho com o doutorado concluído. Sobre sua área, ele explica brevemente: “*Economia política, história econômica e desenvolvimento*”. Suas *keywords* são: *Imperialism; Dependence e Development*. Ainda, ele escolhe as seguintes opções sobre sua necessidade de uso:

Preciso ler textos em inglês de pesquisadores que publicam nessa língua. Preciso escrever em inglês para publicar em periódicos em minha área. Preciso entender oralmente reportagens e canais de TV, falas de meus pares e pesquisadores em inglês. Preciso apresentar trabalhos orais, seminários ou palestras em inglês na minha área de pesquisa.

Assim como Inácio, Francisco experimentou o bilinguismo (grego e inglês) desde muito cedo e, na vida adulta, o multilinguismo, pois trabalha, leciona e pesquisa no Brasil. Em sua trajetória em ambiente internacional, ele narra seu caso peculiar, mas aparentemente menos tenso em relação à ELI. Ele conta que seu pai era estadunidense, então sua comunicação oral teria ocorrido em inglês desde cedo, mas sua LN era o grego (ou LM, como ele opta por chamá-lo). Por alguma razão, ele teria tido alguma resistência inicial com o inglês:

*Bom, é o seguinte, eu acho que o meu caso provavelmente um pouco...talvez particular, não sei como são, né, as outras pessoas que você entrevistou. Eu cresci com inglês dentro da*

*casa, certo. O meu pai é.. nasceu nos Estados Unidos. Então ele sempre conversou comigo em inglês, né. Eu nasci, cresci na Grécia, né, então a minha língua materna era o grego. E eu demorei pra falar inglês, né, comecei a falar com uns sete, oito anos, eu resistia e não sei o quê, pelo que eles contam pra mim, mas depois foi, né, a língua da casa, eu fui falando com meu pai, né. E no segundo... no Ensino Médio, inclusive, eu fui numa escola onde meu pai trabalhava como professor de Ensino Médio, era uma escola internacional, que era em inglês, então a minha inserção na língua vai.. né, tem uma pré-história, né, antes da pesquisa, certo. Eu aprendi inglês, né, no Ensino Médio, assim fiz escola em inglês no Ensino Médio, certo, embora minha Língua Materna fosse, né, o grego. Então... e depois eu fui, tenho também a família dos Estados Unidos, eu fui estudar com... fui morar com meu tio lá, e fiz faculdade lá, e ali que eu comecei a estudar, né, assim, em livro de pesquisa, e tal, de estudos, né, na faculdade lá, em inglês (Francisco, entrevista 2).*

Do ponto de vista motivacional e volitivo, a partir de seu relato não é possível presumir as razões de sua resistência inicial à língua quando criança, tanto que ele sabe ter havido essa resistência porque sua família lhe relata “*pelo que eles contam pra mim*”. Fica claro apenas que ele apresentou alguma resistência, mas passou a falar por volta dos sete anos, e o inglês passou a ser a língua doméstica. Em seguida, ele narra:

*Então eu... depois de tudo isso, o inglês é a minha melhor língua, né, melhor do que meu português, melhor do certamente do que o que o grego, né, que já é distante. Então o inglês é a minha língua de preferência no trabalho, na pesquisa pelo menos, no ensino obviamente aí tudo em português, mas no trabalho é.. pelas redes, né, que... na comunidade acadêmica que eu participo. É... tudo acaba sendo em inglês, né, então a minha exceção nessa trajetória é essa, eu dependo muito do inglês, né. (Francisco, entrevista 2).*

Quando diz que no Ensino usa o português, ele se refere ao fato de que leciona em português, numa universidade brasileira no momento da entrevista. Assim, Francisco não parece ter tido necessidade de se conciliar com a língua inglesa em nenhum momento específico. Diferente de Inácio, ele não destaca discursivamente sua origem bilíngue como um privilégio ou trauma, mas parece estar confortável em seu contato com o inglês ao menos a partir dos sete anos. Ele apenas aponta que encontrou alguma dificuldade quando fez o Ensino Médio (EM) numa escola internacional. Naquele momento específico, ele percebe um esforço de sua parte para alcançar seus colegas oriundos de outras escolas internacionais. Entendo que tal esforço se refira ao entendimento do inglês como língua de estudos, especialmente na escrita, pois até então sua trajetória teria sido com um inglês oral dentro de casa e com o grego escrito na escola anterior ao EM (próximo ao que no Brasil chamamos de Ensino Fundamental, EF):

*É assim, quando eu entrei em contato para estudar mesmo, no Ensino Médio, eu tava... bem atrasado, né, em comparação com outros alunos, que eram alunos é... que muitos deles já falavam inglês eram, né, sei lá de onde, mas falavam inglês melhor que eu, né, eu*

*tinha estudado em escola grega. Então, eu comecei ter... precisar estudar inglês, ler livros, escrever, sabe, tudo aquilo era um esforço aí pelos 12, 13 anos, né, aí comecei a enfrentar esse outro ciclo de estudos em outra língua (Francisco, entrevista 2).*

Em seguida, aparentemente de forma mais confortável e afetuosa em relação à incorporação linguística:

*Então é... mas depois de dois anos, acho que virou mesmo a minha língua principal, porque assim, você vai se adaptando e, desde então, sempre... não teve mais volta, né, sempre foi esse o caminho de estudos. A adaptação, portanto, foi bem... aconteceu bem cedo, é... era uma Língua Adicional, né, mas numa idade, né, ainda jovem de... de 12, 13 anos que eu... que eu fiz essa transição (Francisco, entrevista 2).*

É notável que, assim como Marielle, Francisco opta por usar o termo LA justamente quando se refere ao inglês como a língua com a qual se adaptou como um caminho de estudos num segundo momento, mesmo que neste caso tenha havido um contato oral desde a infância. Em outras palavras, embora não tenha feito abertamente uma avaliação discursiva quanto a sua realidade então bilíngue, ele reconhece que houve uma adição linguística a seu repertório após esse período que chama de transição. Quanto lhe pergunto sobre a trajetória ter sido emancipadora em ELI, Francisco não apenas responde sua particularidade, mas faz toda uma análise sobre o entendimento de emancipação, sobre as condições para as quais poderíamos considerá-la e sobre as motivações, os processos volitivos envolvidos no processo emancipatório. Confesso que sua análise me causou bastante admiração, especialmente por ser oriunda de um pesquisador de outra área que não especificamente as Letras. O cuidado com a utilização do conceito de emancipação e a análise sobre o papel das línguas foram ambos profundos e acurados. Procuo então comentá-lo em suas partes:

*Francisco: Com certe... assim, tem que ser relativizado, um pouco, né, porque outras coisas também são emancipadoras, né, mas no sentido de abrir portas, de facilitar uma... alcance maior, né, nas leituras, de poder enfim... O inglês também, por ser uma língua até certo ponto, uma Língua Franca na ciência, não é, uma vez que você tá dentro, você pode ler, né, pesquisas, estudos e que vêm desde a China até as Américas (Francisco, entrevista 2).*

Aqui, percebo que talvez seja mister comentar o conceito de LF, pois Francisco observa as facilidades em sua área científica a partir de sua familiaridade com o ILF nas ciências. Ressalto então que o conceito é bastante polêmico e, como explica Duboc (2019), que procura analisá-lo como base fundamental do BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Além de polêmico, o conceito agrupa traços de sentido diversos. Ela acredita que o conceito seja “polêmico e polissêmico, daqueles vocábulos que carregam o fardo do passado, como se tivesse sido duramente exposto a um ferro de marcar gado, sempre às voltas com seu “sentido primeiro” após novos escrutínios e expansões teóricas” (Duboc, 2019). Ainda assim, e respeitando sua polissemia e sua polêmica, cujas presenças já me remetem ao en-



tendimento de *keyword* de Williams, esclareço brevemente que LF se refere a uma língua utilizada como contato geral, muitas vezes para pessoas cujas LNs (ou LMs, LOs ou LHs) sejam diferentes, ou mesmo para comunicação em linguagens que busquem uma expressividade mais ampla, ou seja, uma língua que seja entendida por uma comunidade mais expandida do que aquela onde o locutor ou autor se encontra. Sendo assim, baseado em sua utilidade primordialmente, é natural que tal conceito estivesse bastante atrelado ao que observamos com Leffa e Irala sobre a ênfase na função (no caso, na função específica de comunicação entre comunidades falantes da mesma língua). Por isso, a partir do momento em que entram no discurso acadêmico as pesquisas sobre língua com ênfase na ideologia (como a minha em grande parte), as críticas ao conceito de LF se tornam presentes e, portanto, cria-se uma polêmica ao redor do termo. É interessante que Francisco também menciona o ILF com uma clara hesitação “*até certo ponto, uma Língua Franca na ciência*”. Ouso dizer que, assim como Duboc, ele reconhece as particularidades e talvez algumas polêmicas ao redor do termo, mas sem deixar de observar que, até certo ponto também, há uma realidade do ILF na comunidade acadêmica. Ou seja, nesta comunidade o inglês tem sido de fato uma língua de contato imediato, como havia sido já mencionado por Marielle e por Inácio, o qual havia explicado seu entendimento do inglês com proximidade ao conceito de ILF com outras palavras: “*Eu não falo árabe, o árabe não fala português, mas através da língua inglesa a gente consegue se comunicar, a gente consegue trocar e-mails e pode tirar dúvidas técnicas. E isso acontece em encontros, conferências, simpósios [...]*” (Inácio).

Da mesma forma que nos incomodamos com o utilitarismo circunscrito no conceito de língua, fundamental aos processos discursivos e até às PLs (como os discursos de empregabilidade causando sofrimento e que acabam por dominar a hegemonia e as necessidades materiais humanas, como vimos no caso de Marielle), o conceito de LF e o de ILF incomodaram diversos autores por abarcar uma imagem utilitária e sistematizada da língua. Duboc (2019) explica que os primeiros estudos sobre ILF datam dos anos 1980 com Jenkins (2000) e Seidlhofer (2001), e nesse período a busca era por “documentar os usos internacionais do inglês por meio da identificação de características essenciais do inglês tipicamente usado em seu status de língua franca”. Ela conta ainda que:

Assim é que, ao conceber ILF como um sistema adquirido adicionalmente com vistas à comunicação entre falantes de primeiras línguas distintas, Seidlhofer (2001, 2005) e seu grupo de pesquisas lançaram-se na empreitada da constituição de um corpus, o VOICE - Vienna-Oxford International Corpus of English - de modo a promover uma descrição empírica dos usos do inglês em contextos de comunicação internacional. Idealmente, a compilação do corpus serviria para subsidiar a reflexão e tomada de consciência com vistas à melhoria da negociação mútua ocorrida nessas situações comunicativas (Duboc, 2019).

Tal empreitada, no entanto, teria gerado diversas críticas ao termo ILF, especialmente no tocante a uma despolitização do termo. A autora explica que O'Regan, em 2014,

teria criticado o não engajamento de tais estudos às questões de discurso, poder e ideologia, pois o corpus teria certa pretensão de homogeneidade, estabilização e universalização dos conteúdos. No entanto, após tais críticas, mesmo os autores dos estudos iniciais teriam abordado questões de adaptações em relação à ILF:

De fato, em publicação mais recente, a própria Jenkins (2015) faz menção às limitações de uma primeira fase dos estudos em ILF, reconhecendo que estes estiveram muito concentrados na identificação de um suposto corpus “internacional” e reconhecimento de aspectos linguísticos (no caso, pronúncia, léxico e gramática) com vistas a identificar quais elementos não afetavam a comunicação entre falantes de repertórios linguístico-culturais distintos. A mesma autora aponta que, ao final dos anos 2000, os estudos sobre ILF inauguram uma segunda fase em que se distanciam das pesquisas sobre World Englishes ao imprimir maior ênfase à fluidez e variabilidade do inglês usado em diferentes comunidades de prática, numa tentativa de desvincular o ILF de sua compreensão como mais uma “variação” (Baker; Jenkins, 2015). Jenkins (2015) finaliza advogando em favor de uma terceira fase em que se passasse a conceber ILF como prática multilíngue, numa manobra discursiva que, a meu ver, demonstra uma tentativa do grupo em atualizar-se diante das recentes teorizações sobre linguagem, mobilidade e translinguismo. Se essa expansão prometida na terceira fase irá vingar em pesquisas internacionais, não se sabe, pois ela é certamente tributária de uma ruptura ontológica e epistemológica (Duboc, 2019).

Nesse aspecto, confesso que me incomoda levemente a forma como as críticas se constroem sobre propostas teóricas no ambiente acadêmico, especialmente sobre os autores da primeira fase. Não digo que tais críticas sejam inábeis em observar a falta de engajamento político dos estudos de ILF em seu início, acredito que estejam, ao contrário, bastante pertinentes quanto a isso. O que me parece, no entanto, é que a alienação política não necessariamente desvirtuaria ou excluiria o teor prático e utilitário dos primeiros estudos e muito menos da criação do corpus, especialmente se tal corpus não se desviasse, por exemplo, do léxico relacionado aos estudos contra-hegemônicos propositadamente. Em outras palavras e de forma mais direta, não enxergo a ênfase na ideologia como contraponto excludente das ênfases anteriores (sistema e função), pois a observação da língua como processo dinâmico ideológico e pluridiscursivo, a meu ver, não exclui ou não deveria excluir seu caráter também utilitário e nem mesmo seu caráter sistêmico e estrutural. Nesta pesquisa e em muitos outros momentos de meu processo como educadora linguística, já me vali de corpora, dicionários, gramáticas e normativos gerais focados prioritariamente em aspectos lexicais, semânticos e fonéticos, os quais muitas vezes nem sequer se classificavam como uma variante padrão ou normativa entre tantas outras variantes. Em tais incursões, no entanto, pude colocar-me como atuante em processos de PLs de forma mais acurada, mais comunicativa (espero) e demonstrando seriedade e respeito aos processos discursivos e ao valor da língua em todas as suas ênfases, inclusive na ênfase

na ideologia. Por outro lado, conforta-me acreditar que a percepção da crítica por Jenkins pode ter direcionado sua pesquisa de corpus a um movimento mais engajado e interdisciplinar, de forma a enriquecer suas propostas iniciais com aspectos contra-hegemônicos relacionados ao ILF e à produção de corpora multicultural.

Enfim, tais discussões parecem convergir naquilo que Leffa e Irala apresentaram quanto às percepções conceituais sobre correntes linguísticas principais. Ou seja, primeiramente a ênfase no sistema, depois na função e então na ideologia. Embora Duboc apresente as principais críticas do ILF pelo caráter normatizador e estruturalista de sua carga semântica inicial (dialogando com a ideia de língua como sistema), a busca por um vocabulário geral, o foco na ideia de uma língua que “servisse” à ampla divulgação em comunidades multilíngues apresenta também diversos traços de sentido relacionados à segunda ênfase, na função. Ou seja, além da sistematização em compêndios, a língua era lida por sua função de permitir a comunicação geral. Ambas, sistematização e função, talvez apresentassem ainda limitações discursivas relacionadas ao caráter fortemente ideológico e dinâmico da língua. No entanto, entendo ambas como essenciais no desenvolvimento das concepções linguísticas contemporâneas.

Fechando então a discussão sobre o polêmico e polissêmico conceito de LF, retorno à análise de Francisco sobre o aspecto emancipador do ILA, justamente quando ele cria o paralelo com a característica emancipatória do estudo de várias línguas:

*Então você... nesse sentido é emancipador, né, nesse sentido, né, que você ganha acesso. O que não quer dizer que a pessoal que fala inglês vai ler, né, o que vêm de outros países, acho que tem outros obstáculos, também que... outros vícios que não dependem só da língua, mas que abre portas, abre... né. E tem, né, esse potencial, sim com certeza, com certeza (Francisco, entrevista 2).*

Naquele momento, ao notar que Francisco não estava ainda satisfeito com sua resposta, perguntei se ele gostaria de acrescentar algo. Minha percepção estava correta, pois ele adiciona ainda sua experiência multilíngue ao relato:

*Não é que as línguas têm... as línguas são emancipadoras nesse sentido, né. Toda língua, né, não só o inglês, é assim. Eu aprendi também português, isso abriu todas as portas na América Latina, porque a partir disso eu podia ler espanhol. Eu fiz também aula de espanhol, então, eu fui, né... as línguas abrem essas portas, nesse sentido, sim, mas a pessoa também tem que querer, né. Também não é só você aprende e automaticamente se emancipa, né, tem que ter vontade e interesse e ideologicamente tem que ter uma orientação para isso, né, porque você pode aprender línguas e não passar, não ir pra esse lado novo não, para esse lado de, né, expandir horizontes, mas tem que querer... (Francisco, entrevista 2).*

É interessante observar que a fala de Francisco dialoga diretamente com os conceitos materialistas de ideologia (no sentido de que a emancipação seria uma forma de escape

da ideologia ou da hegemonia) e com os conceitos bakhtinianos que apresentei no início desta tese (especialmente aquele de heteroglossia da língua). Francisco entende primeiramente a necessidade de se relativizar a ideia de emancipação, embora reconheça o poder de acesso concedido pelo conhecimento linguístico numa LF ou noutras línguas. Ele levanta ainda a necessidade de desejo, de vontade do indivíduo, bem como a presença de uma orientação ideológica para tal interesse, para que se atinja de fato a tal emancipação. Seu discurso aponta a necessidade de considerar-se o acesso linguístico, a vontade individual e a orientação política, ideológica em relação ao processo emancipador. Mais do que explicar essa questão, ao responder sobre o papel das línguas como influências sobre suas temáticas de pesquisa, Francisco descreve um tratado sobre tais tópicos de forma bastante clara, apontando por fim questões profundas sobre a colonialidade envolvida na querela linguística:

*[...] essa questão então é o seguinte: há um problema é... muito básico nas Ciências Sociais, pelo menos, não é. Como nos últimos 50 anos, ou nos últimos séculos, as Ciências Sociais se desenvolveram no centro dos impérios e se projetaram de lá para cá, prevalecendo também não apenas as línguas, mas certos assuntos, certas temáticas que eram interessantes para os próprios impérios. Então, questões de desenvolvimento, por exemplo, não estavam na pauta dos próprios impérios, não é. Então essa essas perguntas é... embora o termo “desenvolvimento” tenha uma história da linguística própria, uma etimologia, mas o termo de desenvolvimento como algo programado, né, como algo que o estado promove intencionalmente, sabe, com planejamento e tudo, isso é a partir dos anos... você generaliza, digamos, depois da Segunda Guerra Mundial, não é. Tem as experiências, né, da União Soviética que teve... começou essa história toda da planificação, né. Mas depois da Segunda Guerra, esses termos entram em vigor e continuam a ser pautados pelas academias do Norte, né, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos. Então, então os conceitos, nas línguas deles, acabam sendo... cooptados pelos interesses deles, né, ou pautados pelos interesses deles, mas não quer dizer que a língua em si é o obstáculo, não é, porque muitos dos movimentos de libertação que repautaram essas coisas aconteceram nas mesmas línguas, né. No Vietnam, em francês, na África, nas línguas inglesa e portuguesa e francesa, em Cuba, em espanhol. Enfim, não é a língua em si necessariamente que é o obstáculo, né, mas os sentidos, né, a ressimbolização dos termos, o que significam o que não significam (Francisco, entrevista 2).*

Nesse ponto, Francisco dialoga diretamente com minha temática de pesquisa sobre as *keywords*. uma vez que ele reconhece a presença dos vieses temáticos “*prevalecendo também não apenas as línguas, mas certos assuntos, certas temáticas que eram interessantes para os próprios impérios*”. A partir da heteroglossia da língua (embora sem utilizar tais termos), ele também levanta as potencialidades de serem discutidas temáticas contra-hegemônicas naquelas mesmas línguas, valorizando os processos de significação dos termos: “*não é a língua em si necessariamente que é o obstáculo, né, mas os sentidos, né, a ressimbolização dos termos*”. Aqui, entendendo profícuo o diálogo dessa fala de Francisco com as ideias Gilles Deleuze, ao encontro do que este conceberia, conforme explica Gallo (2003), como o papel criativo do educador.

A posição ativa de criador que Deleuze propõe dialoga com a corrente de pensamento das afirmações de Marx em relação a nosso papel (pesquisadores, educadores, trabalhadores) de atuar sobre a história, de modificar nossa realidade naquilo tudo que ela pode ou precisa ser modificada. Esse aspecto propositivo de Deleuze estaria numa visão de educação como um ato de resistência de subversão às políticas educacionais maiores (Gallo, 2003, p.64). É claro que tais afirmações precisam ser avaliadas à luz das transformações do século XXI e alternâncias de poder, considerando até mesmo as reformas relacionadas aos processos curriculares, aos avanços educativos e, também, aos fortes retrocessos sociopolíticos de quando esse poder volta a ser fortemente representado no discurso dominante hegemônico com políticas públicas de viés excludente, autoritário e elitista (como nos últimos tempos no Brasil). Acredito que uma grande contribuição de Deleuze em sua proposta tenha sido a de visualizar o educador como um criador, e não como um observador simplesmente. Há ainda conceitos trazidos por Deleuze e Guattari sobre uma “literatura menor”, sobre a qual eles acreditam que não se trate de uma língua menor, mas sim do que uma minoria faz com uma língua maior, uma literatura que subverta uma língua a ponto de fazê-la seu próprio veículo de desagregação. Gallo explica que os filósofos fazem três observações sobre tal ideia de literatura menor, quais sejam, uma desterritorialização da língua, a ramificação política e o valor coletivo (Gallo, 2003, p. 62-63). Dessa forma, a compreensão de ressimbolizar passa a ser, em si, um instrumento ao educador para essa atuação, uma vez que, ao refratar ou refletir realidades, em nossa relação com esse signo também nos enxergamos como produtores, atuantes e sujeitos sociais em nossos discursos, ou seja, deles criadores. É exatamente nessa linha que compreendo as falas seguintes de Francisco, por meio das quais ele menciona o planeta como um grande “colonial”:

*Eu digo isso, mas também não... não quero dizer que... tudo pode acontecer dentro ou deve acontecer dentro das línguas, né, europeias. Acho que tem outra conversa sobre a relação entre línguas não europeias com as europeias em determinados países, inclusive nas Américas, mas também é no mundo, é esse colonial todo, não é, sendo que em qual lugar... acho que não sei até que ponto vai a sua pergunta, mas é uma pergunta muito profunda, né, ela toca em muitos aspectos lá, né, muito além da pesquisa que eu faço. Assim, a língua que as crianças pequenas é... aprendem, se é inglês, né, aprendem matemática em que língua, né, tudo isso em que língua? Então, são questões, não quero minimizar esse lado, né, mas se a gente focar só nas pesquisas científicas, acadêmicas, que a gente faz, tem sido possível transformar o sentido dessas... dessa terminologia, dentro dessas línguas, não é? O que é imperialismo, o que é desenvolvimento, o que é dependência, tudo isso aconteceu dentro das línguas, né, dadas pelos europeus, né (Francisco, entrevista 2).*

Ou seja, em consonância com o que pretendo problematizar nesta pesquisa, Francisco acredita que dentro das línguas (mesmo dentro daquelas que nos foram impostas em momentos coloniais, por exemplo), seria possível atuar na transformação social e menciona particularmente tal possibilidade por meio dos sentidos. Ou seja, atuar no exato momento de desconstrução das ideologias (pensando aqui em ideologias no sentido marxista

do termo). As *keywords* de Francisco então, em sua própria fala, atuam como exemplos dessas possibilidades transformadoras. Além disso, ele acrescenta um adendo sobre a projeção das traduções nesse ambiente linguístico colonial desigual:

*Agora há um outro problema que é da tradução e do poder de projeção dessas línguas, não é. Então, na nossa área... a grande explosão, digamos, científica, que aconteceu a partir do Sul, né, da África, da Ásia, da América Latina, que aconteceu no pós-guerra, essa explosão teve pouca projeção, né, nas Ciências Sociais como um todo. Ou seja, muito assim... novas universidades foram criadas, sistema de educação e a infraestrutura de pesquisa foi expandida radicalmente nos anos 50, 60, 70, não é. Na África, nas Américas, né, na Ásia, e uma geração toda cresceu, né, ganhou diplomas, se tornou doutores, né, enfim, mas pouco disso chegava, mesmo sendo, assim, mesmo sendo em inglês, digamos, vindo da África ou da Ásia, havia um obstáculo, um impedimento, um bloqueio, né, às ideias que vinham desses países, e não era por causa da língua, porque muita coisa estava sendo escrita em inglês, em francês, mas o bloqueio que acontecia não era por causa da língua, era por causa do preconceito mesmo, né, às ideias que vinham mais rebeldes, mais revolucionárias, mais... né. [...] Então eles, pelo menos quem escrevia da África e da Ásia escrevia nessas línguas [inglês e francês], e o bloqueio era mais ideológico do que linguístico. Nas Américas, e na América Latina em particular, o bloqueio era também linguístico, né, porque essas línguas [português e espanhol] são menores ainda nesse sentido de poder de projeção. Então, tinha pouca coisa que se traduzia. Os grandes pensadores digamos, brasileiros, dos anos 60, 70, poucos deles foram traduzidos, e daqueles, muito pouco das obras deles foram traduzidas, não é (Francisco, entrevista 2).*

Esse reconhecimento das barreiras ideológicas muitas vezes em consonância com as línguas, essa análise de ambas as barreiras de acesso vem então ao encontro do que observamos como a visão de língua com foco na ideologia. Francisco destaca tais obstáculos como dois, porém em sinergia, e retoma os valores da colonialidade dentro da epistemologia das ciências sociais:

*Assim, então existiu sempre esse problema, né, de poder dialogar, e não apenas superar barreiras ideológicas, mas também linguísticas. Isso tem uma sinergia entre esses dois obstáculos. [...] Então, por outro lado, também tem o fato de as Ciências Sociais, eu tô falando das Ciências Sociais só, ok? O fato de Ciências Sociais também serem ideologicamente muito dependentes do Norte, não é, significava que as ideias... a América Latina também não lia, né, muito do que vinha da África e da Ásia. Então, você tinha uma dependência epistemológica muito forte em relação à Europa e aos EUA. E normalmente não era necessariamente da questão das línguas, né, e sim a orientação ideológica, né, que tinha uma estrutura dada desde a colônia. Então, você tinha uma dependência, né, todas as ideias têm que passar pela Europa para serem validadas [...] E isso acontece até hoje, de fato. [...] Ter que passar pela Europa para a gente aceitar. Bom, então quando vi a sua pergunta, pensei em tudo isso, que então a língua é importante, mas tem que ser... mas não é só essa relação*

*entre as línguas lá nas temáticas que eu trabalho passa por obstáculos linguísticos, sim, mas por outras coisas que, às vezes, usam as línguas como pretextos, né, pra não acontecer algo, né, mas não é... mas tem uma relação entre a lógica por trás, que se impõe nesses vazios ou enfim essas contradições todas, né (risos) (Francisco, entrevista 2).*

Dessa forma, Francisco encerra suas análises em relação ao papel das línguas de forma bastante dialógica e comprometida, e acabo por estar de acordo, como profissional, com suas observações. Particularmente acredito que ele tenha ressaltado no diálogo pontos essenciais como a visão do inglês como *lingua franca*, a relação da língua com a ideologia (*sinergia entre esses dois obstáculos*), pontos estratégicos de colonialidade (*dependência epistemológica*) e um discurso acadêmico contra-hegemônico que enriqueceu profundamente esta parte da pesquisa (retomarei tais análises mais centrais de sua fala em 5.5, observando acesso, motivações e concepções subjacentes de línguas). Outro ponto importante de seu discurso é o reconhecimento das relações imperialistas nas relações acadêmicas “*passa por obstáculos linguísticos, sim, mas por outras coisas que, às vezes, usam as línguas como pretextos, né, pra não acontecer algo*”.

#### 4.4 ANDRÈS: TRANSLINGUAGEM, PRAZER E PODER NA FUNCIONALIDADE

Colombiano, tendo o espanhol como sua LN e nascido em 1973, Andrés vive na cidade de São Paulo e informa realizar sua pesquisa na área de trabalho com o doutorado concluído. Sobre sua área de pesquisa, ele explica que sua grande área é Relações Internacionais, suas linhas de pesquisa são Segurança Internacional, Segurança Humana e Teorias das Relações Internacionais. Os clusters apresentados por ele são: *Human Security; Nuclear Disarmament e Postmodern Theories*. Além disso, ele opta pelas seguintes opções sobre sua necessidade de uso do inglês:

Preciso ler textos em inglês de pesquisadores que publicam nessa língua. Preciso escrever em inglês para publicar em periódicos em minha área. Preciso entender oralmente reportagens e canais de TV, falas de meus pares e pesquisadores em inglês. Preciso apresentar trabalhos orais, seminários ou palestras em inglês na minha área de pesquisa.

Na contramão da maioria de estudantes de ILA nos contextos educacionais brasileiros de que participei (como professora, coordenadora ou mesmo como aluna), e especialmente destoando dos demais respondentes em relação aos processos educativos em inglês, Andrés teve seus primeiros contatos com o inglês numa relação de afeto e interesse espontâneo. Na Colômbia, ele teve o inglês como sua LA no contexto linguístico de espanhol como LN, e já mostrava um apreço pelas línguas em geral, relatando, com bom humor que até utilizava seu conhecimento como moeda de troca na adolescência:



*É... mas o meu contato primeiro, claro, foi no colégio, já no colégio eu era um dos melhores do meu curso de inglês. Quando eu estava no Ensino Médio, era um dos melhores, e eu tirava proveito disso, né (risos), então eu lembro que fazia coisas de adolescente, né, eu aproveitava então, ah coisas de adolescente “então você me ajuda nisso e eu ajudo aqui”, então a minha ferramenta era o inglês. Então, eu conseguia muitas coisas com o inglês (Andrès, entrevista 3).*

É interessante que ele tenha relatado o inglês exatamente como uma “ferramenta” por meio da qual ele tinha sucesso na vida escolar, o que vamos observando inevitavelmente quanto ao processo da utilização da língua tanto como ferramenta utilitarista como em seu sentido realmente prático e positivo, de prazer e de socialização por meio da comunicação, de acesso e de integração social do estudante. Esse aspecto, por sua vez, remonta à visão de língua como função que vimos com Leffa e Irala, visão ainda muito difundida na comunidade de prática educativa de línguas. Como deixei claro na ocasião, entendo sua importância como essencial para os processos linguísticos e educacionais, mesmo que observando seus limites. O prazer na educação, a meu ver, não deve ser condenado por apresentar causas ou consequências relacionados à utilidade direta ou à funcionalidade da língua. Diferente disso, ele abre um acesso à curiosidade e ao conhecimento do outro, estimula os processos cognitivos e, portanto, propicia um contexto mais próximo da criticidade diante de outras visões mais politizadas da língua. No mesmo entusiasmo, ele continua:

*Mas aí, né, claro, de fato quando eu entrei na imersão total foi na universidade, né. E naquela época, se falando em anos 90, comecinho dos 90, então, as tecnologias eram um pouco limitadas, né. E daí quando chegou o boom da internet, então isso abriu outras possibilidades, porque eu conseguia interagir muito mais. E o chat, o bate-papo, isso abriu um horizonte imenso de “como é possível que você consegue escrever, falar inglês com outra pessoa que está do outro lado do mundo, que você nem vê?”. Então esse foi o momento assim impressionante, né, e uma dificuldade que a explosão tecnológica, no momento, facilitou a amenizar um pouco essa dificuldade (Andrès, entrevista 3).*

Na observação do desenvolvimento tecnológico ao lado dos processos linguísticos e educacionais, Andrès então reconhece a importância da evolução e de seu acesso à tecnologia, assim como valoriza o conhecimento da língua viva e dinâmica por meio dessas também “ferramentas” de utilização e de estudos. A dificuldade anterior então se esvai quando ele acessa a língua em seu uso dinâmico pela internet, ainda na Colômbia, sobre o que ele conta com entusiasmo:

*Assim, e eu lembro, [...] a universidade adquiriu um laboratório de idiomas, laboratório de línguas, isso para mim foi... tão impressionante porque estava falando em 1995-1996, Janaina, uma coisa assim (ou 1994, não me lembro mais), e entrar no laboratório, você... as cabines, e você ver aqueles equipamentos que você colocava assim [mostrando como se colocava o equipamento de áudio] e todas as baterias daquela época, talvez seja*

*já muito ultrapassadas, as baterias de análises, de exercícios para praticar a fonética, eu lembro que era fantástico. E assim que a gente conseguiu... eu estudei, né, as variantes linguísticas do inglês falado na Colômbia, porque na Colômbia tem uma ilha que se fala inglês, a ilha de San Andrés, então a gente que estudava inglês, que estudava idiomas e Letras, enfim, Línguas Modernas, então era obrigado, tinha que passar pelo estudo das variantes, da variante linguística do inglês que se falava na ilha da Colômbia, de San Andrés, que fica no Caribe. Então, eu lembro que eu fiz... a gente fazia pesquisa. Nossa, era tão fantástico... ir para o sistema de... tinha a antena satelital, e a gente conseguir naquela época ver as notícias da BBC e ver as notícias da CNN Internacional, entendeu? Então, para a gente, nesse momento, isso abriu o mundo, né (Andrès, entrevista 3).*

Nesse ponto da entrevista, senti dificuldade em não comentar sobre minha experiência no curso de Letras-tradução na Unesp de 1998 a 2001, pois utilizávamos também essas cabines sobre as quais Andrès fala com tanto entusiasmo, e eu compartilhava exatamente essa mesma alegria que ele sentia ao relembrar seu processo (no meu caso, as cabines eram usadas em aulas de italiano e francês para estudos de pronúncia). No entanto, percebi que as entrevistas ficariam diferentes demais umas das outras e, com receio de prejudicar os dados, deixei que ele falasse mais abertamente sobre suas lembranças sem mencionar as minhas coincidências. E então, apresentando mais detalhes, Andrès conta que de todo esse apreço teria advindo ainda o desejo de estudar Línguas Modernas:

*Até porque, veja, a minha primeira formação foram as Letras, foi Línguas Modernas na Colômbia. Bem, acho que aqui também tem um período, um momento que era Línguas Modernas, mas quando terminei mesmo colegial, eu disse: “eu quero estudar Línguas Modernas”, sim? Porque eu queria conhecer era esse universo, o poder da língua, né, a comunicação, como é que os povos, né, durante tanto tempo assim de geração após geração, né, mantiveram seus grandes... suas conquistas e como narrava isso, né, então é... para mim isso, eu disse “não, eu quero estudar línguas”, né (Andrès, entrevista 3).*

Nessa valoração, ele usa exatamente os termos relacionados à visão de língua como função e entra no terreno da língua como ideologia ao relacionar sua relação com os povos e narrativas. As conquistas que ele menciona, como propõem os estudos decoloniais, muitas vezes ocorreram por meio de grandes violências epistêmicas e materiais, o que torna seu estudo não apenas interessante como necessário para a avaliação crítica e para a conscientização política acerca do desenvolvimento linguístico no planeta (essa vem a ser uma discussão profícua a respeito das formações dos beletristas, especialmente a partir da visão de língua como ideologia). Após essa formação movida por seu próprio desejo, ele teria entrado na Ciência Política e Relações Internacionais, mas Andrès deixa claro sua contínua relação com a primeira formação, bem como a gratidão por tê-la vivenciado:

*[...] um detalhe, eu mesmo entrando na área de ciência política e relações internacionais, Janaina, eu nunca larguei a minha primeira formação, que foi a que me deu as bases.*

*Sempre estive... ou dava aula de espanhol, ou dava aula de, por exemplo, espanhol para estrangeiros, dei aula no Brasil, eu interagia ou mantinha meu contato com o inglês, em grupos de... (como é que é?) speaking, esses grupos de interação para aprimorar o inglês, né. Então, assim, eu ia tendo assim os contatos, e também depois já como professor, começando essas viagens internacionais, ter que apresentar não sei onde... nos EUA uma pesquisa, enfim, ou na Europa. Eu começo a perceber “Poxa, que bom que eu estudei Letras, sim, que bom que eu tive essa formação”, que me deu uma competência, eu diria, que uma competência linguística, sim, uma competência linguística, e uma... eu via isso como uma ferramenta que me abriu mais portas, sim? Então foi nesse sentido (Andrès, entrevista 3).*

Além de um contato afetuoso, então, Andrès também reconhece o poder proveniente dessa escolha que havia feito no início da carreira, e fala na competência linguística especialmente como um meio de acesso, um meio de contato e de ascensão social, uma “ferramenta”. Ele fala ainda de oportunidades que tais estudos lhe proporcionaram ao lembrar sua chegada ao Brasil:

*[...] porque quando eu cheguei aqui no Brasil, então as próprias pessoas falavam “ah, por que você não dá aula de espanhol para mim?”. Então, poxa, claro, eu me formei em Letras com foco em espanhol, e inglês, claro, porque lá o inglês era obrigatório, mas o foco foi espanhol. Então tive essa oportunidade, né, de interagir e passei a dar aulas também, sim? Eu ia a centros de pesquisa... centros de ensino aqui, [nome de escola de idiomas] eu acho que foi, companhias de idiomas, eu dei aula de espanhol, e como era falante nativo, então eu era muito... cotado para turmas, sì, e para aulas individuais também (Andrès, entrevista 3).*

Nesse ponto eu comento na entrevista exatamente que, no caso dele, as escolas de línguas teriam um interesse ainda maior por tê-lo como professor, pois além de ter a formação, ele era falante nativo (mesmo considerando o mito do falante nativo como professor de línguas e as críticas dele subsequentes, como Kumaravadivelu havia mencionado, reconheço que neste caso Andrès de fato tinha a formação e a língua alvo como LN, ambas valorizadas nos contextos educacionais de línguas):

*Andrès: Sim, modéstia à parte, sim, e eu estava bem no país, legal, sempre estive legal aqui, porque eu vim com tudo [referindo-se à documentação] né. Então, é claro, era, digamos assim, era uma oportunidade que eu não tinha como não aceitar, tinha que aceitar mesmo. Eu sentia assim que privilégio, porque eu pensava assim, Janaina, “que privilégio, poxa, estou noutro país ensinando a minha Língua Nativa, o espanhol, para falantes de língua portuguesa aqui”. Então foi muito bom, sim, foi muito bom [...] Então, foi bom, nesse sentido eu vejo que sim, abre portas, então eu vi como oportunidade (Andrès, entrevista 3).*

Embora Andrès já tivesse claramente mencionado questões como oportunidade, privilégio e reações de entusiasmo com sua trajetória, não mudei as perguntas entre os entrevistados (para viabilizar a análise) e insisti no ponto da emancipação para que cada um falasse claramente sobre esse tópico. É muito interessante que, nesse momento, ele observa as relações do imperialismo presente nas críticas ao estudo da língua, mas faz sua análise destacando a língua por suas possibilidades instrumentais:

*Olha, claro, com certeza, primeiro porque eu vejo inglês, Janaína, não como um elemento de dominação imperial de uma civilização sobre a outra, que muitas vezes alguns algumas pessoas da área de Política Internacional e Relações Internacionais, enfim, entendem por aí, talvez, ou não só por aí, mas outros, né. Mas eu vejo assim: o inglês é um elemento, é... uma língua, eu vejo inglês como uma língua que conecta o mundo, não vejo como uma dominação, certo? (Andrès, entrevista 3).*

Novamente, ao tocar nesse ponto delicado das relações políticas presentes nos processos linguísticos internacionais, Andrès não corrobora a ideia de sentenciar a língua pela dominação dos povos e reforça sua observação sobre o poder da língua a partir dessa possibilidade de instrumentação, inclusive reforçando parâmetros sugeridos pela ideia de língua franca com “*vejo o inglês como uma língua que conecta o mundo*”. Ele dialoga, portanto, com a fala de Carter, embora esta sim considere a língua como instrumento tanto de dominação como de libertação: “*Language is power, life and the instrument of culture, the instrument of domination and liberation*”<sup>32</sup> (Carter, 1988), a qual indiretamente pressupõe o potencial refratário da língua que estudamos pelo Círculo de Bakhtin e remete a questões ideológicas, especialmente a relações de poder (posteriormente às formações identitárias a partir de processos linguísticos com mais profundidade). Percebo assim que a fala de Andrès estaria alocada exatamente no interstício entre a visão de língua com foco na função e as primeiras ideias sobre o foco na ideologia, pois embora ele se recuse a reduzir o conceito à ideia de “dominação”, ele menciona essa visão como algo presente em nosso tempo por outros acadêmicos e deixa traços de sua compreensão de língua de forma mais ampla, abarcando o potencial de conexão internacional.

Reforçando então minhas ideias anteriores, as visões de língua com foco na função tendem a ser advogadas por argumentos sobre sua abertura aos acessos de pessoas e sobre a comunicabilidade entre povos, como o próprio Andrès elabora. Este, portanto, é um foco ainda bastante presente na área linguística e que, pela terceira visão apontada por Leffa e Irala (foco na ideologia), viria a ser complementado pelas observações acerca das relações ideológicas e formações identitárias provenientes dos processos linguísticos. Acredito ainda que o subtexto emergente na fala de Andrès se refira ao fato de que hoje, como educador, ele percebe a importância da difusão do conhecimento de forma acessível em contextos mais abrangentes, como foi seu caso na Colômbia. O fato de criticarmos ou avaliarmos com receio o utilitarismo presente nos estudos linguísticos, especialmente no

---

32 Língua é poder, vida e o instrumento de cultura, o instrumento de dominação e de libertação.

estudo do inglês por países então colonizados pelos centros imperiais, não necessita desconsiderar a praticidade dessa função. A crítica apenas aponta para as possíveis armadilhas dessa lógica que, em última instância, pode dessensibilizar nossa conscientização sociopolítica a respeito das violências epistêmicas na hegemonia. Em minha visão, e acredito que também na de Andrès, o prazer e o empoderamento presentes nessa instrumentação não necessariamente ofuscam as relações políticas subjacentes às práticas linguísticas, haja vista o próprio caminho profissional de Andrès a partir das Línguas Modernas em direção às Ciências Políticas e Relações Internacionais. No entanto, como busco propor nesta tese, especialmente se considerarmos o potencial refratário da língua, os referenciais temáticos poderiam comprometer-se com questões de maior profundidade sociopolítica (em comparação com o que ocorre na maior parte dos processos educativos do ILA) para que o estudo caminhe em direção à cidadania linguística.

Andrès menciona ainda a emergência do inglês em seu processo educativo como uma ocorrência histórica e reforça a presença da língua como consequência das emergências socioeconômicas:

*[...] poderia ter sido outra língua que poderia ter sido globalizada, né, como outras, né, aliás, outras já foram globalizadas, né, nos seus contextos, nos seus períodos históricos, os quais tiveram a oportunidade de essa língua se emergir e dominar outras, né. Ou emergirem e passarem a ser mais standard que outras, né. Por exemplo, o grego, o latim, ou na Ásia o cantonês, entendeu? Assim, o árabe no Meio Oriente, né, mas foi a língua que correspondeu a nossa era, você vê, o inglês. No século XIX, era o francês, já do século XIX para o século XX já começa o inglês. Durante o século XX, o inglês. E no século XXI é o inglês e aparece o mandarim, né, pouco a pouco (Andrès, entrevista 3).*

A partir da emergência do inglês no século XX então como língua franca ou como língua globalizada, como ele coloca, ele entende que seu processo educacional relacionado a ele tenha sido emancipatório exatamente pelas oportunidades sobreditas que se lhe haviam apresentado:

*Enfim, mas eu acho que foi a língua que correspondeu a nossa geração, a nossa era. Então, saber o inglês, sim, é emancipatório, e é assim porque, também, eu entendo que, quando você aprende uma língua, você passa a conhecer os elementos dessa cultura que fala a língua, né. Então você, por exemplo, passa a entender mais o pensamento, passa a entender mais a produção literária, passa a entender um pouco mais as questões culturais e artísticas dessa área que fala essa língua, essa área do mundo que fala essa língua. [...] Então, para mim, o aprender inglês, nesse caso, é. para mim foi emancipador, muito! (Andrès, entrevista 3)*

Além disso, ele menciona a translíngua como uma vantagem de sua aprendizagem na presença de outra realidade sociocultural como a latino-americana. Entende seu processo linguístico como uma forma de conhecimento sobre diversas relações entre nações:

*E junto com o português, aprender o português para mim preencheu esse... mais ainda, né. O que passei a entender mais esse a questão latino-americana, passei a entender mais a relação do Brasil com América Latina. E, olha, Janaina, o fato de entender inglês passo a entender também essa relação do Brasil com o mundo, Brasil e Estados Unidos, Brasil e Inglaterra. Essa relação que talvez estaria restrita só se eu conhecesse só o lado do inglês, porque o português está aqui, mas conhecendo os dois lados, das duas línguas, então complementa muito. Então, sim, é emancipador. E eu acho também que é uma vantagem quando se aprende a outra língua do... essa outra língua, né, que vocês têm vantagem com aquela que somente falam essa língua (Andrès, entrevista 3).*

Quando lhe pergunto então, por fim, sobre o papel das línguas nas temáticas de pesquisa, ele menciona o aspecto da complementaridade no sentido de que, sendo pesquisadores, poderíamos ter acesso aos originais a partir dos estudos das línguas:

*É... fundamental e complementar, si? E porque, por exemplo, você... veja, você pode ler Habermas em português, né, mas se você ler Habermas em alemão, você entende o que ele quis dizer com um background um pouco mais amplo, né, as especificidades culturais e da língua, então eu acho importante. Outro caso, você pode ler é... Don Quijote de la Mancha, sim, em espanhol e depois você pode ler em português, é próximo, a tradução é uma ciência que ela aproxima, né, ao mais real possível, mas às vezes as particularidades da língua são tão específicas que não é que a outra língua não possa contemplar igual, só que escapa um pouco, né, foge um pouquinho da tradução do original. Então por isso que eu acho que, de fato, o papel dessas línguas e nas temáticas de pesquisa como tal, das nossas línguas na pesquisa é extremamente complementar. [...] Pega você como que complementa já o todo, né, o fato pelas particularidades das palavras da língua. Então eu vejo assim é extremamente complementar, né. Seria isso (Andrès, entrevista 3).*

No caso dele claramente não foi necessário um momento de conciliação com a língua, pois a relação frutífera e prazerosa já parece ter ocorrido desde os primeiros contatos. Houve apenas esse momento de liberação do acesso, esse “boom” da internet que ele menciona, e a presença do inglês como um instrumento prazeroso de contato com outros países e lugares distantes, como um estudo fundamental e ao mesmo tempo complementar. É claro que vivemos numa sociedade utilitarista e mesmo os valores neoliberais, por mais insalubres que sejam, direcionam-se ao utilitarismo como forma de “progresso” econômico. Dessa forma, quando nos deparamos, como indivíduos, com questões que nos proporcionam o senso de utilidade e, ao mesmo tempo, de prazer e afeto, nossa sensação de pertencimento, de acolhimento e de desempenho se exacerba. Acredito que isso tenha ocorrido comigo nos contatos com a língua e, por seu relato, com Andrès. Em ambas nossas trajetórias acadêmicas, não enxergamos as línguas como obstáculos como ocorre com muitas pessoas que *precisam* aprendê-las, mas sim como caminhos agradáveis de trilhar. Talvez alguns leitores e leitoras se reconheçam nessa realidade, mas receio que a muitas pessoas não tenham exatamente essa experiência com o inglês, dentro da qual a translíngua tenha

proporcionado prazer, complementaridade e oportunidades. Em nosso caso, os aspectos funcionais da língua (ênfase na função) nos permitiram o privilégio de seu utilitarismo no planeta globalizado e anglofalante, além do afeto durante os primeiros contatos.

Se relembrarmos e compararmos o acesso de Marielle à EAL privada, tampouco nos parecerá ser profícua sua experiência, uma vez que (especialmente no contexto privado) a organização parece desconsiderar a realidade do estudante oriundo da classe trabalhadora menos privilegiada. As práticas educativas (especialmente as privadas) parecem resumir-se a uma formação elitista para fomentar o desejo por ter e ser aquilo tudo que, por meio da língua, criava-se como uma imagem do estrangeiro do Norte global em contextos turísticos, consumistas e exclusivistas.

Identifico-me profundamente com a experiência de Andrès em sua fascinação com as línguas. O inglês era a única LA com a qual tive contato durante o Ensino Médio, por isso ele se tornou desde então uma língua estimada, o que talvez me tenha também transformado numa professora e pesquisadora de línguas. Ao deparar-me, então, com as realidades dos alunos mais desmotivados no início da minha carreira, tive dificuldades para compreender o desinteresse. Jamais havia imaginado, naquela época, que haveria pessoas com traumas relacionados ao estudo de uma LA como o inglês. A partir de então, tomadas as devidas proporções, busquei aproximar meus alunos não apenas das vantagens e utilidades (já tão cobradas no contexto neoliberal de nossa contemporaneidade), mas também dos prazeres que o estudo de línguas poderia proporcionar. Acredito que essa tenha sido uma das lições mais importantes de meu processo educativo como professora de línguas, ou seja, aprender a lidar com os processos e indivíduos mais delicados ou vulneráveis nos contextos de aulas, aprender a valorizar o incentivo, bem como o acolhimento de suas subjetividades em busca de prazeres educativos compartilhados.

#### **4.5 ACESSO, MOTIVAÇÕES E CONCEPÇÕES SUBJACENTES DE LÍNGUA**

Após esse primeiro diálogo com os processos educativos de meus entrevistados, bem como considerando meus anos de experiência na área, concluo que um dos aspectos mais profundos da formação identitária atravessada pelas línguas é exatamente a exclusão em suas diversas formas. O acesso às LAs (e nalguns aspectos até mesmo ao que conhecemos como variante padrão das LNs) já vem sendo estabelecido de acordo com parâmetros de classe, raça e gênero há tempos a partir do desenvolvimento das PLs no Brasil e no mundo. Com Marielle, Inácio, Francisco e Andrès pudemos observar como esses padrões, em diferentes realidades geográficas nesses casos específicos, influenciaram a formação da identidade linguística desses pesquisadores. É evidente que tal formação seja peculiar em cada um dos pesquisadores em relação ao ILA, com a qual cada um deles estabeleceu uma relação ainda viva e profundamente marcada por períodos decisivos como a infância, os contatos com a escolaridade, as dificuldades ou desafios do ILA e os prazeres e desprazeres



envolvidos nesse processo. Em suma, a exclusão de classe e de temáticas vivas no caso de Marielle, a exclusão identitária na infância de Inácio, a profunda politização de Francisco e o prazer a partir da inclusão por Andrès acabam por contar-nos histórias de processos educativos atravessados pela experiência política e pelas formações identitárias subjacentes nessas experiências.

Ainda em diálogo com a temática de exclusão e inclusão, aponto ainda duas observações particulares sobre esses relatos, quais sejam, (1) as percepções dos respondentes sobre as condições e problemas de seus contatos com a língua (questões metalinguísticas, funcionais e ideológicas) e (2) as (des)motivações durante o processo de ELI. Sobre a primeira, mesmo diante de questões abertas, os respondentes desta pesquisa (com mais ou menos detalhes) apresentaram uma introdução às condições sociais iniciais de seus primeiros contatos com o inglês como formas de justificar ou explicar suas impressões a respeito de seus processos. Eles avaliaram tais condições com recortes específicos de classe, ora reconhecendo privilégios ou desprestígios mais abertamente como Inácio, Marielle e Andrès, ou de forma implícita sobre sua própria experiência, como Francisco (mas estabelecendo, neste caso, as observações sociopolíticas a partir das questões sobre línguas de forma bastante elaborada e analítica). Sobre a segunda, (des)motivações, seus relatos são bastante claros em relação aos aspectos motivacionais e desmotivacionais em suas relações linguísticas. Algumas razões que aparentemente lhes teriam criado desinteresse ou até repulsa pelo inglês foram dificuldades com a ideia de *sistema* linguístico, ou seja, dificuldades reconhecidas por eles como linguísticas. Outras dificuldades ou facilidades estariam relacionadas à compreensão ou à utilidade e instrumentalização do processo educativo linguístico. E de maneira mais profunda, houve ainda questões claras de acolhimento, identidades e classe, conforme mencionei acima. Se compararmos então tais aspectos com o as visões de língua, podemos estabelecer uma tríade de dificuldades ou desafios: aspectos sistêmicos (língua como sistema, o inglês em si, estudos dedutivos e estruturais); aspectos utilitários ou funcionais (língua como função, razões para estudar inglês, comunicabilidade) e aspectos identitários, políticos e sociais (língua como ideologia, formação identitária e de valores no seu contato, o que é a língua e o que essa língua representa em minha circunstância sociohistórica).

Primeiramente, com foco no sistema linguístico, algumas vezes é expressa uma carência de compreensão ou alguma dificuldade específica em relação aos tópicos (mais sistêmicos, por assim dizer) da língua em situações de uso, como a compreensão básica das comunicações na língua, conforme observou Inácio: “*eu não entendia aquela diferença, né, de fala de uma criança de 4 anos com um adulto falando*” e “*eu não entendia absolutamente nada*”. Também percebemos o acesso à língua viva, como Andrès pontua, referindo-se às dificuldades de contato com o inglês durante seu EM (o que teria sido suprido apenas quando ele entra na faculdade de Letras e começa a ter acesso à internet): “*E naquela época, se falando em anos 90, comecinho dos 90, então, as tecnologias eram um pouco limitadas, né*”. Ainda, o acesso ao inglês como meio de instrução escolar, como pontuou Francisco: “*Então, eu comecei ter... precisar estudar inglês, ler livros, escrever, sabe, tudo aquilo era um esforço aí pelos*

12, 13 anos, né, aí comecei a enfrentar esse outro ciclo de estudos em outra língua”. Há também uma dificuldade na compreensão por alguns respondentes sobre o propósito dos estudos, a praticidade ou usabilidade da língua em situações de comunicação, como com Marielle: “os assuntos que aqueles livros abordavam, eles eram muitos distantes da minha realidade”. Aqui, Marielle não questiona abertamente o propósito das aulas, mas ao expressar seu desinteresse a partir das temáticas distantes, entendo que ela esteja indiretamente colocando tais propósitos em discussão. Ela ainda explica a falta de sentido que a ação lhe gerava, colocando a própria língua como ausente de sentido: “não fazia sentido nada do que os alunos usavam, o inglês e também não fazia sentido, assim, sentido para minha vida, para o meu dia a dia, então eu guardei o inglês, deixei lá no meu passado” (Marielle). É interessante observar ainda que, no relato de Marielle, mesmo após seus momentos de reconciliação com o inglês, seu processo educativo deixa marcas mais indeléveis em sua fala do que nos demais respondentes, os quais tiveram suas dificuldades mais voltadas às sistematizações, pois ela deixa claro que não se relaciona bem com a produção oral do inglês mesmo que tenha mais facilidade para a escrita.

É possível ainda observar algumas preocupações latentes na aceitação social, sentimentos de não pertencimento aos grupos, comparações com os colegas em relação a seu desenvolvimento e à sua identidade linguística, marcas de aspectos subjetivos e de formação identitária que, mesmo que os respondentes não direcionem diretamente a sua identidade linguística naquela LA, aparecem em seus discursos como forma de olhar para si mesmos e para os outros por meio das habilidades na língua. Com Inácio, percebo em “[senti] até uma certa repulsão ao estudo da língua inglesa, porque eu sempre estive na frente dos meus... no colégio, porque eu já tinha uma fluência que eles não... não me alcançavam”. Francisco também se compara com seus colegas quando chega ao EM: “no Ensino Médio, eu tava... bem atrasado, né, em comparação com outros alunos”. Também Marielle em seu contato com os colegas do curso já se sentia não pertencente: “era um grupo de alunos muito diferentes de mim, muito diferente da minha realidade”. Neste ponto das relações sociais atravessadas pela língua, os respondentes manifestaram, nalgum momento, suas preocupações, suas categorizações em relação aos colegas em situações relacionadas a suas identidades linguísticas, observações de comparação com as pessoas próximas, observações de si mesmos diante daqueles contextos. Ou seja, suas formações identitárias linguísticas a partir da comunicação com o outro, da alteridade.

Ainda mais marcantes do que os relatos sobre os conflitos são aqueles sobre os prazeres ou sobre suas conciliações para sua atual relação (em todos os casos, mais profunda) com a língua como pesquisadores. Deles, aponto primeiramente a utilidade, os discursos de funcionalidade provenientes da visão de língua como função e ainda observações relacionadas à visão de língua como ideologia, pois nesse momento alguns deles reconhecem particularmente relações de poder subjacentes à ELI, como André reconhece que sua formação teria deixado marcas positivas de acesso “que bom que eu tive essa formação, que me deu uma competência, eu diria, que uma competência linguística”. E Francisco, que também pondera sobre o inglês como LF, “Então você... nesse sentido é emancipador, né, nesse sentido,

*né, que você ganha acesso*". Desses momentos, surgem ainda relatos sobre aspectos motivacionais individuais, relacionados à identidade linguística dos pesquisadores, como o caso tocante de Marielle: *"comecei a perceber que eu poderia usar essa Língua Adicional para ir atrás das coisas que eu acreditava, dos assuntos que me davam interesse, e aí é uma outra relação, eu mudei totalmente a relação com o inglês"* (Marielle, entrevista 1).

De relatos tão enriquecedores sobre seus processos linguísticos em diversos momentos, creio que possamos concluir que as ideias gerais sobre língua que permeiam os pesquisadores, embora estivessem mais predominantemente relacionados à ênfase na função, todos entenderam importante a contextualização de suas condições de contato. Ou seja, mesmo que discursivamente não estejamos expostos (ao menos não noutras áreas de saberes) à terceira ênfase, na ideologia, de alguma forma os respondentes manifestaram suas condições sociais, seus acessos, seus privilégios, traumas e prazeres durante os primeiros e, especialmente, seus mais recentes contatos com o inglês.

Observando a figura maior (*big Picture*) desse primeiro relato de meus entrevistados sobre seus processos educacionais, encerro minha análise com uma última percepção: em geral, as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores em relação ao inglês apenas apresentaram alguma forma de reconciliação e prazer nos momentos em que seus processos educativos se tornaram de alguma forma acolhedores, **acessíveis** e significativos no sentido de que passaram a ler o acesso tanto como oportunidade profícua em suas vidas quanto como pertencimento a grupos sociais. Ademais, as narrativas aqui relatadas, por peculiares que tenham sido, dialogaram em diversos momentos com as três visões de língua previamente apresentadas no capítulo sobre os estímulos emancipatórios nesta tese, reforçando a ideia de que os processos linguísticos apresentam marcas dessas três ênfases nos mais diversos contextos. Embora a última ênfase seja menos difundida na hegemonia contemporânea, no processo de **memorização** desses pesquisadores houve diversos aspectos discursivos relacionados às formações identitárias linguísticas como estudantes de uma LA.

## 5. SEGUNDO DIÁLOGO: A PALAVRA COMO SIGNO IDEOLÓGICO POR EXCELÊNCIA

Pesadas as propostas do conceito de língua e suas potencialidades sobre as quais me debruço nesta pesquisa, e de acordo com as *Keywords* e *clusters* apontados pelos pesquisadores nas entrevistas e no questionário digital, acredito que seja possível retornar aos processos de significação, voltando-me ao signo linguístico como um ponto chave desses processos. Debruço-me aqui então sobre o *signo ideológico*(1); em seguida, faço um breve apanhado teórico sobre as *keywords*(2) ou *palavras-chave*; e, de forma a substanciar algumas questões pontuais de minha pesquisa, entro também na seara das *palavras geradoras*(3) ou palavras grávidas de mundo. Os três conceitos, desenvolvidos em tempos, lugares e por autores diferentes, são colocados aqui como dialogantes dentro da concepção de língua como processo dinâmico ideológico e material.

Retorno então às obras bakhtinianas cujas propostas apresentam, segundo Molon e Vianna (2012), quatro pilares sobre os quais toda a concepção de linguagem teria sido alçada: a interação verbal, o enunciado concreto, o signo ideológico e o dialogismo. Debruçando-me sobre o terceiro, ressalto que o termo *signo ideológico* se refere ao sentido de *ideologia* conhecido e aplicado entre os materialistas (e não ao sentido mais corrente com traços de inflexibilidade, propagado pela nossa hegemonia). Sobre ele então, Voloshinov e Bakhtin defendiam que, paralelamente aos fenômenos naturais, aos equipamentos da tecnologia e aos bens de consumo, existiria o mundo dos signos como um mundo especial (eu chamaria aqui de mundo de ideias). Para os autores, qualquer item da natureza ou bem de consumo poderia tornar-se um signo, adquirindo um significado para além de sua particularidade (Voloshinov; Bakhtin, 1986, p. 10). No século XX, por exemplo, poderíamos pensar em bens de consumo comuns que adquiriram, pelos desenvolvimentos históricos, valores simbólicos, tornando-se símbolos e, como tais, necessariamente signos ideológicos. A foice e o martelo juntos e cruzados são exemplos de ferramentas do trabalhador, bens de consumo e de trabalho, que significam ainda hoje a unidade das classes (operária e camponesa) na perspectiva do Comunismo. A flor de lótus, um item da natureza, por sua relação histórica com a religião budista, pode significar a pureza do corpo e da mente em muitas culturas. Tais itens, portanto, adquirem significados para além de suas particularidades como bens de consumo ou naturais; eles não deixam de significar em si, e significam para além de si.

Já no século XXI, nos tempos chamados líquidos, como explica Basílio: “o estado líquido é uma metáfora do dinamismo de nossa chamada pós-modernidade” (Basílio, 2010), os memes e as interações virtuais assumem processos de significação cuja rapidez, não raro, limita-nos em seu acompanhamento. Há casos, porém, em que as simbologias gestuais, de ação e de falas remontam às simbologias passadas, como ocorreu em nossa atualidade até 2022 no poder executivo federal no Brasil:

As simbologias nazistas com as quais o governo Bolsonaro e seus apoiadores fletam têm ficado cada vez mais evidentes. O próprio slogan da campanha de Jair Bolsonaro na eleição de 2018, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, faz referência direta a um bordão da Alemanha nazista, o “*Deutschland über alles*” que, em português, significa “Alemanha acima de tudo”. O trecho, inclusive, fazia parte do hino nacional alemão, mas foi suprimido ao final da Segunda Guerra Mundial (Alvin, 2020).

Tais casos ainda são uma exceção dos tempos líquidos apenas porque, a despeito das “releituras” históricas das teorias de extrema direita, ainda conhecemos a história, na Segunda Guerra Mundial, do nazismo como um movimento truculento, envolvendo valores racistas, xenófobos e homofóbicos. A criatividade dos memes criados a partir das notícias sobre o flerte do governo federal com os valores e atos nazistas e fascistas já são outros processos de significação igualmente válidos de interpretações e leituras, e sobre os quais vale o pensamento de Bakhtin: “Toda palavra de um texto conduz para fora dos limites desse texto. A compreensão é o cotejo de um texto com os outros”. Este exemplo de nossa realidade do século XXI, com o retorno de tais valores, alerta-nos a elucubrar sobre como os objetos, os gestos, as palavras, as ações podem tornar-se signos e, portanto, ideológicos, transbordando ainda seu significado mais comum. Na escola regular, aprendemos que os significados “principais”, aqueles dicionarizados geralmente na primeira entrada do verbete, são os significados *denotativos*, e os derivados, que cumpram sentidos transbordantes ou poéticos, seriam os significados *conotativos*. Com a ideia de signo ideológico, essa separação se dificulta um pouco, pois quaisquer ações poderiam ser refletidas no que chamei de mundo das ideias e, a partir desse reflexo, já estaria vulnerável às interpretações ideológicas das relações sociais. Ou seja, a denotação e a conotação estabeleceriam entre si relações muito mais turvas do que fronteiriças. É claro que ainda podemos, grosso modo, avaliá-las como formas mais simples de organização, mas com a ideia de signo ideológico, essa transição de significações seria muito mais dinâmica e profunda do que compreende nossa mente marcada pela escolarização, de forte cunho positivista (ou mesmo, no Brasil, próxima ao que Freire chama de Educação Bancária ou ao que Saviani chama de Pedagogia Tecnicista). A partir do signo ideológico, dicotomias de um para um, de certo e errado, de delimitadamente denotativo e conotativo podem tornar-se um tanto mais entremeadas.

Em suas leituras de Bakhtin, Molon e Vianna (2012) pontuam que o signo não existiria apenas como parte da realidade, pois ele reflete e refrata outra realidade. Trocando em miúdos, para os autores russos o signo poderia então distorcer uma realidade, refratando-a, ou ser fiel a ela, refletindo-a, poderia percebê-la de um ponto de vista especial (Voloshinov; Bakhtin, 1986, p.10). Eles explicam que todo signo estaria, dessa forma, sujeito aos critérios de avaliação ideológica [isso ocorre muito claramente em conceitos como *ideology*, com seus graus de valor atribuídos em diferentes momentos e pontos de vista, mostrando reflexões e refrações de realidades]; e acreditam que o domínio da

ideologia coincidiria com o domínio dos signos, tendo valor semiótico tudo aquilo que é ideológico (Voloshinov; Bakhtin, 1986, p.10). Para exemplificar essa dinâmica, na coordenação de bolsistas em que atuei numa universidade federal, mais especificamente nas reuniões de orientação pedagógica, quando os estudantes de línguas me perguntavam mais detalhadamente sobre o reflexo e a refração do signo ideológico na língua (e considerando que eu estava em situação de falar em português com monitores de português, inglês e espanhol, portanto todos tinham o português como LN ou LA), eu costumava usar o exemplo de uma expressão idiomática bastante preconceituosa e comum em português, como uma expressão refletora e refratora de realidades, qual seja, *programa de índio*. Para ilustrar, explico aos estudantes que nossa história de colonização das Américas foi marcada pela invasão de europeus ao continente, os quais promoveram uma longa devastação das riquezas naturais, o genocídio dos povos originários (que conhecemos como indígenas) e o sequestro e escravização de povos do continente africano (todas ações previstas e aceitas legalmente na história jurídica do nosso ocidente, vide Sousa Santos, 2009). A partir disso, nossa educação, calcada nos valores europeus trazidos por povos que executaram tais ações, passou a desvalorizar fortemente as culturas indígenas sobreviventes, em especial como forma de legitimar o genocídio de seus supostos “conquistadores”. Os traços semânticos dessa expressão, portanto, construíram-se nesse contexto de desvalorização das culturas silenciadas. Por fim, a origem da expressão marcou sua trajetória desfavorável:

Começou significando um programa envolvendo a natureza, como fazer trilha, ou ir a uma praia deserta, mas com significado negativo, como algo que não é confortável. Posteriormente foi estendido para todo tipo de programa que não dá ou não dará certo, que será lotado, ou obrigará as pessoas a suportar muito calor ou outro tipo de desconforto. Pode ser utilizado positivamente também, significando programa próximo da natureza, mas é utilizado predominantemente no significado negativo (Programa de índio, Dicionário informal).

Em minha experiência de décadas como falante de português, jamais me deparei com qualquer uso *positivo* dessa expressão. De qualquer forma, acredita-se que o termo seja proveniente das atividades dos povos originários em relação aos banhos de mar, ou de atividades físicas em meio à natureza e às florestas, sem sofisticação ou o que conhecemos como conforto nos padrões urbanos eurocêntricos. Ela é usada com um grau pejorativo para programas malsucedidos, atividades consideradas desconfortáveis. Adentrando então as observações bakhtinianas, no âmbito do reflexo, poderíamos supor que a expressão reflete, por um lado, todo esse desprezo de nossa cultura predominantemente colonizada pelos povos originários. No âmbito da refração, atuando como um fator de exclusão, a expressão *esconderia* realidades diversas, pontos de vista mais favoráveis sobre o que seriam atividades envolvendo a natureza. Em suma, a expressão reflete toda a valoração sobre a ideia de um programa ruim a partir do ponto de vista do colonizador, e distorce toda a valoração do que seriam atividades agradáveis ou importantes aos povos originários,

pois avalia apenas a visão do sujeito “possuidor” da língua (portuguesa, no caso), da terra (mesmo que por pilhagem), da cultura dominante (por genocídio ou opressão). Ela reflete o preconceito do colonizador, hoje incorporado por nós em nossa cultura predominantemente não *ambientalista*. Ela silencia a voz, o discurso desses povos, além de propagar o desdém ao qualificador *de índio* pelo potencial de refração da língua, perpetuando o ódio e o desprezo às culturas indígenas por meio da palavra.

Dessa forma, o signo ideológico, aqui numa expressão corriqueira (e muito frequentemente utilizada no português do Brasil), mostra-nos um aspecto social a partir de um ponto de vista, e sua repetição atua sobre essa realidade. Como defendem os autores russos, o signo ideológico não apenas participa da realidade, mas como um produto do mundo das ideias, ele reflete e refrata realidades. O *programa de índio*, portanto, diz muito sobre o colonizador e a cultura imposta sobre esses povos. Ações dos povos originários são refratadas, desviadas e expostas na voz do colonizador (cujo discurso impera sobre os silenciados), sobre quem aprendemos mais do que sobre tais povos efetivamente. Esses processos foram a tal ponto naturalizados que os reproduzimos em nosso discurso, refratando o eco preconceituoso sobre novos ouvidos, não raro sem qualquer ideia consciente sobre o grau de discriminação contida na expressão. Como explica Schwartz:

As palavras nos conceituam. Explicitam o que queremos e o que não queremos. A escolha que delas fazemos não é por acaso (nada é!), elas refletem ideologias, teorias de aprendizagem, mesmo que no momento de elegê-las não estejamos conscientes disso [...] Esse jeito de funcionar ou automatismo de repetição tem também relação com a utilização de alguns termos no vocabulário cotidiano tipo “judiaria”, “indiada”, “baianada”, “programa de índio”, “negrice”, “dia negro” e outros mais, que trazem implícitos algum tipo de discriminação (Schwartz, 1998).

Para Vidon e Bambrilla, essa perspectiva do Círculo sobre o signo ideológico traria à tona o poder da ideologia sobre as palavras atuando como signos simbólicos, atribuindo ainda um poder à palavra, ao discurso, ao refratar a própria ideologia em que se constitui. Esta última atribuição diferencia assim a concepção de ideologia do Círculo de concepções que os autores consideram mais deterministas (Vidon; Bambrilla, 2016), no sentido determinista de apenas refletir e determinar as ações vindouras em detrimento de atuar sobre elas. Ou seja, se o signo não apenas reflete, mas também é um produto material real, ele passa a ser, além de *objeto*, um *sujeito* dessa interação social comunicacional de valores e ideias. Ele atua tanto no mundo material quanto no mundo das ideias. Mais do que constituir o mundo das ideias, eles são concretos, ativos e observáveis na realidade discursiva, e dialogam constantemente com a sociedade especialmente pelas línguas, tendo assim o poder de naturalizar ideias de seu mundo especial (como a ideia de um ambientalista ou de uma atividade considerada desagradável por ser próxima à natureza).

Outro exemplo da atividade dinâmica de um signo ideológico também seria o caso da suástica que, após a Segunda Guerra, passou de símbolo religioso a emblema do III Rei-



ch, uma ressignificação discursiva de um signo material já estabelecido, profundamente ligado às condições materiais de organização sociopolítica. Nessa compreensão ampla, pode surgir uma confusão em relação aos conceitos de signo e símbolo. Entretanto, acredito que os autores do círculo foquem especificamente no *signo* como tudo aquilo que *significa* e, exatamente por significar, necessariamente aporta valor semiótico e ideológico. A tal respeito, Voloshinov e Bakhtin especificam que, dentro do domínio dos signos [ou seja, na esfera ideológica], haveria diferenças profundas (como o domínio da imagem artística, do símbolo religioso, da fórmula científica, da legislação etc.), tendo cada campo de criatividade ideológica sua própria orientação em relação à realidade, refratando-a de sua forma. Para os autores, cada campo comandaria sua função especial na vida social e as características semióticas colocariam todos os fenômenos sob a mesma definição geral. Assim, eles consideram *signo ideológico* tudo aquilo que *significa* (Voloshinov; Bakhtin, 1986, p.8), sem estabelecer a classificação de cada caso (seja símbolo, imagem, palavra, emblema). Em diálogo com as *keywords*, nesta pesquisa, debruço-me predominantemente sobre os signos linguísticos, entendidos portanto como signos ideológicos, mas algumas exemplificações, como a próxima, dialogarão com o gestual e simbólico na realidade televisada do século XXI.

Mantendo a temática do nazismo, o exemplo que gostaria de mencionar aqui é uma situação política na qual um gesto também pode *significar* para além de suas materialidades mais simples. Com o retorno da extrema direita ao poder em 2018 (como mencionei sobre o governo federal no Brasil de 2018 a 2022), o então presidente, em maio de 2020, decide tomar um copo de leite puro em rede nacional, como um suposto gesto de apoio à indústria leiteira do país. Historicamente, no entanto, tal gesto tem sido conhecido como um *dog whistle*<sup>33</sup> de supremacistas brancos, ou seja, uma simbologia gestual direcionada especificamente aos grupos neonazistas como forma de reforçar a ideia de superioridade da raça branca por sua baixa taxa de intolerância à lactose. É claro que essa prática política de *dog whistles* (com cópias de gestos e ações neonazistas) tem sido percebida pela imprensa e apontada por críticos (como na matéria a seguir). Com a suposta ingenuidade do gesto, ele dribla repercussões a declarações diretas de apologia ao nazismo (embora não tenham sido poucas as declarações desrespeitosas do chefe de estado em relação à população quilombola, às mulheres e à comunidade LGBTQIA+). Como explica Pedron, “Independente das intenções reais do presidente (que só poderíamos supor), a sobreposição de significados incompatíveis e mesmo antagônicos produz essa dissonância interpretativa que ganhou o nome de *dog-whistle politics*” (Pedron, 2020). Citando Goodin sobre tal política, ele também aponta mais especificamente:

*Dog-whistle politics (like whistle-stop politics in an earlier era) is the limiting case of mixed-message politics. In that limiting case, one subset of the audience is not even cognizant of the message that is crucial in leading others to vote as they do. A more moderate case of “mixed-message politics” might involve differing emphases among differing audiences,*

33 Em inglês, a expressão significa “apito de cães”.

*either in the way the message was sent or in the way the message was received*<sup>34</sup> (Goodin, 2008 *apud* Pedron, 2020).

Isoladamente, este gesto poderia representar alguma ingenuidade em leituras mais benevolentes. No entanto, várias outras falas e ações do então presidente representavam esse flerte com valores nazi-fascistas. Numa edição de *Brasil de Fato*, Bianchini (2018) apresenta uma leitura de frases de Jair Bolsonaro relacionadas à construção discursiva fascista e nazista. Citando uma antropóloga que estuda o neonazismo há 15 anos (Adriana Dias), a jornalista entende que o discurso do então presidente se assemelha ao de Hitler em sua campanha de 1932:

A construção do partido nazista foi uma construção voltada para a ideia anti-corrupção de Estado, muito militarista, fundamentalmente pautada na ideia de que havia uma Alemanha que estava acabando economicamente”, explica Dias. A antropóloga entende que Bolsonaro é só mais uma manifestação da extrema direita que tem crescido no mundo todo. Para ela, esse avanço de figuras políticas fascistas é impulsionado por dois fatores fundamentais: uma forte ideia de meritocracia, ou seja, “que as pessoas nascem nos mesmos lugares e têm as mesmas oportunidades”; e a criação de um inimigo responsável por todos os problemas do país, o que Dias chama de “outro conveniente (Banchini, 2018).

Bianchini faz ali uma análise de 13 frases do então presidente relacionadas aos ideais do regime autocrático nazi-fascista, as quais se baseiam principalmente em: nacionalismo; desrespeito aos direitos humanos; identificação de inimigos como causa unificadora; supremacia do militarismo; sexismo; controle da mídia; obsessão com segurança nacional; religião; proteção do poder corporativo; ataque aos direitos trabalhistas; desprezo à intelectualidade e à arte; obsessão por crime e punição; e, por fim, nepotismo e corrupção (Bianchini, 2018), embora a corrupção esteja discursivamente posicionada como uma das bases legitimadoras de sua ascensão. As frases analisadas pela jornalista se somam a saudações nazistas televisionadas e a aplicações constantes de políticas públicas voltadas a tais valores durante os anos de 2018-2022. Portanto, não é possível fazer a leitura do gesto como uma ação isolada e ingênua, e tampouco é possível condenar a ação como apologia direta ao nazismo, uma vez que não se configura aberta e discursivamente como tal. Essa tem sido também uma base das políticas neofascistas, ou seja, a covardia em reconhecer seus próprios ideais excludentes, escravocratas, truculentos e elitistas escondidos sob discursos de *austeridade*.

Enfim, as potencialidades do signo ocorrem inclusive de forma a ludibriar grupos específicos de interlocutores, gerando ou buscando gerar uma materialidade social des-

---

34 A política *dog-whistle* (como a política *whistle-stop* numa era anterior) é o caso limite da política de mensagem mista. Nesse caso limite, um subconjunto do público nem mesmo está ciente da mensagem que é crucial para levar os outros a votarem como eles votam. Um caso mais moderado de “política de mensagem mista” pode envolver ênfases diferentes entre públicos diferentes, seja na forma como a mensagem tenha sido enviada ou na forma como a mensagem tenha sido recebida.

viante, voltando-se a metaforizações gestuais como forma de dialogar com públicos considerados institucionalmente ilegais (como os neonazistas nesse caso). Dessa forma, se o *signo ideológico* é tudo aquilo que *significa*, tais gestos também assim se configuram:

Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um segmento material dessa realidade. Todo fenômeno funcionando como um signo ideológico tem algum tipo de incorporação material, seja em som, massa física, cor, movimentos do corpo ou semelhantes (Voloshinov; Bakhtin, 1986, p.11).

Neste ponto especialmente, retomo os paradigmas de concepções de língua mencionados por Leffa e Irala anteriormente neste estudo, lembrando que a primeira publicação do *MPL* data de 1929, um período predominantemente marcado pelo primeiro paradigma, com ênfase no sistema, mas a obra já se coloca em diálogo com o a ênfase na função e na ideologia. É claro que a proposta de signo ideológico do Círculo se coloca como crítica dialógica em relação a esse paradigma de sistema, mas é interessante que, com essa premissa de que o signo ideológico é “mais do que apenas um reflexo, uma sombra da realidade”, é “um segmento material dessa própria realidade”, os autores introduzem a materialidade e a potência do signo, elevando a concepção de língua para além da sistematização e para além da instrumentação do paradigma com ênfase na função (sem contudo negá-la, pois enfatizam especialmente uma potencialidade funcional do signo) até um caminho de reflexo e refração da realidade social, próximo ao terceiro paradigma com ênfase na ideologia como formação de subjetividades e processos de significação relacionados com as práticas sociais de seu tempo. Tais elementos estão no cerne desta pesquisa, uma vez que pretendo estabelecer análises não apenas pelo entendimento e estudo dos termos, mas também por sua atuação sobre outros termos e sobre as relações sociais, de onde resulta a notoriedade das contribuições de Williams e Holborow em suas leituras de conceitos que consideram chaves.

Como materialistas que são (no sentido marxista do termo com ênfase no mundo material em detrimento de um mundo mais espiritual), os membros do Círculo também fizeram questão de explicitar a característica material do signo linguístico para separá-lo da ideia de alma. Emerson (1983) explica que um dos fatores postulados pelos russos foi a presunção de que o signo e seus efeitos ocorrem na experiência externa, com o *outro*:

*First, they assumed that the sign and its effects occur in outer experience. “[In the] chain of ideological creativity and understanding.. nowhere is there a break in the chain, nowhere does the chain plunge into inner being, nonmaterial in nature and unembodied in signs” (p. 11). Each ideological product is meaningful not in the soul but in the objectively accessible ideological material<sup>B5</sup>(Emerson, 1983, p. 247).*

35 Primeiro, eles presumiram que o signo e seus efeitos ocorrem na experiência externa. “[Na] cadeia de criatividade e compreensão ideológica .... em nenhum lugar há uma quebra na cadeia, em nenhum lugar a cadeia mergulha no ser interior, imaterial por natureza e desincorporado em signos” (p. 11). Cada produto ideológico é significativo não na alma, mas no material ideológico objetivamente acessível.

Assim, embora o indivíduo tenha sua subjetividade e sua ação, sua fala, seu discurso, os processos de significação ocorreriam na relação com o material, excluindo a ideia de “alma” como centro do processo. A contribuição do círculo nesse ponto foi essencialmente voltada à indissociabilidade da significação material em relação àquela que entendemos como individual, ligada muitas vezes em nossa hegemonia à ideia de espírito, individualista. Assim, embora isso nos possa parecer óbvio hoje (ou possa parecer óbvio aos pesquisadores acadêmicos ao menos), existia uma necessidade de relacionar a matéria ao processo ideológico para garantir que qualquer signo fosse entendido como manifestação profundamente material, difícil então de ser analisado por uma visão profundamente abstrata ou exclusivamente subjetiva. Observo nesta análise um diálogo com a concepção mencionada por Leffa e Irala em relação ao terceiro paradigma construído com ênfase na ideologia como formação das subjetividades. O próprio processo de significação seria assim anterior à criatividade proposta pela tendência do subjetivismo abstrato, como a formação da subjetividade sobre os gêneros, refletida na língua quando a *aprendemos* e nela *aprendemo-nos* em nosso papel social. A cadeia significativa ocorreria então exatamente no encontro dessa materialidade linguística com seu processo individual, e até mesmo nosso processo identitário individual é profundamente marcado pela língua material que nos cerca.

Um exemplo bastante elucidativo dessa significação na formação identitária (de todo um gênero, neste caso) é mencionado por Lakoff sobre a formação subjetiva no discurso *sobre* as mulheres em língua inglesa:

*Speech about women implies an object, whose sexual nature requires euphemism, and whose social roles are derivative and dependent in relation to men. The personal identity of women thus is linguistically submerged; the language works against treatment of women, as serious persons with individual views. These aspects of English are explored with regard to lexicon (color terms, particles, evaluative adjectives), and syntax (tag-questions, and related aspects of intonation in answers to requests, and of requests and orders), as concerns speech by women. Speech about women is analyzed with regard to lady<sup>36</sup>: woman, master: mistress<sup>37</sup>, widow: widower<sup>38</sup>, and Mr: Mrs., Miss<sup>39</sup>, with notice of differential use of role terms not explicitly marked for sex (e.g. professional) as well<sup>40</sup> (Lakoff, 1975, p.45).*

36 Em inglês, *lady* aqui seria similar a *senhora*, *dama* ou mesmo *lady* em português; é um termo usado em inglês para referir-se a uma mulher cujo comportamento, normalmente, seja considerado admirável ou adequado, ou ainda usado antes do nome do marido (como *lady Sanders*), ou colocado antes de profissões (como *a lady doctor*).

37 Em inglês, *master* (masculino) pode referir-se a um tipo de *empregador*, um chefe (atigamente *proprietário* de escravos); também pode referir-se a *professores* ou *especialistas* em áreas específicas, enquanto *mistress* refere-se mais predominantemente a uma amante de um homem casado, uso muito comum na fala coloquial em inglês até a atualidade.

38 Em inglês, *widow* e *widower* seriam correspondentes bastante próximos de nossos respectivos *viúva* e *viúvo*.

39 Tais termos em inglês seriam equivalentes a *senhor*, *senhora* e *senhorita* no português, fazendo a distinção ao estado civil apenas da mulher como forma de tratamento em ambas as línguas.

40 A fala sobre as mulheres implica um objeto cuja natureza sexual requer eufemismo, e cujos papéis sociais são derivativos e dependentes em relação aos homens. A identidade pessoal das mulheres, portanto, está linguisticamente submersa; a língua funciona contra o tratamento das mulheres como pessoas sérias com visões individuais. Esses aspectos do inglês são explorados no que diz respeito ao léxico (termos relacionados a cor, partículas, adjetivos

A leitura de Lakoff aqui pode sugerir, à primeira vista, um caráter mais determinista em relação a Emerson e até ao Círculo. No entanto, é importante lembrarmos da fala inicial da autora sobre *usarmos* a língua da mesma forma que ela nos usa, no sentido de que continuamos sujeitos capazes de interferir linguisticamente, e não apenas objetos que se *aceitam* da forma que a língua se nos tenha porventura apresentado, especialmente pelo poder da refração da língua em sua heteroglossia (para usar termos bakhtinianos). Da mesma forma, entendo que fugir do determinismo não signifique ignorar as formações discursivas presentes e existentes em nossa materialidade social, como a autora apresenta em sua análise sobre o discurso em inglês. Ainda é importante observar que ela analisa essa *refração discursiva* da mulher diante do poder discursivo refletido na voz masculina. Sua análise, especialmente para alguém com a formação subjetiva feminina como eu, clareia diversos aspectos sobre nossa sensação comum de não termos, como mulheres, muito *escape* social, e traz esse ponto para o nível da influência em nossa identidade linguística. Ademais, essa derivação do feminino em relação ao masculino denunciada por Lakoff no inglês já está presente nas línguas neolatinas, com o reforço dos aspectos mais flexionados de gênero na morfologia dessas línguas em comparação com o inglês. Um exemplo simples seriam os artigos indefinidos em inglês com duas variações *a, an*, os equivalendo em grande parte a nossos quatro *um, uma, uns, umas*; assim como o *the* é predominantemente traduzido como os quatro *o, a, os, as* (marcados em gênero e número no português). Ou seja, nas línguas neolatinas a marcação de gênero tende a ser ainda mais direcionada ao binarismo e aos papéis sociais de gênero. A derivação apresentada por Lakoff no discurso sobre a mulher, com *lady, widow, widower, Mr, Mrs e Miss* (exceto pelo exemplo de *master e mistress*) é facilmente observável em nossa própria formação cultural também quando pensamos nos similares *dama, viúva, viúvo, Sr, Sra e senhorita*, pois os papéis sociais da mulher são derivativos em ambas as línguas por meio dos signos ideológicos, refletindo e refratando realidades materiais de gênero. Nesse caso, tais usos refletem os valores de distinção de papéis sociais do discurso hegemônico e das forças centrípetas da linguagem (para usar os termos bakhtinianos novamente). Além disso, eles promovem a naturalização dessas desigualdades entre homens e mulheres como próprias do discurso.

A marca dessas desigualdades também é apontada por Anzaldúa num texto que mistura a língua espanhola com o inglês, retratando claramente as influências de cada caso e, além disso, questões relacionadas às relações de colonialidade do México em relação aos EUA:

*En boca cerrada no entran moscas. "Flies don't enter a closed mouth" is a saying I kept hearing when I was a child. Ser habladora was to be a gossip and a liar, to talk too much. Muchachitas bien criadas, well-bred girls don't answer back. Es una falta de respeto to talk back to one's mother or father. I remember one of the sins I'd recite to the priest in*

---

avaliativos) e sintaxe (*tag-questions*, aspectos relacionados à entonação em respostas a solicitações, pedidos e ordens) concernentes à fala das mulheres. O discurso sobre as mulheres é analisado em relação a *lady: woman, master: mistress, widow: widower, e Mr: Mrs., Miss*. Com nota de uso diferencial de termos de função não marcados explicitamente para sexo (por exemplo, profissional) também.

*the confession box the few times I went to confession: talking back to my mother, hablar pa' tras, repelar. Hocicon, repelona, chismosa, having a big mouth, questioning, carrying tales are all signs of being mal criada. In my culture they are all words that are derogatory if applied to women – I've never heard them applied to men.*

*The first time I heard two women, a Puerto Rican and a Cuban, say the word "nosotras," I was shocked. I had not known the word existed. Chicanas<sup>41</sup> use nosotros whether we're male or female. We are robbed of our female being by the masculine plural. Language is a male discourse<sup>42</sup> (Anzaldúa, 1987).*

A língua é um discurso masculino, como propõe a autora, e como mulher nascida no século XX (1980), percebo hoje que, nas conversas entre mulheres, há uma constante pauta sobre nossa falta de *saída* social. Percebemos como nossa formação subjetiva é socialmente excludente em relação a *todas* as escolhas (quando há escolha) das mulheres. Ou seja, mesmo aquelas que não se *desviaram* do padrão imposto ao que *se deve* fazer e executar como mulher (casar-se, ter filhos, ser uma *boa* esposa, cuidar dos afazeres domésticos, esquivar-se da cidadania, da política ou dos estudos, ou como aponta Anzaldúa, "*Muchachitas bien criadas, well-bred girls don't answer back*") acabam sendo quase predominantemente excluídas e julgadas incapazes (como Lakoff propõe), ou mesmo abusadas física e psicologicamente por parceiros, amigos ou familiares. Por sua vez, aquelas que tiveram o destino (ou o privilégio) de optar por uma vida financeiramente desvinculada da figura masculina familiar, dedicando tempo e energia para estudos e trabalho, são constantemente questionadas por tais escolhas ou trajetórias, como se carregassem algo *não natural*. Ou seja, falar dentro da fronteira doméstica é condenar-se à extrema vulnerabilidade e falar fora da fronteira doméstica é exclusivamente masculino mesmo na sociedade contemporânea.

Nesse ponto, resalto um vídeo sobre tais formações discursivas femininas, no qual Cynthia Nixon narra falas direcionadas ao comportamento esperado das mulheres na sociedade, inclusive em suas contradições, explorando as formas em que mulheres são criticadas e punidas socialmente no cotidiano, mesmo de forma antagônica. Da mesma maneira, o vídeo ratifica a situação *sem saída* que comento e que Lakoff aponta sobre a formação discursiva *sobre* as mulheres, o eufemismo e as contradições por trás do mito sobre *ser uma mulher*. O vídeo e o texto, em suas ideias, dialogam com tais autoras e apontam uma crítica fundamental ao discurso *sobre* e *das* mulheres, explorando tanto a esfera cognitiva quanto

41 Chicanas e chicanos são termos normalmente usados para designar cidadãs e cidadãos estadunidenses de origem mexicana.

42 *En boca cerrada no entran moscas. "Flies don't enter a closed mouth"* é um dito que eu ouvia quando criança. Ser *habladora* era ser fofoqueira e mentirosa, falar demais. *Muchachitas bien criadas*, mocinhas bem-criadas não respondem. *Es una falta de respeto* responder à mãe e ao pai. Lembro-me de um dos pecados que eu contava ao padre no confessional nas poucas vezes em que confessava: responder para a mãe, retrucar, contestar. *Hocicon, repelona, chismosa*, ter uma boca grande, questionar, contar histórias são todos sinais de ser *mal criada*. Em minha cultura, são palavras depreciativas se aplicadas a mulheres – nunca as ouvi aplicadas a homens.

A primeira vez que ouvi duas mulheres, uma porto-riquenha e uma cubana, dizerem a palavra "*nosotras*", fiquei chocada. Não sabia que ela existia. *Chicanas*, usamos *nosotros* sejamos homens ou mulheres. Somos privadas de nosso ser feminino pelo plural masculino. A língua é um discurso masculino.



as esferas ética e estética da Arte. O texto é *Be a lady*, da escritora Camille Rainville (2018), cujos trechos principais sobre os aspectos discursivos, em diálogo com Andalzúa e Lakoff, menciono abaixo:

*Be a lady they said. Save yourself. Be pure. Be virginal. Don't talk about sex. Don't flirt. Don't be a skank. Don't be a whore. Don't sleep around. Don't lose your dignity. Don't have sex with too many men. Don't give yourself away. Men don't like sluts. Don't be a prude. Don't be so up tight. Have a little fun. Smile more. Pleasure men. Be experienced. Be sexual. Be innocent. Be dirty. Be virginal. Be sexy. Be the cool girl. Don't be like the other girls. Be a lady they said. Don't talk too loud. Don't talk too much. Don't take up space. Don't sit like that. Don't stand like that. Don't be intimidating. Why are you so miserable? Don't be a bitch. Don't be so bossy. Don't be assertive. Don't overact. Don't be so emotional. Don't cry. Don't yell. Don't swear. Be passive. Be obedient. Endure the pain. Be pleasing. Don't complain. Let him down easy. Boost his ego. Make him fall for you. Men want what they can't have. Don't give yourself away. Make him work for it. Men love the chase. Fold his clothes. Cook his dinner. Keep him happy. That's a woman's job. You'll make a good wife some day. Take his last name. You hyphenated your name? Crazy feminist. Give him children. You don't want children? You will some day. You'll change your mind[...]Don't say yes. Don't say no. Just "be a lady" they said<sup>43</sup> (Rainville, 2018).*

O texto de Rainville nos impressiona especialmente nos aspectos relacionados ao comportamento da mulher em relação a seu corpo, a sua sexualidade, e de certa forma desnaturaliza e denuncia o discurso *sobre nós*, causando-nos a indignação típica que a Arte tem o poder de causar por seu protesto (compromisso com a esfera ética), especialmente no vídeo narrado e interpretado por Nixon. Aquilo que Lakoff aponta no processo discursivo *sobre e das* mulheres dialoga com o vídeo especialmente por observar esse *beco sem saída* do comportamento esperado de mulheres ou, eufemisticamente, de *ladies* (ou damas, se preferirmos traduzir). E sobre esse mito criado *sobre nós* e nosso desejado comportamento *impossível*, também vale apresentar a observação de Carter: *"To be the object of desire is to be defined in the passive case. To exist in the passive case is to die in the passive case – that is, to be*

---

43 Seja uma *lady*, eles disseram. Resgare-se. Seja pura. Seja virginal. Não fale sobre sexo. Não flerte. Não seja uma vadia. Não seja uma prostituta. Não saia com pessoas por aí. Não perca sua dignidade. Não faça sexo com muitos homens. Não se entregue. Homens não gostam de putas. Não seja puritana. Não fique tão tensa. Divirta-se um pouco. Sorria mais. Agrade os homens. Seja experiente. Seja sexual. Seja inocente. Esteja atrevida. Seja virginal. Seja sexy. Seja a garota legal. Não seja como as outras garotas.

Seja uma *lady*, eles disseram. Não fale muito alto. Não fale muito. Não ocupe espaço. Não se sente assim. Não se coloque de pé assim. Não seja intimidante. Por que você está tão infeliz? Não seja uma vadia. Não seja tão mandona. Não seja assertiva. Não exagere. Não seja tão emocional. Não chore. Não grite. Não xingue. Seja passiva. Seja obediente. Agente a dor. Seja agradável. Não reclame. Deixe-o cair fácil. Aumente seu ego. Faça ele se apaixonar por você. Os homens querem o que não podem ter. Não se entregue. Faça-o batalhar. Os homens adoram a caça. Dobre as roupas dele. Cozinhe o jantar dele. Mantenha-o feliz. Isso é trabalho de mulher. Você será uma boa esposa algum dia. Coloque o sobrenome dele. Você hifenizou seu nome? Feminista maluca. Dê-lhe filhos. Você não quer filhos? Você vai querer algum dia. Você vai mudar de ideia.

[...] Não diga sim. Não diga não. É só ser uma *lady*, eles disseram.



*killed. This is the moral of the fairy tale about the perfect woman*<sup>44</sup>(Carter, 1988). Ser morta discursivamente é uma forma de ter nosso poder de existir retirado reiteradamente, o poder discursivo tolhido. Voltar a ter a voz é uma das formas de voltar a ter essa existência, exatamente porque a língua, heteroglóssica como é, permite-nos resistir como voz dentro das forças centrífugas da linguagem ou por meio de seu uso contra-hegemônico.

Em acréscimo a essa opressão de gênero e já observando por nossa ótica latinoamericana, Fonseca, Silva e Silva-Reis (2020) vêm nos alertar ainda sobre a importância da fusão sobre tais aspectos discursivos na sociedade, em especial sobre o papel da tradução como forma de contra-hegemonia, de resistência. Eles advogam inicialmente sobre a importância de a dominação patriarcal estar ligada à exploração capitalista, pois raça, gênero e classe se condicionam nas circunstâncias devido às estruturas de poder subjacentes. Eles observam também três experiências históricas moldantes do que é “ser mulher na América Latina” [uma identidade latina feminina], quais sejam, a colonização, o cristianismo e o autoritarismo (Fonseca; Silva; Silva-Reis, 2020, p.214). No contraponto, eles observam os movimentos de resistência construídos a partir desse contexto latino-americano que analisam. No caso do cristianismo, essa experiência histórica teria trazido à ideia do “ser mulher” o silêncio e a subalternidade na figura de Maria (marianismo), pois o catolicismo teria deslocado à América Latina o paradigma de Maria como uma mulher “silenciada pela história de um homem, sem voz própria em sua narrativa, símbolo da maternidade e da feminilidade, passiva, submissa e realizada em seu papel” e dessa forma a mulher latino-americana teria se socializado para a docilidade, vinculada ao lar e à família. E quando essa mulher se desvincula do papel santificado, ela seria a traidora, a prostituta (ou, no inglês, *mistress* como vimos com Lakoff). O imaginário sobre a mulher latino-americana se reduz a uma dualidade, e os autores pontuam “ser mulher latino-americana é uma jornada entre extremos e nela as próprias mulheres operam o patriarcado contra outras mulheres” (Fonseca; Silva; Silva-Reis, 2020, p.220). Essa mitologia da mulher pura, por sua vez, propaga-se também no inglês no discurso do papel impossível, como nos fala Rainville: “*Save yourself. Be pure. Be virginal. Don’t talk about sex. Don’t flirt. Don’t be a skank. Don’t be a whore. Don’t sleep around. Don’t lose your dignity*”. Se pensamos em nossa realidade de português ou espanhol como LN em contato com o ILA, a docilidade na criação desse imaginário social sobre a identidade feminina latina é então reforçada pelo discurso no inglês, o qual chega como LA a um contexto já marianista no Brasil e noutros países falantes de línguas neolatinas. Nesse aspecto, muitas vezes a dinâmica hegemônica da LA (PLs, metodologias, pesquisa) pode reforçar esses parâmetros por estabelecer uma língua focada no discurso hegemônico.

Na terceira experiência apresentada pelos três autores, o autoritarismo, a influência do inglês pelas PLs vigentes seria também complexa e correria o risco de perpetuar desigualdades. Eles acreditam que, no autoritarismo imposto nas ditaduras instauradas por golpes militares na América Latina entre 1960 e 1980, o papel das mulheres tenha sido tensionado devido aos retrocessos intelectuais e sociais instaurados nesses regimes. Além

---

44 Ser o objeto de desejo é ser definida de forma passiva. Existir em forma passiva é morrer de forma passiva - isto é, ser morta. Esta é a moral do conto de fadas sobre a mulher perfeita.

das práticas institucionalizadas de torturas, havia ainda práticas sexuais contra mulheres em todo o continente. Eles relatam ainda que, mesmo após o processo de redemocratização, nas PLs a ideia da colonialidade permaneceu, pois a influência estadunidense se deu em teoria, comportamento e cultura, e as relações linguísticas incluíram o inglês algumas vezes em detrimento das próprias línguas nacionais. Para eles, isso prejudicou o tráfego de conhecimento entre as mulheres latino-americanas (Fonseca; Silva; Silva-Reis, 2020, p.221). Ou seja, mesmo diante de certo progresso social e intelectual proveniente da luta de resistência política, as raízes da colonialidade patriarcal, por sua preponderância ideológica, mantiveram os limites da identidade latina feminina pela opressão. Além das torturas físicas e sexuais, a opressão discursiva da misoginia também se fortalece na experiência do autoritarismo nas LAs e LNs, como em “*You hyphenated your name? Crazy feminist*”, bem como os aspectos da maternidade compulsória presente nas legislações e no discurso: “*Give him children. You don’t want children? You will some day. You’ll change your mind*”. Nessa leitura do autoritarismo ainda, os autores apontam que estamos novamente passando por um período de retorno ao discurso autoritário, e explicam que o primeiro movimento dessa onda teria sido o golpe de 2016 sobre o mandato da presidenta Dilma Rousseff no Brasil:

O primeiro movimento dessa mais recente onda autoritária – cujas proporções ainda estão sendo definidas – teve início com o procedimento de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, efetivamente impedida em 2016 com base em acusações que não se comprovaram judicialmente. Além das acusações políticas e criminais, Rousseff – como mulher latino-americana – foi alvo de misoginia explícita por parte da população, da mídia e da classe política brasileiras. Uma mulher sem marido, sem religião, sobrevivente da tortura do regime militar, forte e decidida foi alvo de ataques à sua aparência física e sexualidade (Fonseca; Silva; Silva-Reis, 2020, p.222).

Entendo que o processo discursivo em direção ao retrocesso político e ideológico ocorra especialmente por meio da misoginia nesse caso, além formas coloniais de opressão, pois foi o golpe de 2016 que culminou na situação sociopolítica que enfrentamos no período de 2018-2022 com um então presidente que flertava frequentemente com a população fascista por meio de políticas *dog-whistle* ou mesmo em suas falas abertas. Falado a partir daquele período, os autores acrescentam:

Hoje, no Brasil, ocorre um recrudescimento do autoritarismo por parte do governo Bolsonaro, com políticas discriminatórias explícitas de gênero, raça e classe. Mais um golpe está em curso no país, cujo poder executivo se encontra marcado pela presença massiva de militares. Há notícias diárias de violência policial, genocídio da população negra, genocídio dos povos indígenas e quilombolas, violência contra as mulheres, além das violências contra o meio ambiente. Tendo o atual governo adotado uma política negacionista em relação à pandemia de Covid-19,

ele se exime de tomar medidas para proteger a população, combater desigualdades, garantir acesso à saúde, combater o aumento dos índices de violência (étnica, doméstica, policial...). Promove, assim, uma verdadeira política da morte em que diversos corpos e sujeitos se encontram ameaçados: mulheres, negros, pobres, indígenas, quilombolas, idosos, crianças estariam todos relegados a serem meras estatísticas. Mas nem às estatísticas estão sendo esses corpos destinados, já que recentemente o governo brasileiro decidiu não mais divulgar os números de mortos na pandemia e recategorizar outras. Trata-se de um regime autoritário em franca expansão, fazendo o que o define como tal: matar e ocultar corpos em prol da relação de dominação e exploração capitalista (Fonseca; Silva; Silva-Reis, 2020, p.222).

Na sociedade capitalista patriarcal, essa delimitação de papéis sociais não ocorre apenas no processo discursivo feminino, ela também se expressa em relação a uma masculinidade compulsória e tóxica, exatamente pela misoginia como doença social de base na formação das subjetividades, e isso se observa da mesma forma em inglês. Tal masculinidade também ocupa um papel linguístico importante nesse *esperado* social sobre os homens. A própria manutenção desse discurso, muitas vezes reproduzido por eles em nossa direção e denunciado tão brilhantemente por Rainville, é algo aguardado na formação subjetiva do masculino exemplar.

A língua também pode ser usada para denunciar essa perpetuação discursiva, como explica Valência (2015) num trabalho cujo objetivo é o questionamento sobre o ideal aspiracional da masculinidade difundida na mídia comum entre jovens mexicanos. Ela elabora questionamentos sobre esse ideal de masculinidade então ligado ao consumo nas sociedades capitalistas, ao prosumerismo, à promiscuidade e à violência do perfil subjetivo masculino de provedor econômico (Valencia, 2015). A sociedade de consumo se organiza e se beneficia de toda forma de instabilidade social, e não seria menos importante estabelecer esse projeto sobre o homem *esperado* como o varão violento, provedor, promíscuo e opressor. Como também ratifica Segato:

Naturalmente, as relações de gênero e o patriarcado desempenham um papel importante como cena prototípica dessa época. A masculinidade está mais disponível para a crueldade porque a socialização e o treinamento para a vida do sujeito que deve carregar o fardo da masculinidade o força a desenvolver uma afinidade significativa - em uma escala de tempo de grande profundidade histórica entre masculinidade e guerra, entre masculinidade e crueldade, entre masculinidade e distanciamento, entre masculinidade e baixa empatia. As mulheres são empurradas para o papel de objeto, disponível e descartável, uma vez que a organização corporativa da masculinidade leva os homens à obediência incondicional a seus pares - e também opressores - e encontra neles as vítimas disponíveis para dar lugar à cadeia exemplar de comando e desapropriações (Segato, 2018, p.12).

Ainda no século XXI, em especial nestas primeiras décadas de nossa contemporaneidade, percebemos a reação discursiva do fundamentalismo religioso e político em favor da manutenção dessas premissas hegemônicas, como esse *colocar-se no seu papel* direcionado às mulheres (também aos negros, aos povos originários e aos subalternizados em geral). Como Lakoff havia já proposto, a identidade social da mulher é linguisticamente submersa, o que acaba corroborando a premissa da formação dos significados sujeitos às relações exteriores, numa experiência externa com a sociedade, não podendo haver ruptura com o seu interior. Como apontou Emerson na leitura de Bakhtin, o significado ocorre como uma relação do indivíduo com o mundo material. Um exemplo de tal relação marcada *nos* e *pelos* signos é trazido na leitura de Lakoff sobre os usos de *widow* e *widower* no inglês:

*Like mistress, widow commonly occurs with a possessive preceding it, the name of the woman's late husband. Though he is dead, she is still defined by her relationship to him. But the bereaved husband is no longer defined in terms of his wife. While she is alive, he is sometimes defined as Mary's husband (though less often, probably, than she is as John's wife). But once she is gone, her function for him is over, linguistically speaking anyway. So once again, we see that women are always defined in terms of the men to whom they are related, and hence the worst thing that can happen to a woman is not to have a man in this relationship - that is, to be a spinster, a woman with neither husband nor lover, dead or alive. What all these facts suggest is merely this, again: that men are assumed to be able to choose whether or not they will marry, and that therefore their not being married in no way precludes their enjoying sexual activity; but if a woman is not married, it is assumed to be because no one found her desirable; hence if a woman is not married by the usual age, she is assumed to be sexually undesirable, prissy, and frigid<sup>45</sup> (Lakoff, 1975, p.68).*

Lakoff fala, em 1945, do ponto de vista sobre o inglês como sua LN. Nossa realidade de aprendizagem desse inglês como LA não diverge profundamente até mesmo na atualidade das primeiras décadas do século XXI. Mesmo se observarmos a translinguagem pela comparação com o português como LN, este mantém, em grande maioria, a aplicação linguística de definição do papel social da mulher nos termos de suas relações com os homens (os usos de dama, ou mesmo amante, viúva) muito similares aos termos ingleses apontados por Lakoff. Assim, essa característica linguística derivativa da mulher ainda é bastante

---

45 Como *mistress*(amante), *widow* (viúva) comumente ocorre com um possessivo precedendo-a, o nome do falecido marido daquela mulher. Embora ele esteja morto, ela ainda é definida por seu relacionamento com ele. No entanto, o marido enlutado não é mais definido em termos de sua esposa. Enquanto ela está viva, ele às vezes é definido como marido de Mary (embora com menos frequência, provavelmente, do que ela como “esposa de John”). Depois que ela falece, sua função para ele termina, pelo menos linguisticamente. Então, mais uma vez, vemos que as mulheres são sempre definidas nos termos dos homens com quem estão relacionadas e, portanto, a pior coisa que pode acontecer a uma mulher é não ter um homem nesta relação - ou seja, ser uma “solteirona”, uma mulher sem marido nem amante, vivo ou morto. O que todos esses fatos sugerem é apenas o seguinte: presume-se que os homens são capazes de escolher se irão se casar ou não e que, portanto, o fato de não serem casados de forma alguma impede que desfrutem da atividade sexual; mas se uma mulher não é casada, presume-se que seja porque ninguém a considerou desejável; portanto, se uma mulher não é casada na idade comum, ela é considerada sexualmente indesejável, presunçosa e frígida.

presente em ambas as línguas e, a partir das proibições e limitações sobre as discussões de gêneros, intensificam-se os privilégios de gênero, raça e classe. Usos e processos de significação dos termos estão subjacentes a essas lutas, as quais se configuram em ambas as línguas. Acredito que o ILA para brasileiros que reforce a naturalização de tais padrões subalternizantes tenha um papel fundamental na perpetuação das desigualdades de gênero presentes nas relações sociais, especialmente por estarem os Letramentos profundamente vinculados às formações subjetivas de indivíduos sociais e falantes de LNs e LAs.

Reforçando então as ideias do Círculo sobre o signo ideológico, tais lutas não serão construídas apenas dentro da psiquê individual numa relação abstrata com a língua, as palavras terão seus significados marcados por essas batalhas materiais, da vida material, por meio de signos também materiais e ideológicos. Veremos um exemplo especial dessas batalhas na formação de conceitos com a primeira *keyword* examinada, *participatory design*, uma vez que ela deriva e instrumenta a luta de trabalhadores pela participação social no desenvolvimento de *software*.

Assim, as viúvas (*widows*) poderão perpetuar, na construção de sua subjetividade, a presença do nome do falecido marido, enquanto o oposto não deverá ocorrer com a mesma frequência, e conseqüentemente a formação subjetiva masculina não terá tais marcas derivativas. As legislações relacionadas ao divórcio, por exemplo, um direito conquistado pelas lutas feministas apenas em 1977 no Brasil, tiveram, têm e terão as marcas linguísticas dessa derivação e dessas relações materiais, bem como influenciarão as próximas a partir de sua validade. Cito ainda mais um exemplo material dessa derivação: durante esta escrita, ao pesquisar sobre Robin Lakoff, em 2020, encontrei facilmente a informação de que ela foi casada com George Lakoff, mas isso não ocorre nas informações sobre ele. Ou seja, até mesmo a autora que apresenta uma leitura sobre os termos no feminino ainda tem, nos escritos *sobre* ela, sua personalidade social derivada de suas relações conjugais, mas o mesmo fenômeno não ocorre com seu antigo companheiro. Os significados marcados por essas batalhas então estarão ligados à essência ideológica do signo. Meu ponto aqui, voltado a essa essência, leva-me a mais uma observação de Lakoff sobre a derivação, especialmente pela observação da autora sobre nosso papel de educadores *desvinculados* do signo ideológico:

*We will find, I think, that women experience linguistic discrimination in two ways: in the way they are taught to use language, and in the way general language use treats them. Both tend, as we shall see, to relegate women to certain subservient functions: that of sex-object, or servant; and that therefore certain lexical items mean one thing applied to man, another to women, a difference that cannot be predicted except with reference to the different roles the sexes play in Society. If a little girl 'talks rough' like a boy, she will normally be ostracized, scolded, or made fun of. In this way society, in the form of a child's parents and friends, keeps her in line, in her place. This socializing process is, in most of its aspects, harmless and often necessary, but in this particular instance - the teaching of special linguistic uses to little girls - it raises serious problems, though the teachers may*

*well be unaware of this*<sup>46</sup>(Lakoff, 1975, p. 46-47).

Ela aponta ainda para quais seriam algumas consequências comuns desses ensinamentos, as quais muito provavelmente minhas leitoras (em contexto brasileiro ou estadunidense como a autora do texto) poderão comprovar por meio de uma simples observação de sua trajetória linguística (seja pela forma de falar, seja pelos itens aplicados às mulheres como enfeites, eufemismos):

*If the little girl learns her lesson well, she is not rewarded with unquestioned acceptance on the part of society; rather, the acquisition of this special style of speech will later be an excuse others use to keep her in a demeaning position, to refuse to take her seriously as a human being. Because of the way she speaks, the little girl - now grown to womanhood - will be accused of being unable to speak precisely or to express herself forcefully*<sup>47</sup> (Lakoff, 1975, p. 47).

Nesse aspecto, então, retomo a leitura de Bakhtin sobre a heteroglossia, uma vez que existe o reconhecimento de que as forças centrípetas da língua ocupam parte predominante na formação discursiva. E acrescento ainda que essas forças se reproduzem em nosso processo educativo linguístico, como sugere Lakoff, ao repetirmos (até sem a percepção consciente) tais padrões linguísticos e comportamentais, colocando as pessoas *em seus lugares*, ampliando esses padrões para falar/agir/portar-se *como uma menina* (*like a young lady*, e posteriormente *Be a lady*, como apontado por Rainville). Ou mesmo, isso ocorre na formação identitária dos meninos, reproduzir a complacência sobre as atitudes irresponsáveis com *boys will be boys*, ou exigir o massacre de suas emoções ou fragilidades com *man ups*.

Enfim, voltando-me à leitura de Emerson sobre a primeira argumentação do Círculo, de que o signo e seus efeitos ocorreriam numa experiência externa, não havendo ruptura com o ser interior, o signo então como *produto ideológico* passaria a ser visto como um material acessível. Esse material, acrescento pelos exemplos sobreditos, passa a influenciar as formações subjetivas de papéis sociais, em especial pelo gênero (também classe e etnia, separações historicamente marcadas). Nesse ponto, tendo a compactuar com a visão bakhtiniana de que o indivíduo mantém sua subjetividade na fala, e os processos

46 Creio que descobriremos que as mulheres sofrem discriminação linguística de duas maneiras: na maneira como são ensinadas a usar a língua e na maneira como o uso geral da língua as trata. Ambos tendem, como veremos, a relegar mulheres a certas funções subservientes: de objeto sexual ou a de serva; e que, portanto, certos itens lexicais têm um significado aplicado ao homem e outro aplicado às mulheres, uma diferença que não pode ser prevista, exceto com referência aos diferentes papéis que os sexos desempenham na sociedade. Se uma menina “fala grosso” como um menino, ela normalmente será condenada ao ostracismo, repreendida ou ridicularizada. Assim, a sociedade, na forma de pais e amigos de uma criança, mantém-na em linha, em seu lugar. Esse processo de socialização é, na maioria dos seus aspectos, inofensivo e muitas vezes necessário, mas neste caso particular - o ensino de usos linguísticos especiais para meninas - levanta sérios problemas, embora os professores possam não estar cientes disso.

47 Se a menina aprende bem a lição, ela não é recompensada com uma aceitação inquestionável por parte da sociedade; antes, a aquisição desse estilo especial de fala será mais tarde uma desculpa que outros usarão para mantê-la numa posição degradante, para se recusarem a levá-la a sério como ser humano. Por causa da maneira como ela fala, a menina - agora adulta - será acusada de ser incapaz de falar com precisão ou de se expressar fortemente.

de significação (inclusive apreendidos por ele) ocorrem na relação com o mundo exterior e material. Assim como proposto por Bakhtin, exclui-se a ideia de *alma* como centro do processo de significação sem retirar do indivíduo seu poder sobre o processo discursivo, uma vez que ele também atua nessa materialização do signo ideológico por meio da refração, da sua atuação discursiva, como vimos também nas observações de Bakhtin sobre a significação de palavras. O autor defende que a palavra, na língua, é metade de outrem, tornando-se do falante somente quando ele a preenche com seu próprio sotaque, quando se apropria da palavra, adaptando-a à sua própria intenção semântica e expressiva (Bakhtin, 2010, p. 293-294). Nessa concepção, a palavra não poderia ser vista como algo que se tenha formado no interior do falante como uma criação unicamente sua, e sim a partir de suas relações com o outro. Ele explica ainda que, antes desse momento de apropriação, a palavra não existe numa linguagem neutra e impessoal, mas sim na boca de outras pessoas, noutros contextos das pessoas, servindo às intenções de outrem, e a partir daí se toma e se apropria da palavra (Bakhtin, 2010, p. 293-294). Portanto, quando e se decidimos optar por uma intervenção linguística que busque a não reprodução de discursos refratores de injustiças sociais, que busque minimamente lutar contra o silenciamento de vozes oprimidas no processo reflexo-refração, temos essa possibilidade ativa na nossa própria intenção para nossa apropriação da língua, mesmo sabendo que nosso uso virá de uma linguagem já existente noutros contextos.

É nesse sentido, acredito, que Vidon e Bambrilla entenderam a perspectiva do Círculo trazendo à tona o poder da ideologia sobre as palavras, podendo refratar a própria ideologia em que se constitui, diferenciando-se de concepções mais deterministas. É nesse sentido também que menciono a fala de Carter sobre a língua como instrumento tanto de dominação quanto de libertação, exatamente por aportar em si forças centrípetas e centrífugas da linguagem, marcas da hegemonia e da contra-hegemonia. Se usamos a língua tanto quanto ela nos usa, como sugere Lakoff, podemos usá-la para que algumas forças equitárias sejam posicionadas em locais predominantes, atuando com consciência dessa formação ideológica.

Para Bakhtin (2010), nesse processo linguístico heteroglóssico, nem todas as palavras se submetem a qualquer falante com igual facilidade:

E nem todas as palavras para qualquer um se submetem com igual facilidade a esta apropriação, a esta tomada e transformação em propriedade privada: muitas palavras resistem obstinadamente, outras permanecem estranhas, soam estrangeiras na boca de quem se apropriou delas e agora as fala; elas não podem ser assimiladas em seu contexto e saem dele; é como se elas se colocassem entre aspas contra a vontade de quem fala. A língua não é um meio neutro que passa livre e facilmente para a propriedade privada das intenções do falante; é povoada - superpovoada - com as intenções de outrem. Expropriá-la, obrigá-la a submeter-se às próprias intenções e sotaques é um processo difícil e complicado (Bakhtin, 2010, p. 293-294).



Foi comum observarmos esses estranhamentos no processo discursivo da extrema direita brasileira em situações em que o então presidente foi forçado a contradizer-se sobre o interesse em aplicar a vacinação contra a Covid-19 na população:

Não é de hoje que o [então] presidente Jair Bolsonaro (sem partido) confronta as medidas de proteção contra a Covid-19, em especial a política de isolamento da população. As falas e atitudes negacionistas do atual mandatário remetem ao início da pandemia, no começo de 2020. Bolsonaro já usou as palavras *histeria* e *fantasia* para classificar a reação da população e da imprensa à pandemia [...]. O presidente também distribuiu remédios ineficazes contra a doença, incentivou aglomerações, atuou contra a compra de vacinas, espalhou informações falsas sobre a Covid-19 e fez campanhas de desobediência a medidas de proteção, como o uso de máscaras. Agora, porém, diante do pior momento da pandemia, com mais de 270 mil mortos no país, e da entrada do ex-presidente Lula como seu provável adversário na disputa pela Presidência em 2022, Bolsonaro tem ensaiado uma adaptação do discurso e uma reconstrução de sua narrativa sobre o tema. A avaliação do entorno presidencial é que, devido ao recrudescimento da pandemia, o governo precisa abraçar o “Plano Vacina” e tentar se descolar do rótulo de negacionista — imagem conquistada por Bolsonaro após diversas declarações questionando imunizantes e o isolamento social e defendendo tratamentos ineficazes para a doença. “Plano Vacina” é como aliados de Bolsonaro apelidaram uma ofensiva deflagrada para tentar estancar a perda de popularidade do mandatário (Filhos [...], 2021).

Nessas tentativas de negar suas falas iniciais, o ex-presidente busca aproximar seu discurso ao do rival (atualmente presidente eleito no Brasil para o mandato 2023-2027), mas as palavras não saem de sua boca com facilidade, é um processo forçoso e, como explica Bakhtin, tais palavras “resistem obstinadamente” ou ainda “soam estrangeiras na boca de quem se apropriou delas e agora as fala”. Sua mudança de comportamento, com uso de palavras como *histeria* e *fantasia* e com a célebre fala sobre a doença como uma *gripezinha*<sup>48</sup> mostra agora a força necessária para assimilar esse novo discurso menos negacionista, mas como pontua ainda Bakhtin: “elas [as palavras] não podem ser assimiladas em seu contexto e saem dele; é como se elas se colocassem entre aspas contra a vontade de quem fala”. Este fenômeno que observamos em nossas circunstâncias é apenas um exemplo, mas ele ocorre, acredito, exatamente porque Bakhtin é congruente quando diz que a língua não é um meio neutro, e sim é povoada de intenções, e assim “obrigá-la a submeter-se às próprias intenções e sotaques é um processo difícil e complicado”. Esse processo difícil é observável nesse desvio do discurso neofascista para adaptações ao não negacionismo: as palavras saem do seu contexto, colocam-se entre aspas na boca do falante.

---

48 O termo foi usado pelo presidente em entrevista e amplamente divulgado no início da pandemia, refletindo seu descaço em relação à seriedade da doença.

É claro que usei um exemplo bastante trágico dessa adaptação complexa mencionada por Bakhtin (também um exemplo que veio na intenção de situar minha leitora e meu leitor sobre as circunstâncias em que esta tese tem sido escrita). No entanto, é importante pontuar que tal negatividade vem da clara intenção de disfarce temporário por trás da adaptação discursiva, e não como uma crítica da adaptação em si. Acredito ainda que ela seja essencial caso seu processo se embase de fato sobre um desejo de transformação do falante (e não uma manipulação discursiva para angariar eleitores, como no caso). Minha leitura, portanto, conciliatória com a visão de Bakhtin sobre a complexidade e dificuldade dessa apropriação, acaba por priorizar a necessidade de apropriação de signos contra-hegemônicos ou que apenas se aproximem de um reflexo de realidades silenciadas, mesmo que tais signos ainda possam parecer estranhos ao falante imerso em sua hegemonia.

Em mais uma argumentação trazida por Emerson em sua leitura do Círculo, ela aponta que a experiência externa se organiza socialmente com mais de dois indivíduos, numa cadeia social mínima para que os signos se realizem como tal, ou seja, uma unidade social então é indispensável para a atividade semiótica. Como exemplo dessa proposição, trazido de minha realidade, no contato de adultos com uma LA (inglês), o processo pode ocorrer da mesma forma, e nossa ideia de *lady like* passa a ser construída então a partir da forma como entramos em contato com o ILA. Por isso a unidade social não se dispensa da atividade semiótica (confirmando a ideia de unidade social do círculo), e mesmo que, no caso de estudos de LAs, haja a possibilidade de autodidatismo no processo educativo, este ocorrerá provavelmente por meio de materiais escritos e gravados, já com as construções significativas montadas e usos reproduzíveis. Aqui acrescento ainda uma observação translinguística: se as formas do português como LN (morfossintáticas, discursivas, lexicais) reforçam uma colocação dos indivíduos em seus lugares sociais como meio de opressão ou molde das subjetividades, a aprendizagem de um LA com aspectos similares (o inglês, no caso) tende então a reforçar a naturalidade de tais processos, como se ambas as línguas trouxessem uma “verdade” sobre o papel das mulheres (por exemplo) em sociedade, refratando duplamente na formação subjetiva dos aprendentes realidades desiguais construídas na sociedade heteropatriarcal.

Quanto à unidade social indispensável para a atividade semiótica, as preocupações sobre a socialização significativa vêm da crítica aos modelos no formato epistemológico dos estudos linguísticos até anteriores ao Estruturalismo, como Bakhtin havia proposto. O Círculo e os autores aqui mencionados não apenas criticam tais visões, eles apresentam propostas complementares de análise, como a própria ideia do *signo ideológico*. Por essas propostas, disponho de suas ideias na direção do entendimento desse signo ideológico reflexivo, refratário, dinâmico, ativo e material para introduzir os estudos das palavras-chave. Estas não apenas como palavras únicas (*keywords*), mas também como termos e expressões em conjunto (*clusters*).

É interessante conduzir ainda uma última observação de Emerson sobre as ideias do Círculo, pois ela conta que as ideologias geradas pela realidade material da linguagem de-

vem ser estudadas inter-sistemicamente, não como fenômenos independentes e isolados, pois a ideologia existe numa relação entre falantes e ouvintes e entre grupos sociais (Emerson, 1983, p. 247-248). Entendo que possamos observar uma proposta interdisciplinar dos estudos linguísticos, pois o estudo dessas ideologias ao redor e na linguagem poderiam entrar em contato com toda a formação epistemológica subjacente. Emerson acrescenta ainda que, nessa visão dos autores russos, existe uma crítica à possibilidade de entendimento do signo como um elemento socialmente neutro nas relações ideológicas, pois Bakhtin procurou redefinir a ideia de palavra em seu senso grego original de *logos* (discurso), não podendo ser concebida fora das vozes que as proferem. Citando trechos do círculo, a autora explica que eles teriam presumido o signo e seus efeitos ocorrendo na experiência externa, não havendo uma quebra na cadeia para um mergulho no ser interior, imaterial por natureza e em signos. Assim, cada produto ideológico seria significativo no material ideológico acessível objetivamente; e essa experiência externa seria organizada socialmente para registrar significado, surgindo os signos apenas em territórios interindividuais (Emerson, 1983, p. 247-248). Mais especificamente, para registrar significância, a experiência exterior deve, de alguma forma, ser organizada socialmente, mas o território interindividual, para os russos, não pode ser considerado “natural”: os signos não surgiriam entre quaisquer dois membros da espécie *Homo sapiens*, pois os indivíduos teriam de constituir, para isso, uma unidade social para que o meio dos signos possa se formar. Tal unidade social, portanto, seria um aspecto essencial da atividade semiótica - e por essa razão o estudo das ideologias não poderia ser baseado apenas numa psicologia individual (Emerson, 1983, p. 247-248). Aqui, embora a leitura dos autores seja relevante, não vejo qualquer necessidade em assumir uma postura profundamente relutante em relação às contribuições da psicologia (nem entendo que seja esta sua intenção), uma vez que minha pretensão de interdisciplinaridade busca exatamente a abertura às demais áreas de formação epistêmica. No entanto, essa dissociação da psicologia individual como base de entendimento linguístico se torna necessária na medida em que avalia o caráter necessariamente sociolinguístico da língua.

Emerson (1083) ainda explica que Bakhtin não busca postular uma tensão saussuriana entre a sociedade e o indivíduo, mas sim postular um indivíduo ativamente criador da sociedade em que seu discurso ocorre, pois um indivíduo, para ele, seira um espécime biológico num grupo, e toda tradição que opõe o indivíduo à sociedade estaria, portanto, equivocada. Em suma, posso dizer que, sob o viés das análises de minha intenção nesta pesquisa, as características propostas pelo Círculo para o entendimento do *signo ideológico* como palavra dita ou escrita trazem:

- (1) a significação necessariamente ligada à experiência numa unidade social;
- (2) a proposta de análise intersistêmica da significação com essa unidade (direcionada aqui a um processo educativo, no meu caso, no processo de EL de inglês como LAs de pesquisadores);
- (3) a presença inerente de ideologia(s) subjacente(s);

- (4) a presença das vozes do discurso compondo a heteroglossia da língua;
- (5) a característica da língua, a partir da heteroglossia, de refratar e refletir múltiplas realidades.

Essas são as características preponderantes, em meu entendimento, do *signo ideológico*, uma vez que vejo nossa formação epistêmica como um resultado de violências, silenciamentos e, especialmente, imposições de um discurso pretensamente neutro e centralizador. Assim, minha proposta das *keywords* contemporâneas interdisciplinares constituindo termos da língua, por meio da metodologia que apresentei, foi então retirada de usuários do inglês como LA no ambiente acadêmico, por essa análise intersistêmica da significação. A construção semântica e a aplicação dessas *keywords* serão trazidas à luz da presença inerente das ideologias, e nas análises observei as vozes presentes nos processos de significação, considerando a heteroglossia da língua, o reflexo e a refração de múltiplas realidades.

## 5.1 KEYWORDS E PALAVRAS-GERADORAS: CRITÉRIOS DE ANÁLISE

The capacity of Williams's keywords to register the specific social tensions of post-war Britain was predicated on the view that language is continuous social production, which develops within a particular social order, and which constitutes a lived system of meanings and values whose social significance appear reciprocally confirming<sup>49</sup>.

Marnie Holborow

Em consonância com as propobbbstas de Bakhtin sobre as relações complexas entre falante e signos, Fairclough (1992) acredita que o léxico e o discurso se apresentem como objetos itinerantes de análise, e as *Keywords* de Williams sempre apareceriam para o produtor ou intérprete de textos linguísticos como agrupamentos (*clusters*) de palavras e significados. Para Fairclough, a relação das palavras com os significados seria de muitos-para-um, e não um-para-um, em ambas as direções: as palavras geralmente contendo vários significados e os significados tipicamente *palavreados*, verbalizados de várias maneiras. Assim, o autor acredita que sejamos confrontados, como produtores verbais, com escolhas sobre como usar uma palavra e sobre como expressar um significado; por outro lado, como intérpretes, seríamos confrontados com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram. Essas escolhas e decisões não seriam de natureza

49 A capacidade das palavras-chave de Williams de registrar as tensões sociais específicas da Grã-Bretanha do pós-guerra baseava-se na visão de que a língua é uma produção social contínua, que se desenvolve dentro de uma ordem social particular e que constitui um sistema vivo de significados e valores cuja significância social aparece reciprocamente confirmada (Holborow, 2016).

puramente individual: os significados seriam questões variáveis e contestadas socialmente, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (Fairclough, 1992, p. 185). Esse entendimento, por sua vez, vem ao encontro da voz bakhtiniana quando ela promove a língua como “superpopulada” com a intenção de outrem, como expliquei sobre o signo ideológico anteriormente. Ou seja, trazendo sua significação conceitual e dinâmica pelas relações sociais, ambos os autores elucidam o papel de produtores e de intérpretes nos processos linguísticos, trazendo dessa forma ideias próximas ao paradigma com ênfase na ideologia citado por Leffa e Irala anteriormente, especialmente por mencionarem a importância da materialidade linguística e as escolhas do locutor e do intérprete no processo de construção semiótica (questões não tão profundamente exploradas nas ênfases anteriores, no sistema e na função). Noutras palavras, ao olhar para o processo de enunciação, eles observam a língua como um meio de atuação entre falantes. Apesar disso, não limitam o conceito de signo ao instrumento de comunicação (como pode ocorrer nas leituras de língua com ênfase na função), mas reconhecem que, como produtores, temos certas “escolhas”, e como intérpretes temos certas “decisões” de interpretação, o que nos retorna então à afirmação de Lakoff de que usamos a língua tanto quanto ela nos usa, evitando assim as armadilhas deterministas que nos condenariam a aceitar a hegemonia cultural da língua como um dado imutável.

Esse ponto das “decisões” vem sempre como um ponto especial porque as palavras certamente estão ligadas a seus processos históricos de significação, mas dentro desses processos fazemos tais leituras conforme nossa leitura de mundo. Embora de acordo com as afirmações de Fairclough, eu trocaria o uso de “decisões” e “escolhas”, pois, a meu ver, fazemos muito mais decisões produtivas e escolhas interpretativas do que o contrário. Quero dizer, faço escolhas interpretativas de acordo com todo meu arcabouço prático e teórico no momento de compreender uma enunciação, mas a partir dessa leitura, tomo mais decisões no momento de (re)produzir quais e quantos reflexos e refrações linguísticas de nossa hegemonia ou de vozes contra-hegemônicas. Enfim, esta é uma compreensão aparte sobre a ideia de “*decisions*” e “*choices*” (no texto original de Fairclough), a qual também participa de minha leitura de mundo e minha leitura da palavra (usando termos freirianos).

É importante assim manter a observação sobre o papel atuante do interlocutor e do falante nos processos sociais no entendimento da heteroglossia, bem como da visão sobre a *palavra* como complexa e refratária de realidades. Nesse ponto, retomo aqui uma leitura de Petterson sobre as *keywords* de Williams:

*Williams was an educational socialist [...]. By 1975, when he published Keywords, Williams had arrived at the doctrine that language itself is causative, that the active meanings and values expressed in language exert a formative social force. When I say language itself, I do not imply an impersonal force independent of human speakers and writers. Williams's theory was in fact a reaction against the notion of a sealed-off world of language [...]. Because he was an optimist, for Williams this formative social force, if widely understood,*

*might eventually lead us to a better kind of democracy*<sup>50</sup> (Patterson, 2004, p.67).

Tendo aqui a concordar com a leitura de Patterson a respeito da doutrina de Williams sobre uma língua em si, causativa, cujos significados e valores ativos expressos exerçam uma força social formativa, na corrente da refração proposta pela língua heteroglóssica do Círculo (como exemplifiquei sobre a formação social de um feminino *exemplar impossível* no inglês e no português). Também tendo a entender o autor como um otimista por ele acreditar que tal força social formadora poderia levar-nos a um tipo melhor de democracia. Compartilho do otimismo de Williams e acredito, assim como Freire, que a Educação tenha em si o poder de mudar pessoas e estas teriam a potência transformadora de mundo. Nessa linha otimista, Gadotti explica que:

Educar para outros mundos possíveis é educar para superar a lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos. É educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual. É visibilizar o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados, aos que foram silenciados. É educar para a utopia, para assumir a história como possibilidade e não como fatalidade (Gadotti, 2007, p.26).

Para transformações humanas significativas, portanto, proponho-me a estudar tais processos desde um ponto de vista translinguístico, ou seja, de uma análise da pesquisadora falante de inglês como LA e de português como LN (meus respondentes da pesquisa têm suas LNs variadas, mas também são todos falantes de inglês como LA e de português, seja este como LN ou LA); e interdisciplinar, pois os respondentes vieram de áreas acadêmicas diversas (Computação, Economia, Relações Internacionais) cujos conteúdos dialogam com os conteúdos linguísticos, conforme espero demonstrar nas análises.

A publicação das *Keywords* de Williams acabou flagrando a interdisciplinaridade de seus estudos. Patterson conta que Williams, teria sido um dos pioneiros dos historiadores, críticos ou materialistas culturais, inclusive com enorme influência sobre a nova disciplina de Estudos Culturais desenvolvida em Birmingham (Patterson, 2004, p.67). Nesse contexto inovador, *Keywords* teria causado dificuldade de classificação, celebrando a permeabilidade dos limites disciplinares:

*When it was eventually published in its own right, Keywords was, Williams also tells us, difficult to classify, a headache for library cataloguers. It has been classified as cultural history, historical semantics, history of ideas, social criticism, literary history and sociology. That is to say, it cannot itself be securely claimed by or for any specialized discipline,*

---

50 Williams era um socialista da Educação [...]. Em 1975, quando publicou *Keywords*, Williams tinha chegado à doutrina de que a língua em si é causativa, de que os significados e valores ativos expressos na língua exercem uma força social formativa. Quando digo a língua em si, não quero dizer uma força impessoal independente de falantes e escritores humanos. A teoria de Williams foi, de fato, uma reação contra a noção de um mundo isolado da linguagem [...]. Por ser um otimista, para Williams, essa força social formadora, se amplamente compreendida, poderia nos levar, por fim, a um tipo melhor de democracia.

*and to a certain extent, a point that Williams does not make, it celebrates the permeability of disciplinary boundaries*<sup>51</sup>(Patterson, 2004, p.68).

Frase-chave da qual me aproprio nesta pesquisa para definir a linha de orientação, lembrando sempre essa busca pela visão menos irreversível dos estudos acadêmicos tradicionais, essa busca pela dialética do pensamento, da análise, do próprio estudo. Enfim, tais concepções definem o direcionamento de minha pesquisa, trazendo a ela a base teórica em constante diálogo com a prática social ora dos respondentes ora da pesquisadora. Busco concretizá-la, assim, por meio de uma análise modestamente materialista, trazendo para a ELI, as palavras-chave (*keywords*) nos contextos contemporâneos sociais/educacionais do Brasil.

E com o fim de visualizar a questão das oportunidades, do não determinismo em relação às *keywords*, insisto aqui no seguinte trecho de Bakhtin:

*The word in language is half someone else's. It becomes 'one's own only when the speaker populates it with his own intention, his own accent, when he appropriates the word, adapting it to his own semantic and expressive intention. Prior to this moment of appropriation, the word does not exist in a natural and impersonal language [...], but rather it exists in other people's mouths, in other people's contexts, serving other people's intentions: it is from there that one must take the word, and make it one's own*<sup>52</sup> (Bakhtin, 2010, p.293).

Tais palavras-chave são conceitos fundamentais desta tese no sentido de que a proposta que defendo caminha em busca de uma transformação dos processos de significação na realidade educativa e social por meio da e na língua inglesa, sendo assim necessário dar voz a conceitos propulsionados pelas forças centrífugas da linguagem ou revisitados em processos semióticos de diálogo entre tais forças. Ou seja, se a língua é heteroglôssica, os conteúdos na ELI trazem em si, predominantemente, conceitos provenientes da hegemonia cultural, auxiliados pelas forças centrípetas mencionadas por Bakhtin (como *dependence* e *development* em suas mais tradicionais conceituações). Da mesma forma, portam conceitos já estabelecidos como contra-hegemônicos que podem ser reforçados na ELI (como *food sovereignty*, *participatory design*, *imperialism*). Ou ainda, como propõe Bakhtin, podemos supor que palavras (com cargas hegemônicas ou não) existam nas bocas e servindo a intenções de outrem, em seus contextos e servindo a seus interesses, e que dali posamos fazê-las nossas, talvez em releituras dos processos de significação, como Williams e

51 Quando foi finalmente publicado em seu direito, *Palavras-chave* foi, Williams também nos diz, difícil de classificar, uma dor de cabeça para catalogadores de bibliotecas. Foi classificada em História cultural, Semântica histórica, História das ideias, Crítica social, História literária e Sociologia. Ou seja, a obra não pode ser reivindicada com segurança por ou para qualquer disciplina específica e, até certo ponto, um ponto que Williams não destaca, ela celebra a permeabilidade dos limites disciplinares.

52 A palavra na língua é metade de outrem. Torna-se “sua” somente quando o falante a povoa com sua própria intenção, seu próprio sotaque, quando ele se apropria da palavra, adaptando-a à sua própria intenção semântica e expressiva. Antes desse momento de apropriação, a palavra não existe numa linguagem natural e impessoal [...], mas sim na boca alheia, no contexto alheio, servindo às intenções alheias: é daí que se deve retirar a palavra, e torná-la sua.



Holborow o fazem em grande parte de seus textos sobre *keywords*. Conhecê-las de maneira interdisciplinar, ressignificá-las na direção das leituras emancipatórias de mundo, observando as lentes sutis de uma hegemonia aparentemente tão natural e transparente é um papel, a meu ver, fundamental da ELI.

Para citar um exemplo autoetnográfico dessa transparência da hegemonia e das forças centrípetas, em minha história como professora de línguas em instituições privadas, especialmente em inglês, jamais preparei uma aula focada em conceitos feministas ou em conhecimentos sobre ou provenientes dos povos originários, ou em quaisquer epistemologias criadas e desenvolvidas no sul global (como Francisco pontuou acertadamente em suas análises sobre as ciências sociais). Por muito tempo trabalhei (sem sequer notar tais discrepâncias) com materiais e textos focados na representatividade branca, na heteronormatividade e na criação de um arquétipo de perfeição e exemplo representado pelos povos do Norte global, cujas línguas nativas sequer pareciam dinâmicas, como de fato o são, uma vez que nos eram “engarrafadas” em pacotes compráveis. Isso tudo ocorreu num contexto latino-americano, com estudantes provenientes dos processos de colonização, reforçando os pressupostos da colonialidade, agora então uma colonialidade que mudou de endereço em relação à metrópole (de eurocêntrica para os EUA), mas continuou servindo aos interesses econômicos de exploração das colônias. Se tais estudantes meus no Brasil viessem a entrar para um grupo anglófono feminista, ou dos movimentos por reforma agrária ou da luta LGBTQIA+, ou mesmo se interessassem pelo atual e necessário movimento Black Lives Matter (BLM), eles teriam de iniciar todo um novo conhecimento lexical, fonológico e discursivo sobre o universo dessas lutas em inglês, pois não tiveram oportunidade de conhecer o universo contra-hegemônico em minhas aulas. Além disso, conheceram apenas o universo branco, heteronormativo e neoliberal da língua. Entendo assim que, historicamente e em especial em contextos privados de ELI, preparamos estudantes para situações estratégicas de compras, turismo e relações heteronormativas com papéis sociais demarcados pela hegemonia (não descrevo muito claramente o universo de EM público no Brasil porque minha experiência como professora de línguas foi predominantemente em escolas privadas e depois, a partir d 2009, já no contexto da universidade).

Ao me aprofundar nos estudos metodológicos (devido à especialização e ao trabalho na universidade) e perceber, aos poucos, as origens dos textos presentes nos materiais didáticos, passei a observar que boa parte de suas origens eram corporações turísticas e editoriais de países do Norte global. Hoje, no entanto, após ter liderado por dez anos a área de línguas numa universidade pública, e após um mestrado emancipatório, tive ao menos uma breve oportunidade de buscar, em minha atuação profissional e nesta pesquisa, processos de EL um pouco mais libertários em direção a uma materialidade dos significados das lutas por libertação da hegemonia material e ideológica. Nem sempre esse caminho é tranquilo, claro ou organizado, haja vista a realidade em que nos encontramos neste início de século XXI, fortemente fundamentalista, neoliberal e violenta (mesmo em 2023 ainda sofremos resquícios do radicalismo conservador). Além disso, muitas vezes minha própria formação de forte cunho positivista e centrada no que Freire chamou de Educação

bancária estará presente na organização discursiva desta pesquisa, mas busco ao menos encontrar algumas brechas onde a conscientização social e política impere.

É propriamente neste ponto, no momento das oportunidades linguísticas, muitas vezes criadas por políticas públicas, por ações afirmativas que garantam a ampla extensão da esfera educativa (ou ações da realidade acadêmica, ou ainda, num cenário ideal, por ações conjuntas dessas duas esferas em diálogo equânime com a esfera popular) que entendo a visão de Bakhtin sobre a utilização da palavra, então na “boca” alheia, no contexto e intenção alheia, e a transformação dessa palavra na agência do falante atuante e do processo educacional. É nesse ponto de oportunidade e de transformação que vislumbro o estudo das *keywords*. Para tanto, aproprio-me da fala de Holborow em sua leitura de Williams sobre os critérios para o reconhecimento dessas palavras, os quais, por sua vez, parcialmente em consonância com critérios da palavração (de Freire) e minha leitura de ambos, orientam o levantamento de dados desta pesquisa:

*The keywords criteria as presented by Williams can be summarised as: 1) their use in day-to-day discourse; 2) their belonging to a cluster of interrelated words which typically co-occur; 3) their multiple meanings often condensed into one currently dominant sense; 4) their status as ‘indicative words’ designating social concepts, practices and norms and orders; and finally 5) the contested nature of their meanings whose full content requires more than a purely linguistic analysis<sup>53</sup> (Williams, apud Holborow, 2016, p. 43).*

Tais critérios levantados por Holborow, como é possível observar nas questões preparadas sobre as *keywords*, estão no cerne da montagem das entrevistas com os pesquisadores nesta pesquisa, como é possível observar pela metodologia. De qualquer forma, particularmente devido à contemporaneidade dessa análise da autora, é mister salientar que as leituras das palavras-chave neoliberais (*neoliberal keywords*) por Holborow trazem à luz aspectos fundamentais da hegemonia neoliberal presente nos séculos XX e XXI, e atendem especificamente aos objetivos desta proposta de análise e releitura de uma ideologia profundamente (neo)liberal, como ela segue explicando:

*The preceding section [ela se refere a esta publicação no Key Words: A Journal of Cultural Materialism] has highlighted the need to make reference to political economy, to social agency, and to ideology when seeking to set keywords in their full social context. Here I narrow down Williams’s understanding of keywords to the ideological field, to a cluster of keywords which articulate neoliberal ideology. Neoliberal keywords allow a specific pathway into the identification of ideology in public discourse, give indications as to their*

---

53 Os critérios de palavras-chave apresentados por Williams podem resumir-se em: 1) seu uso no discurso cotidiano; 2) seu pertencimento a um grupo de palavras inter-relacionadas que normalmente co-ocorrem; 3) seus múltiplos significados, muitas vezes condensados num sentido atual dominante; 4) seu status como ‘palavras indicativas’ designando conceitos, práticas, normas e ordens sociais; e finalmente 5) a natureza contestada de seus significados, cujo conteúdo completo requer mais do que uma análise puramente linguística.

*social authorship and provide insights into the workings of ideology itself*<sup>54</sup> (Holborow, 2016, p. 43).

Também é importante destacar alguns critérios levantados por Patterson, os quais, embora não tenham embasado diretamente as questões de minha pesquisa, contribuíram para o entendimento das keywords e as escolhas no momento de investigá-las. Ela explica que na introdução, Williams distingue dois tipos diferentes de keywords:

*Keywords, Sense 1: “strong, difficult and persuasive words in everyday usage”; Keywords, Sense 2: “words which, beginning in particular specialized contexts, have become quite common in descriptions of wider areas of thought and experience”, but are still by no means used by the man on the street. In his final version of Keywords, Williams included 131 words, most of which, it seems to me, fall into the second category—words like “aesthetic,” “alienation,” “anarchism,” to take three of the five A’s, or “hegemony,” “history” and “humanity,” to take all of the H’s*<sup>55</sup>(Patterson, 2004, p.68).

Além disso, Patterson explica que poucas delas provavelmente seriam usadas no cotidiano da população de fato, com exceção de estarem no cotidiano universitário:

*Few of these words are likely to be used in the British tea-shop or the North American coffee equivalent, unless it is sited on a college campus. None of them is likely to be heard in McDonald’s. None of them is a strong, difficult and persuasive word, that is, a word that carries with it a certain clout to which we may or may not wish to defer. Thus the primary audience for Williams’s Keywords must have been college student or teachers wishing to get up to speed on some of the more fashionable words in academic conversation and writing*<sup>56</sup>(Patterson, 2004, p.68).

Patterson acredita que tenha encontrado apenas alguns termos, dos cento e três

54 A seção anterior [ela se refere a esta publicação no *Key Words: A Journal of Cultural Materialism*] destacou a necessidade de fazer referência à economia política, à agência social e à ideologia ao buscar definir palavras-chave em seu contexto social completo. Aqui eu restrinjo a compreensão de Williams de palavras-chave para o campo ideológico, para um conjunto de palavras-chave que articulam a ideologia neoliberal. Palavras-chave neoliberais permitem um caminho específico para a identificação da ideologia no discurso público, fornecem indicações quanto à sua autoria social e fornecem *insights* sobre o funcionamento da própria ideologia.

55 Palavras-chave, sentido 1: “palavras fortes, difíceis e persuasivas no uso cotidiano”; Palavras-chave, sentido 2: “palavras que, a partir de contextos especializados particulares, se tornaram bastante comuns em descrições de áreas mais amplas do pensamento e da experiência”, mas ainda não são de forma alguma utilizadas pelo homem da rua. Em sua versão final de *Keywords*, Williams incluiu 131 palavras, a maioria das quais, parece-me, cai na segunda categoria - palavras como “estética”, “alienação”, “anarquismo”, para incluir três das cinco começadas com A em inglês, ou “hegemonia”, “história” e “humanidade”, para pegar todos os H’s.

56 É provável que poucas dessas palavras sejam usadas em casas de chá britânica ou em cafés equivalentes da América do Norte, a menos que estejam situadas num campus universitário. É provável que nenhuma delas seja ouvida no McDonald’s. Nenhuma delas é uma palavra forte, difícil e persuasiva, ou seja, uma palavra que carrega consigo uma certa influência que podemos ou não desejar postergar. Assim, o público principal para as palavras-chave de Williams deve ter sido de estudantes universitários ou professores que desejam se atualizar sobre algumas das palavras mais em voga na conversação e redação acadêmica.

que havia selecionado, que se enquadrem nessa primeira categorização de Williams de palavras fortes, difíceis e persuasivas de uso cotidiano, quais sejam “*class*,” “*democracy*,” “*family*,” “*imperialism*” [ela não está certa desta última escolha nesta categoria, o que eu também questiono especialmente por não ser tão comum no cotidiano], “*labour*,” “*liberal*,” “*masses*” [tampouco aqui ela está certa sobre a escolha], “*monopoly*,” “*private*,” “*racial*,” “*revolution*,” “*science*,” “*unemployment*,” “*wealth*” e “*welfare*”, e “*sex*” (Patterson, 2004, p.69). Ainda, ela explica:

*With the possible exception of “imperialism” (which smacks a bit of academic argument) and “masses” (which has suffered the obsolescence of popular Marxism) all of these words might be heard in McDonald’s; and all of them carry some degree of their meaning with them. Those who use them have an attitude towards them, positive or negative or confused, as the case may be. They are persuasive simply by being uttered. They are to some extent normative. They are, to use another overused academic word, ideologically inflected. They are words which both invite argument and suppress it, simply by the convenience of their shorthand<sup>57</sup> (Patterson, 2004, p.69).*

O que a autora entende como um pouco de argumento acadêmico, *imperialism*, é, por fim, uma das *keywords* levantadas aqui por um de meus respondentes, Francisco. Ou seja, uma palavra-chave cujas características do tipo 1 ou 2 acabaram por se manter ainda no século XXI. Paralelamente à proposta de Holborow sobre as *keywords* neoliberais, meu levantamento de dados focou em palavras (e *clusters* de palavras) de áreas acadêmicas diversas na contemporaneidade, buscando também tais *insights* sobre o funcionamento da ideologia, ou da hegemonia cultural dentro do contexto acadêmico neste caso. Organizei-o em busca de um diálogo interdisciplinar, mas confesso que essa delimitação não exclusivamente sociopolítica, ampliando o contexto para o acadêmico científico de outras áreas, foi um desafio extraordinário de saída da zona de conforto em que me encontro dentro dos estudos linguísticos e sociolinguísticos (especialmente com *keywords* como *food sovereignty* e *participatory design*). Mesmo diante desse desafio, ressalto que a leitura dos textos de Holborow foi um impulso essencial às ideias primordiais desta pesquisa. Dessa forma, as palavras-chave neoliberais da autora irlandesa trouxeram ao meu contexto, às minhas intenções (como proposto por Bakhtin) uma pesquisa no âmbito brasileiro (dentro do qual se encaixaram como palavras-chave interdisciplinares e contemporâneas relacionadas à ELI). Procurei povoá-las então com meu sotaque, adaptando-as às minhas intenções semânticas sem, no entanto, presumir que elas existissem em qualquer tipo de contexto neutro, fortalecendo a ideia de Bakhtin de que:

---

57 Com a possível exceção de “imperialismo” (que cheira um pouco a argumento acadêmico) e “massas” (que sofreu a obsolescência do marxismo popular), todas essas palavras podem ser ouvidas no McDonald’s; e todas carregam algum grau de seu significado consigo. Aqueles que os usam têm uma atitude em relação a elas, positiva, negativa ou confusa, conforme o caso, e são persuasivas simplesmente ao serem proferidas. Elas são, até certo ponto, normativas. Eles são, para usar outra palavra acadêmica exagerada, ideologicamente flexionadas. São palavras que tanto convidam quanto suprimem argumentos, simplesmente pela conveniência de sua forma abreviada.

*As a result of the work done by all these stratifying forces in language, there are no “neutral” words and forms - words and forms that can belong to “no one”; language has been completely taken over, shot through with intentions and accents. For any individual consciousness living in it, language is not an abstract system of normative forms, but rather a concrete heteroglot conception of the world. All words have the “taste” of a profession, a genre, a tendency, a party, a particular work, a particular person, a generation, an age group, the day and hour. Each word tastes of the context and contexts in which it has lived its socially charged life; all words and forms are populated by intentions. Contextual overtones (generic, tendentious, individualistic) are inevitable in the word<sup>58</sup> (Bakhtin, 2010, p.293).*

Ponderando então tais particularidades e tais autores, com os quais compartilho meu entendimento de busca pelas oportunidades e pelas “chaves”, trazidas aqui por meio de palavras potencialmente refletoras e refratárias de nossa realidade sociopolítica, analisei então as *keywords* (ou *clusters*) por esses critérios específicos sobreditos. Busquei levantar, a partir dos respondentes, conceitos de uso corrente que apresentassem a co-ocorrência com agrupamentos de outros conceitos, marcados pela plurissignificação, algumas vezes por sua natureza historicamente contestada (ou mesmo usada com diferentes valores em diferentes momentos) e que refletissem (e refratassem necessariamente), por fim, práticas sociais contemporâneas no ambiente acadêmico. As implicações contextuais indicadas por Bakhtin aqui não foram apenas minhas, mas também, e muito fortemente, dos pesquisadores entrevistados.

Sob os ombros de Williams, Holborow, Bakhtin e Patterson, além dos demais autores (filósofos da decolonialidade e das línguas) ainda procuro, dentro de minhas limitações, trazer à luz deste estudo a importância dos desejos democráticos de sociedade, e espero que meu estudo se aproxime daquilo que Patterson concluiu sobre a conquista (talvez principal) de Williams:

*What Williams accomplished was to reunite some vague conceptual terms (“creativity,” “culture,” “individual” and “society”) and some clearly material facts (education, literacy, the press, television, drama) in a loose family of social and historical relationships that gave added meaning to both. For Williams, democracy, a crucial keyword for both of us, is indissolubly connected to public education and hence to literacy in the broadest sense. Williams was an educational socialist<sup>59</sup> (Patterson, 2004, p.67).*

58 Como resultado do trabalho realizado por todas essas forças estratificadoras na língua, não existem palavras e formas “neutras” - palavras e formas que podem pertencer a “ninguém”; a língua foi completamente dominada, permeada de intenções e sotaques. Para qualquer consciência individual vivendo nela, a língua não é um sistema abstrato de formas normativas, mas sim uma concepção heteroglósica concreta do mundo. Todas as palavras têm o “sabor” de uma profissão, de um gênero, de uma tendência, de um grupo, de uma obra particular, de uma pessoa particular, de uma geração, de uma faixa etária, do dia e da hora. Cada palavra prova o contexto e os contextos em que viveu sua vida socialmente carregada; todas as palavras e formas são preenchidas por intenções. As implicações contextuais (genéricas, tendenciosas, individualistas) são inevitáveis na palavra.

59 O que Williams conseguiu foi reunir alguns termos conceituais vagos (“criatividade”, “cultura”, “indivíduo” e “sociedade”) e alguns fatos claramente materiais (educação, alfabetização, imprensa, televisão, drama) em uma família

Da mesma forma, embora eu tenha reconhecido aqui vários atrasos neoliberais e retrocessos capitalistas em minha própria experiência como educadora (com atenção especial às temáticas de debate), sempre procurei e continuo a procurar um lugar acadêmico como socialista da educação, ou ao menos, se isso for muito ambicioso, uma educadora de LN e LAs com consciência de classe, raça e gênero de minha realidade latino-americana. Também compartilho com Williams a ideia de que a democracia (bastante vulnerável em tempos de extremismo ideológico como os atuais) seja, além de uma palavra-chave crucial, um conceito profundamente conectado com a educação pública [e, portanto, com os Letramentos].

Na mesma direção democrática e contra-hegemônica, Freire (2001) nos lembra:

É preciso que nosso corpo, que socialmente vai se tornando atuante, consciente, falante, leitor e “escritor” se aproprie criticamente de sua forma de vir sendo que faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se. Quer dizer, é necessário que não apenas nos demos conta de como estamos sendo, mas nos assumamos plenamente com estes “seres programados, mas para aprender”, de que nos fala François Jacob<sup>60</sup>. É necessário, então, que aprendamos a aprender, vale dizer, que entre outras coisas, demos à linguagem oral e escrita, a seu uso, a importância que lhe vem sendo cientificamente reconhecida (Freire, 2001b).

A essência desse trecho é a essência do trabalho desse autor que não apenas analisa e critica, mas propõe, orienta, provê sua experiência como possível modelo aos educadores que o desejem ou dele necessitem. Seu modelo de formação crítica que associa o processo de leitura à conscientização sociopolítica e à cidadania. Para este trabalho de pesquisa, portanto, procuro estabelecer as relações da concepção de palavras geradoras de Freire (intimamente ligada à língua oral e escrita, como nos fala no prólogo).

Nesse aspecto, há dois pontos prévios de observação essencial em relação ao entendimento das palavras de Freire, quais sejam: primeiro uma contextualização sobre sua prática com a língua portuguesa como LN e seu público-alvo no Brasil; e segundo uma observação sobre o caráter, além de filosófico, metodológico e prático de seu trabalho, o qual, embora fascinante e atraente, terei de limitar-me a comentar neste capítulo e vaporizar por esta tese, pois envolve toda uma estratégia teórico-metodológica sobre a qual procurei me debruçar no levantamento de dados e nos diálogos teóricos.

---

solta de e relações históricas que deram significado adicional a ambos. Para Williams, democracia, uma palavra-chave crucial para nós dois, está indissoluvelmente ligada à educação pública e, portanto, à alfabetização no sentido mais amplo.

60 Freire menciona aqui o biólogo francês ganhador do prêmio Nobel de Medicina ou Fisiologia de 1965. Conforme um artigo publicado no *Le monde*, ele foi titular da cátedra de genética celular do *Collège de France* (1965-1991), Companheiro da Libertação, membro da Academia de Ciências (1977) e da Academia Francesa (1996), Chanceler da Ordem da Libertação entre muitas outras participações sociais. Artigo completo disponível em: <[https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2013/04/21/le-prix-nobel-et-resistant-francois-jacob-est-mort\\_3163759\\_3382.html](https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2013/04/21/le-prix-nobel-et-resistant-francois-jacob-est-mort_3163759_3382.html)> Acesso em nov. 2021.

Sobre a primeira, contextualização de sua prática (como já mencionei no trecho sobre ELI de Marielle, classe e heteroglossia), essa proposta freireana do tema gerador ou da palavra geradora busca a humanização do processo de *Letramento* de forma *interdisciplinar*, assimilando aspectos da *vida prática* para um tipo de *sistematização* desses aspectos com o conhecimento acadêmico ou científico (notem que existe a sistematização, a observação da vida prática e a interdisciplinaridade, ressaltadas por mim). As palavras geradoras, no trabalho de Freire, com uma fundamentação dialógica (baseada no diálogo), vêm como uma forma de troca de saberes, um diálogo entre teoria e prática, ambas política e sociologicamente engajadas.

Observando assim o levantamento metodológico desta pesquisa em sua proposta interdisciplinar, embora em contextos diversos, os Letramentos em ILA podem apoderar-se de *keywords* presentes nas realidades (de pesquisa ou não) para transpor as linguagens na direção do ILA. Em suma, o interessante em ambos os conceitos (palavras geradoras e palavras-chave) é exatamente aquilo que elas carregam de contribuição para pesquisar o pensamento humano sobre sua realidade (similar ao que entendemos anteriormente como reflexo linguístico, para usar um termo bakhtiniano) e sua ação sobre ela (similar à ideia de refração bakhtiniana, por atuar sobre a realidade a partir inclusive da produção e reprodução discursiva). Mais precisamente, quando as palavras geradoras são recolhidas de sua realidade social para a análise linguística (o que nesta pesquisa ocorre num contexto acadêmico interdisciplinar), elas refletem relações sociais, atuações humanas, e quando reproduzimos estas palavras em contextos, como explica Freire, podemos nos posicionar “com atitude ativa na exploração de suas temáticas” aprofundando nossa “consciência crítica da realidade” e nos apoderando delas.

Embora suas ações educativas tenham ocorrido predominantemente no Brasil e em português, Freire estende amiúde sua análise aos povos da América Latina (AL), colonizada e marcada pela colonialidade. Em resumo, ele caracterizava a AL como uma sociedade fechada e *alienada* (ele usa este termo marxista da alienação, originalmente referente ao trabalho cujo resultado é divorciado do trabalhador). Por essa observação de um contexto alienado (ou seja, alheio, despolitizado), seria necessário, segundo ele, um processo de conscientização em relação à cidadania desses educandos, pelo diálogo inicialmente oral em suas aulas (nesse caso aplicado por Freire especificamente, a língua oral era já compartilhada por estudantes e professor, sendo o foco de aprimoramento voltado ao conhecimento escrito). Dessa maneira, em origem, o conceito freireano de palavras geradoras se relaciona especificamente à potência geradora dessas palavras, cujo resultado busco elaborar de forma complementar em relação ao que expliquei, utilizando especialmente a leitura de Holborow sobre as *keywords*. Ou seja, mesmo que o tema gerador e as palavras geradoras tenham surgido em contextos educativos diversos daqueles das palavras-chave (educandos com a mesma LN e focados numa “modalidade” específica dela no caso de Freire), a língua como instrumento de transformação social está presente em ambas as ações e teorias, ora como síntese escrita na obra de Williams, ora como metodologia e proposta nas obras de Freire.



Ressalto ainda que trabalho, neste contexto, com a translanguagem português-ínglês (sendo o português como LN ou LA para cada respondente), a partir de um público já em contato longo com sua LN falada e escrita (um pouco diferente do contexto freiriano, em que o público tinha contato com sua LN oral e estudava ali seus contatos com sua LN escrita). É importante notar ainda que, nesta pesquisa, alguns respondentes têm origens linguísticas diversas (português, grego e espanhol), embora todos tenham estado no Brasil no período da pesquisa e falem português na própria entrevista. Esse aspecto também difere do contexto freiriano na medida em que envolve a translanguagem, mas dialoga com ele na medida em que envolve humanos em contato com o levantamento de termos de sua realidade para um trabalho acadêmico educativo (ao menos em última instância, pois os respondentes não são meus alunos em sala de aula e já haviam passado pelos primeiros processos de ILA em sua vida acadêmica progressiva, ou seja, não fui sua educadora linguística, apenas trouxe questões sobre seus processos educativos em memória).

Sigo então para o segundo ponto que entendo essencial para esta pesquisa: o caráter metodológico (conhecido como análise da *práxis*) de Freire em relação a suas observações e propostas. Ocorre que, em sua realidade de Letramentos, Freire não apenas observa conceitos e filosofias da educação em relação à cidadania e à politização como formas urgentes de reconhecimento dos sujeitos no mundo, ele também acaba por descrever algumas de suas estratégias metodológicas em relação a todo esse processo por sua relação íntima com a *práxis*. Ou seja, como ele mesmo explica sobre sua prática, após um primeiro momento de debates antropológicos sobre natureza e cultura, durante o qual muitos educandos passam a ter ideia sobre sua posição de cidadão do mundo, finalmente os encontros se direcionam à educação escrita:

A conclusão dos debates gira em torno da dimensão humana e fica claro que esta conquista, numa cultura letrada, já não se faz por via oral como nas iletradas, em que falta a sinalização gráfica. Vencendo este primeiro passo, inicia-se o debate sobre a democratização da cultura com o qual se abrem as perspectivas para o começo da alfabetização (FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez Editora.1993. p. 63-64).

E ainda, ele explica sobre os meios de uma pedagogia reflexiva, abordando as questões curriculares, a *práxis* e o método:

Numa era cada vez mais tecnológica como a nossa, será menos instrumental uma educação que despreze a preparação técnica do homem, como a que, dominada pela ansiedade de especialização, esqueça-se de sua humanização. A primeira condição mencionada faria perder a batalha do desenvolvimento; a segunda poderia levar o homem ao anonimato da massificação de onde, para sair, necessitaria da reflexão mais de uma vez, especialmente da reflexão sobre a sua própria condição de massificado.

## COMO FAZÊ-LO?

As respostas parecem estar:

- a. Num método ativo, dialógico, crítico e criticista.
- b. Na modificação do conteúdo programático da educação.
- c. No uso de técnicas, como a de redução e a decodificação (FREIRE, Paulo. *Op.cit.* 1993. p. 64).

Isso ocorreria, a meu ver, pela própria intensidade pedagógica do autor, para quem a teoria e a prática são dois pontos da mesma proposta em busca dessa autenticidade do processo educativo, sempre em direção à emancipação, à decolonialidade (embora ele não use este termo), à autonomia e à esperança.

Enfim, a partir dessa premissa contextual, as palavras geradoras dialogam nalguns pontos em relação às características das *keywords* (cujas circunstâncias de pesquisa, por Williams, foram outras, ligadas aos estudos culturais e literários no Norte global pós-guerra). Como tentei elucidar brevemente acima, acredito que o diálogo entre esses conceitos ocorra especialmente nos pontos de reflexo e refração, ou seja, no momento em que os pesquisadores retiraram as *keywords* de seus contextos reais de pesquisa e no momento em que as palavras, já escolhidas pelos pesquisadores a partir de suas respostas, entram em contato com a reflexão pedagógica. Na metodologia, aponte este último como o terceiro momento da entrevista, em que convido o pesquisador a refletir sobre a relação dessas palavras com suas realidades, bem como suas potencialidades geradoras, transformadoras. Por isso, o potencial gerador das *keywords* é também avaliado como parte do levantamento dos dados desta pesquisa.

Pois bem, abordados os dois pontos circunstanciais e teóricos da análise freiriana e suas especificidades, entremos então no universo das palavras geradoras propriamente, as quais acredito ter justificado suficientemente nas observações anteriores (caso eu não o tenha feito com sucesso, espero que nas análises propriamente isso fique mais claro). Para os autores do dicionário Paulo Freire, as palavras geradoras teriam “o dom de gerar mundos, de pronunciar novas realidades” (STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.13. Grifos meus ), e este ponto específico, além de sua carga poética, vem ao encontro de toda a proposta transformadora de Freire em relação à Educação na AL. Mais especificamente:

Em contraposição a uma educação bancária e aos métodos sintéticos de alfabetização, muito em voga no seu tempo e ainda até hoje em muitos lugares, Freire vivencia e defende um método analítico, da palavração, a partir de palavras geradoras. Estas são escolhidas a partir da pesquisa do universo vocabular e são devolvidas ao povo para reler a sua fala e escrever a sua palavra por meio da formação

de outras palavras e de frases escritas com estes fonemas. Propõe vincular palavra e mundo, ou seja, a leitura e a escrita da “palavramundo” (2001, p. 12), visando ajudar o povo “a aprender a dizer a sua palavra” (1987, p. 20), compreendendo que “dizer a sua palavra equivale a assumir, conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito da sua história” (1987, p. 21) STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). *Op.cit.* 2010. p.279.

Numa perspectiva bakhtiniana, poderíamos supor que, além a apropriação da palavra pelo sujeito (com menor dificuldade no contexto freiriano por serem palavras de seu uso comum), estaríamos com o uso das palavras geradoras usufruindo daquilo que a heteroglossia da língua tem de excepcional. Explico-me: as palavras geradoras permitiriam aos subalternizados “aprender[em] a dizer a sua palavra”, uma vez que representam muitas vezes a atuação de vozes impulsionadas por forças centrífugas da língua, sendo estas a voz do trabalhador marginalizado e a quem, num contexto da AL, não havia sido permitido o acesso à palavra escrita (ou mesmo se lhe teria tolhido tal direito como um projeto educacional exclusivamente voltado às classes privilegiadas). Ajudar o povo então “a aprender a dizer sua palavra” seria também impulsionar as vozes silenciadas (centrífugas) a se manifestarem por meio da língua heteroglóssica, especificamente por meio dessas palavras geradoras. Para Freire:

Daí que sempre tenha insistido em que as palavras com que organizar o programa de alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. A pesquisa do que chamava de universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade [...]. É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica (Freire, 2001a.p. 20-21).

Acredito que, neste momento da reflexão freiriana, a pergunta subjacente nesta leitura seria se os respondentes desta pesquisa poderiam ser considerados paralelamente grupos populares. Pois bem, entendo que as respostas sejam *sim* e *não*. Começando pelo não, entendo que as falas dos respondentes estejam vinculadas ao que conhecemos como discurso acadêmico, representem este discurso e, conseqüentemente, as vozes dele oriundas. Apesar de ser atualmente constituída por uma classe de trabalhadores cuja força de trabalho cerebral seja igualmente vendida em boa proporção em favor do acúmulo de capital dos grupos mantenedores dos meios de produção (para usar uma terminologia

marxista, a meu ver, bastante didática e clara), o grupo acadêmico nem sempre se apropria do discurso relacionado ao trabalho e aos grupos populares. Muitas vezes inclusive se distancia dele, como se houvesse um valor etéreo sobre seu tipo “especial” de força de trabalho (haja vista o uso da expressão brasileira *fuga de cérebros* quando esses trabalhadores deixam o país para oportunidades de trabalho além-mar, pressupondo que os demais trabalhadores não representariam *cérebros*). Além desse distanciamento, na realidade brasileira, a vida acadêmica tem sido destinada a grupos privilegiados desde muito cedo, como explicam os autores de *Raízes do Brasil* (1995), reconhecendo que, pela formação histórica e social de nossas classes no Brasil, existiu no conceito das profissões chamadas *liberais* um traço de sentido de “superioridade” em relação ao trabalho considerado mais próximo do material. Tal hierarquia teria fortalecido o distanciamento entre atividades intelectuais e materiais e o desprezo por estas:

O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo — a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais — mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação. Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivar a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de *liberais*, dado a determinadas artes, e, oposição às mecânicas, que pertencem às classes servis (De Holanda; Eulálio, Ribeiro, 1995. p. 82-83).

Por este aspecto e essa distinção historicamente reconhecida, creio que não possamos entender o discurso acadêmico como representante ideal ou mesmo típico de fato de uma leitura de mundo dos grupos populares, como advogava Freire.

Por outro lado, e aqui já passando à resposta *sim*, os próprios chamados grupos populares, especialmente estes que se mantiveram nos trabalhos intelectuais, nem sempre se conscientizam de suas condições de trabalhadores, nem sempre apresentam a chamada consciência de classe de que falam os estudos marxistas, e nem por isso deixam de ser trabalhadores cuja única fonte de subsistência seja a venda de sua força de trabalho, incluindo a força de trabalho intelectual. Sendo assim (e correndo o risco de estar sendo injusta com o discurso acadêmico, que muitas vezes traz *sim* a consciência de classe em sua base), creio

que a resposta seja não no sentido do distanciamento em que o próprio discurso se pronuncia, mas a resposta *sim* viria como um entendimento mais preciso sobre a procedência das vozes científicas envolvidas nesta pesquisa.

Ademais, acredito que eu tenha sido bastante afortunada quanto ao grau de conscientização política de meus respondentes nesta pesquisa, uma vez que não demonstraram qualquer necessidade de distanciamento das classes chamadas populares ou qualquer necessidade de valoração hierárquica quanto a suas pesquisas e suas relações com o ILA (ao menos meus ouvidos assim não observaram). Ao contrário disso, meus respondentes parecem muito conscientes do papel social fundamental de suas pesquisas e, consequentemente, de seus papéis sociais como indivíduos participantes de uma sociedade desigual, contradizendo a tendência apontada pelos autores do entendimento de inteligência como “ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação”. Os resultados desta pesquisa a mim me parecem bastante distantes de tal compreensão, embora ela tenha sido presente na esfera acadêmica e possamos observá-la em nossa contemporaneidade.

Concluindo, fico com a resposta *sim* como preponderante por entender a classe intelectual como classe trabalhadora e, portanto, popular, sem deixar de reconhecer a presença do *não* nalguns aspectos específicos, e mantenho assim *sim* e *não* em convivência e diálogo. Ainda, justifico esse recorte reconhecendo, como farei durante a análise dos respondentes, o alto grau segregador do ILA, o acesso pouco democratizado de suas práticas, especialmente na língua oral no Brasil. Ou seja, é no ambiente acadêmico que encontraríamos pessoas com condições de responder sobre sua ELI pregressa e sobre sua pesquisa na língua inglesa.

Para arrematar as palavras geradoras e as contribuições freirianas sobre esta pesquisa, e já estabelecendo um diálogo com as últimas perguntas elaboradas para a entrevista escrita sobre as *Keywords* escolhidas pelos pesquisadores, por todas as observações aqui pesadas, explico algumas características que busquei ressaltar sobre tais palavras e suas qualidades geradoras: (1) sua proximidade com a realidade de vida ou de observação dos falantes, aqui dos pesquisadores que utilizam o inglês em suas pesquisas; (2) sua capacidade de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades.

Estabeleço então as linhas prioritárias de minhas entrevistas, respeitando sempre, como tentei explicar, a natureza diversa dessa situação educativa sobre o conceito de palavra geradora. A agência do falante e a atuação do falante sobre o mundo dialogam assim com a visão bakhtiniana sobre o momento em que nos apropriamos da palavra, o momento em que retiramos as palavras de uma linguagem, nunca neutra ou impessoal, e as trazemos a nossa própria intenção, ao nosso sotaque e nosso uso, pronunciando assim novas realidades a partir das próprias realidades.

E para realmente conjugar este ponto das realidades refletidas em palavras-chave com múltiplas significações, sua natureza contestada e atuação de seu potencial gerador de novos mundos, de novas realidades, conduzo ainda uma observação de Segato sobre

a necessidade de *nomear as coisas* (ou como diz uma expressão idiomática em português, *dar nome aos bois*, próxima em sentido ao inglês *name names* ou ainda *call a spade a spade*<sup>61</sup>). Mencionando um argumento de que as raças não existam realmente para que se pudesse justificar as reservas de vagas para cotas étnicas no Brasil, ela retruca:

Este argumento replica exatamente aquele que objeta o uso da palavra gênero, porque, da mesma forma, afirma e consolida nas representações sociais a ordem binária. Porém, as categorias que servem para discriminar e excluir, que constituem representações sociais poderosas e perniciosas para a expropriação de valor não retribuído, devem ser nomeadas. Sem seus nomes, não podemos analisá-las, trabalhar em sua crítica e alcançar sua abolição. Deixar de nomeá-las não as faz desaparecer nem as destituem em seu papel de manter em pé uma ordem assimétrica de gênero de raça. Essa tem sido historicamente uma das estratégias mais eficazes das elites: não nomear, pois os nomes levam ao reconhecimento dos problemas. O trabalho dos Direitos Humanos é, justamente, um trabalho nominativo, é dizer; os grandes avanços dos direitos humanos ocorreram no campo dos nomes, na lista de nomes do sofrimento humano, no descobrimento e na formulação de nomes para aquilo que não deveria estar ali (Segato, 2018, p.59-60).

Complementando a posição de Segato, a qual entendo acertada e em diálogo com as *keywords* levantadas nesta pesquisa, talvez pela influência acional dos estudos freirianos entendo a necessidade de nomear também as novas realidades, materializar em palavras a geração de novos mundos a partir da observação e da luta contra aquilo que “não deveria estar ali” ou mesmo aquilo que, não estando discursivamente, deveria estar ou ter estado há muito. Nesses aspectos, creio que minhas perguntas não tenham tido orientação exata aos respondentes, pois nesta pesquisa todos já se mostraram em muitos momentos adeptos dessa busca pela transformação das realidades sociais ao seu entorno (posso dizer aqui que tive a sorte de encontrar pesquisadores sobremaneira conscientes de suas posições sociais, da importância de seu trabalho como instrumento de transformação social e especialmente portadores de relações profusas com o ILA e as línguas em geral). O exemplo seguinte de Segato adianta esses pontos de transformação pela nomeação, com o acréscimo da nomeação visual, das imagens:

Até muito pouco tempo não se falava da violência contra as mulheres, para muitas e muitos foi estranho o primeiro dia em que apareceu uma publicidade sobre os Direitos Humanos das Mulheres mostrando um rosto de mulher com um olho roxo. Começava-se a nomear, a dar imagem a algo que até então havia sido um

---

61 Embora os dicionários tragam a expressão *call a spade a spade* (chamar uma pá de pá) como similar a *dar nome aos bois*, entendo que esta esteja mais próxima de *name names* (nomear nomes), uma vez que reforça a necessidade de nomear as coisas escondidas ou enfeitadas em linguagens metafóricas ou em omissões propositais, como Segato sugere adiante. No entanto, *call a spade a spade* se encaixa também perfeitamente como um exemplo de *name names*, uma vez que pressupõe essa capacidade mais direta de nomeação, sem subterfúgios e eufemismos (como Lakoff havia sugerido anteriormente sobre a constituição identitária das mulheres pela língua).

costume, algo que acontecia às vezes. Imaginem o salto até nomear algo tão sutil como a violência psicológica, essa violência que às vezes até com um pequeno gesto quase imperceptível coloca cada pessoa em seu lugar, que a impede de sair do lugar onde o costume no âmbito doméstico ou o olho público na rua a coloca, e reproduz essa atribuição de lugar e posição num imaginário habitual, naquele em que não existem nomes para essa forma de tratar e ser tratado. Costuma-se dizer “o peixe não vê a água”, e não vemos a violência psicológica até que comecemos a nomear seus procedimentos (Segato, 2018. p.60).

Ela ainda explica, na sequência, que a violência psicológica e moral (utilizadas como exemplo) é exatamente a argamassa que mantém a estrutura de desigualdades. Por tal reconhecimento, concordo com a autora em relação à necessidade de nomeação, de chamar as “coisas” por seus nomes, ou de *dar nome aos bois*, sejam elas refletores de realidades sociais quase inomináveis por sua crueldade e incongruência, sejam refratárias dessas ou de outras realidades mais heterogêneas. “Nomear as coisas” assim passa a ser mister nesta pesquisa. Acrescento ainda que é preciso nomear tudo aquilo que precisamos mudar, com a urgência das vidas, e nomear tudo aquilo que precisamos implementar para que essa transformação possa ocorrer na direção de um planeta mais justo e mais humano. É nesse ponto que afirmo: traçar, reconhecer, levantar conceitos é dar às abstrações, às leituras de mundo material uma realidade epistêmica também material, e num segundo momento passa a ser também transformar realidades por meio das palavras, dos conceitos.

## 5.2 PALAVRAS DOS PESQUISADORES: SÍNTESE DE SEUS APONTAMENTOS

Em consonância com os capítulos anteriores, busco ultrapassar definições estáticas para as *keywords* levantadas, impulsionar seus conceitos silenciados e fortalecer termos propulsionados pelas forças centrífugas da linguagem, quando possível, econtrando a ressimbolização mencionada por Francisco em sua entrevista. Muitas vezes essa análise acontece também pela observação da carga social das palavras, seus significados pertencentes a práticas sociais em mudança, entendendo aqui a análise linguística como algo também deliberadamente social, contextual e histórica. Ainda, é importante observar como autocrítica que, após as transcrições e análises de todas as entrevistas, percebi a insuficiência das perguntas elaboradas sobre as *keywords*, tanto no sentido de não convergirem necessariamente para um entendimento comum por cada respondente quanto no sentido de serem um pouco redundantes e prolixas. Vejo, no entanto, duas condições favoráveis a partir de tais equívocos, quais sejam: no primeiro caso, o fato de não estarem tão precisamente claras acabou demonstrando possibilidades de entendimento mais diversos por cada participante, gerando uma riqueza de explicações que, a partir do entendimento de língua como também constitutiva de nossa formação identitária, mostraram nuances únicas de



cada identidade linguística presente naqueles pesquisadores; no segundo caso, por serem um pouco redundantes e prolixas (especialmente algumas perguntas sobre o conceito de *keywords*), incentivaram reflexões profundas por parte de alguns participantes em relação aos significados latentes dessas palavras por eles escolhidas e apresentadas, como veremos em *food Sovereignty* e *imperialism*. Dessa forma, espero fazer jus à riqueza constitutiva dos dados aqui levantados em minhas análises.

Apresento primeiramente todas as *keywords* direcionadas pelos participantes, observando especialmente aquelas relacionadas em profundidade com as apresentações de cada respondente e suas relações com a ELI. Percebi maior necessidade de fazê-lo dessa forma após as transcrições das entrevistas, tanto para organizar o sentido de texto aos leitores quanto para criar uma etapa de práxis teórico-prática relacionada à ligação entre os respondentes e suas escolhas chaves. Dessa forma, seguem as *keywords* e *clusters* escolhidos em princípio pelos respondentes desta pesquisa, bem como as transcrições propostas e sugestões de tradução ao português. Quanto às transcrições fonéticas, nalguns casos não encontrei exatamente a descrição fonética pronta da palavra-chave mencionada devido a sua incipiência semântica, então completei as transcrições de acordo com palavras semelhantes em inglês e com as pronúncias comuns da língua (cf. referências).

Tabela 1 – *keywords* apresentadas pelos participantes, sua transcrição fonética e tradução para o português.

<u>Keywords ou clusters</u>	<u>Transcrições</u>	<u>Traduções ao português</u>
<i>Participatory Design</i>	/pɑːˌtɪ.sɪˈpeɪ.tər.i/ ou /pɑːrˈtɪ.s.ə.pəˌtɔːr.i/ /diˈzain/	Design participativo
<i>User Centred Design</i>	/ˈjuː.zər./ /ˈsen.tər/ /diˈzain/	Design centrado no usuário
<i>Requirement(s) Analysis</i>	/rɪˈkwaɪə.mənt/ /əˈnæl.ə.sɪs/	Análise de requisitos
<i>Agroecology</i>	/ˌæɡ.rəʊ.iˈkɒl.ə.dʒi/	Agroecologia
<i>Food sovereignty</i>	/fuːd/ /ˈsɒv.ər.n.ti/	Soberania alimentar
<i>Urban and Peri-urban Agriculture</i>	/ˈɜː.bən/ /ənd/ /ˌper.ɪˈɜː.bən/ /ˈæɡ.rɪ.kəl.tʃər/	Agricultura urbana e periurbana
<i>Imperialism</i>	/ɪmˈpi.ər.i.ə.li.zəm/	Imperialismo
<i>Dependence</i>	/diˈpen.dəns/	Dependência
<i>Development</i>	/diˈvel.əp.mənt/	Desenvolvimento
<i>Human Security</i>	/ˈhjuː.mən/ /sɪˈkjʊərəti/	Segurança humana, segurança de pessoas
<i>Nuclear Disarmament</i>	/ˈnjuː.klɪə dɪsˈɑːməmənt/	Desarmamento nuclear
<i>Postmodern Theories</i>	/ˌpəʊstˈmɒd.ən/ /ˈθiəriz/	Teorias pós-modernas

Apresento em seguida a tabela com um resumo das respostas dos pesquisadores a questões direcionadas aos primeiros critérios sobre as keywords e, em seguida, questões relacionadas ao conceito de *palavração* (de forma a situar os leitores). Nas explicações sobre suas *keywords*, é importante lembrar que alguns respondentes estabeleceram relações entre elas (especialmente Andrès e Francisco), explicaram as formas como elas se complementam ou compõem sua pesquisa e, no caso de Francisco, reforçou a importância de seus estudos conjugados para a ressimbolização necessária dos conceitos-chave. Assim, buscarei ser fiel às avaliações dos respondentes. No entanto, de cada um, foi possível observar que uma das palavras estaria mais próxima das premissas sugeridas pelos autores aqui estudados sobre o conceito de *keywords*, e nesse ponto então entram minhas análises e escolhas argumentadas em cada caso em seu respectivo capítulo (por meio dos requisitos previstos nos conceitos de *keywords* e *palavração*).

Tabela 2 – questões e respostas dos participantes em relação aos tópicos que delimitariam o conceito de *keyword*, de Williams.

<i>Respondentes</i>	<b>KEYWORDS</b> - pertença(m) a um grupo de palavras relacionadas entre si e que tipicamente ocorrem em conjunto em suas pesquisas, textos ou áreas de trabalho	<b>KEYWORDS</b> - apresentam em suas áreas múltiplos significados (noutras situações ou na própria pesquisa), mas acabam condicionadas a um significado atual dominante	<b>KEYWORDS</b> - apresenta(m) um status de palavras ou conceitos indicativos de conceitos sociais, práticas e normas e ordens ou mesmo temas específicos de estudos	<b>KEYWORDS</b> - têm seus significados contestáveis, cujo entendimento requiera uma análise profunda
<i>Inácio</i>	<i>Participatory design, user-centred design e requirement(s) analysis</i>	<i>Nenhum dos três “individualmente esses conceitos são muito bem consolidados, não têm múltiplos significados” (Inácio, entrevista 1)</i>	<i>Participatory design, user-centred design, requirement(s) análises (especialmente participatory design como conceito social)</i>	<i>Participatory design, user-centred design, requirement(s) analysis</i>
<i>Marielle</i>	<i>Food sovereignty e agroecology</i>	<i>Food Sovereignty</i>	<i>Food sovereignty e agroecology</i>	<i>Agroecology</i>
<i>Francisco</i>	<i>Imperialism, Dependence e Development</i>	<i>Imperialism, Dependence e Development</i>	<i>Imperialism, Dependence e Development</i>	<i>Imperialism, Dependence e Development</i>
<i>Andrès</i>	<i>Human security, nuclear disarmament e postmodern theories</i>	<i>Human security e (um pouco) postmodern theories</i>	<i>Human security, nuclear disarmament e postmodern theories (tema de estudo)</i>	<i>Human security, nuclear disarmament e postmodern theories</i>

Acredito que o diálogo com as propostas freirianias ocorra particularmente quando os pesquisadores retiraram as *keywords* de seus contextos de pesquisa como forma de reflexo de suas realidades, bem como no momento em que as palavras entram em contato com a reflexão pedagógica de gerar novos mundos (refração), de pronunciar novas realidades. Ou seja, além de observar o potencial controverso e de tensão de vozes previsto nos requisitos das *keywords*, convidei os respondentes a pensarem sobre o *reflexo* da realidade social e sobre a potencialidade dessas palavras sobre essa realidade (refração). Assim, a pesquisa do universo vocabular pôde, a meu ver, dialogar com o potencial heteroglóssico das *keywords*, no sentido de que essa potencialidade auxiliasse os cidadãos (estudantes e pesquisadores em ILA, neste caso) a dizerem suas próprias palavras e assumirem suas funções de sujeito de suas histórias. Ou ainda, buscamos ressimbolizar palavras já pronunciadas por outros que questionaram, nalgum momento, suas práticas hegemônicas. Enfatizo que a potencialidade das *keywords*, apontada pelos respondentes nessa etapa da entrevista, influenciou fortemente a *escolha* dos conceitos analisados. Segue assim a tabela com o resumo das respostas dos pesquisadores sobre as palavras geradoras:

Tabela 3 – questões e respostas dos participantes sobre a relação das *keywords* com o conceito de palavração ou de palavras geradoras, de Freire.

<i>Respondentes</i>	<i>PALAVRAÇÃO-PALAVRAS GERADORAS</i> estão próximas da realidade em que vivem ou observam. Se sim, qual/quais?	<i>PALAVRAÇÃO-PALAVRAS GERADORAS</i> é/são capaz(es) de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa para os estudantes ou mesmo os pesquisadores
<i>Inácio</i>	<i>Requirement analysis</i> estaria, segundo Inácio, presente em qualquer desenvolvimento de software. Ele percebe mais ausência do que presença de <b><i>Participatory design</i></b> e <i>User-centred design</i>	<i>Requirement(s) analysis</i> , <b><i>participatory design</i></b> e <i>user-centred design</i>
<i>Marielle</i>	<i>Urban and peri-urban agriculture</i>	<i>Agroecology</i> <b><i>Food Sovereignty</i></b>
<i>Francisco</i>	<b><i>Imperialism</i></b> , <i>Dependence</i> e <i>Development</i>	Entende que <b><i>imperialism</i></b> e <i>dependence</i> captem conceitualmente as relações existentes. Para haver um avanço, as pessoas teriam de entender essas relações. Já <i>development</i> seria uma forma de superar tais relações. Ele diz: “ <i>Então há uma dupla função nesses conceitos: uma que percebe as contradições, os obstáculos, né, e a outra que projeta, né, uma alternativa, certo? Então essa é que é a relação entre esses conceitos</i> ” (Francisco, entrevista 2)
<i>Andrès</i>	<b><i>Human security</i></b> , <i>nuclear disarmament</i> e <i>postmodern theories</i>	<b><i>Human security</i></b> , <i>nuclear disarmament</i> e <i>postmodern theories</i>

Enfim, após muitos comprometimentos e concessões relacionadas aos limites humanos de análise, seleciono abaixo quatro *keywords* consideradas (por mim e pelos pesquisadores respondentes) fundamentais em processos de ELI emancipatórios num contexto brasileiro contemporâneo. Procuo abaixo demonstrar, quando ocorre, quão fortes, difíceis ou persuasivas seriam tais *keywords* num cotidiano (especialmente acadêmico) de ILA. Acredito por fim que, dentre muitas outras, elas possam ser caracterizadas como comuns em descrições de áreas mais amplas de pensamento. Sendo ou não usadas por pessoas na rua ou em contextos mais ou menos prosaicos, suas forças temáticas subjacentes justificam seu fortalecimento em contexto de ILA. Como explicou Paterson em sua análise sobre Williams, poucas delas seriam de fato usadas no cotidiano, com exceção do ambiente acadêmico talvez, mas sua influência permitiria ampliar contextos temáticos de resistência, de emancipação em ILA e, portanto, defendo-as como fundamentais em nossos tempos e busco esclarecer os porquês dessa defesa ao final de cada leitura.

### **5.2.1 Participatory design como prática revolucionária**

Como apontado por Inácio, *Participatory design (PD)*, *user-centred design e requirement(s) analysis* são um grupo de palavras relacionadas entre si e que tipicamente ocorrem em conjunto em pesquisas, textos ou áreas de trabalho. Ainda (ao responder minha questão sobre a presença das palavras no cotidiano), ele reconhece a ausência dos termos *PD* e *User-centred design* em seu cotidiano acadêmico, mas entende *PD* como um conceito social, bem como um conceito cujo significado requeira uma análise profunda. Dessa forma, introduzo esta palavra-chave, *PD*, oriunda da área de Ciência da Computação como base nesta pesquisa, ressaltando sua notoriedade social, seu diálogo com inúmeras disciplinas e, como também apontado por Inácio, sua capacidade de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa.

Retomo aqui as considerações de Pires (1998) sobre o Ensino em convívio com uma contradição interna: por um lado, a serviço da manutenção das elites e, por outro, a serviço da formação de criticidade. Concordo com a autora quando ela sugere que o conhecimento escolar vem sendo estabelecido de forma tão fragmentada quanto a organização social do trabalho industrial, o que em última instância forma um humano alienado e desumanizado (Pires, 1998). Na contracorrente dessa organização disciplinar, ressalto o caráter fortemente interdisciplinar de *participatory design*, *keyword* proveniente de lutas trabalhistas sociohistóricas ligadas ao desenvolvimento tecnológico da computação.

No contexto computacional, Muller (2007) explica que são necessárias novas formas de pensamento e métodos de abertura para trazer novas vozes aos diálogos. Igualmente, ele crê que trazer conhecimentos e perspectivas de usuários para especificações e designs computacionais exigiriam os mesmos esforços (Muller, 2007, p.3). A partir dessa premissa, ele define *Participatory design* como “*a set of theories, practices, and studies related to end-users as full participants in activities leading to software and hardware computer products*

*and computer-based activities*<sup>62</sup> (Muller, 2007, p.4). Ainda, o autor observa a potencialidade interdisciplinar da área circundante em relação ao termo, explicando que esse campo extraordinariamente diversificado se vale de experiências em diversos países em áreas como “*user-centered design, graphic design, software engineering, architecture, public policy, psychology, anthropology, sociology, labor studies, communication studies, and political science*”<sup>63</sup> (Muller, 2007, p.4). A introdução de PD teria ocorrido, segundo ele, num contexto político, como parte do movimento de democracia no local de trabalho escandinavo. Os primeiros trabalhos teriam tomado forma a partir de experimentos conduzidos por pesquisadores universitários em alianças com o trabalho organizado. Ele conta que estudos mais recentes consideraram explicitamente questões adicionais de justiça social, como design inclusivo, necessidades das mulheres, sensibilidade cultural, desafios de deficiências e questões mais gerais de exclusão relacionadas à raça, à idade, ao gênero ou à classe (Muller, 2007, p.4). É mister observar aqui que, quando se trata do campo das tecnologias, além das questões humanas relacionadas a gênero, raça e classe, fazem-se notórios os diálogos sobre etarismo, uma vez que se reconhecem, por exemplo, as dificuldades de gerações inteiras em relação ao rápido desenvolvimento das áreas computacionais.

Spinuzzi (2005) acrescenta que esse surgimento na Escandinávia teria ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, motivado por um compromisso marxista de promover a democracia no local de trabalho. Seria então uma pesquisa declaradamente política, visando a fornecer uma abordagem que permitisse aos desenvolvedores de *software* refinar novas tecnologias de forma colaborativa com os trabalhadores (Spinuzzi, 2005, p.165). O autor acredita que o termo deva ser compreendido especificamente como *pesquisa*, com sua própria metodologia, e não como uma abordagem apenas com envolvimento do usuário:

*Participatory design is research. Although it has sometimes been seen as a design approach characterized by user involvement (Johnson 1998), participatory design has its own highly articulated methodological orientation, methods, and techniques, just as does participatory action research, the approach on which it is based (Glesne 1998). Implementations of participatory design do vary in their attention to rigor and validity (Spinuzzi in press), but they all reflect a commitment to sustained, methodical investigation according to grounded methodological principles*<sup>64</sup> (Spinuzzi, 2005, p.163-164).

62 um conjunto de teorias, práticas e estudos relacionados aos usuários finais como participantes plenos em atividades direcionadas a produtos de software e hardware de computador e a atividades baseadas em computador

63 design centrado no usuário, design gráfico, engenharia de software, arquitetura, políticas públicas, psicologia, antropologia, sociologia, estudos do trabalho, estudos de comunicação e ciência política

64 Design Participativo é pesquisa. Embora às vezes tenha sido visto como uma abordagem de design caracterizada pelo envolvimento do usuário (Johnson 1998), o Design Participativo tem sua própria orientação metodológica, métodos e técnicas altamente articuladas, assim como a pesquisa-ação participativa, abordagem na qual se baseia (Glesne 1998). As implementações do design participativo variam em sua atenção ao rigor e validade (Spinuzzi no prelo), mas todas refletem um compromisso com a investigação metódica e sustentada de acordo com princípios metodológicos fundamentados.

Para ele, era importante delimitar essa caracterização do termo como pesquisa devido a sua seriedade metodológica. Assim como Muller, ele reconhece o diálogo da área com outros campos do saber, pois *PD* seria tanto sobre design em si mesmo como produção de artefatos, organizações de trabalho e conhecimento prático quanto sobre a pesquisa:

*In this methodology, design is research. That is, although participatory design draws on various research methods (such as ethnographic observations, interviews, analysis of artifacts, and sometimes protocol analysis), these methods are always used to iteratively construct the emerging design, which itself simultaneously constitutes and elicits the research results as co-interpreted by the designer-researchers and the participants who will use the design*<sup>65</sup> (Spinuzzi, 2005, p.163-164).

Nesse aspecto, os artefatos resultantes do trabalho de *PD* ocorreriam tanto durante o levantamento de dados, gerando pesquisas (inclusive etnográficas e sociológicas), quanto após a elaboração do design em si. O envolvimento das áreas se torna frutífero em todas as etapas do processo. Kensing e Blomberg (1998) também advogam pelo aspecto de pesquisa da área e pontuam que seja uma prática em processo de evolução:

*Participatory Design is a maturing field of research and an evolving practice among design professionals. PD researchers explore conditions for user participation in the design and introduction of computer-based systems at work. The first international PD conference was held in Seattle in 1990 and since then PD conferences have been held in the United States every second year. These biennial conferences were preceded by conferences in Europe that focused on worker participation in technology design. PD conferences have attracted researchers concerned "...with a more human, creative, and effective relationship between those involved in technology's design and its use, and in that way between technology and the human activities that provide technological systems with their reason for being"* (Suchman, 1993)<sup>66</sup> (Kensing; Blomberg, 1998).

Dessa forma, seja pela visão de pesquisa ou como por um conjunto de teorias, *PD* conta uma notável história sobre as razões para sua implementação, bem como um potencial de transformação social fortemente aplicável no campo das pesquisas computacio-

65 Nessa metodologia, design é pesquisa. Ou seja, embora o design participativo se baseie em vários métodos de pesquisa (como observações etnográficas, entrevistas, análise de artefatos e, às vezes, análise de protocolos), esses métodos são sempre usados para construir iterativamente o design emergente, que simultaneamente constitui e elicia os resultados da pesquisa como co-interpretados pelos designers-pesquisadores e pelos participantes que usarão o design.

66 O Design Participativo é um campo de pesquisa em amadurecimento e uma prática em evolução entre os profissionais de design. Os pesquisadores de DP exploram as condições para a participação do usuário no projeto e na introdução de sistemas baseados em computador no trabalho. A primeira conferência internacional de PD foi realizada em Seattle em 1990 e, desde então, as conferências de PD têm sido realizadas nos Estados Unidos a cada dois anos. Tais conferências bienais foram precedidas por conferências na Europa que focaram na participação do trabalhador no design de tecnologia. As conferências de PD têm atraído pesquisadores preocupados com "uma relação mais humana, criativa e efetiva entre os envolvidos no projeto da tecnologia e seu uso, e assim entre a tecnologia e as atividades humanas que dão aos sistemas tecnológicos sua razão de ser".

nais e humanas. Toda a discussão sobre sua aplicação também propaga a participação da pesquisa na vida cotidiana dos trabalhadores em circunstâncias trabalhistas como a de sua origem. Como os autores concordam, *PD* pode ser visto como prática, teoria, pesquisa com sua própria metodologia, mas sempre direcionado ao usuário final como participante ativo nas atividades de desenvolvimento de software e atividades de base computacional. Sua interação intensa com outros campos de estudos confere-lhe ainda um caráter interdisciplinar. O respeito e a valorização dos direitos dos usuários é aparentemente um tema comum dos pesquisadores da área. Por isso Inácio enfatiza a importância de sua valorização dentro da universidade pública, uma vez que, segundo ele mesmo, a iniciativa privada não teria interesse em desenvolver produtos cujo olhar se voltasse a públicos mais vulneráveis.

Outro aspecto do termo é seu uso no cotidiano. Embora Patterson também tenha notado que não se trata necessariamente, no caso das *keywords* de Williams, de um cotidiano do cidadão comum, pois tais palavras não seriam facilmente encontradas num café a não ser que este estivesse num campus universitário, o próprio levantamento da questão sobre o *PD* gerou uma reflexão interessante no entrevistado, uma vez que ele reconheceu a provável ausência dessa discussão e, com isso, a observação sobre o papel social do pesquisador e do cientista da computação nas universidades públicas:

*Eu não vou dizer que não tem, mas vou dizer que não percebo, tá? Então assim, e por isso que eu a... eu entendo que é papel do cientista da computação de uma universidade pública colocar isso, colocar a importância do usuário, a importância de ele participar da concepção e... "ah mas pra todo mundo?" Não, eu não vou conseguir incluir milhões de pessoas que fazem parte de um perfil que vai usar um software, mas eu posso incluir pessoas. [...] Então, é uma forma que eu vejo de, até como a militância, né, de colocar as pessoas no processo de desenvolvimento de software, e que tome conta ali de questões que fazem parte dos valores das pessoas, fato que eu não percebo nos grandes softwares das grandes multinacionais. (Inácio, entrevista 1).*

Nesse aspecto, é importante ressaltar que, no Brasil, as universidades públicas são mantidas predominantemente pelo Estado, em grande maioria por Ensino gratuito de excelência, e elas têm suas vagas bastante concorridas por terem seu potencial de pesquisa, ensino e extensão mais bem classificados no país.

Ao encontro das afirmações de Inácio, é notável que *PD* tenha vindo exatamente de uma demanda da classe trabalhadora como resposta às práticas tradicionais de design computacionais, reverberando assim no desenvolvimento científico em diálogo com a necessidade de transformação social. Ou seja, as forças centrífugas da linguagem apontadas por Bakhtin se manifestam fortemente na criação contra-hegemônica desse conceito socialmente constitutivo, uma vez que potencialmente reflete uma demanda trabalhista ocorrida na esfera das relações sociais, nas demandas da classe trabalhadora e potencialmente refrata uma busca por transformação sociopolítica de participação de usuários no



desenho dos sistemas computadorizados. Ainda, ao refletir (ou mesmo refratar) tal demanda, essa *keyword* intensifica seu potencial de palavra geradora de novas realidades.

Em observações etimológicas, *PD* poderia ser desmembrada (embora seu significado como *keyword* esteja vinculado ao *cluster*), e *participatory* estaria, desde sua origem no inglês, aliada aos traços semânticos da participação social:

**participatory** (adj.) “sharing, having a share or part in common with others,” 1833, from *participate* + -ory. *Participatory democracy* is attested by 1965, a term from student protests and mass demonstrations, contrasted with *representative democracy*. The formulation of the idea, if not the phrase, seems to trace to U.S. progressive political writer Walter Lippmann (1889-1974)<sup>67</sup>(OED, 2001-2024).

Por sua vez, *design* estaria atrelado ao desenho, ao modelo e seus derivados semânticos, inclusive no sentido de projeto, ideia proposital de se fazer algo ou de agir de alguma forma específica:

**design** (n.) 1580s, “a scheme or plan in the mind,” from French *dessein*, *desseing* “purpose, project, design,” from the verb in French (see *design* (v.)). Especially “an intention to act in some particular way,” often to do something harmful or illegal (1704); compare *designing*. Meaning “adoption of means to an end” is from 1660s<sup>68</sup> (OED, 2001-2024).

Já no contexto discursivo artístico, sua origem estaria mais atrelada ao desenho marcado, ao signo *per se*:

In art, “a drawing, especially an outline,” 1630s. The artistic sense was taken into French as *dessin* from Italian *disegno*, from *disegnare* “to mark out,” from Latin *designare* “mark out, devise, choose, designate, appoint” (which is also ultimately the source of the English verb), from *de* “out” (see *de-*) + *signare* “to mark,” from *signum* “identifying mark, sign” (see *sign* (n.))<sup>69</sup> (OED, 2001-2002).

Enquanto em francês tais significados foram levemente diferenciados (*dessein*, *dessin*), mantiveram-se no inglês ambas as ideias (de projeto e de artefato) atreladas ao mesmo signo:

67 **participativo** (adj.) “partilhar, ter uma parte ou parte em comum com outros”, 1833, de *participar* + -ivo. A democracia participativa é atestada em 1965, termo oriundo de protestos estudantis e manifestações de massa, em contraste com a democracia representativa. A formulação da ideia, se não a frase, parece remontar ao escritor político progressista norte-americano Walter Lippmann (1889-1974).

68 *Design* (n.) – substantivo. Dos anos 1580, “um esquema ou plano na mente”, do francês *dessein*, *desseing* “propósito, projeto, design”, do verbo em francês (ver *design* (v.)). Especialmente “uma intenção de agir de alguma maneira particular”, muitas vezes para fazer algo prejudicial ou ilegal (1704); comparar o projeto. O significado de “adoção de meios para um fim” é de 1660.

69 Na arte, “um desenho, especialmente um contorno”, década de 1630. O sentido artístico foi levado para o francês como *dessin* do italiano *disegno*, de *disegnare* “marcar”, do latim *designare* “marcar, conceber, escolher, designar, nomear” (que também é, em última análise, a fonte do verbo inglês), de *de* “out” (ver *de-*) + *signare* “marcar”, de *signum* “marca identificadora, sinal” (ver *sign* (n.)).

*[T]he artistic sense was taken into Fr. and gradually differentiated in spelling, so that in mod.F. *dessein* is ‘purpose, plan’, *dessin* ‘design in art’. Eng. on the contrary uses *design*, conformed to the verb, in both senses. [...]*

*Design is not the offspring of idle fancy; it is the studied result of accumulative observation and delightful habit. [Ruskin, “Modern Manufacture and Design,” 1859]<sup>70</sup> (OED, 2001-2002).*

Em *PD*, a manutenção de ambos os significados vai ao encontro da conformidade semântica do termo, pois prevê tanto as intenções e ações por trás dos projetos quanto o desenho computacional final, produzido com a participação das pessoas que deverão utilizá-lo. A importância do caráter constitutivo do termo em inglês se beneficia, portanto, de sua polissemia menos especificada e dividida. Ademais, a utilização do *cluster PD* estava relacionada, como explicam Kensing e Blomberg (1998), tanto a um campo de pesquisa como ao campo de prática laboral em desenvolvimento. Segundo eles, desde o início *PD* tem sido desenvolvido com a preocupação explícita com a política de design de sistemas, especialmente aos sistemas de computador (*design*) e à distribuição do poder no trabalho (*participatory*). Eles explicam que *PD* teria passado por reconceituações ao longo do tempo desde o início de sua pesquisa em 1970, a qual se teria motivado exatamente como reação à introdução dos sistemas computacionais no trabalho e aos efeitos deletérios que ela causava nos trabalhadores na forma que ocorria. Essa introdução teria sido central no debate na Escandinávia e na Alemanha sobre o espaço ocupado pela democracia industrial nos ambientes de trabalho modernos (Kensing; Blomberg, 1998, p.169). Esse argumento então fomentaria a pesquisa, pois os pesquisadores acreditavam que os computadores introduzidos acabavam por aumentar o controle sobre a força de trabalho em vez de melhorar suas condições, assim trabalhadores e sindicatos temiam que essa introdução reduzisse seu controle sobre sua situação imediata, o planejamento e a administração do trabalho de produção (Kensing; Blomberg, 1998, p.169). Outra preocupação dos trabalhadores também se relacionava à possibilidade de redução da mão-de-obra, o que na contemporaneidade podemos concluir como ressalva bastante pertinente. Os autores apontam que, mesmo que em muitos países europeus houvesse leis e acordos obrigando a cooperação entre administração e trabalhadores em relação à introdução de novas tecnologias, havia poucos meios de os trabalhadores influenciarem de fato o curso dessas implementações. A pesquisa então começa a dialogar diretamente com os trabalhadores e a narrativa trabalhista ao redor de *PD* se construía a partir de lutas sociais:

*Although laws and agreements were in place in many European countries that mandated cooperation between management and workers over the introduction of new technologies,*

---

70 [O] sentido artístico foi levado ao francês e gradualmente diferenciado na ortografia, de modo que no francês moderno *dessein* é ‘propósito, plano’, *dessin* ‘design na arte’. Em inglês, ao contrário, usa-se *design*, de acordo com o verbo, em ambos os sentidos. [...]

O design não é fruto de fantasias ociosas; é o resultado estudado da observação cumulativa e do hábito agradável. [Ruskin, “*Modern Manufacture and Design*”, 1859].

*in reality workers found few ways to influence the course of technology intervention. Researchers who were concerned that only the interests of management were being served by the design and introduction of new technologies established relations with trade unions. The intention was to build up technical and organizational competence among workers and shop stewards in order to strengthen their position at the bargaining table (Nygaard, 1979). This strategy to rebalance the power of workers and management was first experimented with in Norway (Kensing; Blomberg, 1998, p.169)<sup>71</sup>.*

É importante observar aqui a contribuição dos pesquisadores no sentido de se reconhecerem também como trabalhadores, lutando pela distribuição de poder de sua classe (e não como se fossem de uma classe diferente devido à natureza intelectual de suas atividades). O desenvolvimento do termo e das ações relacionadas a ele, portanto, derivam também da conscientização sociopolítica dos acadêmicos envolvidos em sua elaboração. E a partir de tais colaborações trabalhistas, as ações ao redor do termo espalharam-se então pela Europa:

*Finally, they helped formulate and advocate the adoption of laws and agreements concerning union rights in relation to the introduction of computer based systems (Arena C). Soon other European countries were adopting this strategy and developing it within their own sociopolitical context. The main assumption guiding collaborations between researchers and workers was that if workers and their local trade unions built up knowledge about the relations between technology and work, formulated their goals, and developed local and national strategies for giving voice to their interests, workers would be able to assert greater control over their working conditions<sup>72</sup>(Kensing; Blomberg, 1998, p.169).*

Por tais características, Inácio enfatiza o *PD* como o termo de notável carga social dentre os três indicados por ele, pois as relações envolvidas em seu desenvolvimento são exatamente as relações sociais humanas em suas mais diversas peculiaridades. Dessa forma, além de se desenvolver a partir dessas relações, a utilização do *PD* também atua na distribuição de poder no local de trabalho (ou mesmo noutros locais a partir de sua expansão). A inserção das tecnologias no mercado capitalista, se não intervencionada por forças

71 Embora houvesse leis e acordos em vigor em muitos países europeus exigindo a cooperação entre gestão e trabalhadores na introdução de novas tecnologias, na realidade os trabalhadores encontravam poucas formas de influenciar o curso da intervenção tecnológica. Pesquisadores preocupados com que apenas os interesses da administração estivessem sendo atendidos pelo design e na introdução de novas tecnologias estabeleceram relações com os sindicatos. A intenção era construir competência técnica e organizacional entre trabalhadores e delegados sindicais para fortalecer sua posição na mesa de negociação (Nygaard, 1979). Essa estratégia para reequilibrar o poder dos trabalhadores e da administração foi experimentada pela primeira vez na Noruega.

72 Finalmente, ajudaram a formular e defender a adoção de leis e acordos concernentes aos direitos sindicais em relação à introdução de sistemas baseados em computador (Arena C). Logo outros países europeus foram adotando e desenvolvendo essa estratégia dentro de seu próprio contexto sociopolítico. O principal pressuposto que orientava as colaborações entre pesquisadores e trabalhadores era de que, se os trabalhadores e seus sindicatos locais construíssem conhecimento sobre as relações entre tecnologia e trabalho, formulassem seus objetivos e desenvolvessem estratégias locais e nacionais para dar voz aos seus interesses, os trabalhadores seriam capazes de garantir maior controle sobre suas condições de trabalho.

contra-hegemônicas, tende a priorizar o acúmulo de capital em detrimento do bem-estar da população e dos trabalhadores, portanto esta palavra-chave vem na contramão das consequências nocivas do capital. Kensing and Blomberg (1998) explicam que, nos EUA, por exemplo, devido a um clima socioeconômico diferente e onde os debates sobre a democracia industrial não eram tão prevalentes, os pesquisadores precisaram buscar alternativas para pontuar o *PD*. Alguns teriam utilizado pesquisas que reconheciam o aumento do controle gerencial:

*Some researchers built on the work of Braverman (1974), Noble (1977) and Winner (1977) in recognizing that computer-based systems and the processes through which they were designed and implemented tend to increase managerial control (see e.g. Greenbaum, 1976; Clement, 1994). Others, starting from a critique of specific techniques used to create more user-friendly systems (Blomberg et al., 1993; Holtzblatt and Jones, 1993; Muller, 1993; Muller et al., 1995), developed strategies for direct worker participation in decisions about the shape and character of technology interventions<sup>73</sup> (Kensing; Blomberg, 1998. p.171).*

Naturalmente onde o capitalismo se propaga de forma mais abrangente e mais calçada nos valores neoliberais (como os EUA), os obstáculos enfrentados por esse tipo de inovação são maiores. Os autores ainda pontuam que, por meio desses esforços, os pesquisadores aumentaram a conscientização sobre as consequências da exclusão das vozes dos trabalhadores nas considerações de tecnologia. Eles acreditam que, com exceção do projeto CSCW (o qual insere predominantemente discussões sobre tecnologia e estudos do local de trabalho), a *PD* em si não tende a definir-se pelo tipo de trabalho nem pelas tecnologias desenvolvidas, mas por uma crença na participação dos trabalhadores no design, bem como num esforço de reequilibrar as relações de poder entre utilizadores e técnicos e entre trabalhadores e gestores. Com isso, *PD* apresenta uma agenda de mudança política, com conferências marcadas por debates acalorados e divididos entre o foco da comunidade em questões de design de tecnologia e o foco no fortalecimento da democracia no local de trabalho (Kensing; Blomberg, 1998. p.171). Além disso, eles explicam que, para alguns pesquisadores de *PD*, são insuficientes os projetos nos quais os trabalhadores têm apenas a contribuição relacionada com o fornecimento de habilidades e experiências de trabalho:

*Participatory design projects have varied with respect to how and why workers have participated. At one end of the spectrum, worker participation is limited to providing designers with access to workers' skills and experiences. The workers have little or no control over the design process or its outcome. Here projects are initiated at the behest of managers*

---

73 Alguns pesquisadores se basearam no trabalho de Braverman (1974), Noble (1977) e Winner (1977) ao reconhecer que os sistemas baseados em computador e os processos pelos quais foram projetados e implementados tendem a aumentar o controle gerencial (por exemplo, Greenbaum, 1976; Clemente, 1994). Outros, partindo de uma crítica a técnicas específicas utilizadas para criar sistemas mais amigáveis (Blomberg et al., 1993; Holtzblatt e Jones, 1993; Muller, 1993; Muller et al., 1995), desenvolveram estratégias para a participação direta do trabalhador nas decisões sobre a forma e o caráter das intervenções tecnológicas.

*or design professionals. Workers are asked to participate in those aspects of the project where their input is viewed as valuable (e.g. description of current work practices and testing/evaluation of technology) but left out of most technology-related decisions. This limited level of participation is viewed by many PD researchers as insufficient to meet the goals of a participatory design project. What is missing is a commitment to the possibility of real worker influence over the direction and outcome of the technology design effort (Greenbaum, 1996)<sup>74</sup> (Kensing; Blomberg, 1998, p.172).*

Especialmente por suas características interdisciplinares e por sua origem em demandas e lutas sociais de classe, acredito que introduzir *keywords* como *PD* num contexto de ELI, ao menos como temática geradora no Brasil, seria uma de muitas formas de incentivar diálogos propulsionados pelas forças contra-hegemônicas da linguagem. Por sua origem em pesquisas da área de Informática, Ciência da Computação e correlatas, ela deriva de uma realidade acadêmica que promete nos acompanhar pelos próximos séculos se a humanidade puder sobreviver a seus próprios desastres planetários. Entendo tal palavra-chave como fundamental, portanto, pelo que ela aporta de potencial gerador e pelo estudo dos demais conceitos a ela atrelados, dos quais menciono especialmente: *artifacts, computer-based activities, graphic design, software engineering, computer-based systems, participatory action research, technology design, technological systems, user-centred design e requirement analysis* (estas últimas como sugere Inácio). Todo o diálogo sobre as interações entre humanos e computadores viriam atreladas ao estudo de *PD*, com um olhar sobre o trabalhador como centro do processo de design tecnológico, especialmente em detrimento de uma visão profundamente neoliberal sobre o desenvolvimento tecnológico como forma de manipulação da população para o acúmulo contínuo de capital em poder de um percentual ínfimo de pessoas.

Ademais, do ponto de vista pedagógico e metodológico dos Letramentos, *PD* nos convida necessariamente a uma observação sobre o processo de criação a partir da participação ativa daqueles que utilizam o instrumento final (em ILA, a língua) e nos convida a uma observação sobre o fazer educativo. A ideia de língua como sistema aqui não se perde ou se deteriora totalmente, mas se refaz como mutável, em andamento, em progresso e convida os estudantes a essa participação ativa na criação de artefatos. A participação dos trabalhadores na montagem dos designs coloca-se paralela à participação dos estudantes e do educador no processo educativo linguístico e expressa o caráter revolucionário dessa prática.

---

74 Os projetos de design participativo variam em relação a como e por que os trabalhadores participam. Em uma extremidade do espectro, a participação dos trabalhadores é limitada a fornecer aos designers acesso às habilidades e experiências dos trabalhadores. Os trabalhadores têm pouco ou nenhum controle sobre o processo de design ou seu resultado. Aqui os projetos são iniciados a pedido de gerentes ou profissionais de design. Os trabalhadores são convidados a participar dos aspectos do projeto em que suas contribuições são consideradas valiosas (por exemplo, descrição das práticas de trabalho atuais e teste/avaliação da tecnologia), mas deixadas de fora da maioria das decisões relacionadas à tecnologia. Este nível limitado de participação é visto por muitos pesquisadores de PD como insuficiente para atingir os objetivos de um projeto de design participativo. O que falta é um compromisso com a possibilidade de influência real do trabalhador sobre a direção e o resultado do esforço de design de tecnologia (Greenbaum, 1996).

### 5.2.2 *Food Sovereignty: alimentação dos povos e políticas da terra*

Assim como ocorre com *PD* na área de computação, a própria constituição discursiva de *food sovereignty* é uma resposta de forças contra-hegemônicas da classe trabalhadora às formas de organização e produção capitalistas modernas em relação aos alimentos. Da mesma forma que ocorre em *PD*, entendo essa temática como um convite ao pensamento do processo educativo linguístico, pois além de propor um novo desenho ao mapa das desigualdades alimentares, esse tema toca nas feridas sociais mais profundas, a fome e a distribuição desigual da terra. Mais especificamente, o conceito vem responder às demandas das comunidades ameaçadas pelas estruturas de sistemas agroalimentares. Substancialmente, Marielle explica que:

*[...]de fato, a soberania alimentar, o que ela coloca na verdade é que ela olha pro sistema alimentar, né, o sistema agroalimentar, mas ela trata na verdade de uma mudança no funcionamento da sociedade, na estrutura social, porque a ideia [...]é [que] a terra não tenha um dono, a semente não tenha... dono, os recursos naturais de forma geral não sejam de uma pessoa, ou de uma empresa. Então ela ... a soberania alimentar, ela coloca as questões da coletividade acima do... das questões econômicas, e... coloca que as práticas devem primar pela cultura local, respeitando a cultura e aquela sociedade local mesmo, por isso que a soberania alimentar, ela procura olhar pra comunidade mesmo, pra que esteja personalizado é... pra que não se repliquem práticas e imponham alimentos, métodos de produção, método de consumo padronizados no mundo inteiro (Marielle, entrevista 1).*

Na direção da fala de Marielle, Pimbert (2009) contextualiza que sistemas alimentares locais fornecem os alimentos de base nutricional das pessoas pelo mundo e, ao mesmo tempo, mantém a subsistência das comunidades locais que trabalham nessa área. Tais sistemas forneceriam a subsistência de mais de 2.5 bilhões de agricultores, habitantes de florestas, pastores e pescadores pelo planeta, mas apesar de exercer esse papel, estariam ameaçados por dois processos principais: o primeiro processo seria a reestruturação global dos sistemas agroalimentares com a monopolização da cadeia alimentar, o que acabaria minando a soberania das populações locais; o segundo seria a agenda de desenvolvimento moderna, visada por organizações como o Banco Mundial e a Fundação Gates, pois para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (*Millennium Development Goals*), essa agenda busca a redução do número de pessoas envolvidas na produção de alimentos (transferindo-as para os empregos de manufatura e serviços). O autor acrescenta que o movimento pela soberania alimentar teria surgido como uma resposta a essas pautas, visando garantir o direito dos trabalhadores de definirem seus próprios modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos (Pimbert, 2009, p.2). Novamente estamos diante de uma palavra que não apenas se constrói dentro de um ambiente de luta, especialmente de classes, gênero e raciais neste caso, mas que também se coloca como instrumento material e intelectual de transformação social, de mudança de curso de interesses

hegemônicos no sentido de dar voz e poder à classe trabalhadora envolvida na produção alimentar (classe aqui representada por agricultores, povos indígenas e pastores).

Quanto às discussões acerca da pacificação do significado do termo, Marielle entende que o conceito de *food sovereignty* seja ainda novo, por ter sido pautado pela Via Campesina em 1996. Ela pontua que:

*[...] o conceito de soberania alimentar, ele é um conceito muito novo, ele foi colocado pela Via Campesina em 1996, e é um conceito ainda em construção, ainda tem... tem muita, é... cada texto que você pega, ele tem uma definição um pouquinho diferente um do outro, mas o que é unanimidade assim, o que em todos os textos, apesar das descrições diferentes do que seja soberania alimentar, o que é pacificado entre todos que usam a soberania alimentar é que ela é um conceito político, e ela se contrapõe ao conceito de segurança alimentar, que é o conceito hegemônico, o conceito dominante é... que as pessoas mais usam e mais conhecem é o de segurança alimentar, que é um conceito que foi muito divulgado pela ONU, é um conceito que, se você vê naqueles ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que tem muita divulgação, aparece na TV, aparece em prêmios é... é o conceito de segurança alimentar (Marielle, entrevista 1).*

É interessante a pesquisadora destacar exatamente a contraposição do conceito em relação ao hegemônico, *soberania alimentar (food security)*. Patel (2009) procura dirimir as dificuldades conceituais numa sessão sobre sua etimologia. Para ele, o problema do termo seria particularmente sua definição saturada, pois haveria muitas versões, resultando num prejuízo de seu entendimento. Essa saturação seria um sintoma da própria *food sovereignty*, entrelaçada [como também Marielle nos informa] no tecido da ideia de *food security*. Por acreditar que algumas contradições do conceito sejam válidas de explorar, o autor contrasta exatamente o conceito de *food security*, contra o qual *food sovereignty* viria sistematizar-se. Analisando sua evolução, Patel conclui que *food security* evitou discutir o controle social do sistema alimentar, pois com este termo seria possível manter tal *secutiry* dentro de uma prisão ou sob uma ditadura. Do ponto de vista do Estado, a ausência de especificação sobre a forma como *food security* deveria ocorrer era um tipo de “bom senso diplomático”, segundo o autor. Ele acrescenta que no auge do ajuste estrutural e de outras políticas com o efeito de destruir o campesinato das áreas rurais sob a bandeira do aumento da segurança alimentar, a Via Campesina já cobrava uma discussão sobre os arranjos políticos internos como necessária (Patel, 2009). Essa insatisfação dos agentes envolvidos em relação à abrangência do conceito vem acalorar o debate sobre os interesses subjacentes a tal limitação do conceito hegemônico, especialmente em relação à forma como essa *segurança alimentar* seria atingida. De acordo com o posicionamento da Via campesina, Patel defende que a manutenção da segurança alimentar a longo prazo dependeria exatamente daqueles que produzem alimentos cuidando do meio ambiente. Para ele, como direito humano básico, a alimentação só poderia ser realizada num sistema em que a soberania alimentar fosse garantida, sendo esta o direito de cada nação de manter e desenvolver sua



própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva do local (Patel, 2009). Toda a ideia desenvolvimentista do agronegócio sobre as produções locais seria então questionada por esse ponto de vista relacionado à *food sovereignty*, o que transforma o conceito numa verdadeira ameaça aos interesses do monopólio capitalista agrícola. Na mesma direção, e talvez explicando as razões de tal conceito parecer saturado, o Comitê de Planejamento Internacional para a Soberania Alimentar (sigla em inglês: *IPCFS*) apresenta um manual estabelecendo seis pilares fundamentais para a *food sovereignty* e, em seguida, define o conceito de forma mais sucinta.

O primeiro desses pilares é o foco na alimentação para as pessoas nas regiões diversificadas, buscando evitar a transformação do alimento em mercadoria. O caderno do *IPCFS* explica que:

*Focus on food for people: the right to food, which is healthy and culturally appropriate, is the basic legal demand underpinning food sovereignty. Guaranteeing it requires policies which support diversified food production in each region and country. Food is not simply another commodity to be traded or speculated on for profit*<sup>75</sup>(*IPCFS*, 2020).

Dessa forma, o primeiro pilar ainda se coloca como aquele que mais fortemente dialoga com a ideia de *food security*, pois prioriza o foco da garantia de alimentação para as pessoas. No entanto, esse pilar já reconhece mais precisamente a necessidade de observar essa alimentação como direito e não como mercadoria a ser vendida e comprada, algo que o conceito de *food security* não protagoniza, permitindo que a lógica de mercado permaneça sobressalente nas relações humanas alimentares. Nos últimos séculos, os resultados dessa lógica sobre os processos de distribuição social dos alimentos (como as lógicas de colonialidade) condenaram milhares de pessoas à miséria. Assim, por mais que *food security* proponha uma discussão sobre a questão, ela não entra exatamente no problema da lógica nefasta por trás de toda organização social do trabalho ao redor do alimento.

O segundo pilar do caderno vai adiante, pois estaria calcado na valorização dos provedores de alimento, reconhecendo a ameaça do agronegócio, da violência nele envolvida e a desvalorização do trabalho e dos direitos, especialmente das mulheres, no campo. Esse pilar particularmente reconhece o racismo, o patriarcado e as demais relações de poder envolvidas nas atividades da alimentação, reforçando a necessidade de direitos trabalhistas e de dignidade aos trabalhadores dessas áreas:

*Value food providers: many smallholder farmers suffer violence, marginalization and racism from corporate landowners and governments. People are often pushed off their land by mining concerns or agribusiness. Agricultural workers can face severe exploitation and even bonded labour. Although women produce most of the food in the global South, their role*

---

75 Focar na alimentação para as pessoas: o direito à alimentação saudável e culturalmente adequada é a exigência legal básica que sustenta a soberania alimentar. Garantir isso requer políticas que apoiem a produção diversificada de alimentos em cada região e país. A comida não é simplesmente mais uma mercadoria a ser negociada ou especulada com fins lucrativos.

*and knowledge are often ignored, and their rights to resources and as workers are violated. Food sovereignty asserts food providers' right to live and work in dignity*<sup>76</sup>(IPCFS, 2020).

Ainda questionando o modo de produção hegemônico, o terceiro pilar da *food sovereignty* viria na contracorrente da tendência de os produtos alimentares de melhor qualidade serem feitos para exportação nos países mais pobres, limitando o acesso da população local a esses alimentos devido às estratégias de mercado. Esse pilar fortaleceria as provisões locais em detrimento das práticas de comercialização em grande escala para exportação, cujos objetivos impedem a proteção dos países sobre sua própria produção alimentar. Este pilar então *localiza* os sistemas alimentares:

*Localize food systems: food must be seen primarily as sustenance for the community and only secondarily as something to be traded. Under food sovereignty, local and regional provision takes precedence over supplying distant markets, and export-orientated agriculture is rejected. The 'free trade' policies which prevent developing countries from protecting their own agriculture, for example through subsidies and tariffs, are also inimical to food sovereignty*<sup>77</sup> (IPCFS, 2020).

A precedência da provisão local e regional coloca-se como uma ameaça ao agronegócio exatamente por rejeitar a agricultura orientada exclusivamente para a exportação. Por óbvia que pareça essa demanda, nos países do sul global ela se faz necessária devido à lógica da exploração colonial ainda em andamento (lógica que dialoga com a próxima *keyword*, *imperialism*). Para contextualizar essa ideia da colonialidade na produção dos alimentos, Guimarães (2021) menciona as relações da necropolítica (política de morte de governos conservadores) com os indígenas e suas terras no Brasil durante o governo federal de 2019 a 2022. Ela explica como todo o processo de produção alimentar indígena se contrapõe ao mercado capitalista e, portanto, torna-se uma ameaça a este:

O modo de vida indígena e sua rede de cuidado, a forma de manejo da floresta e de produção de alimento, construídos nos territórios, são afrontas ao capitalismo estatal que é uma versão da colonialidade. De acordo com Rita Segato, para enfrentar um Estado de morte, como o atual governo federal [referindo-se ao governo Bolsonaro], é preciso colocar no centro da luta a vida, mas uma vida solidária,

76 Valorizar provedores de alimentos: muitos pequenos agricultores sofrem violência, marginalização e racismo de proprietários de terras e governos corporativos. As pessoas são muitas vezes expulsas de suas terras por razão de mineração ou agronegócio. Os trabalhadores agrícolas podem enfrentar exploração severa e até mesmo trabalho escravo. Embora mulheres produzam a maior parte dos alimentos no Sul global, seu papel e reconhecimento são frequentemente ignorados e são violados seus direitos aos recursos e seus direitos como trabalhadoras. A soberania alimentar afirma o direito dos fornecedores de alimentos de viver e trabalhar com dignidade.

77 Localizar os sistemas alimentares: os alimentos devem ser vistos principalmente como sustento para a comunidade e apenas secundariamente como algo a ser comercializado. Sob a soberania alimentar, a provisão local e regional tem precedência sobre o abastecimento de mercados distantes, e a agricultura orientada para a exportação é rejeitada. As políticas de “livre comércio” que impedem os países em desenvolvimento de proteger sua própria agricultura, por exemplo, por meio de subsídios e tarifas, também são hostis à soberania alimentar.

no sentido de buscar decisões coletivas e refletir coletivamente, se abrir para um devir indígena. Por isso, o mundo indígena é um obstáculo ao capital estatal, que planeja invadir e impor grandes projetos aos territórios indígenas. Apresenta-se como um local de resistência, que escapa dos controles dessa instância por ser radicalmente comunitário (Guimarães, 2021).

Ao reconhecer essas contradições entre o modelo capitalista e o modelo indígena, por exemplo, a perseguição aos habitantes originários das Américas se coloca como fundamental desde o extermínio de ideias sobre formas comunitárias de vida, de organização política e alimentar até o extermínio real desses povos por meio de políticas chamadas *austeras* e desenvolvimentistas. Mencionando o líder indígena Krenak, a autora ainda explica como a manutenção da ética desses povos possibilitou a existência de florestas, agora então amplamente destruídas pela lógica colonial:

Como afirma Ailton Krenak, no documentário *Guerras do Brasil*, os povos indígenas fizeram esses grandes jardins que são as florestas, como, por exemplo, a Mata Atlântica encontrada pelos primeiros portugueses. E isso ocorreu devido ao modo como estabeleceram relações éticas – base dessas relações comunitárias – com os seres da floresta, com os rios, com a terra, com os animais etc. Os Sanõma vivenciam essa ética da moderação que é orquestrada pelos xamãs na floresta Amazônica. Esses cuidam para que os Sanõma transitem por determinados territórios, façam suas caçadas, pesquem, mas sem provocar o genocídio de qualquer criatura. Por conseguinte, fazem isso de forma moderada – caso contrário, esse acordo ético estabelecido entre essas diversas criaturas se quebraria e uma guerra ou revides por meio de adoecimentos aconteceriam. A vida Sanõma, como de vários outros povos indígenas, segue essa ética da moderação também no cotidiano, por meio de ações conjuntas (Guimarães, 2021).

É importante ressaltar que não se trata aqui de um engajamento em qualquer tipo de nativismo ou exaltação de todas as formas e culturas indígenas, mas sim de um reconhecimento de muitos de hábitos sociais que privilegiem a manutenção da saúde ambiental em detrimento da expansão territorial e da exploração animal e humana. Não é por acaso que uma das maiores tragédias humanitárias e ambientais do Brasil tenha sido desencadeada no período de 2019-2022 (e ainda em curso até o momento devido a sua gravidade) nas terras Yanomamis. Uma crise causada por desnutrição, Covid-19, malária, pneumonia, verminoses e principalmente violência causada por garimpeiros ilegais “na maior terra indígena do Brasil, onde vivem cerca de 28 mil Yanomami” (Coll; Menezes, 2023). O atual governo federal (gestão 2023-2026) decretou em 2023 o estado de emergência e convoca até 2024 voluntários para atuação no local:

“Estamos vendo um filme que é repeteco de algo que já ocorreu”, diz a antropóloga Marta Maria Azevedo, que foi presidente da Fundação Nacional dos Povos Indí-

genas (Funai) entre 2012 e 2013, é pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Unicamp e professora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Ela compara a situação atual ao que aconteceu no final da década de 1980, quando cerca de 40 mil garimpeiros invadiram o território Yanomani e desencadearam uma crise sanitária que dizimou cerca de 14% da população, estimada, na época, em 30 mil indígenas. Apesar do histórico de exploração mineral e de constantes invasões ao território Yanomani, Marta avalia que, nos governos anteriores ao de Jair Bolsonaro, “a terra ficou razoavelmente protegida de garimpeiros, embora sempre tivesse a entrada de um ou outro pela estrada”. Na gestão Bolsonaro, veio a suspensão de assistência de saúde indígena e a falta de cuidados durante a pandemia de covid-19, diz a antropóloga, que atuou no projeto União Amazonas Viva criado pelo fotógrafo Sebastião Salgado (Coll; Menezes, 2023).

Ou seja, nas chamadas políticas de *austeridade* dos governos conservadores, o abandono consistente às terras indígenas e à proteção desses povos é sintomático, causando tragédias humanas e ambientais próprias de uma política intransigente de expropriação de terras e de exploração dos seres mais vulneráveis como os povos originários e as florestas.

Assim, em busca de uma ética de moderação exploratória, ergue-se o quarto pilar do caderno contra a privatização das propriedades locais por meio de contratos comerciais ou regimes de propriedade intelectual:

*Keep control local: food sovereignty places control over territory, land, grazing, water, seeds, livestock and fish populations on local food providers and respects their rights. They can use and share them in socially and environmentally sustainable ways which conserve diversity. Privatization of such resources, for example through intellectual property rights regimes or commercial contracts, is explicitly rejected*<sup>78</sup> (IPCFS, 2020).

O quinto pilar seria a construção de pesquisas apropriadas para o apoio aos conhecimentos agrícolas locais em detrimento de tecnologias que prejudicam a capacidade dos fornecedores de alimentos:

*Build knowledge and skills: technologies, such as genetic engineering, that undermine food providers' ability to develop and pass on knowledge and skills needed for localized food systems are rejected. Instead, food sovereignty calls for appropriate research systems to support the development of agricultural knowledge and skills*<sup>79</sup> (IPCFS, 2020).

78 Manter o controle local: a soberania alimentar coloca o controle sobre território, terra, pastagens, água, sementes, gado e populações de peixes nos fornecedores locais de alimentos e respeita seus direitos. Eles podem usá-los e compartilhá-los de maneira social e ambientalmente sustentável que conserve a diversidade. A privatização de tais recursos, por exemplo, por meio de regimes de direitos de propriedade intelectual ou contratos comerciais, é explicitamente rejeitada.

79 Construir conhecimento e habilidades: são rejeitadas tecnologias, como a engenharia genética, que prejudicam a capacidade dos fornecedores de alimentos de desenvolver e transmitir conhecimentos e habilidades necessárias para

Assim, o sexto e talvez o mais emergencial de todos os pilares diante da hecatombe ambiental que enfrentamos, seria o respeito à natureza na produção de alimentos, rejeitando métodos corrosivos tanto à alimentação da população quanto ao ambiente. A proposta desse pilar é o trabalho com a natureza, pois *food sovereignty* requer necessariamente: “*production and distribution systems that protect natural resources and reduce greenhouse gas emissions, avoiding energy-intensive industrial methods that damage the environment and the health of those that inhabit it*”<sup>80</sup> (IPCFS, 2020). Por fim, e resumindo todas essas caracterizações presentes nos seis pilares, o manual oferece uma definição de *food sovereignty*, explicando detalhadamente seu conceito:

*Food sovereignty is the right of peoples to healthy and culturally appropriate food produced through ecologically sound and sustainable methods, and their right to define their own food and agriculture systems. It puts the aspirations and needs of those who produce, distribute and consume food at the heart of food systems and policies, rather than the demands of markets and corporations. It defends the interests and inclusion of the next generation. It offers a strategy to resist and dismantle the current corporate trade and food regime, and provides direction for food, farming, pastoral and fishery systems determined by local producers and consumers*<sup>81</sup> (IPCFS, 2020).

Aquilo que a soberania alimentar prioriza também é explicitado como “*local and national economies and markets, empowering peasant-and family-farmer-driven agriculture, artisanal fishing, pastoralist-led grazing, and food production*”<sup>82</sup>(IPCFS, 2020). Essa prioridade ocorreria por meio do suporte a “*food processing, distribution and consumption based on environmental, social and economic sustainability*”<sup>83</sup>(IPCFS, 2020), promovendo:

*[...] transparent trade that guarantees just incomes and a living wage to all people involved, as well as the rights of consumers to assume responsibility for their food and nutrition. It ensures that the rights to use and manage lands, territories, waters, seeds, livestock*

---

sistemas alimentares localizados. Em vez disso, a soberania alimentar exige sistemas de pesquisa apropriados para apoiar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades agrícolas.

80 sistemas de produção e distribuição que protejam os recursos naturais e reduzam as emissões de gases de efeito estufa, evitando métodos industriais intensivos em energia que prejudicam o meio ambiente e a saúde daqueles que o habitam.

81 A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ela coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, em vez de demandas de mercados e corporações. Ela defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o atual regime de comércio e alimentação corporativo e fornece orientação para sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e pesqueiros determinados por produtores e consumidores locais.

82 economias e mercados locais e nacionais, fortalecendo a agricultura dirigida por camponeses e agricultores familiares, a pesca artesanal, o pastoreio e a produção de alimentos

83 o processamento, distribuição e consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica

*and biodiversity are in the hands of those who produce food. Food sovereignty implies new social relations free of oppression and inequality between men and women, peoples, racial groups, social and economic classes and generations*<sup>84</sup> (IFPS, 2020).

Pimbert (2009) organiza seu artigo na direção da defesa de *food sovereignty* para que possamos, como planeta, alcançar mais democracia, maior participação cidadã na formulação de políticas para a agricultura, maior inclusão de vozes marginalizadas do campo e, na mesma direção da cartilha, ele advoga pela criação de conselhos locais e por pesquisas democratizadas de inovação local:

*[...] achieving food sovereignty will entail a fundamental shift away from the industrial and neo-liberal paradigm for food and agriculture towards:*

- *More direct democracy and greater citizen participation in framing policies for food and agriculture; respecting and including the voices of the very poor and marginalised (especially women).*
- *Federations of elected citizen-based local councils linking villages, towns, neighbourhoods, local economies and ecological units to act as a significant counter-power to the state and transnational corporations.*
- *Democratised research and strong networks of local innovators.*
- *Reformed and equitable access and resource use rights, including land, water, forests, seeds and the means of production.*
- *Re-localised and resilient food systems based on agro-ecology, eco-literacy and circular economy models*<sup>85</sup> (Pimbert, 2009, p.2).

Diante de tais elucidações sobre o conceito de *food sovereignty*, bem como a observação de todo o debate acerca do tema, acredito que essa *keyword* seja particularmente um reflexo do pensamento humano especializado sobre sua realidade. Da mesma forma, creio que ela tenha o potencial de agir sobre a realidade de maneira produtiva dentro dos processos envolvidos na ELI. Recolhida, então, de sua realidade social para a análise

---

84 o comércio transparente que garante renda justa e um salário digno a todas as pessoas envolvidas, bem como o direito dos consumidores de assumir a responsabilidade por sua alimentação e nutrição. Ela garante que os direitos de uso e manejo de terras, territórios, águas, sementes, pecuária e biodiversidade estejam nas mãos de quem produz alimentos. A soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes e gerações sociais e econômicas.

85 [...] alcançar a soberania alimentar implicará uma mudança fundamental do paradigma industrial e neoliberal para alimentação e agricultura em direção a: • Mais democracia direta e maior participação cidadã na formulação de políticas para alimentação e agricultura; respeitando e incluindo as vozes dos muito pobres e marginalizados (especialmente as mulheres). • Federações de conselhos locais eleitos por cidadãos que ligam aldeias, cidades, bairros, economias locais e unidades ecológicas para atuar como um contrapoder significativo ao Estado e às corporações transnacionais. • Pesquisa democratizada e redes fortes de inovadores locais. • Direitos reformados e equitativos de acesso e uso de recursos, incluindo terra, água, florestas, sementes e meios de produção. • Sistemas alimentares realocados e resilientes baseados em modelos de agroecologia, eco-alfabetização e economia circular.

linguística, acredito que *food sovereignty* tenha ainda o potencial gerador de um posicionamento ativo sobre a formação discursiva de estudantes que compõem corpos situados de cidadania e participação social. Estudar a *food sovereignty* num contexto de ELI, assim, seria uma forma de incentivar conceitos propulsionados pelas forças centrífugas da linguagem, pelas vozes dissonantes dos discursos hegemônicos, especialmente em ILA. Advogo para que isso ocorra tanto pelo que o próprio conceito aporta de potencial gerador quanto pelo potencial de estudo dos demais conceitos a ele atrelados, como *agribusiness*, (*export-orientated, peasant-and family-farmer-driven*) *agriculture*, *agroecology* (como sugere Marielle), *agricultural workers, agri-food systems, artisanal fishing, biodiversity, bonded labour, commodity, (commercial) contracts, (corporate) landowners, class* (presente inclusive entre as *keywords* de Williams), *consumer, (developing) countries, dignity, diversity, exploitation, farming, fish populations, food (chain, production, distribution, consumption, security, provider, processing), (genetic) engineering, human right(s), inclusion, inequality, (indigenous) peoples, land, livestock, marginalization, manufacturing, market, monopoly, (modernist) development, natural environment, nutrition, oppression, (pastoralist-led) grazing, ('free trade') policies, profit, provision, privatization, racism, resources, seeds, subsidies, struggle, speculation, (smallholder) farmer, (social, economic) sustainability, (transnational) corporation, territory, trade, technologies, violence, water*. Por essas observações, entendo que *food sovereignty* seja, além de uma *keyword* digna de (re)conhecimento por parte dos aprendentes em ELI, uma palavra geradora de novos mundos, com potencial de pronúncia de novas realidades no contexto de ELI, especialmente por palavrear a alimentação dos povos e as políticas da terra.

### 5.2.3 *Imperialism e Empire: bases das relações sociolinguísticas*

Em sua entrevista (em 2020), Francisco apresenta *Imperialism* como *keyword* especialmente no tocante às relações de países do Sul e do Norte global. Isso nos remonta a uma manutenção conceitual das relações internacionais com resquícios profundos de características imperiais e coloniais. Tais disputas e vozes se mantêm na língua devido a sua heteroglossia, conforme discutimos com Bakhtin e as ideias de seu círculo.

Traçando uma linha evolutiva e filológica do termo, Williams nos ensina que *imperialism* teria sido desenvolvida como palavra durante metade do século XIX, sendo o adjetivo *imperialist* mais antigo, datando do século XVII; enquanto *imperial* estaria no inglês desde o século XIV no sentido de “*command or supreme power*”<sup>86</sup> (Williams, 2013, p.159). Mais detalhadamente, ele conta que *imperialism*, e *imperialist* desenvolveram-se em inglês depois de 1870 e o significado de *imperialism* sempre esteve em meio a alguma disputa [assim como vimos com o *cluster food sovereignty*]:

*Its meaning was always in some dispute, as different justifications and glosses were given to a system of organised colonial trade and organised colonial rule. The argument within England was sharply altered by the evident emergence of rival imperialisms. There were*

86 comando ou poder supremo



*arguments for and against the military control of colonies to keep them within a single economic, usually protectionist system. There was also a sustained political campaign to equate imperialism with modern civilization and a ‘civilizing mission’<sup>87</sup> (Williams, 2013, p.159).*

Patterson e Holborow já haviam mencionado essa característica de disputa semântica nas *keywords* de Williams (caps 6 e 6.1). Em seus traços de sentido, no entanto, ressaltam a inevitabilidade contemporânea de sua ligação com o conceito de *colonial*, bem como da ideia de *proteccionism, modernity e civilization*. Isso ocorre particularmente porque essa missão supostamente *civilizatória* na contemporaneidade repercute numa crítica profunda ao redor do *ethos* de universalização das ações chamadas *modernizantes*, pois como já mencionei anteriormente, a ideia de *selvagens* foi utilizada para que o genocídio dos povos originários fosse justificado em nome de uma suposta *civilização modernizante*. Em suma, a exploração de recursos naturais e humanos, a escravização de povos e o subjugo destes aos valores de comunidades mais bem equipadas com recursos bélicos e econômicos historicamente se mantiveram inclusive por meio da valorização hegemônica de processos chamados *civilizatórios* do imperialismo.

Em meio às forças reacionárias, o controle militar também ainda aparece na contemporaneidade como opção de caráter persecutório, especialmente em relação à Educação e ao próprio poder executivo, como ocorreu no Brasil nos anos 2018 a 2022 em relação a vários cargos nomeados para militares pelo ex-presidente de extrema direita. Aos 12 de julho de 2022, a revista *exame* publicou a notícia de um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) sobre as inúmeras irregularidades envolvidas nas nomeações de militares pelo então presidente. Na notícia, eles explicam que:

“Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou indícios de irregularidades na situação de mais de 2,3 mil militares que ocupam cargos no governo federal. Entre os problemas identificados pelo levantamento estão remunerações que extrapolam o teto constitucional e falta de amparo legal para exercer função de agente civil.” Ainda, sobre o aumento da quantidade dessas nomeações no então governo: “A presença de militares em cargos civis mais que dobrou no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) e chegou a um total de 6.157 postos da administração federal em 2020, segundo o último levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU)” (AGÊNCIA O GLOBO, 2021).

Ou seja, na prática o controle do Estado por meio da força militar é repetidamente trazido à tona como opção de manutenção conservadora do imperialismo, mesmo que na teoria haja uma busca discursiva pela argumentação salvacionista.

87 Seu significado sempre esteve nalguma disputa, pois diferentes justificativas e glosas foram dadas a um sistema de comércio colonial organizado e a um domínio colonial organizado. O argumento dentro da Inglaterra foi profundamente alterado pela evidente emergência de *imperialismos rivais*. Havia argumentos a favor e contra o controle militar das colônias para mantê-las dentro de um único sistema econômico, geralmente protecionista. Houve também uma campanha política sustentada para equiparar o imperialismo à civilização moderna e a uma “missão civilizadora”.

Williams também conta que o termo teria adquirido uma nova e específica conotação no século XX pela obra de escritores que relacionaram o imperialismo moderno a um estágio particular de desenvolvimento da economia capitalista. Ele observa [assim como ocorre com as *keywords* mais clássicas em sua obra, como *ideology* ou *materialism*] que o principal efeito no seu uso teria sido uma incerteza ou até ambiguidade entre ênfases num sistema político e num sistema econômico, pois, como é normalmente definida na Inglaterra do século XIX, *imperialism* é principalmente um sistema político no qual colônias são governadas a partir de um centro imperial por razões econômicas, então a concessão subsequente de independência ou autogoverno a essas colônias poderia ser descrita como “o fim do imperialismo” (Williams, 2013, p.159). Se observado exclusivamente pela concepção política, portanto, as chamadas *independências* oficialmente promulgadas das colônias seriam suficientes para finalizar o que se conhece por imperialismo. No entanto, além do aspecto oficial político como organização social dos Estados, o termo abrange também seus pressupostos econômicos e ideológicos, como ele explica:

*[...] if imperialism is understood primarily as an economic system of external investment and the penetration and control of markets and sources of raw materials, political changes in the status of colonies or former colonies will not greatly affect description of the continuing economic system as imperialist. In current political argument the ambiguity is often confusing. This is especially the case with ‘American imperialism’, where the primarily political reference is less relevant, especially if it carries the C19 sense of direct government from an imperial centre, but where the primarily economic reference, with implications of consequent indirect or manipulated political and military control, is still exact<sup>88</sup> (Williams, 2013, p.159-160).*

Nesse aspecto, Francisco também argumenta sobre a importância do entendimento de *dependency* como cooperante para o sentido de *imperialism*, uma vez que a compreensão mais abrangente do termo (com suas raízes econômicas) poderia avançar o combate ao imperialismo de fato:

*Bom, acho que imperialismo e dependência captam conceitualmente as relações que existem, então para poder ter algum avanço, teria que entender essas relações. O termo desenvolvimento é... feito corretamente, enfim seria a maneira de superar, né, essas relações. Então há uma dupla função nesses conceitos: uma que percebe as contradições, os obstáculos, né, e a outra que projeta, né, uma alternativa, certo? Então essa é que é a relação entre esses conceitos (Francisco, entrevista 2, grifos meus).*

88 [...] se o imperialismo é entendido principalmente como um sistema econômico de investimento externo e a penetração e controle de mercados e fontes de matérias-primas, mudanças políticas no status das colônias ou ex-colônias não afetarão muito a descrição do sistema econômico contínuo como imperialista. No atual argumento político, a ambiguidade é muitas vezes confusa. Este é especialmente o caso do ‘American imperialism’ (imperialismo americano), em que a referência primordialmente política é menos relevante, especialmente se carrega o sentido do século XIX de um governo direto de um centro imperial, mas em que a referência primordialmente econômica, com implicações de consequente controle político e militar, indireto ou manipulado, ainda é exata.

Diante de tais complexidades, surgem também conceitos relacionados aos novos imperialismos e novas colonialidades. Williams explica que o *neo-imperialism* e especialmente *neo-colonialism* estavam sendo amplamente utilizados a partir do século XX para descrever este último tipo de imperialismo [e ainda em nosso século XXI como observamos, embora falemos mais de colonialidade, *coloniality*, como nova forma de colonialismo do que neo-colonialismo especificamente]. Ao mesmo tempo, ele conta que uma variação do sentido foi revivida em contra descrições do “imperialismo soviético” e, na versão chinesa, “imperialismo social”, para descrever a natureza política ou econômica das relações de a URSS com seus ‘satélites’ (Williams, 2013, p.160). Embora tais usos mal cheguem ao conhecimento comum ou a uma conversa de lanchonete (e se ausentem especialmente durante os estudos de língua), é justamente esse reflexo das disputas semânticas ao seu redor que reforça a caracterização do termo como *keyword* no sentido de Williams:

*Thus the same powerful word, now used almost universally in a negative sense, is employed to indicate radically different and consciously opposed political and economic systems. But as in the case of DEMOCRACY (q.v.), which is used in a positive sense to describe, from particular positions, radically different and consciously opposed political systems, imperialism, like any word which refers to fundamental social and political conflicts, cannot be reduced, semantically, to a single proper meaning. Its important historical and contemporary variations of meaning point to real processes which have to be studied in their own terms<sup>89</sup> (Williams, 2013, p.160)*

Assim, a depender do período histórico e do contexto em que é usado (bem como das intenções subjacentes a seu uso), o termo adquire novas ou retoma antigas descrições se aproximando de uma carga mais ou menos *negativa*, por assim dizer. Atualmente existe quase um consenso sobre o termo a partir de sua base econômica, mas sustentando um poder ideológico importante na dimensão cultural, até porque a quantidade de relações imperialistas com tais características predomina sobre o conceito relacionado ao Estado oficialmente imperial. Se remontarmos à primeira geração de autores que dissertam sobre o conceito, vale ressaltar Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo. É particularmente do ponto de vista econômico que se iniciam suas discussões propriamente acerca do tema como o entendemos na atualidade. Em 1927, Lenin defende que o imperialismo seja o estágio mais alto do capitalismo, e advoga que, especialmente após as guerras de 1898 e de 1899-1902, as literaturas econômicas e políticas teriam adotado o termo para caracterizar a época [então] contemporânea. Em sua análise, ele menciona autores que te-

89 Assim, a mesma poderosa palavra, agora usada quase universalmente em sentido negativo, é empregada para indicar sistemas políticos e econômicos radicalmente diferentes e conscientemente opostos. No entanto, como ocorre no caso da DEMOCRACIA, que é usada em sentido positivo para descrever, a partir de posições particulares, sistemas políticos radicalmente diferentes e conscientemente opostos, o imperialismo, como qualquer palavra que se refere a conflitos sociais e políticos fundamentais, não pode ser reduzido, semanticamente, a um único significado próprio. Suas importantes variações históricas e contemporâneas de significado apontam para processos reais que devem ser estudados em seus próprios termos.

riam descrito com precisão as principais características econômicas e políticas do termo, mas critica enfaticamente o ponto de vista do reformismo social burguês e do pacifismo, como seria para ele o caso de Kautsky (o qual Williams viria também a mencionar em suas *keywords* com *imperialism*). Lenin organiza seu tratado sobre imperialismo primeiramente avaliando a concentração da produção de monopólios como traço característico do capitalismo, com forte explanação sobre o papel do capital financeiro e dos bancos na manutenção da concentração de riqueza em financistas milionários (Lenin, 1927, p.17). Como resultado nessa história dos monopólios, ele conclui que nos anos 1960 e 1970 ocorre o estágio mais alto e mais avançado do desenvolvimento da livre concorrência com os monopólios como embriões pouco discerníveis. Com cartéis se tornando um dos fundamentos de toda a vida econômica, o capitalismo teria sido então transformado em imperialismo. Em seguida, ele analisa o capital financeiro e a oligarquia financeira, a exportação de capitais, a divisão do mundo entre as grandes potências com uma extensão das posses coloniais (Lenin, 1927, p.81). Aqui, ressalto a importância de uma definição proposta por ele sobre o termo, lembrando que sua análise ocorre a partir da economia política, e o próprio autor faz questão de fazer tais ressalvas durante sua escrita. Ele acredita que, apesar do valor condicional e relativo das definições, as quais não incluem todas as conexões de um fenômeno [como busco explicar nesta tese, em especial observando a palavra como signo ideológico por excelência], haveria cinco características essenciais a uma possível definição de imperialismo, quais sejam,

- (1) a concentração da produção e do capital (monopólios desempenhando papel decisivo na vida econômica);
- (2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação de uma oligarquia financeira;
- (3) a exportação de capital e sua crescente importância [na então modernidade de onde ele escreve, e não diferindo de nossa contemporaneidade];
- (4) as combinações monopolistas internacionais de capitalistas, dividindo o mundo e, finalmente,
- (5) a conclusão da divisão territorial do mundo pelas potências capitalistas (Lenin, 1927, p.81-82).

Esta última representando, por sua vez, aquilo que hoje entenderíamos como as *linhas abissais* entre humanos e *não tão humanos* do ideário hegemônico, linhas essas propostas por Sousa Santos como uma forma de análise das relações humanas na contemporaneidade (vide Sousa Santos, 2007). Numa análise semântica, Lenin define *Imperialism* como:

*Imperialism is capitalism in that stage of development in which the domination of monopolies and finance capital has taken shape; in which the export of capital has acquired pronounced importance; in which the division of the world by the international trusts has*

*begun, and in which the partition of all the territory of the earth by the greatest capitalist countries has been completed*<sup>90</sup>(Lenin, 1927, p.82).

As linhas geográficas contemporâneas, naquele momento traçadas por meio de “fiadores internacionais” (*international treats*), ainda se desenham a partir daquela distribuição geral de riquezas e misérias de seus acordos. Lenin também produz estatísticas para detalhar o limite do desenvolvimento do capital bancário e a forma como ocorreria a mudança da quantidade para qualidade do capitalismo desenvolvido no imperialismo. Todas as fronteiras na natureza e na sociedade seriam condicionais e mutáveis e, por isso, ele crê que seria absurdo discutir o ano exato ou a década em que o imperialismo teria sido estabelecido definitivamente, embora as aproximações terminológicas propostas por Williams sobre *imperial* e derivados se nos façam interessantes no estudo linguístico.

Em seguida, Lenin explora a ideia de parasitismo e a decadência do capitalismo, ruando para sua crítica do imperialismo, na qual os “acadêmicos burgueses” de seu tempo defenderiam o conceito de forma velada, escondendo suas raízes e concentrando a atenção em aspectos de importância secundária, apresentando esquemas de reformas consideradas ineficazes e ilusórias pelo autor, mesmo quando disfarçadas de “ciências” ou de “lógica” (Lenin, 1927, p.99). Nesse ponto, embora tenhamos nele uma representação fortemente revolucionária, resalto especialmente de sua fala o fato de acadêmicos burgueses *esconderem* as raízes do imperialismo, ou defenderem seus princípios *de forma velada*. Essa ação de esconder nos fala muito sobre o potencial dessa *keyword*.

*Imperialism* não se tornou uma palavra popular a ser ouvida em lanchonetes ou bares, e a complexidade de sua significação acabaria por dissipá-la no meio acadêmico das ciências sociais. Assim, como observamos nas relações pedagógicas referentes ao ILA no Brasil, ele se encontra por trás (bem escondido) de toda a *magia* propagandeada nas razões para o estudo da língua (globalização, conectividade, acesso, mundialização e quebra de fronteiras). Jamais iniciamos uma discussão sobre as razões para se aprender inglês a partir de um tema como: *Imperialism and coloniality*, mesmo diante da fundamentação de tais temas como causa primordial nessa realidade. A ideia do outro *exemplar* não vem acompanhada do estudo sobre o imperialismo, mas os valores deste se escondem por trás das lógicas globalizantes propostas nos processos de ILA.

Voltando ao desenvolvimento semântico do termo, é interessante ainda observar as contribuições de Luxemburgo (1972). Ela explica que, na época em que Marx fizera a análise da acumulação [O Capital especificamente havia sido escrito em 1867], não havia ainda entrado no cenário mundial o conceito de *imperialism* (Luxemburgo, 1972) propriamente. Ao encontro da análise de Lenin, ela advoga que o capital teria sido impulsionado desde seus primórdios a expandir-se em nações não capitalistas, ela acredita que o capital

---

90 O imperialismo é o capitalismo naquele estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu pronunciada importância; em que começou a divisão do mundo pelos fiadores internacionais e em que se completou a partilha de todo o território da terra pelos maiores países capitalistas.

tenha sido impulsionado desde o início à expansão para nações não capitalistas, arruinando o artesanato e o campesinato, proletarizando intermediários e desenvolvendo a política colonial, a política de “abertura” e exportação de capital [muito próxima de nossa ideia de globalização] (Luxemburg, 1972). Ademais:

*The development of capitalism has been possible only through constant expansion into new domains of production and new countries. But the global drive to expand leads to a collision between capital and pre-capitalist forms of society, resulting in violence, war, revolution: in brief, catastrophes from start to finish, the vital element of capitalism<sup>91</sup>(Luxemburg, 1972).*

A ideia de *imperialism* começa então a delinear-se antes mesmo do conceito propriamente, a partir da expansão necessária ao acúmulo de capital pela expropriação e pela exploração dos seres. Para a autora, essa expansão da acumulação ocorre exatamente às custas de países dominados, levando o mundo ao domínio mundial e exclusivo da produção capitalista. Ainda, Luxemburgo acredita que, alcançado esse domínio, o modelo de Marx se corrobora, pois uma maior expansão do capital torna-se impossível [considerando especialmente a finitude do planeta, embora os autores não utilizem esses termos]. Conforme a teoria marxista, portanto o capitalismo não poderia mais funcionar como veículo histórico para o desdobramento das forças produtivas, pois atingiria seu limite econômico objetivo (Luxemburg, 1972). Chegamos então à contradição do capitalismo proposta por Marx e a seu modelo de insolubilidade:

*The contradiction in Marx’s model of accumulation is, seen dialectically, only the living contradiction between the boundless expansionist drive and the limit capital creates for itself through progressive destruction of all other forms of production; it is the contradiction between the huge productive forces which it awakens throughout the world during the process of accumulation and the narrow basis to which it is confined by the laws of accumulation. Marx’s model of accumulation – when properly understood – is precisely in its insolubility the exact prognosis of the economically unavoidable downfall of capitalism as a result of the imperialist process of expansion whose specific task it is to realize Marx’s assumption: the general and undivided rule of capital<sup>92</sup>(Luxemburg, 1972).*

---

91 O desenvolvimento do capitalismo só foi possível pela expansão constante em novos domínios de produção e novos países. Porém, o impulso global de expansão leva a uma colisão entre o capital e as formas pré-capitalistas da sociedade, resultando em violência, guerra, revolução: em suma, catástrofes do início ao fim, o elemento vital do capitalismo.

92 A contradição no modelo de acumulação de Marx é vista dialeticamente, apenas a contradição viva entre o impulso expansionista sem limites e o limite que o capital cria para si mesmo por meio da destruição progressiva de todas as outras formas de produção; é a contradição entre as enormes forças produtivas que ela desperta em todo o mundo durante o processo de acumulação e a base estreita à qual está confinada pelas leis da acumulação. O modelo de acumulação de Marx – quando bem entendido – é precisamente em sua insolubilidade o prognóstico exato da queda economicamente inevitável do capitalismo como resultado do processo de expansão imperialista cuja tarefa específica é realizar o pressuposto de Marx: a regra geral e indivisa do capital.

Desde essa primeira geração de autores, o imperialismo seria então concebido como o ápice do capitalismo. No entanto, sua expansão seria, para Luxemburgo, uma maneira de estabelecer um limite à sua própria existência, uma vez que seu desenvolvimento só poderia resultar em enormes catástrofes (exatamente como observamos em relação à atualidade deste início de século XXI, entendendo a miséria, a pandemia, as emergências climáticas e a violência como reais catástrofes). Assim como fez Lênin nalguns momentos de sua crítica (embora este mantenha sua direção mais exclusivamente a análises econômicas), a autora ressalta e se dirige a uma observação política das condições envolvidas no conceito de *modern imperialism*, concluindo que este não seria o prelúdio da expansão do capital, mas sim o último capítulo do seu processo histórico de expansão, ou seja, a competição mundial acirrada entre os estados capitalistas pelas últimas áreas não capitalistas restantes do planeta (Luxemburg, 1972). A autora ressalta então a sobressalência do processo colonial exploratório das Américas e das grandes guerras para a manutenção desse *imperialism*:

*The discovery of America and the sea route to India were not just Promethean achievements of the human mind and civilization but also, and inseparably, a series of mass murders of primitive peoples in the New World and large-scale slave trading with the peoples of Africa and Asia. Similarly, the economic expansion of capital in its imperialist final phase is inseparable from the series of colonial conquests and World Wars which we are now experiencing*<sup>93</sup>(Luxemburg, 1972).

Embora utilizasse ainda o termo descobrimento (*discovery*) em relação à invasão da América pelos europeus no século XV, ela já reconhecia abertamente a sequência de crimes hediondos cometidos durante o período da colonização do então Novo Mundo, justificados pela expansão capitalista em sua fase imperialista. E ainda, ela reconhece a catástrofe como modo de existência das colônias de volta aos pontos de partida:

*What distinguishes imperialism as the last struggle for capitalist world domination is not simply the remarkable energy and universality of expansion but – and this is the specific sign that the circle of development is beginning to close – the return of the decisive struggle for expansion from those areas which are being fought over back to its home countries. In this way, imperialism brings catastrophe as a mode of existence back from the periphery of capitalist development to its point of departure*<sup>94</sup>(Luxemburg, 1972).

---

93 A descoberta da América e a rota marítima para a Índia não foram apenas conquistas prometeicas da mente humana e da civilização, mas também, e inseparavelmente, uma série de assassinatos em massa de povos primitivos no Novo Mundo e o comércio de escravos em grande escala com os povos de África e Ásia. Da mesma forma, a expansão econômica do capital na sua fase final imperialista é inseparável da série de conquistas coloniais e guerras mundiais que estamos agora vivendo.

94 O que distingue o imperialismo como a última luta pela dominação capitalista mundial não é simplesmente a notável energia e universalidade da expansão, mas – e este é o sinal específico de que o círculo do desenvolvimento começa a fechar-se – o retorno da luta decisiva pela expansão daquelas áreas que estão sendo combatidas de volta aos seus países de origem. Desta forma, o imperialismo traz a catástrofe como modo de existência de volta da periferia do desenvolvimento capitalista ao seu ponto de partida.



Trazendo a discussão do termo para um momento mais atual (e particularmente em contato com o conceito de *keyword* a partir das ideias de Williams, Holborow e Patterson), Said (2012) acredita que os significados de *imperialism* teriam culminado num termo tão controverso e a tal ponto carregado de questões e premissas ideológicas que seu uso também se teria tornado difícil. Ao encontro da fala de Williams e em diálogo com Luxemburgo e Lenin, Said explica que o debate envolveria tentativas de delimitar se o imperialismo teria sido por essência econômico, até onde se teria estendido, quais seriam suas causas, se seria sistemático, se teria acabado etc (Said, 2012). Ele também relaciona, assim como Williams, os nomes de autores cujas contribuições direcionaram a discussão na Europa e nos EUA: Kautsky, Hilferding, Luxemburgo, Hobson, Lenin, Schumpeter, Arendt, Magdoff, Paul Kennedy, Gabriel Kolko, Noam Chomsky, Howard Zinn e Walter Lefebver. Para o autor, tais contribuições mantêm ainda a questão do imperialismo, bem como sua aplicabilidade aos EUA na atualidade (Said, 2012, p.36-37). Entretanto, em sua crítica ele afirma que, de forma maciça, a cultura ocidental tem evitado o reconhecimento do imperialismo como ponto constitutivo de nossa sociedade, e acrescento usando o termo marxista por minha conta, da ideologia de nosso tempo, nosso *zeitgeist* (ou espírito de nossa época). Para o autor, a alta cultura teria sido isenta da análise de causa, males e benefícios do imperialismo, e analisando partes dessa cultura europeia escrita, ele exemplifica como os textos dessa cultura teriam sido cúmplices do imperialismo (Said, 2012, p.36-37). Naturalmente, essa isenção se reproduz na temática de ILA em países como o Brasil, em especial na criação da imagem do *outro exemplar* como mencionei anteriormente.

Especificamente em diálogo com os propósitos temáticos desta tese (e ao redor do conceito de *imperialism* neste momento), Said advoga que a influência cultural no processo imperialista é e foi altamente significativa, deixando marcas contemporâneas, e que a expansão imperial teria envolvido processos ideológicos como produção artística, teorias, especulação geográfica, conceito de identidade nacional e rotinas urbanas e rurais (Said, 2012, p.6.), como também podemos observar hoje de forma subjacente às lutas ao redor de *food sovereignty*. Ele define o imperialismo basicamente como “*thinking about, settling on, controlling land that you do not possess, that is distant, that is lived on and owned by others*”<sup>95</sup> (Said, 2012, p.7); e para consolidar a diferença definitiva entre imperialismo e colonialismo, ele explica que imperialismo significa, por fim, “*the practice, the theory, and the attitudes of a dominating metropolitan center ruling distant territory*”<sup>96</sup> (Said, 2012, p.9). O Colonialismo então seria uma consequência desse sistema, com a implantação e assentamentos nesse território distante.

De forma complementar à definição sobredita, já em 2011 as ideias de Said dialogavam com o potencial do termo, especialmente em relação ao apagamento ou silenciamento de seu uso dentro da sociedade estadunidense. Para ele, o discurso de *oportunidade* seria tão insistente nos EUA que raramente se ouvia falar de *imperialism* como palavra ou

95 pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros

96 a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominando um território distante

ideologia. Ele conta que apenas recentemente (falando de 2011) o termo teria aparecido em meio às explicações sobre cultura, política e história dos EUA, mesmo que o vínculo entre cultura e política imperial seja direto:

A postura americana diante da “grandeza” americana, das hierarquias raciais, dos perigos de outras revoluções (a Revolução americana sendo considerada única e de certa forma irrepetível em qualquer outra parte do mundo) permanece constante, ditando e obscurecendo as realidades do império, enquanto apologistas dos interesses americanos ultramarinos insistem na inocência americana, praticando o bem, lutando pela liberdade (Said, 2011, p.41).

Se esse silenciamento em relação ao imperialismo ocorre no próprio contexto estadunidense reforçando o discurso de *liberdade*, é quase esperado que, num contexto educacional como os estudos de inglês no Brasil, o tema desta *keyword* fundamental seja também apagado. Em especial, ressalto a potencialidade desconstruidora de *imperialism* em relação ao imaginário ao redor do *outro exemplar* que menciono sobre o ILA no Brasil. Não me refiro ao potencial desconstruidor como uma depreciação do outro, mas como perspectiva política e histórica das ações colonizantes e seus conflitos éticos, oferecendo uma concepção divergente em relação ao discurso salvacionista de *liberdade*.

Ao encontro das ideias de Francisco, Said (2011) também entende a importância da dependência econômica, social e cultural dentro dessa temática:

Como diz Michael Doyle: O império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império (Said, 2011, p.42).

Com o imperialismo sendo um processo dessa manutenção do império por meio da dependência e da formação ideológica, podemos ainda considerar a sugestão de Hardt e Negri (2001) sobre o uso do termo *Empire* como um substituto de *Imperialism* na contemporaneidade. Para eles, *Empire* seria um tipo de sujeito político regulador das trocas globais, um “poder soberano” governante do mundo todo. A hipótese dos autores é a de que a soberania teria assumido uma nova forma composta por organismos nacionais e supranacionais unidos por uma lógica governamental. Embora haja uma clara intersecção em seus traços de sentido, os autores delimitam as diferenças que entendem entre *imperialism* e *empire* explicando primeiramente seu entendimento de *imperialism*:

*The boundaries defined by the modern system of nation-states were fundamental to European colonialism and economic expansion: the territorial boundaries of the nation delimited the centre of power from which rule was exerted over external foreign territories through a system of channels and barriers that alternately facilitated and obstructed the*

*flows of production and circulation. Imperialism was really an extension of the sovereignty of the European nation-states beyond their own boundaries. Eventually nearly all the world's territories could be parcelled out and the entire world map could be coded in European colors: red for British territory, blue for French, green for Portuguese, and so forth. Wherever modern sovereignty took root, it constructed a Leviathan that overarched its social domain and imposed hierarchical territorial boundaries, both to police the purity of its own identity and to exclude all that was other<sup>97</sup> (Hardt; Negri, 2001).*

Em sua leitura, portanto, *imperialism* como conceito se havia manifestado durante a invasão colonial, especialmente a partir das tecnologias disponíveis naquele período para manter o domínio das matrizes coloniais sobre territórios colonizados, por isso faz sentido entender *imperialism* no passado como extensão da soberania europeia para além de suas fronteiras geográficas. *Empire*, no entanto, seria construído a partir de outras tecnologias disponíveis após o *colonialism*. Para os autores, *empire* teria emergido do crepúsculo da soberania moderna sem estabelecer um centro territorial de poder dependente de fronteiras fixas, pois seu aparelhamento seria descentralizado, incorporando o domínio mundial em fronteiras abertas (Hardt; Negri, 2001). Numa de suas definições, eles advogam que:

*Empire is the political subject that effectively regulates these global exchanges, the sovereign power that governs the world. [...] Our basic hypothesis is that sovereignty has taken a new form, composed of a series of national and supranational organisms united under a single logic of rule. This new global form of sovereignty is what we call Empire<sup>98</sup> (Hardt; Negri, 2001).*

Naturalmente os autores reconhecem a posição privilegiada dos EUA como *empire* na atualidade, mas acreditam que essa posição se deva às diferenças entre EUA e os antigos impérios europeus:

*These differences can be recognized most clearly by focusing on the properly imperial (not imperialist) foundations of the United States constitution, whereby "constitution" we mean both the formal constitution, the written document along with its various amendments and legal apparatuses, and the material constitution, that is, the continuous forma-*

97 As fronteiras definidas pelo sistema moderno de Estados-nação foram fundamentais para o colonialismo e para a expansão econômica europeia: as fronteiras territoriais da nação delimitavam o centro de poder a partir do qual o domínio era exercido sobre territórios estrangeiros externos, por um sistema de canais e barreiras que alternadamente facilitavam e obstruíam os fluxos de produção e circulação. O imperialismo foi na verdade uma extensão da soberania dos Estados-nação europeus para além das suas próprias fronteiras. Por fim, quase todos os territórios do mundo poderiam ser divididos e todo o mapa mundi poderia ser codificado em cores europeias: vermelho para o território britânico, azul para o francês, verde para o português e assim por diante. Onde quer que a soberania moderna se tivesse enraizado, ela construiu um Leviatã que abrangeu seu domínio social e impôs fronteiras territoriais hierárquicas, tanto para policiar a pureza da sua própria identidade como para excluir tudo o que fosse outro.

98 O Império é o sujeito político que regula efetivamente tais trocas globais; é o poder soberano que governa o mundo. [...] Nossa hipótese básica é de que a soberania tenha assumido uma nova forma, composta por uma série de organismos nacionais e supranacionais unidos sob uma única lógica de regra. Esta nova forma global de soberania é o que chamamos de Império.

*tion and re-formation of the composition of social forces. Thomas Jefferson, the authors of the Federalist, and the other ideological founders of the United States were all inspired by the ancient imperial model; they believed they were creating on the other side of the Atlantic a new Empire with open, expanding frontiers, where power would be effectively distributed in networks. This imperial idea has survived and matured throughout the history of the United States constitution and has emerged now on a global scale in its fully realized form*<sup>99</sup>(Hardt; Negri, 2001).

Essa forma de *empire* seria consumada pelo interesse imperial, não de suas então colônias ou populações marginalizadas e nem dos valores humanos. No entanto, eles ressaltam a importância de, ao enfrentarmos suas opressões, jamais olharmos de forma saudosa para o passado colonial europeu:

*Empire not only manages a territory and a population but also creates the very world it inhabits. It not only regulates human interactions but also seeks directly to rule over human nature. The object of its rule is social life in its entirety, and thus Empire presents the paradigmatic form of biopower. Finally, although the practice of Empire is continually bathed in blood, the concept of Empire is always dedicated to peace—a perpetual and universal peace outside of history. [...] The Empire we are faced with wields enormous powers of oppression and destruction, but that fact should not make us nostalgic in any way for the old forms of domination*<sup>100</sup> (Hardt; Negri, 2001).

Embora Francisco utilize *imperialism* e não *empire*, muitas das ideias de Hardt e Negri formam pontos de intersecção com seu discurso, especialmente nas noções de poder subjacentes às estruturas das relações imperiais. Apesar dos termos *imperialism* e *empire* como diferenciados na postura de Hardt e Negri, eles corroboram as ideias de Francisco especificamente na crença de que, por meio da conscientização de suas realidades, a dominação poderia ser, de certa forma, superada (ao menos no plano ideológico). Francisco acredita que:

---

99 Tais diferenças podem ser reconhecidas mais claramente se nos concentrarmos nos fundamentos propriamente imperiais (e não imperialistas) da constituição dos Estados Unidos, onde por “constituição” entendemos tanto a constituição formal, o documento escrito com suas várias alterações e aparatos legais, e a constituição material, isto é, a formação e reforma contínua da composição das forças sociais. Thomas Jefferson, os autores da Federalista e os outros fundadores ideológicos dos Estados Unidos foram todos inspirados pelo antigo modelo imperial; eles acreditavam que estavam criando do outro lado do Atlântico um novo Império com fronteiras abertas e em expansão, onde o poder seria efetivamente distribuído em redes. Esta ideia imperial sobreviveu e amadureceu ao longo da história da constituição dos Estados Unidos e emergiu agora em escala global na sua forma plenamente consumada.

100 O Império não apenas administra um território e uma população, mas também cria o próprio mundo onde habita. Ele não apenas regula as interações humanas, mas também procura governar diretamente a natureza humana. O objeto de seu domínio é a vida social em sua totalidade e, portanto, o Império apresenta a forma paradigmática do biopoder. Finalmente, embora a prática do Império seja continuamente banhada em sangue, o conceito do Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da história. [...] O Império que enfrentamos exerce enormes poderes de opressão e destruição, mas esse fato não nos deve deixar nostálgicos das antigas formas de dominação.

*Agora, se você acha que não existe, então, para você não tem relevância nenhuma, né, mas de fato é que você tá vivendo nela, né. A questão é de tomar consciência, né. [...] Bom, acho que imperialismo e dependência captam conceitualmente as relações que existem, então para poder ter algum avanço, teria que entender essas relações. O termo desenvolvimento é... feito corretamente, enfim seria a maneira de superar, né, essas relações. Então há uma dupla função nesses conceitos: uma que percebe as contradições, os obstáculos, né, e a outra que projeta, né, uma alternativa, certo? [...] acho que sem o conceito de imperialismo não existe nova realidade, acho que sem tomar consciência da relação não existe como pensar numa outra realidade (Francisco, entrevista 2).*

Paralelamente, Hardt e Negri acreditam que a passagem para o *empire* e seus processos de globalização seriam exatamente as oportunidades de libertação de suas amarras. Eles ainda vão além numa esperança de organização do que chamam de *multitude* (traduzido na literatura ao português como *multidão*):

*The passage to Empire and its processes of globalization offer new possibilities to the forces of liberation. Globalization, of course, is not one thing, and the multiple processes that we recognize as globalization are not unified or univocal. Our political task, we will argue, is not simply to resist these processes but to reorganize them and redirect them toward new ends. The creative forces of the multitude that sustain Empire are also capable of autonomously constructing a counter-Empire, an alternative political organization of global flows and exchanges<sup>101</sup>(Hardt; Negri, 2001).*

De forma geral, a esperança nessa organização da *multitude* (ou *multidão*) parece-me ingênua, especialmente após o resultado das eleições de 2018 no Brasil e agora após o resultado das eleições de 2023 na Argentina (ambas elegeram os líderes de extrema direita mais despropositados em todos os aspectos e geraram um desalento nas forças de resistência contra-hegemônica). Zizek também aponta certa ingenuidade em relação à ideia de *multitude* proposta por Hardt e Negri. Ele critica especialmente a compreensão da *multitude* como uma forma de massa hegemônica, e acredita que essa *multitude* proposta pelos autores como resistência apresente diversos problemas em relação especialmente ao nível de exclusão dentro dela. O autor defende que haja um excesso na ideia das multidões, como a política de identidade multiculturalista (Zizek, 2012). Apesar de minha visão sobre essa ingenuidade dos autores, a hipótese básica desta tese sobre uma possível conscientização política no processo de ELI no Brasil pode ser igualmente ingênua. No entanto, estou certa de que a perpetuação das formas colonializadas do ILA reforçam os ideários do *outro exemplar* (o homem branco privilegiado do norte global como um modelo a ser seguido). Por isso respeito a ideia dos autores, embora me identifique mais com as palavras de Fran-

101 A passagem ao Império e os seus processos de globalização oferecem novas possibilidades às forças de libertação. A globalização, claro, não é uma só, e os múltiplos processos que reconhecemos como globalização não são unificados ou unívocos. Nossa tarefa política, argumentaremos, não é simplesmente resistir a tais processos, mas reorganizá-los e redirecioná-los para novos fins. As forças criativas da *multitude* que sustentam o Império também são capazes de construir autonomamente um contra-Império, uma organização política alternativa de fluxos e trocas globais.

cisco ao crer que “*sem o conceito de imperialismo não existe nova realidade, acho que sem tomar consciência da relação não existe como pensar numa outra realidade*”. Minha análise, do ponto de vista do oprimido naturalmente, é de que a principal característica do *imperialism* (ou mesmo de *empire* como propuseram Hardt e Negri) é a condição humana imoral, obscena e inaceitável da miséria e da opressão física e material sobre os povos e outros seres. Para a manutenção do capitalismo em seu formato imperial, é necessário que um percentual gigantesco da população morra ou sobreviva na miséria. Na esfera simbólica ao redor dessa realidade imperial, o estudo linguístico, exatamente pela heteroglossia da linguagem, coloca-se em princípio como potencial para a legitimação da desigualdade, mas também se ampara para a abertura do ambiente de luta e resistência.

Nesse aspecto, Hardt e Negri (eles também dissertam sobre a ideia de *imaterial labor* e *biopolitics*) reconhecem a arena frutífera do discurso e da comunicação nas ações de resistência:

*One site where we should locate the biopolitical production of order is in the immaterial nexuses of the production of language, communication, and the symbolic that are developed by the communications industries. The development of communications networks has an organic relationship to the emergence of the new world order—it is, in other words, effect and cause, product and producer. Communication not only expresses but also organizes the movement of globalization. It organizes the movement by multiplying and structuring interconnections through networks. It expresses the movement and controls the sense and direction of the imaginary that runs throughout these communicative connections*<sup>102</sup>(Hardt; Negri, 2001).

Embora eu não compartilhe com os autores de tamanho otimismo sobre uma nova ordem mais justa no cenário mundial (ao menos não rapidamente e talvez pelas razões que mencionei acima sobre nossa realidade política na contemporaneidade da América Latina), acredito que a luta contra-imperial sempre seja necessária. Por isso, entendo *imperialism* e *empire* tanto como *keywords* imprescindíveis na ELI quanto como palavras-chaves, potencialidades de ações para novos mundos. Sua presença está na base das relações sociolinguísticas por captarem a realidade de nossa sociedade e abrirem o diálogo para resistências possíveis.

#### **5.2.4 Human security: educar para novos mundos**

*O intuito é esse, um mundo sem armas nucleares* (Andrès, entrevista 3).

---

102 Um local onde deveríamos localizar a produção biopolítica da ordem é nos nexos imateriais da produção da linguagem, da comunicação e do simbólico que são desenvolvidos pelas indústrias de comunicação. O desenvolvimento das redes de comunicações tem uma relação orgânica com a emergência da nova ordem mundial – é, por outras palavras, efeito e causa, produto e produtor. A comunicação não apenas expressa, mas também organiza o movimento da globalização. Organiza o movimento multiplicando e estruturando interconexões pelas redes. Expressa o movimento e controla o sentido e a direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas.

Por fim, e a partir do levantamento de palavras escolhidas pelos entrevistados nesta pesquisa, resalto uma última e não menos fundamental *keyword* sugerida por Andrès: *human security*. Na observação dos critérios sobre *keywords* e palavras-chaves, e conforme já mencionei, o primeiro critério se coloca como um grande desafio, pois a presença da palavra no cotidiano se limita muitas vezes ao contexto acadêmico nesta pesquisa, uma vez que entrevistei pesquisadores especificamente. No entanto, no caso de *human security*, o cluster compõe-se a partir de duas palavras extremamente comuns e corriqueiras no inglês mesmo fora dos muros acadêmicos. Se não podemos afirmar categoricamente sua presença constante, ao menos podemos assegurar sua abrangência semântica na compreensão dos discursos mais comuns, uma vez que são de entendimento simples, ao menos separadamente (*human* e *security*).

Quanto a pertencerem a um grupo de palavras inter-relacionadas, a organização dos conceitos envolvidos nesta entrevista foi um tanto diferente dos grupos conceituais dos demais respondentes, uma vez que Andrès apresentou um tipo de análise ou corrente teórica como uma de suas *keywords* (*post modern theories*), pois a utiliza como instrumento de trabalho no sentido teórico-metodológico. Assim, ele explica a trajetória de *human security* a partir de sua jornada profissional nos estudos de *post modern theories* (teorias pós-modernas) na área de Relações Internacionais:

*Refletindo agora, né, eu entrei mais para dar aula de Política em Segurança Internacional, e dentro da Segurança Internacional, temos uma corrente que é a segurança humana. E a Segurança Internacional, como tal, ela tradicionalmente colocava o Estado como centro, o elemento para ser securitizado, sim? Então, tudo estava em volta do Estado, a prioridade era o Estado. Então, pensar, por exemplo, em segurança econômica era pensar na estrutura financeira do Estado, sim? Pensar a segurança ambiental era a pensar na forma em que o Estado poderia usufruir seus recursos naturais, sim? Quando vem a segurança humana, veja que a segurança humana diz “não, mas o importante não é o Estado, o importante são os cidadãos”. E esses são os que devem ser securitizados (Andrès, entrevista 3).*

Similar a *food sovereignty* que se viria contrapor ao *food security* a partir de um ponto de vista mais progressista, *human security*, como explica Andrès, destacaria exatamente aquilo que *precisava* ser securitizado ou priorizado do ponto de vista político: as pessoas, os cidadãos. Ele também exemplifica sobre como ocorreria essa mudança de foco no objeto de securitização:

*Então, se vamos falar de segurança econômica, na perspectiva da segurança humana, não é o sistema financeiro dos bancos que deve ser protegida, é proteger a oferta de um trabalho digno às pessoas. Tá vendo como muda, sim? Se vai falar de segurança ambiental, na perspectiva da segurança humana, é que as pessoas tenham equilíbrio nos seus ecossistemas, e não só para enchentes, os impactos das enchentes, entendeu? (Andrès, entrevista 3).*



Nesse aspecto ambiental e dos ecossistemas, portanto, *human security* dialoga diretamente com os traços de sentido da própria *food sovereignty*, pois prioriza o equilíbrio nos ecossistemas para garantir o bem-estar social, mudando o foco das securitizações dos objetos ou do capital para as pessoas especificamente. Assim, devido a seu caráter responsivo em relação aos antigos padrões de foco nos objetos de securitização, *human security* inaugura toda uma nova gama de observação sobre a filosofia subjacente ao discurso político e ao foco temático dos estudos linguísticos. Além disso, ela vem de um grupo de outras palavras inter-relacionadas (da mesma forma que *food sovereignty*), dialogando diretamente com esse grupo específico a partir de seu aspecto ambiental. Quanto a seu significado condensado numa conceituação corrente dominante, apesar de subcorrentes e divergências semânticas, Andrès explica que:

*Human security é recente, vem da década de 1990, 1994. Eu digo recente porque nos estudos de política internacional, tem que passar muito tempo, 30, 40, 50 anos para poder já ter um conceito mais debatido, né. E sim, mas então na década de 90 apareceu o human security, só que os estudos foram desenvolvidos em Europa, né, e depois primeiro apareceu nos Estados Unidos, no Canadá, mas se desenvolveu na Europa, depois Estados Unidos entra, e já depois chega aqui para a América Latina já, digamos, nos primeiros anos.. primeira década do século XXI, 2007, 2008 já começam os debates de segurança humana aqui. E aqui, nessa década que terminou agora, foi mais robusta a produção de segurança humana, tanto que eu entrei nessa, mas é... dentro da área tem seus contraditórios, né, sobre a segurança humana, né (Andrès, entrevista 3).*

Essa contraditoriedade, por sua vez, já apresentaria também a característica responsiva da palavra em relação a conceitos mais tradicionais:

*[...] a segurança humana nasce para responder ao.. para contradicir a segurança internacional e a segurança abrangente. A segurança humana seria a terceira onda, porque tem uma segurança tradicional que predominou na Guerra Fria, a segurança abrangente, que é da década dos 1980, 1990, que abre em cinco dimensões, mas a segurança humana é muito mais definida. O que está contra a segurança humana é que é muito difícil, abriu muito o leque, mas com certeza a pandemia e tudo isso fortalece os estudos de segurança humana. Então, dentro da área sim, há contraditórios, claro, há contraditórios (Andrès, entrevista 3).*

Acredito que a particularidade mais marcante de *human security* como *keyword* seja, no entanto, seu status de palavra indicativa de conceitos e práticas sociais, exatamente por contrapor-se aos conceitos mais tradicionais cujos focos não se concentravam especificamente nas pessoas e sim na integridade do Estado e dos bens. O foco sobre o cidadão necessariamente inaugura uma divergência política profunda entre a hegemonia de supervalorização do acúmulo de capital a despeito da vida no planeta de forma geral. Para um entendimento mais profundo do termo, em 2014 foi lançado *Human security* (Adger et

al. 2014). Sumariamente, o documento aponta que a segurança humana deva ser ameaçada em especial pelas alterações climáticas, embora múltiplos fatores estejam envolvidos em suas ameaças. Tais alterações, no entanto, apresentam potencial direto para os meios de subsistência, as identidades culturais e as migrações compulsórias. Como exemplo, o texto menciona:

*Changing weather and climatic conditions threaten cultural practices embedded in livelihoods and expressed in narratives, world views, identity, community cohesion, and sense of place. Loss of land and displacement, for example on small islands and coastal communities, has well documented negative cultural and well-being impacts. [...] Indigenous, local, and traditional forms of knowledge are a major resource for adapting to climate change [...]. Natural resource dependent communities, including indigenous peoples, have a long history of adapting to highly variable and changing social and ecological conditions. But the salience of indigenous, local, and traditional knowledge will be challenged by climate change impacts. Such forms of knowledge are often neglected in policy and research, and their mutual recognition and integration with scientific knowledge will increase the effectiveness of adaptation<sup>103</sup>(Adger et al., 2014, p.758).*

É importante ressaltar aqui a valorização de conhecimentos indígenas em relação à manutenção da biodiversidade de forma a evitar maiores tragédias climáticas (as quais, por sua vez, desafiam tais conhecimentos como os autores ressaltam). Não se trata aqui tampouco de nativismo romântico, e sim finalmente de um reconhecimento sobre a insegurança causada pelas formas de organização humana no capitalismo e a percepção sobre a necessidade de um comportamento ambiental mais responsável em relação aos recursos finitos do planeta.

As disputas de sentido ou divergências definitórias do termo também são apontadas pelos autores, que as reconhecem a partir de um estudo interdisciplinar:

*This chapter defines human security, in the context of climate change, as a condition that exists when the vital core of human lives is protected, and when people have the freedom and capacity to live with dignity. In this assessment, the vital core of human lives includes the universal and culturally specific, material and non-material elements necessary for people to act on behalf of their interests. Many phenomena influence human security, notably the operation of markets, the state, and civil society. Poverty, discrimination of*

---

103 Mudanças nas condições meteorológicas e climáticas ameaçam práticas culturais incorporadas em meios de subsistência e expressas em narrativas, visões de mundo, identidades, coesão comunitária e senso de localização. A perda de terras e o deslocamento, por exemplo, em pequenas ilhas e comunidades costeiras, tem impactos negativos bem documentados sobre a cultura e o bem-estar [...] Os conhecimentos indígenas, locais e tradicionais são recursos importantes para a adaptação às mudanças climáticas [...]. Comunidades dependentes de recursos naturais, incluindo os povos indígenas, têm história longínqua de adaptação a condições sociais e ecológicas altamente variáveis e mutáveis. No entanto, a relevância do conhecimento indígena, local e tradicional será desafiada pelos impactos das alterações climáticas. Tais formas de conhecimento são frequentemente negligenciadas nas políticas e na pesquisa, e seu reconhecimento mútuo e integração com o conhecimento científico aumentarão a eficácia da adaptação.

*many kinds, and extreme natural and technological disasters undermine human security*<sup>104</sup>(Adger et al., 2014, p.759).

Nesse aspecto, *human security* dialoga fortemente com *food sovereignty*, pois ambos os conceitos se orientam para a dignidade de vida de trabalhadores e reconhecem na pobreza, na exploração ambiental, na violência e na desigualdade suas principais ameaças.

Os autores ainda estabelecem as relações entre *human rights* e *human security* no contexto dessas mudanças climáticas e apresentam os gráficos com exemplos ilustrativos dos impactos da variação climática sobre as necessidades imediatas das populações. Aqui encontro novamente um diálogo com *food sovereignty* na direção de reconhecerem as formas locais de conhecimento como potencial enfrentamento da hecatombe ambiental. O relatório acrescenta:

*There is high agreement among researchers that involvement of local people and their local, traditional, or indigenous forms of knowledge in decision making is critical for ensuring their security (Ellemor, 2005; Kesavan and Swaminathan, 2006; Burningham et al., 2008; Mercer et al., 2009; Pearce et al., 2009; Anik and Khan, 2012). Such forms of knowledge include categories such as traditional ecological knowledge, indigenous science, and ethnoscience (Nakashima and Roué, 2002). Collectively they are defined as “a cumulative body of knowledge, practice e and belief, evolving by adaptive processes and handed down through generations” (Berkes, 2012, p. 7). In addition to reasserting culture, identity, and traditional values, such forms of knowledge are experiential, dynamic, and highly context dependent, developed through interactions with other forms of knowledge (Ford et al., 2006; Orlove et al., 2010; Sánchez-Cortés and Chavero, 2011; Eira et al., 2013)<sup>105</sup> (Adger et al., 2014, p.765-766).*

Embora esteja relacionada ao conceito de *food security*, como explica Cárdenas et al., num estudo de caso específico sobre a Covid-19 (também mencionada por Andrès na entrevista como um holofote sobre tais questões de segurança humana), *human security*

104 Este capítulo define a segurança humana, no contexto das alterações climáticas, como uma condição existente quando o cerne vital das vidas humanas é protegido, e quando as pessoas têm a liberdade e a capacidade de viver com dignidade. Nessa avaliação, o núcleo vital da vida humana inclui os elementos universal e culturalmente específicos, elementos materiais e imateriais necessários para que as pessoas ajam em nome dos seus interesses. Muitos fenômenos influenciam a segurança humana, nomeadamente o funcionamento dos mercados, do Estado e sociedade civil. A pobreza, a discriminação de vários tipos e os desastres naturais e tecnológicos extremos minam a segurança humana.

105 Existe uma concordância entre os pesquisadores sobre o envolvimento da população local e das suas formas de conhecimento locais, tradicionais ou indígenas na tomada de decisões como fundamental para garantir sua segurança (Ellemor, 2005; Kesavan e Swaminathan, 2006; Burningham et al., 2008; Mercer et al., 2009; Pearce et al., 2009; Anik e Khan, 2012). Tais formas de conhecimento incluem categorias como conhecimento ecológico tradicional, ciência indígena e etnociência (Nakashima e Roué, 2002). Coletivamente, elas são definidas como “um corpo cumulativo de conhecimento, prática e crença, em evolução por meio de processos adaptativos e transmitido por gerações” (Berkes, 2012, p. 7). Além de reafirmarem a cultura, a identidade e os valores tradicionais, essas formas de conhecimento são experienciais, dinâmicas e altamente dependentes do contexto, desenvolvidas por interações com outras formas de conhecimento (Ford et al., 2006; Orlove et al., 2010; Sánchez -Cortés e Chavero, 2011; Eira et al., 2013).

vem corroborar questionamentos presentes no cerne de *food sovereignty* por valorizar esse conhecimento dos povos locais (o que, como vimos com Marielle e os autores mencionados, não é suficientemente discutido no contexto da *food security*).

Cardenas et al. avaliam os impactos da pandemia de 2020, dialogando com tais conceitos, e entendem que ainda não haja uma definição hegemônica do termo, mas adotam um posicionamento a partir da agenda ONU para sua pesquisa:

*Human security is a complex concept that has been discussed and debated in academia and international organisations for more than two decades with hereto no commonly agreed exact definition of the term [...]. This paper adopts the human security agenda and theoretical framework first proposed by the United Nations in the 1994 UN Development Programme (UNDP) Human Development Report. Seven main components of the human security environment were identified in that report, namely: health security, public order, environmental security, communal security, food security, personal security and political security*<sup>106</sup> (Cardenas et al., 2022).

Devido à simplicidade de seus termos, entendo que uma observação etimológica separada não traga fundamentos proveitosos à *concepção do cluster*. No entanto, creio que valha a menção uma definição do cluster pelo dicionário do *Graines de paix*:

*Human security - Protection of collectivities and individuals against physical, psychological and moral harm due to political or civil violence, legal malgovernance, food, water, health and environmental hazards, and/or the threat of such sources of harm. In other words, human security is the protection ensuring life, livelihood, just treatment, dignity and the freedom from fear of political or civil harm, injustice and life-affecting hazards*<sup>107</sup> (Human security, *Graines de paix*)

Ademais, há uma particularidade na entrevista e na pesquisa de Andrès em relação à ligação direta do termo *human security* aos processos de *nuclear disarmament* (uma das *keywords* levantadas pelo pesquisador), sendo este necessariamente ligado aos sete componentes mencionados: segurança pessoal, sanitária, de ordem pública, ambiente, comunidade, alimentar e política. Ele explica como a interdisciplinaridade em sua formação

106 Segurança humana é um conceito complexo que tem sido discutido e debatido no meio acadêmico e em organizações internacionais há mais de duas décadas sem que até agora exista uma definição exata e consensual do termo [...]. Este artigo adota a agenda de segurança humana e o quadro teórico proposto pela primeira vez pelas Nações Unidas no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse relatório foram identificados sete componentes principais do ambiente de segurança humana, nomeadamente: segurança sanitária, ordem pública, segurança ambiental, segurança comunitária, segurança alimentar, segurança pessoal e segurança política.

107 Segurança humana - Proteção de coletividades e de indivíduos contra danos físicos, psicológicos e morais devido à violência política ou civil, má governança legal, perigos alimentares, hídricos, de saúde e ambientais, e/ou a ameaça de tais fontes de danos. Noutras palavras, a segurança humana é a proteção que garante a vida, os meios de subsistência, o tratamento justo, a dignidade e a liberdade do medo de danos políticos ou civis, da injustiça e de perigos que afetam a vida.

permitiu-lhe relacionar tais termos na pesquisa, especialmente pelo caráter abrangente de *human security*:

*[...] então a segurança humana veio para mim, me caiu muito bem, porque eu pesquisava só a Segurança Internacional, e pela abertura interdisciplinar da universidade, eu fui pegando outras disciplinas, Meio Ambiente, Direitos Humanos, fui pegando grupos, minorias, etnias, racismo, LGBTfobia, enfim, tudo isso foi sendo discutido e caiu muito bem dentro da segurança humana. O desarmamento nuclear também, porque (é minha pesquisa de doutorado) zonas livres de armas nucleares, então é uma forma, digamos assim, superior de poder, atingir um elevado grau de desarmamento nuclear em que os países.. é muito muito idealista essa perspectiva de que os países comecem a reduzir seus investimentos em armas nucleares e foquem em desenvolvimento humano. (Andrès, entrevista 3)*

Por sua vez, o significado de *nuclear disarmament* é mais tradicional e mais pacificado, sem grandes questões sobre seus traços de sentido:

*Sim, nuclear disarmament já, digamos, foi batido o martelo, né, pronto é aquilo. Desarmamento nuclear para que os países não percam tanto dinheiro nessas armas que nem se sabe se vão usar porque, se usarem, significaria a própria morte, então, para quê? “Mas é por dissuasão.” “Ok, mas para dissuadir você não precisa de dez mil armas nucleares, porque com uma já você consegue tudo. Então por que tem que fazer dez mil?” Então, a lógica do desarmamento nuclear, até os próprios.. mais radicais dizem “não, claro, está bem”. Nuclear disarmament é fato dado, né. É fato dado (Andrès, entrevista 3).*

Acredito que nos pareça óbvia, diante do conhecimento científico (biológico, político, social etc.) compartilhado na contemporaneidade, a insensatez na criação de tais armas, bem como a ligação da luta pela segurança humana com aquela pelo desarmamento nuclear. No entanto, mesmo após a destruição de cidades inteiras em 1945 pelas armas nucleares lançadas pelo governo estadunidense no Japão, a comunidade internacional ainda busca formalizar tratados para evitar (ou diminuir ao menos) sua produção, justificada pela estratégia militar de proteção ou, como explicou Andrès, de dissuasão. Ou seja, o desarmamento nuclear ainda faz parte das reivindicações de grupos contra-hegemônicos. Sua luta é voltada à prevenção da violência potencial das armas nucleares e à construção de um ambiente mais saudável e democrático de bem-estar social e, portanto, de segurança humana.

É importante observar também esse aspecto de *human security* como um objetivo conforme o qual esse tipo de produção bélica não se sustenta. Por esse ponto específico do termo, destaco sua potencialidade de “gerar novos mundos”, conforme o conceito de palavração de Freire, bem como sua definição de “educar para superar a lógica desumanizadora do capital”. Este é um momento particularmente delicado de minha pesquisa, pois me parece simplório defender a ideia de que uma ELI de resistência se devesse insurgir diante

de ameaças nucleares mundiais ou devesse fomentar esse tipo de discussão em sala de aula de ILA. Ambas as hecatombes, ambiental e nuclear, e até mesmo o estudo e a conscientização sobre as desigualdades grotescas de nosso tempo, podem parecer uma tentativa de desolar os estudantes de ILA com uma realidade de mundo, ou mesmo de causar-lhes um pânico em relação aos aspectos mais nocivos de nossa civilização. No entanto, pesadas as consequências dessas propostas, ressalto primeiramente a urgência de apropriação do léxico em inglês relacionado a tais problemas humanos e científicos para que a utilização da língua (função) ocorra a partir de uma abrangência heteroglóssica, ou seja, a argumentação dos falantes diante de discussões mais prementes do que um passeio ao Big Ben ou à Estátua da liberdade para conhecer esse estrageito tão exemplar que coloniza e *civiliza* os povos do Sul. Em segundo lugar, ressalto que o desconhecimento sobre tais processos não libertam o indivíduo de sua formação identitária linguística (ideologia) nem das consequências catastróficas de tais realidades materiais de sua imediação.

Dessarte, promover *human security* nas temáticas essenciais de ILA pode ser um passo adiante no processo de Letramentos de resistência.

## 6. ESCOLHAS DISCURSIVAS: ILA, ELI E LETRAMENTOS

Durante a elaboração da tese, os termos *Additional Language*, *Critical Literacy* e *Language Education* (Língua Adicional, Letramentos e Educação Linguística) tornaram-se importantes pontos de discussão nas discussões entre os pesquisadores de Letras. O primeiro (LA) vem sendo advogado por alguns autores com os quais concordo particularmente, e que apresento adiante para justificar minha escolha (no lugar de LE para as línguas aprendidas após a LN). Como LE (para Língua Estrangeira) também é bastante utilizado por autores contemporâneos, entendi necessário introduzir esta discussão e optar por um dos usos. O segundo (ELI), que tenho usado em toda a elaboração da tese para me referir aos processos educativos de resistência em ILA (inclusive utilizei nas entrevistas com os pesquisadores para me referir a seus processos educativos em inglês), vem sendo defendido como uma alternativa progressista e decolonial em detrimento dos termos mais clássicos como EAL (Ensino e Aprendizagem de Línguas). Acredito que a própria utilização dos termos nesta tese já se configure como uma opção por eles, mas deixo claro meu respeito aos demais termos e à seriedade de seus desenvolvimentos acadêmicos em ambas as línguas (tanto quanto a LE como quanto a EAL). Letramentos (*Critical literacy*), por sua vez, apresenta-se como discussão em relação aos processos educativos linguísticos de forma geral, sejam em LNs ou LAs, mas seu processo semântico é bastante significativo para as discussões desta tese devido ao diálogo constante com os aspectos sociais envolvidos em sua jornada, portanto aproveito para mencionar alguns tópicos sobre seu desenvolvimento semântico.

Em relação a LA, saliento que no contexto de pesquisa linguística, afloram as discussões sobre os termos mais ou menos adequados ao uso do inglês como língua X ou Y (Adicional, Franca, Estrangeira, Segunda etc.). Para tal discussão, compartilho especialmente as perspectivas de Leffa e Irala (2014) e de Jordão (2014) em relação aos usos de LA para a nomenclatura que considero adequada a esta pesquisa e a meu trabalho como professora e gestora de línguas.

Jordão (2014) reconhece os usos e seus processos de significação respectivos, ponderando sobre todas essas nomenclaturas. Após esclarecer sobre as características principais de cada escolha, ela explica que, no Inglês como Língua Franca (ILF), por exemplo, mesmo com sua desvinculação dos modelos tradicionais da tal “natividade”, algumas pessoas poderão considerar-se usuários do ILF por dominarem as “normas” que o caracterizam como língua, enquanto outros não; por outro lado, o Inglês como Língua Estrangeira poderia ter um efeito desvalorizador daqueles que, por conhecerem a língua, possam rotular-se como porta-vozes de uma cultura caracterizada como anglo-americana ou “nativa”, tendo por consequência possível serem considerados coniventes com as políticas imperialistas associadas a essa gama cultural ao redor do termo. Além disso, ela acredita que o caráter



estrangeiro do ILE, por um lado, remetaria a relações de subalternidade e, por outro, ou por essa razão, ressaltaria a necessidade de se pensar no inglês como a língua do outro, potencializando a abertura do global e do local e mantendo a singularidade do inglês em relação às demais línguas estrangeiras. Mesmo que essa singularidade não remeta a superioridade, pois o inglês não é superior às demais línguas, ela acredita que seja inegável sua colocação diferenciada das outras línguas na contemporaneidade, especialmente por estar conectado à globalização, ao contato e à disseminação do conhecimento, associando-se à comunicação de pessoas de diversos lugares e atrelando-se a discursos imperialistas e neoliberais (embora também se atrele a “demandas por justiça social” e a identidades específicas). Sendo assim, ela conclui que a “estrangeiridade da língua inglesa hoje em dia exige uma revisão do que se entende por ‘estrangeiro’, ‘exterior’, ‘estranho’, ‘imperialista’ e, principalmente, uma reconceituação do que sejam língua e comunicação”. Jordão ainda reforça que seria possível aceitar uma teoria da conspiração sobre haver uma intencionalidade de usar o inglês para a dominação, mas o pressuposto do sucesso dessa intenção estaria baseado numa ideia de “língua como código invariável, de comunicação como a simples transmissão de mensagens codificadas por falantes-ouvintes ideais em comunidades de fala homogêneas” (Jordão, 2014, p.26).

Esse pressuposto de sucesso estaria bastante atrelado ao que verificamos anteriormente quanto à primeira ênfase no sistema, e até à segunda, na função, concepções de língua que, embora reconheçam parcialmente o processo refletor e refratário (ao menos no sentido de reconhecer a origem linguística nas relações sociais ou seu uso como instrumento de ação, respectivamente), ainda não percebem a multidiscursividade e sua relação com os processos identitários constitutivos. Tais concepções estão muito presentes ainda no imaginário geral dos falantes, uma vez que a ênfase no sistema é a mais antiga e ainda prevalece em boa parte das ideologias dominantes (e a ênfase na função ainda é bastante arraigada no contexto acadêmico). Para citar um exemplo corrente, tendo trabalhado na área de línguas por muitas décadas como gestora, fui consultada, inclusive por pesquisadores de outras áreas, como se trabalhasse numa área exclusivamente “técnica” e não teórica ou científica. Inúmeras vezes em reuniões sobre PLs, foi necessário pontuar tais estudos e pressupostos, pois é corriqueira a ideia de que essa área seja constituída por aqueles “pacotes” de língua à venda. No entanto, tal imaginário não compreende os limites nem o poder linguístico heteroglóssico. Assim como as ideologias dominantes o fazem, essa imagem cria uma ideia de normalidade transparente e de um controle sobre um objeto específico (no caso, a língua *empacotada* como defendi anteriormente). Historicamente, no entanto, as línguas foram utilizadas como instrumento de dominação, como pela proibição do uso de outras línguas que não aquela do colonizador, ou seja, na política já se manuseia há muito o poder subjacente do campo linguístico, embora parte da aura disciplinar ainda tarde a reconhecê-lo.

Enfim, sobre o ILE, Jordão entende ainda que, na tradição, a ideia de estrangeiro “remete a tempos coloniais, em que o diferente era visto como superior, opressor, destruidor, inimigo”, mas ela acredita que essa noção tenha sido resignificada “como a dife-

rença que permite o contraponto, a percepção do local, a aprendizagem de si e do outro” exatamente pela ressignificação de diferença e exterioridade proveniente das teorias do discurso e do pós-estruturalismo, pois, a partir dessas teorias, “diferença e exterioridade adquirem sentidos positivos, uma vez que são consideradas elementos fundamentais para o movimento de sentidos e de procedimentos interpretativos” (Jordão, 2014, p.27). Nesse ponto, embora haja uma importância na marcação dessa estrangeiridade para o movimento de sentidos, tendo a concordar com a autora pela ressignificação desse termo como formação de nossa identidade a partir do conhecimento do outro. Mais do que isso, não creio que a marcação do estrangeiro amenizaria os processos de violência epistêmica do imperialismo anglófono das últimas décadas (embora nenhuma escolha o faça diretamente). Ao contrário disso, o distanciamento, a estrangeiridade de uma língua que representasse supostamente a opressão, a meu ver, poderia criar uma aura de estranheza e supervalorização de algo inalcançável. A autora acredita que:

O adjetivo estrangeira, apostado à língua inglesa, ao mesmo tempo em que se refere à posição de subalternidade dos aprendizes e dos falantes não-nativos, incita a discussão de questões que ligam esta língua e sua posição à globalização, a suas causas e efeitos, explicitando questões de ordem política voltadas à posição do inglês (especialmente nos currículos da educação básica brasileira) como língua hegemônica e como uma demanda da sociedade brasileira contemporânea e no mundo (Seidhofer, 2011, p.ix) – afinal, oficialmente não existe nenhuma obrigatoriedade de oferta na língua inglesa no Brasil (Brasil, 1996; Júnior, Senefonte & Pessoa, 2011), mas mesmo assim ela é a língua mais comumente ofertada nas escolas por este país afora (Picanço, 2009) (Jordão, 2014, p.28).

Assim, acredito que o uso de ILA poderia evitar a estrangeirização de uma língua que deve estar nas comunidades que assim a desejarem, e o inglês ganharia o mesmo tom adicional das demais línguas presentes na realidade brasileira de LAs.

Na busca pelas utilizações no próprio inglês no contexto acadêmico, a autora faz um levantamento de artigos em 2013 (na plataforma Google Scholar), encontrando 2.007 artigos com o termo *foreign language* e 70 artigos utilizando *additional language*. Destes 70, 64 tratavam de estudos de outras disciplinas em escolas com o inglês como língua de instrução. Ela conta que os autores utilizavam o termo *adicional* como similar a *segunda língua*, sendo que seis deles usavam o termo para referir-se a pessoas com a mesma primeira língua e apenas um fazia referência à diferença entre ILA e ISL com base no caráter multilíngue de boa parcela da população mundial. Essa percepção do caráter multilíngue direciona, segundo a autora, o uso de LA em detrimento de SL para línguas aprendidas a partir da primeira, pois muitas pessoas conhecem outras línguas (Jordão, 2014, p.28-29) para além dessa que seria a segunda. Embora haja esse reconhecimento do posicionamento pelo ILE (e por seus muitos usos, como ela percebe nessa pesquisa), a autora também advoga pelo uso de ILA por reconhecer especialmente que, nas comunidades brasileiras,

o inglês tem sido apenas uma das línguas aprendidas pelos estudantes, e o termo ILA celebraria então a coexistência de todas elas, pois veria a língua do outro como espaço de expressão por comunidades com LNs diversas (Jordão, 2014, p.28). E exemplifica:

Documentos oficiais brasileiros, como os Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul (2009), por exemplo, fazem uso do termo ILA, justificando sua escolha justamente com base nesses dois argumentos centrais: (1) a ideia de que a língua inglesa seria uma língua a ser “acrescida” à língua portuguesa e/ou a outras línguas que os alunos “já teriam em seu repertório”, destacando o acréscimo que a disciplina traz a quem se ocupa dela, em adição a outras línguas que o educando já tenha em seu repertório, particularmente a língua portuguesa. Em diversas comunidades de nosso estado, essa língua adicional não é a segunda, pois outras línguas estão presentes, como é o caso das comunidades surdas, indígenas, de imigrantes e de descendentes de imigrantes [...] e ressaltando a ideia de que o inglês e o espanhol, línguas tratadas como adicionais nesses Referenciais, têm seus usos também dentro do próprio Brasil, não apenas fora dele, como se percebe no seguinte trecho do documento: “[o espanhol e o inglês] são línguas adicionais, úteis e necessárias entre nós, não necessariamente estrangeiras” (Jordão, 2014, p.28).

Em acordo com a autora, não acredito que essa escolha vá necessariamente cobrir todas as implicações envolvidas em seus usos, mas se trata de uma escolha que faço como pesquisadora e como trabalhadora da área, especialmente pelos argumentos elencados. Além disso, ela explica:

Assim, falar de uma língua adicional em vez de língua estrangeira enfatiza o convite para que os educandos (e os educadores) usem essas formas de expressão para participar na sua própria sociedade” [...]. O entendimento parece ser que, ao se referir ao ILE, estaríamos pensando no inglês para comunicação com outras sociedades que não a “nossa”. Em outras palavras, a distinção de fundo é entre o local e o global, tidos como entidades distintas, na qual o termo ILA faria referência tanto a usos globais quanto locais do inglês (Jordão, 2014, p.30-31).

Ela ainda argumenta que seria importante não reduzir a discussão em torno da necessidade de escolha entre os termos, mas sim em torno dos efeitos de sentido, e do desejo de verdade (Jordão, 2014, p.30-31). Acredito assim que os efeitos de sentido subjacentes ao uso de ILA sejam exatamente aqueles que me guiam nesta pesquisa, ou seja, o inglês como uma língua que nos adiciona, que nos convida, como educandos que sempre somos, a participar dessa sociedade também anglófona no Brasil, a agir dentro dela, emprestando-lhe nosso próprio sotaque, nosso próprio estilo (no caso de meus respondentes, suas diversas origens linguísticas também). Dessarte, embora eu reconheça a força e a importância dada à estrangeirização como marca da colonialidade, é exatamente esta colonialidade que o processo significativo do *adicional* vem refutar, reconhecendo a língua do outro como

algo que poderia adicionar, desde que respeitadas as condições iniciais de saberes dos educandos e sem jamais desconhecer as fronteiras políticas e econômicas subjacentes. Ou seja, uma língua que não apenas é distanciada, mas principalmente adicionada diante de toda língua que já conhecemos, uma língua a mais, pois já somos em muitos casos falantes de tantas outras. Especialmente por meus respondentes estarem em contato com o inglês como uma LA nas mais diversas circunstâncias (falantes de grego, português, espanhol como LN), acredito que meu argumento seja mais claro em relação à adição do inglês a essas situações linguísticas na leitura das entrevistas, mas minha busca pela LA está mais vinculada ao que se pode significar disso do que a uma discussão sobre qual seria o termo mais *correto*. Exatamente por isso respeitei as escolhas de outros pesquisadores e deixei claro essa livre escolha pelos respondentes em cada entrevista.

Também Leffa e Irala (2014) advogam pelo uso de LA e pressupõem uma língua que o estudante aprenderia por acréscimo além de suas já conhecidas, podendo ter sua Língua Materna (LM) como ponto de partida nas metodologias linguísticas. Eles defendem LA como uma forma de aproximação e reconhecimento das realidades diversas, e explicam que as propostas de nomenclatura até o momento variam em distanciamento, como estrangeira (que consideram a mais distante), internacional, franca, segunda e até língua do vizinho, tendo cada um deles um conceito diferente. Eles observam que, se levamos em consideração o contexto em que a língua é estudada, a proposta tem sido diferenciar estrangeira de segunda língua com base na geografia: se a língua não é falada na comunidade do aluno, é estrangeira, se é falada, é segunda (um estrangeiro que estude português no Brasil, por exemplo). Eles afirmam que o uso de segunda língua seria inadequado quando consideramos as características do aluno, pois alunos que sejam filhos de imigrantes, índios, surdos etc. já conheceriam mais de uma língua. Da mesma forma, eles não consideram a melhor solução utilizarmos *estrangeira* para a língua oficial de outro país, pois o estudo de uma língua alemã no Brasil, por exemplo, por comunidades brasileiras onde se fala o alemão, não poderia ser o estudo de uma LE [isso ocorreria igualmente em comunidades colombianas, japonesas, holandesas e italianas instaladas pelas migrações]. Eles ainda julgam as demais classificações com base na Geografia (como LI ou língua do vizinho) como potencialmente inadequadas, pois o estudo do inglês para um estudante mexicano poderia ser tanto internacional quanto do vizinho. A distância geográfica, assim, deixaria de ser um critério confiável. Eles argumentam ainda que todos já temos ao menos uma língua (seja ela indígena, de sinais, português), e alguns estudantes têm mais de uma, o que faria da língua que eles estudam na escola não mais uma segunda língua ou mesmo não mais uma língua estrangeira (Leffa; Irala, 2014, p. 30). Aqui, observamos o mesmo argumento de Jordão.

Ressalto nesse caso meu respondente Inácio, o qual se mudou quando criança para os EUA e tinha o inglês como uma língua *social* e o português como a língua da família, de dentro de casa. Quando sua família voltou ao Brasil, ele passou a estudar inglês na escola, mas não como uma língua realmente estrangeira. Ou mesmo Francisco, que tinha o inglês como LN de seu pai em casa e o grego como língua da sociedade ao redor e de sua mãe.

Ademais, para os autores, o uso de LA traria vantagens por não ser necessário discriminar o “contexto geográfico (língua do país vizinho, língua franca ou internacional) ou mesmo as características individuais do aluno (segunda ou terceira língua)”. Para eles:

Nem mesmo os objetivos para os quais o aluno estuda a língua precisam ser considerados nessa instância, se deseja conhecê-la para viajar, jogar, cantar ou obter um emprego melhor, como é o caso do termo “para fins específicos”, muito comumente associado ao ensino de línguas. A proposta então é que se adote um conceito maior, mais abrangente, e possivelmente mais adequado: o de “língua adicional” (Leffa; Irala, 2014, p. 30-31).

Essa abrangência maior não delimitante é um forte argumento para minha escolha por LA diante das características desta pesquisa com respondentes em diversas situações linguísticas. Como Leffa e Irala trabalham com questões relacionadas às metodologias, eles também falam sobre uma qualidade do termo referente ao uso das LNs como pontos de partida, pois a LA seria estudada a partir das línguas conhecidas pelos estudantes:

O sistema, incorporando principalmente o léxico e a sintaxe, é construído sobre a língua já conhecida, às vezes estabelecendo contrastes, como, por exemplo, a ênfase nos heterossemânticos no ensino do espanhol, ou o uso da língua materna para introduzir a língua inglesa (Schlatter & Garcez, 2012). O enunciado é construído não a partir da língua que está sendo estudada, mas da língua do aluno, para depois fazer a transposição para a outra língua, de temas geradores que façam sentido para o aluno. Esse alicerçamento na língua materna e no contexto de aprendizagem do aluno pode reorientar questões tradicionais como a ênfase na variedade linguística a ser ensinada, por exemplo (Leffa; Irala, 2014, p. 30-31)

Não seria impossível estabelecer esse tipo de metodologia se usássemos o termo LE, mas os autores constroem toda uma circunstância relacionada ao entendimento de língua que viria a substanciar tais metodologias mais flexíveis em relação à LN. É interessante ainda que eles apontem aqui os temas geradores como formas de procedimento metodológico temático, sobre os quais argumento exatamente nos estudos das *keywords* e palavração. Eles ainda advogam por esse cenário em relação à não predominância das preferências linguísticas regionais, de forma a não atender interesses externos durante esse processo:

Não há compromisso com uma ou outra variedade da língua, até por se abrir mão do apoio de instituições de divulgação cultural dos países da língua estudada, como o Conselho Britânico ou o Instituto Cervantes. Tenta-se adquirir a língua adicional não para servir aos interesses de outros países, mas aos próprios interesses. A preocupação excessiva em adquirir uma pronúncia perfeita com todas as nuances entonacionais pode até ser vista como inadequada, às vezes pejora-

tivamente descrita como “fúria imitativa” ou “macaquice colonizada” (Kanavillil Rajagopalan, Comunicação Pessoal) [...]

O aluno pode pensar, por exemplo, que aprender uma língua seja adquirir novas palavras e frases e precisa se reestruturar internamente até dar-se conta de que está adquirindo um instrumento de prática social, muito além do léxico e da sintaxe, com a possibilidade real de ampliar seu raio da ação no mundo. O que já sabe é importante não como conhecido acabado, mas como potencialidade para a eclosão de novos conhecimentos, provocando a turbulência necessária para se reestruturar e criar novas conexões, não só no mundo do estudo, mas também do lazer e do trabalho (Leffa; Irala, 2014, p.31).

É claro que, como busquei transparecer anteriormente, além das questões sistêmicas (ênfase no sistema) e de prática social (ênfase na função) como características inerentes das línguas, entendo ainda que estas estão necessariamente ligadas à formação identitária dos estudantes (ênfase na ideologia). Creio ainda que essa formação não se limite às barreiras das LNs, mas sim se complementem necessariamente nos contatos com as LAs dos estudantes. Da mesma forma, entendo que o uso do termo LA aqui não busque desconhecer ou desconsiderar as tensões necessariamente implicadas nas línguas, exatamente por lhes serem tais tensões características delas, uma vez que refletem e refratam condições socioideológicas. Busco antes, com tal termo, reconhecer que tais tensões indicam a potencialidade linguística de acolher a ação do indivíduo como cidadão dentro de todas elas, considerando que diversos discursos estariam presentes e organizados dentro desse dinamismo linguístico, em diálogo com os argumentos dos autores sobre a “potencialidade para eclosão de novos conhecimentos”. Eles ainda advogam por uma condição ideal do uso de LA:

Quando se fala em língua adicional, defende-se também a ideia de que seu ensino é um direito individual do aluno com benefícios para a coletividade. O domínio de outra(s) língua(s) deixou de ser um luxo, concedido a poucos privilegiados com oportunidade de viajar para o exterior, para se tornar um direito de todos e uma prioridade nacional. Negar ao aluno o acesso a uma língua adicional não é apenas uma maneira de excluí-lo, com prejuízo para o exercício de sua cidadania; é também uma maneira de retardar o desenvolvimento de um país no mundo contemporâneo (Leffa; Irala, 2014, p.32).

Enfim, encerro aqui meus argumentos para essa escolha que tenho feito profissional e cientificamente, enfatizando o respeito pelos demais argumentos e demais escolhas e sem querer gerar grandes discussões acerca de um uso *melhor* ou *pior*. Preferiria antes gerar discussões acerca das melhores práticas e temáticas, envolvendo os usos da língua por meio de suas vozes contra-hegemônicas e buscando a força da aliança entre os profissionais, tendo eles decidido usar LE, LI, LA ou L2. Apesar disso, tendo a considerar essa discussão fascinante exatamente por estar atrelada ao que Bakhtin e seus colegas nos

fizeram pensar sobre colocar seu sotaque na língua, suas intenções de falante. Além de tais intenções, as quais busquei aqui ponderar com os autores para defender minha escolha, entendo que os processos de significação atrelados aos termos, além de coletivos e sociais, estão relacionados aos indivíduos em suas experiências linguísticas, suas percepções de língua já significadas por sua trajetória linguística singular. Da mesma forma que Bakhtin explica serem estranhas algumas palavras a alguns falantes, como produtores de nossa linguagem, somos constantemente desafiados a escolher quais termos devemos refratar linguisticamente.

Quanto ao segundo conceito, creio que seja mister fazer aqui um breve aparte elucidativo sobre os termos *alfabetização* e *Letramentos*. Segundo Soares, *Letramento* chega à Educação e à linguística a partir da década de 1980. Ela acredita que somente em 1988 ele tenha ganhado seu “estatuto de termo técnico no léxico nos campos da Educação e das Ciências Linguísticas” (Soares, 2018), pois, embora já tivesse sido registrado no Dicionário Caudas Aulete (edição de 1974), o termo só foi retomado a partir de novas necessidades linguísticas e principalmente como uma tradução do termo *Literacy*, em inglês, proveniente por sua vez do latim *Littera* (letra). Sobre a alfabetização especificamente, ela observa que utilizamos com frequência no português do Brasil o termo que nega, *analfabetismo*, mas não usamos o *alfabetismo* com a mesma frequência. Dessa forma, não teríamos no uso uma palavra substantiva que afirme a ação do *alfabetismo*, já que *alfabetizado* nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que “adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam” (Soares, 2018). Da mesma forma, atualmente não contamos com uma palavra nomeando essa condição, exceto ao utilizarmos *Letramento*, com certo prestígio no ambiente acadêmico (ao mesmo tempo, causando ainda confusões de entendimento). Segundo a autora, em Portugal há uma tendência do uso do termo *Literácia*, ainda mais próximo do *Literacy* (Soares, 2018). Surge então toda a ampla área de pesquisa ao redor desse termo *Letramento* e hoje falamos ainda sobre Novos Letramentos, Letramentos críticos, Multiletramentos, Letramento visual, Letramento digital. Ferraz e Duboc explicam sobre os novos letramentos:

Conforme situa Street (1995, 1998, 2003), o conceito de novos letramentos data do final da década de oitenta e do início dos anos noventa em resposta à necessidade de expandir a noção liberal de letramento, ou o modelo autônomo de letramento como o próprio autor (1995) define, caracterizado como um conjunto monolítico de habilidades de leitura e de escrita e adquirido de forma isolada do contexto ideológico e cultural do qual os sujeitos fazem parte. Letramento na acepção convencional é, portanto, entendido como a habilidade de ler e de escrever um código linguístico, enquanto os novos letramentos constituem uma expansão daquela acepção de forma a considerar os aspectos sócioideológicos inerentes às práticas de leitura (Duboc; Ferraz, 2011, p.21).



Aqui podemos observar claramente uma transformação conceitual da própria concepção de língua, como nos haviam explicado Leffa e Irala, de um foco específico na sistematização (ênfase no sistema) para o foco nos aspectos funcionais e ideológicos (ênfases na função e na ideologia). Os autores também contam que:

Essa revisão conceitual de letramento foi impulsionada por três principais fatores (cf. Lankshear e Knobel, 2003), a saber: a pedagogia crítica de Paulo Freire, a necessidade de reforma curricular nos Estados Unidos nos anos sessenta e a emergência dos estudos socioculturais. Assim é que teóricos começam a discutir que a aprendizagem da língua não se reduz ao domínio de um código ou técnica de escrita, pois esta encontra-se situada política e ideologicamente nos diferentes espaços sociais e culturais (cf. Soares, 2005). Publicações mais recentes, como as de Lankshear e Knobel (2003, 2007), Gee (2004), Kress (2000, 2003) e Cope e Kalantzis (2000), têm rediscutido essa aceção de novos letramentos articulando-as mais detidamente com as novas maneiras de pensar e aprender num contexto pós-industrial tecnológico/digital (Duboc; Ferraz, 2011, p.21).

Dessa forma, a concepção de língua com ênfase na ideologia vai tomando um lugar importante nas pesquisas sobre EL e os contextos digitais, por suas características sociohistóricas, passam a ser foco de estudo pedagógico e linguístico. Aos poucos, o fazer linguístico vai se apropriando de suas formas mais ativas e menos descritivas, a politização do indivíduo e sua conscientização como reflexo e como atuante social vai adquirindo um formato de ação mais do que um formato de aprendizagem passiva da língua. É claro que emerge também o aspecto instrumental dessa conscientização coletiva, mas ao apoderar-se das línguas, os indivíduos entram como negociadores dela mesma, como eles ainda ressaltam a partir dos autores anteriores:

Segundo Lankshear e Knobel (2003: 9): “[W]e have defined literacies as socially recognized ways of generating, communicating and negotiating meaningful content through the medium of encoded texts within contexts of participation in Discourses”. Ao priorizar o aspecto sociocultural no lidar com os diversos modos representacionais, os novos letramentos são acompanhados de uma orientação crítica, pautada prioritariamente por um trabalho de letramento crítico, qualquer que seja a natureza desses modos (verbais ou não verbais, orais ou escritos, impressos ou digitais). O conceito de letramento crítico advém de contribuições da teoria crítica de educação, com influência da pedagogia de Paulo Freire (Muspratt et al, 1997) (Duboc; Ferraz, 2011, p.22).

Este é o momento de encontro desta tese com suas raízes nos Letramentos críticos, pois tal concepção posiciona a leitura de textos (em geral) a partir do reconhecimento de poderes, interesses e práticas sociais a ele subjacentes. Em suma, o processo significativo de Letramento estaria voltado ao conceito de língua como prática social, enquanto

o alfabetismo, pouco usado, estaria voltado a uma visão um pouco mais mecânica dessa tecnologia, uma visão que talvez se baseasse numa relação distante entre língua e ideologia. Entretanto, embora Freire utilize o termo alfabetização para a ação de alfabetizar, podemos perceber que, por toda sua postura, ele se refere às práticas sociais ao redor da língua, considerando especialmente aspectos ideológicos presentes nesse processo. Mais do que isso, Freire estaria entre os precursores no Brasil de visões ao redor do processo de contato com a língua como um contato essencialmente sociopolítico, mesmo não tendo cunhado ele próprio o termo *Letramento*. Ratifico essa ideia com Luke e Dooley quando explicam uma diferença entre *critical literacy* e somente *literacy*:

*The term literacy refers to the reading and writing of text. The term critical literacy refers to use of the technologies of print and other media of communication to analyze, critique and transform the norms, rule systems and practices governing the social fields of everyday life (Luke, 2004). Since Freire's (1970) educational projects in Brazil, approaches to critical literacy have been developed through feminist, postcolonial, poststructuralist and critical race theory, critical linguistics and cultural studies, and indeed, rhetorical and cognitive models<sup>108</sup> (Luke; Dooley, 2011. p.2).*

Aqui vale lembrar que *Critical literacy* é comumente traduzido ao português como Letramentos (mantendo sua crítica como resposta às ideias de alfabetização) ou como Letramentos críticos. Neste caso, embora pareça redundante utilizar o termo *críticos* após Letramentos, pois este já se propõe como uma releitura da *alfabetização*, habituamo-nos a fazê-lo para diferenciar as linhas de pesquisa relacionadas aos Letramentos visuais, digitais ou aos multiletramentos, dando ênfase aos fatores sociopolíticos envolvidos no adjetivo *críticos*. Luke e Dooley fazem questão de diferenciar então o termo *literacy* de *critical literacy* no mesmo sentido em que diferenciamos no português do Brasil (como mostrou Soares) *alfabetização* de *Letramentos*.

Reconhecendo, portanto, o aspecto fortemente voltado a esse tipo de Letramento neste estudo, valho-me especialmente da visão de Luke sobre o termo e suas práticas adjacentes. Em suma, Luke (2013) explica a origem da crítica pelo adjetivo grego *kriticos*, que significa capacidade de argumentar e julgar, e vincula o trabalho de Freire no Brasil em comunidades indígenas e camponesas a partir de filosofias marxistas. A análise principal de Freire, como já mencionei sobre a pedagogia freireana anteriormente, formava-se sobre o modelo pedagógico “bancário” sem nenhum reconhecimento das realidades do alunado. Vale mencionar a bela leitura de Luke sobre essa prática:

*Cultural circles would begin with dialogue on learners' problems, struggles, and aspirations. The focus would be on naming and renaming, narrating and understanding lear-*

108 O termo *literacy* refere-se à leitura e escrita de um texto. O termo *critical literacy* refere-se ao uso de tecnologias de meios de comunicação impressos e outros para analisar, criticar e transformar as normas, sistemas de regras e práticas que regem os campos sociais da vida cotidiana (Luke, 2004). Desde os projetos educacionais de Freire (1970) no Brasil, abordagens para *critical literacy* têm sido desenvolvidas por meio de teorias feministas, pós-coloniais, pós-estruturalistas, de crítica racial, de linguística crítica e estudos culturais e mesmo modelos retóricos e cognitivos.

*ners' life worlds, with the aim of framing and solving real problems. Reading and writing are about substantive lives and material realities, and they are goal and problem-directed. "Reading the word," then, entails "reading the world" [...], unpacking myths and distortions, and building new ways of knowing and acting upon the world. Technical mastery of written language, then, is a means to broader human agency and individual and collective action—not an end in itself<sup>109</sup> (Luke, 2013).*

Luke também reconhece outras contribuições anteriores à concepção dos LCs, mencionando comunidades afro-americanas do início do século XX e tratados europeus sobre língua e literatura voltados à ação sociopolítica. Nesses casos, da mesma forma que procurei um diálogo entre tais autores, Luke menciona:

*There are significant European treatises on language and literature as potential modes of political and social action. These range from Voloshinov's (1929/1986) analysis of speech genres as political acts, to Brecht's experiments with political drama (Weber & Heinen, 2010). Work in postwar British cultural studies by Richard Hoggart (1957) and Raymond Williams (1977) set the directions for approaches to critical literacy: (a) the expansion of education beyond canonical and literary texts to include works of popular culture; (b) a focus on critical analysis as counter-hegemonic critique that might, in turn, (c) encourage recognition of marginalized communities' histories and experiences<sup>110</sup> (Luke, 2013).*

Este trecho apresenta aspectos visíveis, acredito, desta tese em levantar *keywords* de pesquisadores (que também considero membros da classe trabalhadora, mesmo que com alguns privilégios como expliquei anteriormente), sendo essas *keywords* capazes de apresentar uma crítica contra-hegemônica para encorajar o reconhecimento de histórias marginalizadas como *participatory design* e *food sovereignty*.

Luke também reconhece a influência de modelos pós-estruturalistas sobre os LCs, embora seja central na análise do discurso foucaultiana a visão de que os binarismos (como opressor/oprimido em Freire, por exemplo) teriam o potencial de esconder a complexidade do discurso. Por fim, sobre a junção de tais influências, ele conclui que elas levaram aos seguintes pormenores:

109 Os círculos culturais começavam com um diálogo sobre os problemas, lutas e aspirações dos alunos. O foco seria nomear e renomear, narrar e compreender o mundo da vida dos alunos, com o objetivo de enquadrar e resolver problemas reais. Ler e escrever são sobre vidas substantivas e realidades materiais, e são direcionados a objetivos e problemas. "Ler a palavra", então, implica "ler o mundo" [...], desvendar mitos e distorções e construir novas formas de conhecer e agir sobre o mundo. O domínio técnico da linguagem escrita é, portanto, um meio para uma agência humana mais ampla e para uma ação individual e colectiva – e não um fim em si mesmo.

110 Existem tratados europeus significativos sobre língua e literatura como modos potenciais de ação política e social. Estas vão desde a análise de Voloshinov (1929/1986) dos gêneros do discurso como atos políticos, até às experiências de Brecht com drama político (Weber & Heinen, 2010). Os trabalhos de Richard Hoggart (1957) e Raymond Williams (1977) nos estudos culturais britânicos do pós-guerra definiram direções para abordagens à alfabetização crítica: (a) a expansão da educação além dos textos canônicos e literários para incluir obras de cultura popular; (b) um foco na análise crítica como crítica contra-hegemônica que pode, por sua vez, (c) encorajar o reconhecimento das histórias e experiências das comunidades marginalizadas.

*(a) a focus on ideology critique and cultural analysis as a key element of education against cultural exclusion and marginalization; (b) a commitment to the inclusion of working class, cultural and linguistic minorities, indigenous learners, and others marginalized on the basis of gender, sexuality, or other forms of difference; and (c) an engagement with the significance of text, ideology, and discourse in the construction of social and material relations, everyday cultural and political life*<sup>111</sup> (Luke, 2013).

Diversas críticas e releituras foram desenhadas a partir dessa proposta freiriana de pedagogia crítica, das quais ressalto, reforçando pontos já sobreditos, a abordagem de Fairclough com base a análise crítica do discurso, a qual, conforme Luke, é explicitamente derivada política da linguística funcional sistêmica:

*Bringing together ideology critique with an explicit instructional focus on teaching how texts work, Fairclough (1990) argued for the teaching of “critical language awareness.” This entails teaching students the analysis of a range of texts—functional, academic, literary—attending to lexico-grammatical structure, ideological contents, and the identifiable conditions of production and use (A. Luke, 2000)*<sup>112</sup> (Luke, 2013).

É claro que esta proposta tem um foco específico em textos acadêmicos, levantados a partir de trabalhadores de pesquisa interdisciplinares, mas as intenções metodológicas dialogam profundamente com a proposta de Fairclough especialmente no tocante à consciência crítica da linguagem, o que chamei de então de Letramentos de resistência. E mais especificamente, esta pesquisa dialoga com a linguística crítica de Fairclough no sentido de que tal linguística distingue as “formações ideológicas nos textos, as suas funções sociais e as suas características distintivas, e os campos sociais onde têm valor de troca” (Luke, 2013); o que permitiria aos aprendentes (professores e estudantes) a concentrar-se na forma como “as palavras, a gramática e as escolhas discursivas moldam uma versão dos mundos material, natural e sociopolítico” (Luke, 2013). Assim, as relações de poder subjacentes aos processos discursivos são analisados em ambos, por isso os processos educativos dos pesquisadores e suas *keywords* são analisadas de forma a contemplar as discussões por trás das palavras, as disputas de poder e as tensões sociais ali representadas, bem como seu potencial gerador de contra-hegemonia a partir de seus usos.

Paralelamente a essa análise, e apesar das diferenças interpretativas dos autores sobreditos em relação a ILA, ELI e até das formas diversas de Letramentos, entendo que

111 (a) um foco na crítica ideológica e na análise cultural como elemento-chave da educação contra a exclusão e a marginalização culturais; (b) um compromisso com a inclusão da classe trabalhadora, das minorias culturais e linguísticas, de alunos indígenas e de outros marginalizados com base em gênero, sexualidade ou outras formas de diferença; e (c) um envolvimento com o significado do texto, da ideologia e do discurso na construção das relações sociais e materiais, na vida cultural e política cotidiana.

112 Reunindo a crítica ideológica com um foco instrucional explícito no ensino de como textos funcionam, Fairclough (1990) defendeu o ensino da “consciência crítica da linguagem”. Isto implica ensinar aos alunos a análise de uma variedade de textos – funcionais, acadêmicos, literários – atendendo à estrutura léxico-gramatical, aos conteúdos ideológicos e às condições identificáveis de produção e uso (A. Luke, 2000).

nossas escolhas autorais também estejam vinculadas, de alguma forma, a nossa experiência profissional com tais usos. *Letramentos* tem um poder político acadêmico no momento mais claro, enquanto LA e ILA estão em discussão entre grupos de pesquisadores, representando suas respectivas visões, experiências e intenções. ELI, como expliquei anteriormente, apresenta-se como resposta ao que era dividido em ensino e aprendizagem exatamente para propor uma horizontalização dos processos educativos.

Essas são minhas escolhas discursivas como pesquisadora até o momento e espero ter justificado adequadamente cada uma delas. Em tempo, não pretendo defender tais usos de ILA, ELI ou Letramento(s) numa aplicação direta nos processos educativos de ILA em sala de aula. Fosse este o caso, acredito que seria então mais adequado defender tais usos nos processos específicos de formação de professores de LAs e nas PLs relacionadas à ELI nos processos gerenciais. Tais discussões, portanto, deixo abertas para a posteridade.

## 7. LETRAMENTOS DE RESISTÊNCIA: PONDERAÇÕES CONCILIADORAS

Letramentos são ações educativas durante as quais privilegiaremos línguas *vencedoras* de disputas humanas nem sempre justas. A prevalência da língua do colonizador é uma realidade que se nos repete historicamente. No entanto, Bakhtin e seus colegas do Círculo mostraram-nos suas visões sobre língua de forma a abrir a perspectiva de seus processos formadores e transformadores por meio da noção de heteroglossia. Muitas palavras, expressões, *clusters* ainda são constantemente silenciados e rebaixados a locais marginalizados por representarem vozes dissonantes ou resistentes às imposições hegemônicas. Algumas vezes, esse silenciamento ocorre porque o discurso silenciante apropria-se da busca pelo *novo*, por novas neologias pulsantes e considera a resistência política ultrapassada. Outras vezes, porque o discurso hegemônico se fortalece na própria ideia de força e competitividade, ressaltando valores antigos como se fossem naturais ou universalmente verdadeiros. Ainda assim, em todos esses casos há vozes de resistência presentes nas línguas. Reconhecendo-as, acredito que devamos valer-nos, como profissionais de Letras, de tais vozes nos processos de Letramentos em ILA.

Entendo ainda que o momento político presente (com forte retorno de ideias neoconservadoras no contexto de um século XXI preocupante) mostra-nos a urgência de falarmos sobre *food sovereignty*, sobre *participatory design*, sobre *imperialism* e sobre *human security* (entre muitas outras *keywords* não levantadas aqui) em nossas aulas de inglês, de forma que possamos compreender mais amplamente os processos sociopolíticos envolvidos na demanda pelo ILA, bem como possamos reproduzir as ideias subjacentes a tais conceitos para uma formação linguística consciente do contexto que se nos coloca diariamente por desinformações, embustes e discursos retrógrados e saudosistas de valores violentos.

Não sei dizer se, caso estivesse no início da carreira como educadora de línguas hoje, com os contatos e estudos que tive o privilégio e a oportunidade de conhecer durante este doutoramento, eu teria então poder para implantar um estudo linguístico educacional emancipatório com foco temático em *keywords* contemporâneas como sugiro aqui. Isso porque, independentemente de minha formação política e técnica, nem sempre tive essa liberdade de agência como professora de línguas, muitas vezes em contextos educacionais privados e elitistas. No entanto, creio que seja importante fomentar a pesquisa da área tanto para buscar o poder de agência politizante de nosso papel educador, questionando padrões sem sentido na contemporaneidade (como procuram os processos ao redor de *participatory design*), quanto de fato incentivando atividades, tópicos lexicais e interesses de resistência nos estudantes, bem como em si mesmos como falantes, aprendentes e agentes de ILA.

Em suma, meu estudo aqui se dividiu entre os processos educacionais (por meio de suas memórias) e as *keywords* presentes nas pesquisas de meus entrevistados, criando assim uma narrativa de seus Letramentos por seu potencial de resistência. Com foco nas metodologias qualitativas, pudemos refletir (espero) sobre a introdução dessa língua na vida de cada respondente que, por fim, tornou-se um pesquisador no Brasil, usuário do ILA em suas pesquisas sérias e comprometidas com ações sociais. A partir de suas respostas sobre as *keywords*, busquei também analisar palavras com potenciais relacionados à resistência da contra-hegemonia, especialmente em suas potencialidades emancipatórias, refletoras e refratárias de novos mundos, desenhadoras de novas realidades ou simplesmente ultrapassantes de barreiras puramente estruturais para contextualizações sociais e contextuais. Como todo trabalho de Letramentos críticos, esta pesquisa procurou representar um trabalho em andamento, com diferentes complexidades, inúmeras visões de mundo e desenhos especiais. É claro que um resultado de suas aplicações dependeria de professores e de alunos, de editores de materiais didáticos, de coordenadores e gestores educacionais, mas meu foco aqui foi fornecer temáticas de resistência interdisciplinares para os contextos de ELI a todos esses profissionais.

Deixo claro ainda que minha proposta nesta tese jamais pressupõe o abandono de trabalhos de desenvolvimento das competências estruturais, discursivas, comunicativas nem de estudos linguísticos diversos, apenas faço sugestões de leitura dos processos educativos a partir de um ponto de vista materialista e ao mesmo tempo reconhecendo as particularidades individuais dos estudantes (aqui representados por pesquisadores), bem como proponho temas de resistência para direcionamentos mais comprometidos com o papel socioeconômico do ser humano no planeta. Vejo, a partir desta pesquisa, o processo de ELI como um instrumento de cidadania, que além de possibilitar tais competências, usa os recursos em prol de uma sociedade mais justa, mais democrática (como talvez esperançasse Raymond Williams), reconhecendo aspectos identitários, respeito, consciência de classe, gênero e raça.

Ademais, devido a todo processo educativo teórico e prático deste doutoramento, sugiro ainda alguns termos essenciais subjacentes à própria tese na área de Letras (Língua Adicional, Educação Linguística e Letramentos) a fim de justificar minhas próprias escolhas discursivas, mas deixo à posteridade (ou a outros colegas que se interessarem) seu aprofundamento em trabalhos voltados à formação docente.

O diálogo entre as partes (ao menos espero que tenha ficado claro às leitoras e leitores desta escrita) ocorreu entre os processos educativos dos respondentes, suas *keywords* levantadas primordialmente em suas próprias narrativas por fundamentarem suas experiências mais presentes como pesquisadores que utilizam o ILA no contexto acadêmico frequente e minha própria experiência como profissional de Letras e de pesquisa. Assim realmente espero que os estudos teóricos de embasamento, os dados e as escolhas discursivas desta tese tenham apresentado um significado coeso e coerente diante de uma presencialidade do que tem sido esses anos de 2020 a 2024.



## REFERÊNCIAS

ADGER, W. N., PULHIN, J. M., BARNETT, J., DABELKO, G. D., HOVELSRUD, G. K., LEVY, M., ... & VOGEL, C. H. *Human security*. Cambridge University Press. 2014. Disponível em: [https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10871/20276/WGIAR5-Chap12\\_HumanSecurity.pdf?sequence=1](https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10871/20276/WGIAR5-Chap12_HumanSecurity.pdf?sequence=1) Acesso em maio 2024.

AGÊNCIA O GLOBO. *Mais de 2,3 mil militares ocupam cargos no governo de forma irregular, aponta CGU*. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mais-de-23-mil-militares-ocupam-cargos-no-governo-de-forma-irregular-aponta-cgu/> Acesso em maio 2024.

AGRICULTURE. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/agriculture> Acesso em maio 2024.

AGROECOLOGY. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/agroecology> Acesso em maio 2024.

ALVIN, Roberto. Apoiadores de Bolsonaro fazem gesto que lembra saudação nazista ao presidente. *Revista Forum*. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/11/apoiadores-de-bolsonaro-fazem-gesto-que-lembra-saudao-nazista-ao-presidente-74791.html> Acesso em maio 2024.

ANALYSIS. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/analysis>

ANDRÉ, Marli. *Etnografia da prática escolar*. Papyrus editora, 2013.

ANZALDÚA, Gloria. *How to tame a wild tongue*. NA, 1987. Disponível em: <https://easyinfoblog.com/wp-content/uploads/2021/03/Anzaldua-Wild-Tongue.pdf> Acesso em jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail Mikhaïlovich. *The dialogic imagination: Four essays*. University of Texas Press, 2010.

BASÍLIO, Márcio Pereira. Tempos líquidos. *Sociologias*, p. 438-449, 2010.

BIANCHINI, Lia. Bolsonaro é fascista? Listamos 13 frases do candidato para reflexão. *Brasil de Fato*: Curitiba, PR. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao> Acesso em maio 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – Lei nº9394q96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em maio 2024.

BOURGUIGNON, André. *De la pluridisciplinarité à la transdisciplinarité*. 1997. Disponível em : [http://maaber.50megs.com/forth\\_issue/epistemology\\_2f.htm](http://maaber.50megs.com/forth_issue/epistemology_2f.htm) Acesso em jun. 2024.

CALVET, Louis-Jean. *La sociolinguistique*. Paris: Presses universitaires de France, 1993.

CÁRDENAS, Pedro; IVRISSIMTZIS, Ioannis; Obara, Boguslaw; Kureshi, Ibad; Theodoropoulos, Georgios. Big data for human security: The case of COVID-19. *Journal of Computational Science*, v. 60, p. 101574, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jocs.2022.101574> Acesso em maio 2024.

CARTER, Angela. *The Sadeian Woman: And the ideology of pornography*. Pantheon, 1988.

CARTER, Angela. Language is power, life and the instrument of culture, the instrument of domination and liberation. *Methods*, v. 19, n. 20, p. 20. Disponível em: <https://www.goodreads.com/author/quotes/27500> Acesso em maio 2024.

CAVALCANTI, Helenilda; GUILLEN, Isabel. Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil. *Universit  de São Paulo (USP), Revue Imag n rio*, v. 7, p. 1-4, 2005.

CENTRED. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/centre?q=centred> Acesso em maio 2024.

COLL, Liana; MENEZES, Adriana Vilar. Situa o dos Yanomami expõe abandono dos indígenas pelo Estado. Unicamp, 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/01/24/situacao-dos-yanomami-expoe-abandono-dos-indigenas-pelo-estado> Acesso em maio 2024.

COUNCIL, British. EAQUALS core inventory for general English. *London, UK: Author*, 2011.

CROWLEY, T. Introduction: language and socialism. *Key Words: A Journal of Cultural Materialism*, 14. pp. 5-9. 2016.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications, 2017.

DE BEAUVOIR, Simone. *Le deuxi me sexe*. Vintage, 1989.

DE CARVALHO, Virgínia Donizete. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribui es aos estudos organizacionais. *Administra o: Ensino e Pesquisa*, v. 12, n. 4, p. 583-607, 2011.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; EULÁLIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DENTITH, Simon. *Voloshinov and Bakhtin on Language*. Simon Dentith. London: Routledge, v. 40, 1995.

DEPENDANCE. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/dependance?q=dependance> Acesso em maio 2024.

DESIGN. Online Etymology Dictionary. 2001-2024 Douglas Harper. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/design> Acesso em maio 2024.

DESIGN. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/design> Acesso em maio 2024.

DEVELOPMENT. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/development> Acesso em maio 2024.

DILMA ROUSSEFF Nelson Barbosa Luiz Cláudio Costa. Diário Oficial da União, 2015.

DUBOC, Ana Paula Martinez; FERRAZ, Daniel de Mello. Reading ourselves: placing critical literacies in contemporary language education. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 18, n. 2, p. 227-254, 2018.

\_\_\_\_\_. Falando francamente: uma leitura bakhtiniana do conceito de “inglês como língua franca” no componente curricular língua inglesa da BNCC. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 48, p. 10-22, 2019

EAGLETON, Terry. *The ideology of the aesthetic*. Blackwell: Oxford, 1990.

EMERSON, Caryl. The outer word and inner speech: Bakhtin, Vygotsky, and the internalization of language. *Critical Inquiry*, v. 10, n. 2, p. 245-264, 1983.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language: The Loaded Weapon: The Use and Abuse of Language Today*. 1982.

\_\_\_\_\_. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity press, 1992.

\_\_\_\_\_. Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: The universities. *Discourse & society*, v. 4, n. 2, p. 133-168, 1993.

FILHOS garantem que bolsonaro nunca foi contra vacina, mas vídeos desmetem. Pragmatismo Político (Redação), 2021. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/03/filhos-garantem-que-bolsonaro-nunca-foi-contra-a-vacina-mas-ideos-desmentem.html> Acesso em maio 2024.

FONSECA, Luciana C.; SILVA, Liliam R.; SILVA-REIS, Dennys. Apontamentos basilares para os estudos da tradução feminista na América Latina. *Mutatis Mutandis*. Revista Latinoamericana de Traducción, 13(2), p. 210-227, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.27533/udea.mut.v13n2a01> Acesso em maio 2024.

FOOD. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/food?q=food> Acesso em maio 2024.

FRANKLIN, Seb. *Control: Digitality as cultural logic*. MIT Press, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. (28ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez Editora.1993.

\_\_\_\_\_. *Conscientização: Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro Editora, 2001a.

\_\_\_\_\_. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos avançados*, v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWH-cL/?lang=pt> Acesso em maio 2024.

\_\_\_\_\_. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Editora Paz e Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. Editora Paz e terra, 2014b.

\_\_\_\_\_. *Conscientização*. Cortez Editora, 2018.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e a educação popular*. 2007.

GALLO, Sílvio. *Deleuze & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUILHERME, Manuela; DE SOUZA, Lynn Mario T. Menezes (Ed.). *Glocal languages and critical intercultural awareness: The South answers back*. Routledge, 2019.

GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. O povo indígena Sanõma/Yanomami e a trilha de adoecimentos na pandemia da Covid-19. 2021. Disponível em: [http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/43358/3/ARTIGO\\_PovoIndigenaSanoma.pdf](http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/43358/3/ARTIGO_PovoIndigenaSanoma.pdf) Acesso em maio 2024.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Harvard University Press, 2001. Disponível em: <http://gesd.free.fr/empire.pdf> Acesso em maio 2024.

HINE, Christine. *Etnografia virtual*. Editorial uoc, 2011.

HOLBOROW, Marnie. *The politics of English*. Sage, 1999.

\_\_\_\_\_. Neoliberal keywords and the contradictions of an ideology. *Neoliberalism and applied linguistics*, p. 33-55, 2012.

\_\_\_\_\_. Neoliberal Keywords, Political Economy and the Relevance of Ideology. *Key Words: A Journal of Cultural Materialism*, n. 14, p. 38-53, 2016.

\_\_\_\_\_. *Language, commodification and labour: the relevance of Marx*. *Language Sciences*, v. 70, p. 58-67, 2018.

HUMAN. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/human> Acesso em maio 2024.

HUMAN SECURITY. Graines de paix. Peace dictionary. Genève, Suisse. Disponível em: [https://www.grainesdepaix.org/en/resources/peace-dictionary/human\\_security](https://www.grainesdepaix.org/en/resources/peace-dictionary/human_security) Acesso em maio 2024.

IMPERIALISM. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/imperialism> Acesso em maio 2024.

IPCFS [INTERNATIONAL PLANNING COMMITTEE FOR FOOD SOVEREIGNTY]. *The Global Alliance for Food Sovereignty*. Presentations Handbook. 2020. Disponível em: [https://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2020/06/IPC\\_Handbook\\_EN.pdf](https://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2020/06/IPC_Handbook_EN.pdf) Acesso em maio 2024.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre positivismo e educação. *Revista Diálogo Educacional*, v. 3, n. 7, p. 89-94, 2002.

JORDÃO, Clarissa Menezes. ILA-ILF-ILE-ILG: Quem dá conta? *Revista brasileira de linguística aplicada*, v. 14, n. 1, p. 13-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/VBC45fDY-vxV5BXwvmLVDh4m/> Acesso em maio 2024.

KENSING, Finn; BLOMBERG, Jeanette. Participatory design: Issues and concerns. *Computer supported cooperative work (CSCW)*, v. 7, n. 3, p. 167-185, 1998.

KRENAK, Ailton. *Um rio um pássaro*. Dantes, Rio de Janeiro. 2023.

KUMARAVADIVELU, Bala. Individual identity, cultural globalization, and teaching English as an International language: The case for an epistemic break. In L. Alsagoff, S.L. McKay, G. Wu, & W.A. Renandya, *Principles and practices for teaching English as an international language* (pp. 9-27). New York: Routledge. 2012.

LAKOFF, R. *Language and woman's place*, New York: Harper Colophon Book, 1975. Disponível em: [https://web.stanford.edu/class/linguist156/Lakoff\\_1973.pdf](https://web.stanford.edu/class/linguist156/Lakoff_1973.pdf) Acesso em maio 2024.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. *Contexturas*, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

LEFFA, Vilson J.; IRALA, Valesca Brasil. O ensino de outra (s) língua (s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: Educat, p. 21-48, 2014.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialism*. Vanguard Press, 1927.

LUKE, Allan; DOOLEY, Karen T. Critical literacy and second language learning. *Handbook of research on second language teaching and learning*, 2011.

LUKE, Allan. Critical literacy: Foundational notes. *Theory into practice*, v. 51, n. 1, p. 4-11, 2012.

LUKE, \_\_\_\_\_. Defining critical literacy. In: *Moving critical literacies forward*. Routledge, 2013.

LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital: An Anti-critique. Imperialism and the Accumulation of Capital*. Monthly Review Press, 1972. Acessível em: <<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1915/anti-critique/ch06.htm>> Acesso em maio 2024.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; DE ALMEIDA, Ana Caroline; DEZOTTI, Magda. *Alfabetização crítica: contribuições de Paulo Freire e dos novos estudos do letramento*. 2020.

MARX; K. ENGELS, F.; *The German Ideology*. 1970. Disponível em: The German Ideology. Karl Marx 1845 Acesso em maio 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”- Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Revista Direito e práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab; FREITAS, Lima de. Carta da transdisciplinaridade. *Portugal, Convento da Arrábida, novembro de*, 1994.

MULLER, Michael J. *Participatory design: the third space in HCI*. CRC press, 2007.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Editora Letramento, 2020.

NUCLEAR DISARMAMENT. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/nuclear-disarmament> Acesso em maio 2024.

PARTICIPATORY. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/participatory> Acesso em maio 2024.

PARTICIPATORY. Online Etymology Dictionary. 2001-2024 Douglas Harper. Disponível em: <https://www.etymonline.com/search?q=participatory> Acesso em maio 2024.

PATEL, Raj. Food sovereignty. *The journal of peasant studies*, v. 36, n. 3, p. 663-706, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150903143079> Acesso em maio 2024.

PATTERSON, Annabel. Keywords: Raymond Williams and others. *ESC: English Studies in Canada*, v. 30, n. 4, p. 66-80, 2004.

PEDRON, Caio César. 'Checkers speech' brasileiro: A política do ressentimento de Jair Messias Bolsonaro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020* – pp. 1-14. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Caio-Pedron/publication/352904712\\_'Checkers\\_speech'\\_brasileiro\\_A\\_politica\\_do\\_ressentimento\\_de\\_Jair\\_Messias\\_Bolsonaro/links/60df1780458515d66bf322ce/Checkers-speech-brasileiro-A-politica-do-ressentimento-de-Jair-Messias-Bolsonaro.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Caio-Pedron/publication/352904712_'Checkers_speech'_brasileiro_A_politica_do_ressentimento_de_Jair_Messias_Bolsonaro/links/60df1780458515d66bf322ce/Checkers-speech-brasileiro-A-politica-do-ressentimento-de-Jair-Messias-Bolsonaro.pdf) Acesso em maio 2024.

PERI-URBAN. toPhonetics. Disponível em: <https://tophonetics.com/> Acesso em maio 2024.

PIMBERT, Michel. *Towards food sovereignty*. London: International Institute for Environment and Development, 2009. Disponível em: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/5851/14855IIED.pdf?sequence=1>. Acesso em maio 2024.

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 2, p. 173-182, 1998.

POSTMODERN. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/postmodern> Acesso em maio 2024.

PROGRAMA DE ÍNDIO. Dicionário informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/programa+de+%EDndio/> Acesso em maio 2024.

RAINVILLE, Camille et al. Be A Lady They Said. *Writings of a Furious Woman*, 2018. Acessível em: <https://writingsofafuriouswoman.wordpress.com/2017/12/09/be-a-lady-they-said/> Acesso em maio 2024.

REQUIREMENT. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/requirement> Acesso em maio 2024.

SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. Vintage, 2012. Disponível em: <http://cdl-static.s3.amazonaws.com/trechos/9788535919516.pdf> Acesso em maio 2024.

\_\_\_\_\_. *Cultura e imperialismo*. tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Acesso em maio 2024.

SAVIANI, Dermeval. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. *Ideação*, v. 10, n. 2, p. 11-28, 2008.

SCHWARTZ, Suzana. PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM? v. 7, n. 01, p. 2017, 1998. Disponível em: <http://www.academia.edu/8999591/Ensino-Aprendizagem> Acesso em maio 2024.

SECURITY. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/security> Acesso em maio 2024.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, 2012.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Editorial Prometeo, 2018.

SILVA, Simone Batista da. Implicated Literacies: Life Begetting Life in Linguistic Education. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 21, p. 605-626, 2021.

SOARES, M. *Letramento-um tema em três gêneros*. Autêntica, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 78, p. 03-46, out. 2007.

\_\_\_\_\_. “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Editora Almedina, 23-71. 2009.

SOVEREIGNTY. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/sovereignty> Acesso em maio 2024.

SPINUZZI, Clay. The methodology of participatory design. *Technical communication*, v. 52, n. 2, p. 163-174, 2005.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

STEINBECK, John. *The grapes of wrath*. Penguin, 2006.

THEORY. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em : <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/theory> Acesso em maio 2024.

URBAN. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/urban> Acesso em maio 2024.

USER. Cambridge Dictionary. Cambridge University Press & Assessment 2024. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/user> Acesso em maio 2024.

VALENCIA, Sayak. ¿Nuevas masculinidades? Sexismo hipster y machismo light. *Topografías de las violencias*, p. 107, 2015. Disponível em: [https://207.249.117.45/jspui/bitstream/1014/599/2/Interiores\\_Topograf%C3%ADas\\_Lectura.pdf#page=107](https://207.249.117.45/jspui/bitstream/1014/599/2/Interiores_Topograf%C3%ADas_Lectura.pdf#page=107) Acesso em maio 2024.

VIDON, Luciano; BAMBRILA, Guilherme. *A importância do pensamento do Círculo de Bakhtin para os cursos de letras: apontamentos e reflexões da formação à prática docente*, 2016.



- VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Conhecendo o quadro comum europeu de referência para línguas: fundamentos, objetivos e aplicações. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 5, n. 17, 2006.
- VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich; BAKHTIN, Michail M. *Marxism and the Philosophy of Language*. Harvard University Press, 1986.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich et al. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*, v. 10, p. 103-117, 1988.
- WALSH, Catherine. *(Des)Humanidad(es)*. 2014.
- WILLIAMS, Raymond. *Keywords (Routledge Revivals): A Vocabulary of Culture and Society*. Routledge, 2013.
- World Health Organization (WHO). COVID-19 Weekly Epidemiological Update. 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>
- ZITKOSKI, Jaime J.; LEMES, R. K. O Tema Gerador Segundo Freire: base para a interdisciplinaridade. *IX Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire: Utopia, Esperança e Humanização*, 2015.
- ZIZEK, Slavoj. *Organs without bodies: On Deleuze and consequences*. Routledge, 2012.

## ANEXO I – ENTREVISTAS COMPLETAS (TRANSCRIÇÕES)

### ENTREVISTA 1: INÁCIO E MARIELLE

#### **Notas:**

1. Esta entrevista foi feita em dupla, pois foi possível conciliar as agendas de ambos os pesquisadores;
2. Para conservar a identidade dos pesquisadores convidados, criei para eles nomes fictícios, *Inácio* e *Marielle*, bem como protegi informações que lhes pudessem expor, como nome das instituições em que trabalham, estudam ou pesquisam;

*Janaina – Começou e ...também eu tenho que falar para vocês que, caso quaisquer perguntas sejam ... desconfortáveis, vocês não precisam responder se algo for desconfortável, em qualquer momento. Vocês podem sair a qualquer momento da entrevista, tá bom? Por isso que eu mandei antes até para vocês darem uma... uma olhada para ver se tá tudo bem. “Autorizo a gravação desta reunião e as informações prestadas para sua pesquisa” [lendo no chat]. Muito obrigada, Marielle [referindo-me à autorização por escrito]. Perfeito, muito obrigada. Gente, então vamos lá, eu vou perguntar para vocês em dois ... duas partes, eu vou fazer perguntas em duas partes, como eu mandei no e-mail, e a primeira parte é sobre a sua relação com o inglês e a Educação Linguística que vocês tiveram, tá? Então, por isso que eu coloquei a primeira parte como ELI: Educação Linguística em Inglês, ok? E aí, além das perguntas que eu vou falar oralmente, eu vou colocar aqui também [referindo-me ao chat], se vocês quiserem, eu coloco, porque aí eu vou perguntar, vou fazer uma pergunta, eu vou perguntar para um depois para outro, vocês podem se voluntariar para esta ordem como... porque às vezes tem algumas perguntas, vocês podem falar “eu quero pensar um pouco nisso, quero ouvir primeiro resposta do outro” e tal, então vocês se voluntariam conforme for melhor. Aí, em seguida, eu vou colocar no chat e também, tá bom? Vamos lá, obrigada [sobre autorização de Inácio no chat]. Educação Linguística em Inglês. Então, a primeira pergunta: como foi para você lembrar tanto no questionário, aquele que vocês responderam ano passado [2020], quanto nas perguntas anteriores que eu enviei no e-mail, a sua relação com o inglês em sua área de pesquisa? Como foi essa experiência para vocês? Quem vai falar primeiro?*

*Inácio: Pode ser a Marielle, né?*

*Marielle: Oi, ok, tenho primeiro, eu acho importante falar para vocês aqui que minha conexão hoje está bem instável, já tinha avisado a Janaina que eu tive uma queda hoje no meio de uma*

*reunião de trabalho então, se por acaso eu travar, se cair, aí é a conexão, aí eu aviso vocês por mensagens de celular, porque tá bem instável. Bom, relembrar a relação com o inglês na minha área de pesquisa: o inglês foi essencial para minha área de pesquisa, porque eu estudo justamente movimentos sociais de agricultores que estão tentando formar uma rede mundial. E são agricultores de todas as partes do mundo, e o inglês que possibilitou essa ligação e a comunicação entre esses grupos, entre os movimentos sociais, entre os camponeses, e foi o que me possibilitou também ter acesso a uma literatura que eu não teria acesso se eu não conseguisse ler inglês, que são autores indianos, principalmente indianos é o que eu mais tenho lido, egípcios, autores que não têm seus livros traduzidos para o português. Então, se não fosse esse contato com o inglês, eu não teria acesso. Então, para mim foi muito bom lembrar isso porque eu acho que eu voltei a ter uma boa relação com o inglês por conta disso. É isso!*

*Janaina: Obrigada, Marielle... Inácio*

*Inácio: Bom, só para recordar aqui, assim, a minha formação toda é em ciência da computação, e em Ciência da Computação as coisas têm uma outra velocidade em comparação com outras áreas exatas. Então, por exemplo, matemática, quando a gente se fala... quando a gente fala de algum conceito que é recente... a gente pode facilmente mencionar de 200 anos atrás, ou 100 anos atrás e, na computação, coisa de dois anos já é um muito tempo, uma coisa já entra em desuso, um conceito já, entendeu? Rapidamente... devido à evolução ser diferente na área. Então, desde a graduação, e eu estou falando aqui do início da graduação em 1998, as referências são sempre... mais atuais são sempre em inglês, porque até que seja feita a tradução, pode ser que aquela literatura já entre em desuso. É... porque tem uma longa tramitação até que um material didático esteja oferecido em português, e então muitas vezes a oferta do material didático, ela não... em português... não acompanha o avanço que os conceitos tecnológicos exigem, tá? Então, ela sempre foi muito importante desde o início, desde antes de entrar na graduação em Ciência da Computação, que é minha formação, e também foi como os termos que usei são colocados de forma um pouco recente, foi também nostálgico relembrar alguns conceitos que eu já venho usando há muito tempo, né. Então, e aí isso remete a mensagens que eu escrevi em inglês durante o período de mestrado e doutorado para pesquisadores estrangeiros de instituições estrangeiras, a possibilidade de eu fazer um período de intercâmbio no outro país, que não é de língua inglesa, mas a língua inglesa era o meio de comunicação não só no laboratório como no ambiente universitário, na cidade que eu estava, né, estou falando da Alemanha. Então, foi bastante importante para mim, desde sempre, a língua estrangeira, língua inglesa como língua estrangeira, para comunicação não só para obtenção de aprendizados de conceitos da área mesmo, mas como a comunicação com a comunidade que ela, diferentemente de áreas mais humanas, que às vezes tem alguma questão regional, que é muito importante, que se quer fazer uma comunicação para os pares que estão geograficamente próximos, né. As questões tecnológicas muitas vezes transcendem as questões locais, e por isso a comunicação com veículos acadêmicos em inglês, ela tem uma... uma importância bastante interessante.*

*Janaina - Perfeito muito obrigada. Que bom então, foram experiências positivas né, nesse primeiro momento? Eu já vou para segunda. Muito obrigada a ambos. E aí, então vamos falar um pouco também do... da sua relação com o inglês desde o começo até agora. Quais foram as maiores dificuldades ou facilidades de sua trajetória em inglês como Língua Adicional? Aí Língua Adicional é um termo que eu uso, mas se você preferir falar estrangeira também, tudo bem, são termos quase correlatos e cada pesquisador opta por um. Então, dei exemplos aqui “onde, quando, como” entrou em contato pela primeira vez, se teve que estudar muito sozinho, se você teve condições de fazer um curso e tudo mais, quem começa?*

*Marielle: Inácio, eu vou começar, Ok? Eh... essa questão, assim, para mim foi bem profunda, porque eu comecei a estudar inglês por iniciativa da minha mãe, eu estudava em escola pública, tinha 12 anos e ela perguntou pra uma professora, já que eu gostava de estudar, o que ela podia fazer para me ajudar profissionalmente, tá. E a professora indicou que ela me matriculasse num curso de inglês. E eu moro num bairro de periferia de Santo André, eu estudava na escola pública nessa época, e ela me matriculou no curso de inglês da [nome da escola privada de idiomas], no centro de Santo André, e então era um grupo de alunos muito diferentes de mim, muito diferente da minha realidade, as coisas que eles falavam, os interesses deles e até mesmo o os assuntos dos livros nos quais eu aprendi inglês, né... os assuntos que aqueles livros abordavam, eles eram muitos distantes da minha realidade, era tudo muito distante da minha realidade. Então não foi um contato positivo, porque eu tenho lembranças muito claras, eu ia duas vezes por semana no curso e... eram dias que eu não gostava, eram dias que eu sentia... não me sentia à vontade. Eu não tratava de assuntos que eu conhecia ou que me interessavam, eram muito distantes da minha realidade. E eu concluí o curso, eu não me lembro, que eu também, eu acredito que até foram vários anos, eu comecei desde aquele pré-básico, fui fazendo todos os módulos conforme eles indicavam, então já devo ter terminado com uns 17, 18 anos. Mas assim, foi uma obrigação, não foi por prazer, foi... foi um período ruim, não era uma aprendizagem gostosa, eu não sentia nenhum... atrativo. Concluí porque tinha aquilo na cabeça de que era importante para me inserir no mercado profissional, de que aquele curso, ou aquele certificado de conclusão daquele curso, seria importante para mim no futuro, mas essa primeira trajetória não foi bacana, mas de fato me possibilitou conseguir o primeiro emprego, porque no primeiro emprego era uma vaga que eles precisavam de alguém que conseguisse... era uma distribuidora de materiais de pneumática, e eles precisavam de alguém que conseguisse ligar para os distribuidores na Alemanha, nos Estados Unidos, e aí eu tive que fazer uma entrevista em inglês e só passei, consegui a vaga porque... por conta do curso, né. É... mas foi esse curso que eu fiz o começo ao fim na [nome da escola privada de idiomas], tirei o certificado depois no final, consegui esse emprego, mas que eu passei menos de um ano, e depois eu perdi o contato total com a língua. Depois nas minhas experiências profissionais posteriores eu não tive mais contato, eu nunca mais vi nada, nunca mais pesquisei nada e depois só voltei a ter contato com o inglês quando eu me candidatei à vaga de Mestrado, já na [nome da universidade onde estuda e pesquisa].*

*Janaina: perfeito Obrigada, Marielle. Inácio...*

*Inácio – Tá, da minha parte é um caso que eu considero de privilégio e trauma também, né, porque eu sou filho de professor universitário, e um professor universitário que me planejou junto com... meus pais me planejaram poucos meses antes de o meu pai fazer o doutorado, que foi nos Estados Unidos, então com 4 meses de vida fui morar nos Estados Unidos e, então, desde sempre tinha contato com os dois idiomas, né, português e inglês. Mas então tinha um conflito que era, em casa a língua portuguesa era falada, e o resto do mundo era inglês, então eu demorei um tempo para começar a falar, e a partir do momento que comecei a falar, minha primeira língua falada foi a língua inglesa. Bom, então até os 4 anos, eu tinha o vocabulário de uma criança de 4 anos dos Estados Unidos. Aí, quando eu cheguei no Brasil então não houve assim um choque de idiomas, porque eu já fui introduzido imediatamente a dois idiomas simultaneamente. O que houve foi a chegada no Brasil, após 4 anos de idade, e das crianças todas vinham falar comigo em português, e aí eu não entendia aquela diferença, né, de fala de uma criança de 4 anos com um adulto falando... e eu não entendia absolutamente nada, e depois de algum tempo eu passei entender que as crianças falavam “fala inglês, fala em inglês” e eu queria comunicar em português com as crianças. Isso foi um pouco traumático... demorou para que eu voltasse, que eu passasse a falar português, mas de modo geral isso me levou assim até uma certa repulsão ao estudo da língua inglesa, porque eu sempre estive na frente dos meus... no colégio, porque eu já tinha uma fluência que eles não... não me alcançavam, então, e as escolas de inglês não aceitavam que eu fizesse um teste e fosse para um nível mais avançado, porque o meu vocabulário ainda era de uma criança de 4 e 5 anos idade. Então, assim... as questões me colocaram em nível mais básico e aquilo se tornava algo monótono porque eu não aprendi as coisas novas e importantes. Eu entendo que ao longo da minha vida eu fui sempre, foi difícil eu conseguir estabelecer o nível que eu estou... pela primeira vez eu pude fazer, quando eu fiz a prova de nivelamento na [nome da universidade onde trabalha e pesquisa], mas ainda assim eu cometo alguns erros muito básicos, porque eu nunca me aprofundei no estudo, devido a esse fator transitório de eu saber pronunciar as palavras, mas eu tenho que muitas vezes alcançar ali um vocabulário que eu não tenho. E muitas vezes eu avanço do técnico e não avanço no... no coloquial né, então tem essas questões. Então, não tive assim uma transição do português para o inglês e do inglês pro português, eu sempre convivi com os dois idiomas. O que tem sido difícil é encontrar ambientes para praticar e me manter atualizado para que eu não, aspas, que não enferruje com essas questões, né. Então, uma maneira que a [nome da universidade onde trabalha e pesquisa] me possibilitou foi ofertar uma disciplina em inglês, uma disciplina de Ciência da Computação em inglês, e isso me tornou aqui... a pessoa que sempre teve que começar a pensar em inglês para poder me expressar com os alunos as alunas.*

*Janaina - Muito bom, muito bem, obrigada. Eu acho que a terceira pergunta, vocês já deram um insight da sua resposta, mas eu vou falar do mesmo jeito, que se vocês tiverem alguma... algo assim... a acrescentar....: você entende que a sua trajetória de EL tenha sido emancipadora? Marielle?*

*Marielle - É interessante que, com as suas perguntas, eu nunca tinha parado para pensar nisso, mas agora eu divido a minha trajetória com o inglês em dois momentos distintos: primeiro momento foi*

*esse momento aí dos 12 aos 18 anos, que foi totalmente negativo, então eu não sentia mesmo... é... tendo cumprido o objetivo inicial que foi conseguir um emprego por... por conta de falar inglês. É... como todo o curso foi muito ruim para mim, muito distante de tudo que eu acreditava, pensava e vivia é... foi uma coisa que eu queria mesmo guardar no passado. Então, por isso que eu até falei, saí desse emprego, não precisei mais, esqueci não fui mais atrás, é... então para mim não nesse... nesse primeiro momento não serviu, porque eles só me poss...o que eu enxergava era o inglês que o livro me passava ou que aqueles outros alunos do curso falavam, das suas viagens pro exterior, que era uma coisa que eu não tinha acesso. Eu não saía do Brasil, então pra mim não fazia sentido nada do que os alunos usavam o inglês e também não fazia sentido, assim, sentido para minha vida, para o meu dia a dia, então eu guardei o inglês, deixei lá no meu passado. E depois na [nome da universidade] que eu tive uma segunda fase com o inglês, e aí sim eu entendo que foi emancipador, que foi muito importante, porque aí eu comecei na [nome da universidade], eu primeiro fiz uma disciplina de mestrado, e aí eu comecei a ser demandada pra ler em inglês, e depois eu fiz os cursos da [nome da área da universidade] e aí eu percebi que eu não precisava usar meu inglês só para ler as coisas ou para assistir os filmes que não faziam sentido para mim, que eu não gostava, eu comecei a perceber que eu poderia usar essa Língua Adicional para ir atrás das coisas que eu acreditava, dos assuntos que me davam interesse, e aí é uma outra relação, eu mudei totalmente a relação com o inglês. É... ficou um trauma, eu ainda tenho muita dificuldade para falar, porque, não sei, é uma trava mesmo, eu tenho muitas lembranças ruins época do curso, então eu evito ao máximo falar, tenho bastante dificuldade de falar e tenho bastante dificuldade de compreender também, quando eu escuto para mim é muito difícil... Mas a leitura em inglês para mim foi libertadora, assim, porque aí eu passei a ir atrás dos livros que eu queria ler, dos artigos, dos assuntos que me interessavam, tanto no mestrado quanto no doutorado, e comecei a ver como era bom falar de assuntos... e ele me dava... saber o inglês me dava acesso a assuntos que me interessavam, descobrir autores e até contato com autores que me interessavam. Então esse segundo momento sim, eu vejo como bastante emancipador.*

*Inácio: Da minha parte eu também considero, assim, a resposta de sim ou não é sim, né. Mas a Marielle falou a palavra que eu já tava pensando, que é uma questão libertadora, né, você conseguir se comunicar com pessoas que não falam a língua portuguesa e você não fala a língua nativa da pessoa, a primeira língua da pessoa, e conseguir, e haver essa possibilidade de comunicação, né. Isso implica em diversas formas no modo acadêmico, né. Então a Marielle falou aí o exemplo do egípcio, né, que fala árabe, e de repente um artigo acadêmico tem resultados. Eu não falo árabe, o árabe não fala português, mas através da língua inglesa a gente consegue se comunicar, a gente consegue trocar e-mails e pode tirar dúvidas técnicas. E isso acontece em encontros, conferências, simpósios, né, que influenciam. Ela é libertadora por um lado, mas por outro, ela não é universal, né, porque ir para... assim como o Brasil tem as suas questões de pessoas estrangeiras chegarem aqui e não conseguimos somente com a língua inglesa ter essa emancipação total, o contrário acontece de nós irmos para... para alguns locais e esses locais não terem pessoas que estejam aptas a falar a língua inglesa. Então, por exemplo, eu já tive oportunidade de ir pra uma região da Itália em que simplesmente as pessoas não falavam inglês. Então, eu já acharia, vamos dizer assim, estranho, eu,*

*como uma pessoa que fala uma língua latina, me comunicar com uma outra pessoa que também é de uma língua latina em um idioma que não é latino. E... isso traz um exercício assim, pô... eu tenho que aprender o que a outra pessoa sabe para haver essa comunicação e respeito com o local, né, para ele não ser esquecido, né. Então, por exemplo, a Holanda teve esse problema, Portugal também tem um pouco desse problema, né. Portugal tem uma lei que os rádios que tocam músicas tem que ter trinta por cento das... no tempo de acervo, de produções locais de Portugal para que... para a preservação do idioma, o mesmo acontece na Holanda, né, porque existe um receio da perda do idioma, porque há muitas pessoas que circulam ali e que não falam português, e aquilo... as pessoas começam a falar inglês de forma muito ampla, e a perda dum senso local, da história, ela pode ficar em risco, né, por conta de um da imposição do idioma que não é local. Então aí que se tenha esse respeito também pela questão local, embora seja muito libertador saber uma forma de comunicação, que é a língua inglesa, que é comumente aceita como a forma que as pessoas vão se comunicar entre si, né.*

*Janaina: Muito obrigada. Vocês... ah... esta é última questão sobre a Educação Linguística, tá, em inglês, e aí vocês me digam se vocês querem fazer um pequeno intervalo para pular pras keywords ou se a gente... se a gente continua, tá bom? É uma última questão... como você entende o papel das Línguas Nativas, Adicionais, Estrangeiras, Língua Franca, qualquer tipo, tá, o papel das línguas em suas temáticas de pesquisa? Aí não necessariamente ligadas às keywords que vocês trouxeram, mas as temáticas de pesquisa que vocês utilizam, como vocês pensam no papel dessas línguas em relação a essas temáticas?*

*Marielle: É... bom na minha área de pesquisa é... o principal, eu tenho o conceito principal de soberania alimentar, que é até uma das palavras que eu coloco, mas é justamente uma área que estuda a importância da manutenção da alimentação local, nativa daquele povo, da importância do respeito à cultura. Então, na verdade, a gente acaba se deparando com muitas expressões locais mesmo. No Brasil é... muitas coisas que vêm da... das línguas indígenas, então, é interessante que a gente começa a vasculhar assim os textos, os arquivos é... eu vou buscando inglês, o espanhol também é muito importante nessa... na questão da soberania alimentar, a questão do sistema agro-alimentar, porque grandes movimentos, movimentos fortes mundiais se comunicam em espanhol, que é... o maior deles é Via Campesina, então o espanhol é importantíssimo, mas como tem muito ah... Muitos dos... dos movimentos são formados por camponeses, por indígenas por quilombolas, a gente acaba tendo contato também com muitas expressões nativas de cada país, assim da... dos povos originárias mesmo então é bem amplo.*

*Inácio: É... da minha parte é fundamental principalmente pela trajetória que eu escolhi. Então, embora a ciência da computação tenha essa... essa questão da língua inglesa, a trajetória que eu escolhi, né, a temática de pesquisa que consta na pergunta, a temática que me dá mais satisfação como pesquisador é o design participativo que eu até coloquei na... nas palavras, né, participatory*



design, que exige muito das línguas, né. Então, por exemplo, eu mencionei que eu fiz um est... um período... na Alemanha, então design participativo é inclusão de pessoas que fazem parte de um contexto para tomarem decisões sobre o desenvolvimento de sistemas computacionais, né. Então, é... eu, como brasileiro, eu impor, por exemplo, numa comunidade alemã, um design participativo e colocar isso em inglês é... eu estaria invadindo questões que não dizem respeito a mim, impor isto. Então, é... seria muito importante, se eu fosse fazer um design participativo num país não falante de língua inglesa, ou que a língua inglesa não fosse oficial, eu entendo que seria importante eu saber o idioma local para que aconteça uma melhor compreensão, melhor entendimento numa elicitación do que seria um sistema computacional a ser desenvolvido, tá. Porque tem expressões locais, tem realidades que são muito próximas do dia a dia das pessoas, e isso é a língua, né, é a língua que traz isso, né, uma identificação com realidades, então é... foi fundamental entender a Língua Nativa, a Língua Adicional, como uma forma também de... entender os costumes que uma comunidade tenha. Então eu acho que é fundamental o... a compreensão, o respeito da.. das línguas envolvidas numa forma de comunicação, principalmente na... nessa área que eu sigo, que é o design participativo.

Janaina: Perfeito, muito obrigada, acabaram as questões sobre Educação Linguística em Inglês. Vocês querem já seguir, já seguimos pro...[lendo as respostas no chat] Podemos seguir, ok. Então vamos lá, agora então eu vou perguntar para vocês sobre aquelas três keywords que vocês me deram e... eu vou tentar abrir aqui também para tê-las todas a mão porque... vocês viram que eu enviei para vocês... e eu coloquei um... como havia muitas palavras que não são da minha área, e eu gosto de me lembrar também das pronúncias, eu coloquei a transcrição fonética... é mais para me ajudar, porque... não sei se ajuda vocês ou atrapalha, ou fica mais confusa assim, né, mas... Então, assim, eu vou fazer perguntas sobre elas e vocês não têm que responder “todas” ou “nenhuma”, vocês podem responder “ah, uma sim, a outra não”, “essa sim aquela não”. Vocês podem ir pensando em quais que elas se encaixam, tá? Então eu vou... depois que eu fizer a pergunta, eu vou colocar as keywords aqui para vocês se lembrarem também. Então a primeira: suas três keywords, essa é para as três, tá?...ou alguma delas, desculpe, ou algumas delas pertencem a um grupo de palavras relacionadas entre si e que tipicamente ocorrem em conjunto em suas pesquisas, textos, áreas de trabalho, ou algumas se separam um pouco? Quem começa?

Marielle: Posso começar... É... das minhas três keywords, soberania alimentar e agroecologia é... normalmente elas aparecem ligadas, elas estão nos mesmos textos, porque é a soberania alimentar, ela defende um sistema agroalimentar que seja olhado de forma interdisciplinar, que seja olhado pela sua dimensão econômica, social, cultural, ecológica... Então, é... a soberania alimentar, ela não trata somente da quantidade de alimento produzido, quanto ele é produzido é... ela trata num aspecto geral mesmo, desde lá do plantio, como ocorre o plantio, quem planta, quem são as pessoas, é... a soberania alimentar é contra é... que os recursos naturais estejam... sejam patenteados pelas grandes empresas, então, a semente ter um dono, a água ter um dono, isso é muito ligado à agroecologia. Então, normalmente eles são conceitos que andam juntos, porque a agroecologia, ela não estuda

só as questões biofísicas, químicas do funcionamento de... do plantio, da colheita, da produção de alimentos. Ela também olha pro modo de produção, defende um modo de produção que seja socialmente justo, que seja participativo, que seja coletivo. Mas, a terceira palavra, que é a agricultura Urbana e periurbana, ela já tá separada porque normalmente o que se vê nas hortas urbanas é um manejo é... convencional, com pesticida tem o manejo das hortas urbanas, elas são normalmente... elas são conduzidas por um grupo familiar, por um coletivo, mas as pessoas não... aplicam todos os conceitos da soberania... toda a interdisciplinaridade da soberania alimentar ou da agroecologia. Então assim, apesar de ser uma produção coletiva normalmente... o método... a metodologia de produção ainda é convencional, então é o conceito que tá mais separado dos demais. É isso.

Janaina: E eles não... eles não aparecem, por exemplo, no mesmo texto, os três conceitos em... mesmo que seja numa questão assim... é... mesmo que a soberania alimentar seja uma forma de crítica à agroecologia tradicional, eles não aparecem no mesmo texto, no mesmo grupo ou como keywords de textos assim ou não?

Marielle: A agroecologia e soberania alimentar normalmente... sim, quase todo o tempo juntas. A agricultura Urbana... ela é pouco falada na... ainda... porque a soberania alimentar, ela tá olhando muito pro povo do Campo, né, então é esse olhar que eu tô tentando trazer... esse é o meu tema de pesquisa, é trazer esse olhar e “Olha, ok, o campo é o principal produtor é o importante, mas vamos trazer esse olhar também da soberania alimentar e da agroecologia pro... pras cidades”.

Janaina: Perfeito, entendi, Ok, Inácio... obrigada. Marielle...

Inácio: Ah tá, da minha parte, todas as palavras, elas aparecem normalmente no mesmo texto, tá? É... é porque a questão, eu vou ter que explicar um pouco do conceito, assim como a Marielle fez, eu vou ter que fazer uma explicação breve. É... a ciência da computação, ela passou a estar mais próxima do usuário a partir do... do lançamento dos computadores pessoais, né, que se deu isso na década de 80, e com a popularização, e com a queda dos preços. Até então, sempre houve historicamente a preocupação na codificação, tá, então, o processo de codificação, ela foi levada por uma grande disciplina que, de modo geral (eu tô colocando do modo mais simplificado possível, muitos detalhes aqui, mas eu demoraria muito tempo para explicar) mas... foi engenharia de software, que é a área que se preocupa com processos de codificação de sistemas computacionais. E, bom... e então alguma área tinha que... teria que se preocupar com a usabilidade dos sistemas computacionais, ou seja, tornar aquele sistema usável por seres humanos, né. Então, aí surgiu a área de interação humano-computador, que ao menos assim, grosso modo, é transversal, envolve questões de comunicabilidade, como semiótica, envolve outras disciplinas, como a psicologia, entre outros aqui que eu poderia ficar citando, mas que é a área da Ciência da Computação que inclui os fatores humanos na computação e sistemas computacionais. Então vem esse primeiro... historicamente, vem o pri-

*meiro termo que é o user centered design, que é o design centrado nos humanos, né... e pra.. onde é que se encaixa isso dentro da engenharia de software, que é a outra disciplina da ciência computação, essa preocupada com o processo de decodificação? Ela se encaixa na primeira de quatro etapas, que se chama a análise de requisitos, que é o requirement analysis, que é o segundo, então... há sempre uma tentativa de mapeamento de processos entre essas duas disciplinas interação humano-computador em engenharia de software. Então seria essa etapa na engenharia de software, que é a análise de requisitos, que é onde consta a especificação. E como se faz isso, como que eu, como cientista, gosto de fazer, tenho satisfação e fazer isso? Por meio de design participativo, design... participatory design, tá? Então, claro, à medida que se leem textos, todos esses termos se encaixam nos mesmos documentos, então estão muito relacionados entre si.*

*Janaina: Ok muito obrigada! Então assim, em suma, no caso da Marielle, é (gente, eu coloquei aqui e eu.. eu pus umas perguntas, aí que era para eu perguntar para vocês), é.. o agroecology e o food sovereignty, eles costumam aparecer juntos, aí eu coloquei aqui no final, que ele cortou [referindo-me ao chat], o Urban and ... periurban agriculture, sorry [corrigindo a pronúncia], ele já viria um pouco separado, não necessariamente nos mesmos temas. E já (Inácio, eu fiz uma baguncinha aqui porque tinha alguns casos que tinha mais de uma opção de pronúncia), então o... estadunidense a participatory design, que é aquela sílaba “anteproparoxítone”. E tem o inglês, que eles falam participatory design, mas pelo que você falou, vocês usam o estadunidense, né? O participatory design?[Inácio confirma em aceno]. Muito bem, então, o participatory design, o user-centered design e o requirement analysis ou se for... se for no plural analyses, mas é quase a mesma coisa... é... eu ia te perguntar isso, eu uso no singular, né?*

*Inácio: É isso mesmo, analyses.*

*Janaina: Ok.. é só para saber como escrever ali, porque se for plural vai ter um e no lugar do i e... ok, então tá certo.*

*Inácio: Mas, aí eu tenho uma observação sobre user-centered design...*

*Janaina: Tá faltando o “ed”, né?*

*Inácio: Depende, depende dos autores do texto, se eles são europeus, eles usam mais o centred, do jeito que eu escrevi aí... tá. Agora, se são do continente americano é mais comum aparecer centred. Mas... mas... a convenção é o modo europeu, porque as... os primeiros documentos sobre essas questões vêm da... dos países escandinavos, que adotam mais, por proximidade, um inglês europeu.*

*Janaina: Não, eu achei que você estivesse falando que faltava o meu “ed”, minha letrinha ali da fonologia falta o “idizinho” no final eu acho que eu coloquei só de center, pra... mas mantenho “cen” como sílaba tônica, né (então já... só para me ajudar, gente, essas palavras são desconhecidas para mim). Ok, perfeito. Então, eu vou deixar essas aqui, que eu já coloquei para vocês se lembrarem [referindo-me ao chat], e as perguntas são sobre essas mesmas, tá? Aí, agora então... em havendo, qual ou quais de suas três keywords apresentam, em suas áreas, é... múltiplos significados, noutras situações ou na própria pesquisa, mas acabam condicionadas a um significado dominante? Quais dessas três que vocês escolheram, vocês.. (ou qual, enfim) vocês podem dizer que elas têm múltiplos significados tanto dentro dessa área quanto fora e que... mas elas acabam sempre condicionadas a um significado dominante?*

*Marielle: No meu caso, o conceito de soberania alimentar, ele é um conceito muito novo, ele foi colocado pela Via Campesina em 1996, e é um conceito ainda em construção, ainda tem... tem muita, é... cada texto que você pega, ele tem uma definição um pouquinho diferente um do outro, mas o que é unanimidade assim, o que em todos os textos, apesar das descrições diferentes do que seja soberania alimentar, o que é pacificado entre todos que usam a soberania alimentar é que ela é um conceito político, e ela se contrapõe ao conceito de segurança alimentar, que é o conceito hegemônico, o conceito dominante é... que as pessoas mais usam e mais conhecem é o de segurança alimentar, que é um conceito que foi muito divulgado pela ONU, é um conceito que, se você vê naqueles ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que tem muita divulgação, aparece na TV, aparece em prêmios é... é o conceito de segurança alimentar. Então é... soberania alimentar, ele ainda... mesmo que os movimentos do... de camponeses, dos movimentos agroecológicos, ele ainda é um conceito em construção, mas é... o que todos concordam é que eles se contrapõem à segurança alimentar. E se contrapõe por quê? Porque a segurança alimentar, ela tem a preocupação de alimentar o mundo, de não permitir pessoas passando fome, só que isso pode acontecer é... se uma grande empresa multinacional comprar todas as sementes de toda a água do planeta, desde que eles forneçam alimentos, ok para a segurança alimentar. A segurança alimentar não contesta como é produzido, quem produz, quem é o dono do recurso natural. Já os defensores do conceito de soberania alimentar, eles contestam todo o modo de produção, todo modo de encarar os recursos naturais, as sementes, a água, o solo, então... é um conceito político, e é um conceito que se contrapõe à segurança alimentar essa é a unanimidade.*

*Janaina: Então a gente pode, só para ver se eu entendi, a gente pode entender que, embora a soberania alimentar, ele tenha, como por ser um conceito novo, talvez contra-hegemônico, como você diz, embora ele tenha algumas diferenças, dependendo dos autores e tal, ele vai sempre cair na mesma ideia de uma contra-hegemonia em relação à segurança alimentar. Então, dos três é o que tem isso, os outros, eles... eles já... não se fala muito de... não fica um autor falando “ai urban é isso” sempre ele tá mais... estão mais pacificados.*

*Marielle: Isso mesmo.*

*Janaina: Ok muito obrigada, Marielle. Vê se tá gravando o som direitinho. Inácio, por favor.*

*Inácio: Da minha parte, são três termos muito bem definidos já, eles não têm algum tipo de múltiplo significado. O que tem é que assim que, para cada um dos cada uma das três expressões, elas podem ser divididas em processos, então por exemplo, alguém poderia perguntar “como você faz o design centrado no usuário? Aí tem diferentes abordagens. Ou então “como você faz o design participativo?” não é “como você aplica o design participativo?” Então, diferente processo. “Como você faz análise de requisitos?” Aí tem diferentes processos, mas individualmente esses conceitos são muito bem consolidados, não têm múltiplos significados.*

*Janaina: Ok, muito obrigada... É... agora então terceira pergunta. Mesma coisa: em havendo, né, se houver algum caso, qual o quais de suas três keywords apresentam (ou apresenta) um status de palavras, ou conceitos indicativos (e aí eu vou repetir conceitos várias vezes) de conceitos sociais, práticas e normas e ordens, ou mesmo de temas específicos de estudo? Não sei se eu tô muito clara nessa questão, assim, mas é... alguns deles podem indicar práticas sociais? Ou podem indicar conceitos sociais, ou podem indicar práticas ou podem indicar normas, ou podem indicar ordens, ou mesmo temas do seu estudo inteiro? Assim, ele indica o tema da sua área que vai ser estudada. Bom, vamos lá então...*

*Marielle: Olha, vou tentar responder o que eu entendi da questão, se não for isso você é.. vai, vai me falando. Eu entendo que a agroecologia é esse conceito... porque a agroecologia, ela coloca uma nova prática social de como interagir com a produção de alimentos, então assim é... faz parte do conceito de agroecologia que seja uma produção participativa, socialmente justa, a produção e a comercialização. Então... eu entendo que a agroecologia se encaixa, orienta como deve, assim, ele dá um indicativo de como seria, de acordo com quem defende a agroecologia, o modo ideal de produzir, comercializar, consumir alimentos e interagir com o meio ambiente, respeitando o clima, a sazonalidade e também o grupo social daquela região.*

*Janaina: Sim, mas pelo que você disse antes, do food sovereignty, porque essa agroecologia pelo que você tá dizendo, ele não é só um conceito social, ele indica normas e indica práticas, indica ordens também, né. Mas pelo que você falou do food sovereignty, ele também não seria um conceito social? E imaginando que é um contra... contra-hegemônico assim, também, que ele presume um...*

*Marielle: Sim, é eu tinha pensado mais na agroecologia, mas de fato a soberania alimentar, o que ela coloca na verdade é que ela olha pro sistema alimentar, né, o sistema agroalimentar, mas ela*

*trata na verdade de uma mudança no funcionamento da sociedade, na estrutura social, porque a ideia que não... é a terra não tenha um dono, a semente não tenha... dono, os recursos naturais de forma geral não sejam de uma pessoa, ou de uma empresa. Então ela ... a soberania alimentar, ela coloca as questões da coletividade acima do... das questões econômicas, e... coloca que as práticas devem primar pela cultura local, respeitando a cultura e aquela sociedade local mesmo, por isso que a soberania alimentar, ela procura olhar pra comunidade mesmo, pra que esteja personalizado é... pra que não se repliquem práticas e imponham alimentos, métodos de produção, método de consumo padronizados no mundo inteiro. O que ela coloca é a produção, as práticas nativas daquela comunidade mesmo.*

*Janaina: Certo, ok, então seria a agroecology e a food sovereignty? Mesmo como temas específicos de estudos o Peri urban não entra, nesse caso, o agriculture?*

*Marielle: Não, a agricultura Urbana e periurbana, ela é predominantemente convencional, então assim, não... não existe uma contraposição ao modo dominante, ao modo hegemônico de produção e consumo.*

*Janaina: Ah tá ok... Inácio.*

*Inácio: Tá, eu vou por ordem de facilidade aqui, tá? Todas as três keywords que eu coloquei definem temas específicos de estudos. Então todas definem, tá? Então, por isso são termos muito amplos que eu escolhi, foi... não tive a intenção disso, mas foram palavras que me vieram à cabeça no momento de preencher o formulário. Então, no momento de submeter um artigo, sei lá, tópicos aceitos para submeter artigo nesta revista ou nesta conferência, aí tá lá participatory design do user-centred design e requirement analysis. Então assim, todos são temas. Ah... consequentemente, todos os três você pode levantar diferentes práticas, diferentes abordagens para cada um dos tópicos, porque, não vou chamar tema específico que não está na pergunta, mas comumente são colocados como tópicos. Então existem diferentes... para cada um dos três, existem diferentes práticas para abordar o desenvolvimento de sistemas computacionais, mas agora em relação a conceitos sociais, aí eu destaco principalmente o design participativo, tá. Por que esta palavra específica? Porque seria fácil eu adotar um discurso que é sempre a pessoa final a ser atingida pelo software, ela precisa ser ouvida, sempre. É muito fácil de adotar esse discurso, mas há situações que... isso não é verdade. Então, por exemplo, alguma situação bem concreta que eu vou dar como exemplo foi uma situação que foi solicitado, não por mim, por outro pesquisador, né, uma Prefeitura solicitou a um pesquisador que fosse desenvolvido um aplicativo de celular para pessoas com algum... problema de saúde mental. Então o que a gente usa popularmente que... os manicômios, né? E aí ele pediu para usar o design participativo para que, ou seja, as pessoas que estavam no hospital conceberem a ideia de software, e não havia condições, não havia condições, então a questão social ali influenciou. Acabou*

*que foi como... foi encomenda, envolveu recursos financeiros, isso foi auditado... tal. Foi feito uma... foi feito de um jeito que não seria uma maneira natural de se fazer, né? Que os usuários finais não seriam as pessoas mais indicadas para uma consulta de design participativo, mas as pessoas em todas as pessoas, profissionais de Saúde que tratam com esses usuários finais... soubessem mais o que os usuários precisam do que as próprias pessoas na... foi uma situação social, e também no... nesse caso, situação médica.*

*Janaina: Tá certo. Então, além das práticas e dos temas... de temas específicos de estudos que todos entrariam esse design participativo também ainda tem essa característica de ser um conceito que você considere social, mais aproximadamente social do que os demais.*

*Inácio: Sim, inclusive, há pesquisadores de ciência da computação que refutam a ideia do Design participativo, né? Eles acham que quem tem que decidir tudo são os... a equipe, são as pessoas que compõem a equipe de desenvolvimento que... que o usuário não... não sabe direito o que que ele quer, então alguém tem que decidir. E esse alguém seria a equipe de desenvolvimento, fato que eu discordo, eu acho que tem que ser, de alguma maneira, algumas pessoas têm que ser ouvidas. Em princípio, se não for possível, as pessoas usuárias finais o software, mas se não for possível, então pessoas que tratam dessas pessoas finais e que sabem o que é mais adequado para um uso ou outro de um sistema computacional.*

*Janaina: Perfeito, muito obrigado, gente. E aí também a mesma coisa, vamos para quatro: em havendo, qual ou quais de suas três keywords têm seus significados contestáveis, cujo entendimento completo requeira uma análise profunda? Então assim... aquelas palavras que geram uma contestação “não... não significa isso, significa aquilo” é... então talvez só uma dicionarização... um verbete de dicionário não resolveria as questões envolvidas nessas palavras. Se forem todas, se for uma, se forem duas não importa, tá? É... é só assim para vocês me dizerem se vocês entendem que essas palavras estão em discussão ou se elas não necessitam de uma análise profunda para o entendimento.*

*Marielle: É... no meu caso a agroecologia precisa dessa análise profunda para quem estuda profundamente conceitos de agroecologia, é claro, não há contestação de que a agroecologia, ela se trata de uma produção que respeita o meio ambiente, mas que também respeita o trabalhador, que exige que seja uma forma justa é... de... de produção e de comercialização, mas é um conceito que vem sendo muito utilizado pela grande mídia, pelos grandes supermercados, pelas grandes multinacionais produtoras de alimentos, que eu nem estou chamando mais de alimentos, estou chamando de produtos comestíveis ultraprocessados, porque não são alimentos de fato. Então é... primeiro teve aquela febre do orgânico, né? Que os grandes supermercados conseguem, eles fazem até setores específicos do orgânico. E tudo bem, orgânico é a produção... é a produção mesmo sem veneno, só*



*que aí eles começaram a cooptar também o conceito de agroecologia. Então você vê algumas embalagens desses produtos, “ah...é agroecológico lá no grande supermercado é agroecológico”, e não é agroecológico, porque o agroecológico significa que o trabalhador que tá lá colhendo a fruta que você vai comer... ele é respeitado, ele tem uma remuneração justa, ele tem os EPIs pra trabalhar, ele tem um dia de trabalho com respeito... Então a agroecologia existe no mercado, na mídia, na propaganda, no marketing, uma tendência de confundir os conceitos de orgânico com agroecologia, é como se fosse apenas “ó... produzir sem veneno é agroecológico”. É o que o mercado tem feito, e não é. Agroecológico pressupõe que não vai ter veneno, que respeita a cultura local, que trabalhador é respeitado. Então, normalmente, aquele produto vindo de uma grande multinacional é... ele não se encaixa no conceito de agroecologia. Ele pode até ter sido de fato feito sem veneno, mas agroecologia não é só isso, então é um conceito que eu vejo em disputa, porque o mercado quer usar esse conceito para vender um produto mais caro, para ter aquele nicho de mercado, mas de fato não fazem uma produção agroecológica. Podem sim fazer uma produção orgânica, mas não agroecológica.*

*Janaina: Só então o agro... agroecology, ok. Inácio?*

*Inácio: Tá, vendo a pergunta aqui, os significados não são contestados, tá? Então, só quando... alguém coloca esses termos, todo mundo entende que são tópicos de áreas específicas da ciência da computação e que mais ou menos as pessoas têm um consenso do entendimento do significado de cada um dos tópicos. O que acontece é que para o entendimento completo, como são tópicos, aí é necessária uma análise mais profunda, mas não existe uma contestação porque, como são tópicos, termos muito amplos, então por isso é necessária uma análise mais profunda para o total entendimento, mas em termos de contestação... não tem.*

*Janaina: Então, Inácio, assim, uma pessoa leiga ela... ela ela vai ter que... ela vai precisar de uma análise para além da análise linguística para entender esses tópicos, porque eles são temas de áreas então é, né, então essa análise mais profunda é necessária para os três?*

*Inácio: Sim, para os três, porque os três envolvem conceitos gerais, e processos específicos. Isso para cada um dos três, tá? Então não existe um assim “Ah isso aqui pode se... pode ser entendido de um jeito ou de outro”. Não, a gente sabe que o que aquele tópico significa, mas o entendimento sobre, por exemplo, se alguém, um leigo disse assim “não, faça aí por meio do Design participativo um software”, é muito amplo, é muito amplo. Então não... não é possível entender completamente o que uma pessoa quer dizer ao falar isso. Agora se teria que explicar o processo, e existem diversos processos, diversas abordagens de design participativo para se atingir uma concepção de software, aí precisa de uma análise mais profunda para saber o que exatamente é feito.*

*Janaina: Certo, e os três...as três então?*

*Inácio: Isso.*

*Janaina: Então é isso muito obrigada. E a penúltima, gente, eu juro que vai acabar (risos). Suas keywords estão próximas da realidade e vivem ou observam? Se sim, quais delas? Quais de suas keywords estão próximas da.. tanto da sua realidade, que você vive, quanto daquilo que você observa? Essa é meio minha filosófica, né, mas vamos lá..*

*Marielle: A agricultura urbana e peri-urbana, ela está sim próxima da nossa realidade é.. porque ela engloba toda ação de produzir alimento, ou mesmo ervas medicinais, dentro dos centros urbanos, cidades pequenas, médias, grandes. Então, é o produzir dentro do meio urbano, produzir, comercializar, consumir, enfim, integrado dentro do sistema urbano, e pode englobar a horta da casa das pessoas, os terraços verdes dos shoppings, as hortas coletivas de movimentos sociais.. Então é.. ela é ampla, ela engloba toda essa produção, comercialização e consumo nos centros urbanos, então ela... ela é bem comum no mundo inteiro. É... mesmo nas cidades maiores, que antes eu tinha o preconceito de “ah.. se a cidade cresce muito, a agricultura Urbana, ela vai desaparecendo”. E não, na verdade, agricultura urbana resiste e existe, mesmo nos grandes centros urbanos. Já a soberania alimentar e a agroecologia é.. muito distante do que a gente vive, muito... muito, porque, assim, ela contesta toda a lógica de produção que a gente vive, é.. a produção por multinacionais, grandes multinacionais dominarem... dez grandes multinacionais dominarem a produção de produtos comestíveis no mundo inteiro. É... produtos que são resumidos assim, que vão perdendo a sua capacidade até nutricional, porque assim “ah, se é mais barato fazer tudo de soja, faz tudo de soja”. E aí você vai lá e muda a textura artificialmente, coloca um sabor de morango, um sabor de baunilha, um sabor de qualquer coisa, mas no final das contas é tudo soja, ou é tudo milho, então assim é.. a soberania alimentar e a agroecologia significam não apenas uma mudança na forma de a gente se alimentar, mas uma contestação em toda a estrutura, em como a gente produz, como a gente encara o trabalhador, como a gente encara o meio ambiente. Existe respeito? A gente consegue conviver em harmonia? E a gente.... porque produzir... para a gente consumir, de alguma forma a gente tá extraindo, né? Tá retirando da natureza, é.. predatório, mas tem como a gente fazer isso de maneira mais consciente, mais respeitosa, convivendo em harmonia com o meio ambiente. Então não tá nem perto da realidade que a gente vive.*

*Janaina: Tá, Marielle, deu uma travadinha no meio, mas eu vou retomar, então: a agricultura Urbana sim, né, e periurbana também, mas os outros dois são conceitos mais contra-hegemônicos que não estão próximos da sua realidade, nem da sua vida, do que você observa. É isso?*

*Marielle: É isso mesmo.*

*Janaina: Muito obrigada! Inácio...?*

*Inácio: É...é bastante interessante ouvir a pessoa de outra, de uma área diferente da Computação, porque tem situações que convergem. Sistemas computacionais estão presentes em toda a nossa vida totalmente assim, modo geral, né? Então, hoje em dia a gente tem um computador de bolso, né, que é o nosso smartphone. E será que foi alguém que foi lá e que bateu à porta do Steve Jobs, que era o idealizador o primeiro iPhone, e disse “eu preciso de um computador de bolso que eu tenha acesso permanente na internet, e que eu me comunique e... constantemente com as pessoas, e que eu possa fazer muitas coisas simultaneamente... com aquele aparelho?” Será que alguém fez essa solicitação? Será que ele ouviu alguém dizer isso, ou será que foi a empresa que impôs isso? E aí a houve uma ampla venda no produto, e aí os concorrentes seguiram a mesma ideia, né... Então, o que eu quero dizer com isso? Será que houve participação, design participativo, na hora de criar isso? Então, assim, é... eu acho que faz parte da realidade de alguma forma, talvez negativamente, né, do... não... não foram feitos processos de design participativo para a criação de sistemas computacionais e isso talvez crie resistências nas pessoas para aprender coisas novas, porque aquelas coisas novas não foram feitas para as pessoas é... criarem aquilo, ou fazerem parte do processo criativo, mas elas foram criadas como caixas pretas prontas, né... caixa preta eu quero dizer, uma caixa fechada, sem espaço para furos, né? Para poder ver o que tem ali dentro. Prontas, e que as pessoas têm que se adaptar àquilo, e se a pessoa não se adaptar, a pessoa está fora daquele sistema, né? Então está... então a questão da realidade, sim, está presente, né, de forma negativa até. Por outro lado, em algumas situações, por exemplo, a rede social que... que nós da nossa faixa etária, que nós usamos, né, entre 30 e 40 anos de idade, né, usamos, o Facebook, ele passou a ser mais popularmente usado no Brasil a partir do momento que teve uma interface gráfica de usuário na língua portuguesa, né? Então aquilo se popularizou, né, até então era o Orkut, porque era rede que tinha apresentação de interface gráfica na língua portuguesa. Agora, teve alguém que participou dessa elaboração? Não sei, talvez o... porque em inglês tá like, né, no post, né (até post é uma palavra inglesa, né, postagem que seria a palavra em português). Like em português brasileiro é “curtir”, mas no português europeu é “gostar”, né, então tem... alguém foi consultado de alguma maneira, mas a cara, a estrutura, ela é exatamente a mesma para qualquer pessoa do mundo. Então é... e eu acho que tá presente, mas muitas situações mostram a ausência daquele processo, em outras situações uma presença mínima.*

*Janaina: É como se assim, na sua vida, na sua observação, então você sinte mais a ausência desses termos, no caso do participatory design, né, você sente mais a ausência deles na vida, na sua vida real e na sua observação geral do que a presença, de fato, deles né?*

*Inácio: Sim, porque vem de multinacionais que impõem, assim, aquilo para as pessoas, tá?*

*Janaina: Então não tem um participatory design?*

*Inácio: Eu não vou dizer que não tem, mas vou dizer que não percebo, tá? Então assim, e por isso que eu a... eu entendo que é papel do cientista da computação de uma universidade pública colocar isso, colocar a importância do usuário, a importância de ele participar da concepção e... "ah mas pra todo mundo?" Não, eu não vou conseguir incluir milhões de pessoas que fazem parte de um perfil que vai usar um software, mas eu posso incluir pessoas. Mas eu só posso incluir pessoas que fazem parte desse perfil como representantes dos usuários, e aí, sim, elas responderem como representante dos usuários questões que estão vinculados a um determinado tipo de perfil. Então, é uma forma que eu vejo de, até como a militância, né, de colocar as pessoas no processo de desenvolvimento de software, e que tome conta ali de questões que fazem parte dos valores das pessoas, fato que eu não percebo nos grandes softwares das grandes multinacionais.*

*Janaina: Bom, então é isso, é só o design participativo que você tá falando? Ou o user-centred também, porque é com foco no usuário, né?*

*Inácio: É com foco, mas talvez uma abordagem mais de dentro para fora. Ou seja, o que a empresa entendeu o que que o usuário precise, e não de fora para dentro, que o usuário entende que a empresa tem que fazer.*

*Janaina: Entendi.*

*Inácio: Tanto é que a... a gente pode até perceber uma facilidade maior de um sistema para outro e essa facilidade vem de onde? Vem de alguma percepção, algum entendimento que talvez a... a empresa que desenvolve aquele software passa a ter do seu usuário final, mas eu não percebo a participação do usuário final ali. O que que eu quero dizer? Que tenha... talvez exista ali um design centrado no usuário é... mas eu acho que o usuário não está como o protagonista desse processo.*

*Janaina: Certo.*

*Inácio: E o requirement analysis, ele está presente em qualquer desenvolvimento de software, isso é um padrão, então está presente em qualquer circunstância onde houver um desenvolvimento de software.*

*Janaina: Certo, muito obrigada. E aí então, vocês estão falando algumas coisas que estão fazendo pensar na terceira... na última questão, que é a 2.6, que é: em havendo também né, qual ou quais*

*de suas três keywords é ou são capazes de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa para os estudantes, ou mesmo para os pesquisadores? Bom... então, essa é um pouco mais profunda, né? Mas assim, quais dessas keywords vocês entendem que geram ou tem a potência geradora de novos... novos mundos e novas realidades?*

*Marielle: Jana, eu não vou ligar a câmera porque a minha conexão está muito instável, tá? Para tentar não travar aqui. No meu caso sem dúvida nenhuma é a soberania alimentar é... o que ela busca é uma... uma nova realidade da sociedade. E é importante destacar que a soberania, ela é alimentar, ela não é contra o comércio internacional, não é contra a existência de multinacionais ou aplicação de tecnologia de ponta na agricultura. É que ela questiona tudo isso, né? Então a tecnologia de ponta serve para quê? Qual é o objetivo? Porque se se não for para produzir um... um benefício do meio ambiente, para a população, para os seres humanos, não faz sentido. Então é a soberania alimentar, ela é bem profunda mesmo, ela coloca o comércio internacional, o... econômico, né, como... como secundário. Primeiro, vamos olhar para a realidade local, respeitar os recursos naturais, respeitar as pessoas, respeitar aquele meio ambiente, para só depois a gente pensar é... por exemplo, a terra prioritariamente, ela deveria oferecer os alimentos para a população local e, consumindo menos recursos, a gente consome menos recursos quando a gente respeita a sazonalidade, por exemplo, é... porque aí você respeita é... a natureza já... já te provê, já te diz o que você deve produzir em cada época do ano, em cada solo, então sem dúvida nenhuma que o que busca produzir uma nova sociedade uma nova realidade é o conceito da soberania alimentar.*

*Janaina: A agroecologia não?*

*Marielle: Sim, também, a agroecologia também, porque a agroecologia também, ela faz essa... ela contesta também a... o modo de funcionamento da sociedade. A soberania alimentar e a agroecologia acabam andando muito juntos sempre, né?*

*Janaina: Certo muito obrigada! Inácio...?*

*Inácio: Tá... é... não. É bastante filosófico mesmo (risos). Tá... é... gerar um novo mundo, né... “gerar novos mundos e pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa”.*

*Janaina: Mas, Inácio, acho que muito do que você disse me lembrou isso, não sei se.. eu tô enganada...*

*Inácio: Sim, é que assim... todo e qualquer desenvolvimento de software, ele exige uma análise de requisitos, né, requirement analysis, né? Então, isso faz parte do processo de desenvolvimento de*

*software. E o processo... o desenvolvimento de software gera novos mundos, né? Nós temos antigamente né... eu cheguei a pegar um pouco isso. O sistema operacional... era um sistema que era para pessoas altamente qualificadas em Ciência da Computação. Então, a operação era com linguagem de comandos, que era o DOS, né, era o que a gente... as pessoas não conseguiam... não existia o mouse.. que... isso foi introduzido. E foi introduzido por quê? Para facilitar o uso de seres humanos e, então, assim, isso gerou um novo mundo em que novas pessoas puderam fazer parte deste uso de computadores. Então é... no momento em que você quer facilitar as coisas, né, que... que os artefatos virtuais que estão num software, você coloca, de certa forma, o usuário como algo que está no centro, o user-centred design, né? Então, assim, sim, tem criado novos mundos, nós fizemos aí, até situações com mundos virtuais, de realidade virtual. O pessoal coloca os óculos e vai para um outro lugar, isso proporciona benefício (eu fui crítico, né, nas perguntas anteriores), mas proporciona situações... Por exemplo, uma pessoa que tem a claustrofobia, o momento de fazer um... um exame de ressonância magnética, que é um exame demorado, que a pessoa fica dentro de um tubo fechado, a pessoa que tem claustrofobia, aquilo pode ser uma experiência muito negativa, né? Mas se for alinhado isso com uma realidade virtual em que a pessoa coloca óculos e transfere sua mente para um mundo que não... que não é claustrofóbico, aquilo pode ser positivo, né? E é o desenvolvimento desses artefatos, feito por pesquisadores, que eu coloco aqui a... a ciência como frente para abordar esse tipo de situação. Por que eu coloco isso? Porque... será que um sistema desse dá lucro? Ele vende aos milhões e daria lucro pra uma empresa? Talvez não, mas uma universidade está aí para pautar esse assunto, e colocar que é importante desenvolver sistemas em que o usuário esteja no centro, e mais do que isso, o usuário participe da concepção daquele sistema. Aí então a criação de novos mundos por meio de as pessoas estarem no centro do processo de design. E mais do que isso, estarem como protagonistas do processo.*

*Janaina: Bom então deixe só me ver se eu entendi é... o requirement analysis, ele foi no passado uma um termo gerador de novos mundos, de novas realidades, e é isso já ficou hegemônico hoje, mas o participatory design e o user-centred ... analysis, não né?*

*Inácio: User centred design.*

*Janaina: Design, sorry! Eles ainda estão num processo de gerar novos mundos, de gerar novas, porque você falou aí é... o papel da universidade propor isso, porque dentro do nosso sistema isso não daria lucro, talvez não daria lucro, mas é o nosso papel essa mudança, então ele criaria, né, essa... sugestão dessas duas palavras, essa sugestão feita aqui por meio dessas duas palavras poderiam indicar novas realidades?*

*Inácio: Sim, mas só pra destacar, o requirement analysis, ele é ... parte de um processo, então não é não está em desuso, ele está em permanente uso. Ele foi definido ali na década de 70 quando*

*começaram a surgir os primeiros cursos de Ciência da Computação, e as primeiras disciplinas da engenharia de software, que é uma área da Ciência da Computação. Então, é uma prática, então “vou desenvolver um software, o que que eu preciso fazer primeiríssimo lugar?” Especificação de software. O que que faz parte da especificação? Análise de requisitos, tá? Então o que que as pessoas vão fazer? Quais são as funcionalidades, qual computador vai rodar melhor? Qual o sistema computacional é mais adequado? Qual o melhor browser para usar? Isso são os requisitos, isso eu entendo que nunca estará em desuso, tá?*

*Janaina: Sim...sim...*

*Inácio: Isso é um conceito que está consolidado, é uma prática, tá? E o user-centred design e o participatory design, eles estão aí para pra... pra incluir as pessoas. E o papel que eu quis dizer da universidade, é levantar questões que o mercado não vai levantar, por quê? Porque não dá lucro. Então não dá lucro, por exemplo, desenvolver um jogo para crianças com síndrome de down. Por quê? Porque a população é muito pequena e as crianças com síndrome de Down não compram, quem compram são os pais, e elas têm que ter uma condição financeira favorável para poder comprar um computador em que vá funcionar aquele jogo. Bom, então, de modo geral, eu dei argumentos aqui para não desenvolver, porque não dá lucro, mas são pessoas, são seres humanos que estão ali, e que, se forem bem estimuladas, vão poder ter uma vida independente, até no ponto de vista financeiro, podem ter uma formação e ter... uma formação acadêmica, né, e trabalhar, de uma forma que contribua com a sociedade. Essas pessoas merecem atenção, e eu dei um exemplo, mas existem diversos outros exemplos é... que que estão aí para nos consolidar, mas... nós associamos também a pessoas com deficiência, pessoas que podem ter deficiência física, né, é uma pessoa que não tem um braço, não tem uma mão, não tem uma perna, mas essas pessoas... o sistema cognitivo é comum que esteja no seu funcionamento pleno, mas as pessoas com deficiência cognitiva, talvez não. E se a universidade não pautar isso, não será o mercado que vai pautar, porque não dá lucro.*

*Janaina: Então é uma... você entende que também o requirement analysis também seria uma geradora de novos mundos? Ou ele já é uma algo que já faz parte da sua realidade? Eu sei que não saiu em desuso, mas é algo que já faz parte da sua realidade, da realidade da área toda, né? Ou ela e ainda é capaz, como o participatory design e o .... user centred design, são capazes então de criar essas discussões e essas novas realidades? Você acha que o requirement também, ou são só esses dois e o requirement já estaria naquilo que já faz parte da sua realidade?*

*Inácio: O requirement analysis ele necessariamente faz parte do desenvolvimento de sistema computacional... voltado para usuários comuns, tá? Ele só não faz parte em situações muito específicas. Então, por exemplo, alguém quer fazer uma simulação e o público é totalmente voltado para conhecedores de Ciência da Computação. Aí você não precisa nem ter a interface gráfica de*



usuário. *Que que é a interface gráfica de usuário? É quando temos o mouse, temos ponteiros, temos formulário, coisas que nós conseguimos ver e interagir de uma forma que esteja um pouco mais próximo do natural, né? Agora, aí não se faz necessário fazer um levantamento amplo, as pessoas já têm familiaridade com uma linguagem, até de comando, né, até eu na minha tese, como era uma prova de conceito, muitas coisas eu fazia livre de comando. Por quê? Por que desenvolver uma interface gráfica? Levaria um tempo, mas o usuário seria só eu e algumas pessoas ali que viriam a interagir com o sistema que eu estava desenvolvendo. Então não havia necessidade disso porque o uso daquilo não eram... não eram voltados para pessoas, assim, leigas em Ciência da Computação, então não se faz parte. Agora o desenvolvimento de software voltados para usuários comuns, aí sim aí precisa necessariamente de uma engenharia de requisitos, né... que eu já tô traduzindo aqui, mas é porque faz parte do processo, isso se dá de modo normal, natural, assim, bom, então faz parte da geração de novos mundos para os usuários de sistemas computacionais a aplicação de técnicas de engenharia de requisitos.*

*Janaina: Então poderia ser os três nessa pergunta, você colocaria os três as três keywords que você colocou, elas fazem parte dessa geração de novas realidades, né?*

*Inácio: Sim, sim, coloca os três.*

*Janaina: Ok, muito obrigado eu vou deixar de gravar, gente... tudo bem? Eu já terminei as perguntas, querem fazer algum comentário final para ficar gravado?*

*Inácio: Eu gostei bastante principalmente de ter duas pessoas de áreas diferentes a participar aqui porque eu achei que as ideias não iriam convergir, mas ...convergiram, talvez por convergência de opiniões políticas sobre as questões que envolvem as áreas, né? E daí talvez, ao ampliar a discussão, a convergência surgiu naturalmente, mas eu tenho minhas dúvidas se fossem, por exemplo, duas pessoas da mesma área, mas com opiniões políticas diferentes, se isso iria convergir, talvez não.*

*Janaina: Certo...*

*Marielle: Jana, foi muito bacana porque a hora do Inácio, para mim é assim uma incógnita, não entendo nada...*

*Janaina: Aprendemos muito né, Marielle, hoje.*

*Marielle: Eu nunca parei pra pensar no mouse, por exemplo, né, que tá no nosso dia a dia! Muito interessante!*

## ENTREVISTA 2: FRANCISCO

### **Notas:**

1. Esta entrevista foi individual;
2. Para conservar a identidade do pesquisador convidado, criei para ele um nome fictício, Francisco, bem como protegi algumas informações que lhe pudessem expor, como nome das instituições em que trabalha, estuda ou pesquisa;

*Janaina: A hora que aparecer gravando aí. Apareceu? Tá gravando para você?*

*Francisco: Apareceu, sim.*

*Janaina: Ok, por favor.*

*Francisco: Então autorizo a gravação de imagem e som.*

*Janaina: Obrigada, é para os usos da pesquisa mesmo. Também, se você não se sentir confortável em qualquer momento, o seu nome vai ficar protegido, vou criar um pseudônimo, né, mas se você não se sentir confortável, a qualquer momento durante a entrevista, você tem todo direito de se retirar, de não responder algumas questões, enfim, fique bem à vontade, ok?*

*Francisco: Tá bom.*

*Janaina: Vamos lá, então eu vou colocar aqui as keywords que você escolheu, só pra lembrá-lo, né, e também eu coloquei a transcrição fonética em todas, porque havia algumas... as suas são próximas da minha área, mas havia... algumas muito distantes, assim, então coloquei todas, só para me ajudar. É ... imperialism, dependence and development.*

*Francisco: Tá.*

*Janaina: Então, nesse primeiro momento eu vou perguntar mais especificamente sobre a sua relação, né, com a sua Educação Linguística. E se você quiser falar também qual a sua primeira língua, qual foi sua Língua Nativa é... quais foram as línguas que você foi aprendendo também, fique à vontade. Então a primeira pergunta, nesse primeiro momento, Educação Linguística em Inglês, que eu vou chamar de ELI, e vou colocar aqui também, se você quiser ver. Então, como foi para você relembrar naquele momento lá do questionário e nas perguntas anteriores, né, sua relação com o inglês na sua área de pesquisa?*

*Francisco: Como é hoje ou como evoluiu com o tempo?*

*Janaina: Quando você foi... responder aquelas perguntas, lembra? que eu mandei lá em dezembro, novembro?*

*Francisco: Sim, sei, eu lembro.*

*Janaina: Então você teve que pensar, né, nessas keywords de inglês sobre a sua área de pesquisa. Então como foi essa experiência naquele momento?*

*Francisco: Bom, é o seguinte, eu acho que o meu caso provavelmente um pouco... talvez particular, não sei como são, né, as outras pessoas que você entrevistou. Eu cresci com inglês dentro da casa, certo. O meu pai é... nasceu nos Estados Unidos. Então ele sempre conversou comigo em inglês, né. Eu nasci, cresci na Grécia, né, então a minha língua materna era o grego. E eu demorei pra falar inglês, né, comecei a falar com uns sete, oito anos, eu resistia e não sei o quê, pelo que eles contam pra mim, mas depois foi, né, a língua da casa, eu fui falando com meu pai, né. E no segundo... no Ensino Médio, inclusive, eu fui numa escola onde meu pai trabalhava como professor de Ensino Médio, era uma escola internacional, que era em inglês, então a minha inserção na língua vai... né, tem uma pré-história, né, antes da pesquisa, certo. Eu aprendi inglês, né, no Ensino Médio, assim fiz escola em inglês no Ensino Médio, certo, embora minha **língua** materna fosse, né, o grego. Então... e depois eu fui, tenho também a família dos Estados Unidos, eu fui estudar com... fui morar com meu tio lá, e fiz faculdade lá, e ali que eu comecei a estudar, né, assim, em livro de pesquisa, e tal, de estudos, né, na faculdade lá, em inglês. Então eu... depois de tudo isso, o inglês é a minha melhor língua, né, melhor do que meu português, melhor do certamente do que o que o grego, né, que já é distante. Então o inglês é a minha língua de preferência no trabalho, na pesquisa pelo menos, no ensino obviamente aí tudo em português, mas no trabalho é... pelas redes, né, que... na comunidade acadêmica que eu participo. É... tudo acaba sendo em inglês, né, então a minha exceção nessa trajetória é essa, eu dependo muito do inglês, né.*

*Janaina: Então, no momento em que você teve que pensar nessas keywords não foi nada tenso? Foi algo bem tranquilo para você? Porque você tem o inglês, né, como segunda...*

*Francisco: Isso.*

*Janaina: Ok, perfeito. E aí então, e essa daqui, no segundo, você já falou bastante sobre a trajetória com o inglês a segunda pergunta, mas caso tenha havido, então, alguma... quais foram as maiores dificuldades ou facilidades em sua trajetória em inglês como Língua Adicional? E aí, então, como o seu caso é específico, é... nós teríamos que pensar ali naquele primeiro momento em que você teve o contato, né.*

*Francisco: É assim, quando eu entrei em contato para estudar mesmo, no Ensino Médio, eu tava... bem atrasado, né, em comparação com outros alunos, que eram alunos é... que muitos deles já falavam inglês eram, né, sei lá de onde, mas falavam inglês melhor que eu, né, eu tinha estudado em escola grega. Então, eu comecei ter... precisar estudar inglês, ler livros, escrever, sabe, tudo aquilo era um esforço aí pelos 12, 13 anos, né, aí comecei a enfrentar esse outro ciclo de estudos em outra língua. Então é... mas depois de dois anos, acho que virou mesmo a minha língua principal, porque assim, você vai se adaptando e, desde então, sempre... não teve mais volta, né, sempre foi esse o caminho de estudos. A adaptação, portanto, foi bem... aconteceu bem cedo, é... era uma Língua Adicional, né, mas numa idade, né, ainda jovem de... de 12, 13 anos que eu que eu fiz essa transição.*

*Janaina: Certo. Eu uso o termo Língua Adicional, é por minha opção, mas se você preferir usar a Língua Estrangeira ou alguma outra opção, existem muitos teóricos que falam sobre isso e todas são muito viáveis, tá bom? Você entende, então, que a sua trajetória e ELI tenha sido emancipadora? Seu contato então, você entende como emancipador?*

*Francisco: Com certe... assim, tem que ser relativizado, um pouco, né, porque outras coisas também são emancipadoras, né, mas no sentido de abrir portas, de facilitar uma ... alcance maior, né, nas leituras, de poder enfim... O inglês também, por ser uma língua até certo ponto, uma Língua Franca na ciência, não é, uma vez que você tá dentro, você pode ler, né, pesquisas, estudos e que vêm desde a China até as Américas. Então você... nesse sentido é emancipador, né, nesse sentido, né, que você ganha acesso. O que não quer dizer que a pessoal que fala inglês vai ler, né, o que vêm de outros países, acho que tem outros obstáculos, também que... outros vícios que não dependem só da língua, mas que abre portas, abre... né. E tem, né, esse potencial, sim com certeza, com certeza.*

*Janaina: Perfeito, quer adicionar alguma coisa? [percebendo que Francisco ainda tem algo a dizer]*

*Francisco: Não é que as línguas têm... as línguas são emancipadoras nesse sentido, né. Toda língua, né, não só o inglês, é assim. Eu aprendi também português, isso abriu todas as portas na América Latina, porque a partir disso eu podia ler espanhol. Eu fiz também aula de espanhol, então, eu fui, né... as línguas abrem essas portas, nesse sentido, sim, mas a pessoa também tem que querer, né. Também não é só você aprende e automaticamente se emancipa, né, tem que ter vontade e interesse e ideologicamente tem que ter uma orientação para isso, né, porque você pode aprender línguas e não passar, não ir pra esse lado novo não, para esse lado de, né, expandir horizontes, mas tem que querer...*

*Janaina: Certo. O seu... então você estudou no ensino grego até o que a gente chama hoje de Ensino Médio.. de Ensino Fundamental, né, depois o Ensino Médio nos EUA?*

*Francisco: Não, não. Fiz o Ensino Médio na Grécia, mas numa escola Internacional.*

*Janaina: Ah, sim, é verdade, desculpe...*

*Francisco: E continuei na Grécia até os meus dezoito anos..*

*Janaina: É que você falou que tinha alunos que falavam muito bem o inglês..*

*Francisco: É porque essas escolas internacionais juntam gente de todo mundo. Assim é... de empresas transnacionais e diplomatas, sabe? É esse tipo de gente que viaja pelo mundo e passando de uma escola internacional para outra, sempre estudando inglês, entendeu? Então pessoal já tinha... já tinha estudado em inglês e eu não. Aí quando eu cheguei eu tive que fazer essa adaptação.*

*Janaina: Você tinha tido só um contato oral, né, dentro de casa, mas não tinha estudado formalmente, depois passou a estudar formalmente nessa escola.*

*Francisco: Sim, sim.*

*Janaina: Agora a última pergunta sobre, né, sua trajetória em ELI, é uma pergunta um pouco mais profunda é...*

*Francisco: Essa é profunda? (risos)*

*Janaina: (risos) Como você entende o papel das línguas na...(Adicionais, Estrangeiras, Maternas, né) em suas temáticas de pesquisa? Como você entende esse papel?*

*Francisco: Então essa é uma pergunta que não tem uma resposta muito completa, né. Porque... resolver esse tipo de desafio é uma luta constante, né, porque não tem solução dada. Então a relação entre as línguas, especialmente uma língua grande como o inglês, grande no sentido de alcance internacional, e uma língua menor, que é o português, embora tenha o seu também alcance, né, essa relação acaba sendo uma relação de superioridade e inferioridade. E isso... acho que a sua pergunta mais ou menos essa, né, como se entende...caminha pra esse lado essa pergunta? Que é isso que eu entendo quando você faz essa pergunta é uma relação entre duas línguas, que uma que têm um poder no de projeção e outra que não. É é assim que eu li essa pergunta...*

*Janaina: É, então como é o papel das línguas, nesse caso, pensando nas suas temáticas, elas tiveram, todas elas, um papel ou outro. Então, quando você diz, uma teve uma relação mais como Língua Franca, mais de superioridade, de mais alcance, né. É e você vê isso como influenciando sua temática de pesquisa também? Você pensava sobre isso, sobre as línguas, e sobre, né, na sua subjetividade também? Se ela influenciava, porque você também teve o grego, né, e isso influencia como? Então acho que você respondeu bem que “eu entendo o papel das línguas com posicionamentos”, né, com posicionamentos políticos, posicionamento, né. E você vê também na sua subjetividade esse posicionamento das línguas influenciando as suas temáticas? Ou você não pensa sobre isso? Bem acho que você pensa, né, pelo que você falou...*

*Francisco: Não, eu acho que... é o seguinte, acho que as três temáticas que coloquei que é imperalismo, dependência e desenvolvimento, certo? Você está falando dessas três temáticas?*

*Janaina: Não, então essas são as três Keywords que você escolheu. As temáticas, aí estão todas que você já pesquisou. Isso aí pode incluir mestrado, doutorado...*

*Francisco: Então não, essa questão então é o seguinte: há um problema é... muito básico nas Ciências Sociais, pelo menos, não é. Como nos últimos 50 anos, ou nos últimos séculos, as Ciências Sociais se desenvolveram no centro dos impérios e se projetaram de lá para cá, prevalecendo também não apenas as línguas, mas certos assuntos, certas temáticas que eram interessantes para os próprios impérios. Então, questões de desenvolvimento, por exemplo, não estavam na pauta dos próprios impérios, não é. Então essa essas perguntas é... embora o termo “desenvolvimento” tenha uma história da linguística própria, uma etimologia, mas o termo de desenvolvimento como algo programado, né, como algo que o estado promove intencionalmente, sabe, com planejamento e tudo, isso é a partir dos anos... você generaliza, digamos, depois da Segunda Guerra Mundial, não é.*

*Tem as experiências, né, da União Soviética que teve... começou essa história toda da planificação, né. Mas depois da Segunda Guerra, esses termos entram em vigor e continuam a ser pautados pelas academias do Norte, né, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos. Então, então os conceitos, nas línguas deles, acabam sendo... cooptados pelos interesses deles, né, ou pautados pelos interesses deles, mas não quer dizer que a língua em si é o obstáculo, não é, porque muitos dos movimentos de libertação que repautaram essas coisas aconteceram nas mesmas línguas, né. No Vietnã, em francês, na África, nas línguas inglesa e portuguesa e francesa, em Cuba, em espanhol. Enfim, não é a língua em si necessariamente que é o obstáculo, né, mas os sentidos, né, a ressimbolização dos termos, o que significam o que não significam. Eu digo isso, mas também não... não quero dizer que... tudo pode acontecer dentro ou deve acontecer dentro das línguas, né, europeias. Acho que tem outra conversa sobre a relação entre línguas não europeias com as europeias em determinados países, inclusive nas Américas, mas também é no mundo, é esse colonial todo, não é, sendo que em qual lugar.... acho que não sei até que ponto vai a sua pergunta, mas é uma pergunta muito profunda, né, ela toca em muitos aspectos lá, né, muito além da pesquisa que eu faço. Assim, a língua que as crianças pequenas é... aprendem, se é inglês, né, aprendem matemática em que língua, né, tudo isso em que língua? Então, são questões, não quero minimizar esse lado, né, mas se a gente focar só nas pesquisas científicas, acadêmicas, que a gente faz, tem sido possível transformar o sentido dessas... dessa terminologia, dentro dessas línguas, não é? O que é imperialismo, o que é desenvolvimento, o que é dependência, tudo isso aconteceu dentro das línguas, né, dadas pelos europeus, né. Agora há um outro problema que é da tradução e do poder de projeção dessas línguas, não é. Então, na nossa área... a grande explosão, digamos, científica, que aconteceu a partir do Sul, né, da África, da Ásia, da América Latina, que aconteceu no pós-guerra, essa explosão teve pouca projeção, né, nas Ciências Sociais como um todo. Ou seja, muito assim... novas universidades foram criadas, sistema de educação e a infraestrutura de pesquisa foi expandida radicalmente nos anos 50, 60, 70, não é. Na África, nas Américas, né, na Ásia, e uma geração toda cresceu, né, ganhou diplomas, se tornou doutores, né, enfim, mas pouco disso chegava, mesmo sendo, assim, mesmo sendo em inglês, digamos, vindo da África ou da Ásia, havia um obstáculo, um impedimento, um bloqueio, né, às ideias que vinham desses países, e não era por causa da língua, porque muita coisa estava sendo escrita em inglês, em francês, mas o bloqueio que acontecia não era por causa da língua, era por causa do preconceito mesmo, né, às ideias que vinham mais rebeldes, mais revolucionárias, mais... né. No caso das Américas e da América Latina, havia um problema adicional, que muita coisa que se escrevia em espanhol, em português, e não em francês, inglês, tinha um obstáculo maior ainda, porque inglês e francês... Naquela época inclusive o francês também era muito importante, agora perdeu bastante espaço. Então eles, pelo menos quem escrevia da África e da Ásia escrevia nessas línguas, e o bloqueio era mais ideológico do que linguístico. Nas Américas, e na América Latina em particular, o bloqueio era também linguístico, né, porque essas línguas são menores ainda nesse sentido de poder de projeção. Então, tinha pouca coisa que se traduzia. Os grandes pensadores digamos, brasileiros, dos anos 60, 70, poucos deles foram traduzidos, e daqueles, muito pouco das obras deles foram traduzidas, não é. Eu posso listar nomes de certos ... grandes autores que enfim, fizeram, enfim, um impacto no Brasil e na América Latina, as obras deles não chegaram, né, nem nos Estados Unidos nem na Europa. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, não é, um que teve o maior sucesso, digamos, da Sociologia a partir da América Latina no mundo, uma ou outra obra*



*foi... ele escreveu uma montanha de coisa, né, então, uma ou outra obra dele foi traduzida, certo? E outros tiveram, né, a mesma sorte ou até pior, né. Assim, então existiu sempre esse problema, né, de poder dialogar, e não apenas superar barreiras ideológicas, mas também linguísticas. Isso tem uma sinergia entre esses dois obstáculos. Então, não sei se eu tô viajando, assim, e tá saindo da sua pergunta, mas acho que é... assim que eu li a sua pergunta, né. Então, por outro lado, também tem o fato de as Ciências Sociais, eu tô falando das Ciências Sociais só, ok? O fato de Ciências Sociais também serem ideologicamente muito dependentes do Norte, não é, significava que as ideias... a América Latina também não lia, né, muito do que vinha da África e da Ásia. Então, você tinha uma dependência epistemológica muito forte em relação à Europa e aos EUA. E normalmente não era necessariamente da questão das línguas, né, e sim a orientação ideológica, né, que tinha uma estrutura dada desde a colônia. Então, você tinha uma dependência, né, todas as ideias têm que passar pela Europa para serem validadas. Se não passar pela Europa, se passar pela África na Ásia, ou China, Índia não tem validade, tem que... mesmo se aparecer lá, tem que ser validado por um europeu, para daí sim, então o pessoal ler. E isso acontece até hoje, de fato. Então se tinha e se tem esse problema até hoje, pelo menos no nosso caso, até poder ler inglês, né, e ter o potencial, a capacidade de ler o que vem da África, da Ásia, mas não fazer, porque entra outro, né, em vigor... outra estrutura ideológica que é ainda, né... que não tem nada a ver com a língua em si, mas tem né, uma... causa ideológica, de dependência, né. Ter que passar pela Europa para a gente aceitar. Bom, então quando vi a sua pergunta, pensei em tudo isso, que então a língua é importante, mas tem que ser... mas não é só essa relação entre as línguas lá nas temáticas que eu trabalho passa por obstáculos linguísticos, sim, mas por outras coisas que, às vezes, usam as línguas como pretextos, né, pra não acontecer algo, né, mas não é... mas tem uma relação entre a lógica por trás, que sem impõe nesses vazios ou enfim essas contradições todas, né. (risos).*

*Janaina: Perfeito (risos), muito bem, muito obrigada. Eu vou então colocar suas... novamente suas keywords, que agora nós vamos então pra segunda temática, que são as perguntas sobre as suas keywords. Então, eu vou perguntar sobre elas, ou sobre algumas delas, e você pode dizer assim: “ah, essa sim, essa não, nenhuma delas, todas elas” né, então na sua visão sobre elas, porque você que é o especialista sobre essas keywords, né, que você escolheu. Então não tem certo e errado. É só uma questão de como você vê cada uma delas. Então: suas três Keywords, ou algumas delas, pertencem a um grupo de palavras relacionadas entre si e que tipicamente ocorrem em conjunto em suas pesquisas, textos ou área de trabalho?*

*Francisco: A resposta é sim, você quer elaboração ou...?*

*Janaina: Então, assim, mas sim mas para todas ou algumas delas? Ou imperialism costuma vir mais com dependence? ou... como...?*

*Francisco: É, mas as qual a relação com a questão da língua? Tem relação?*

*Janaina: Agora... agora nós vamos focar nessas keywords em inglês. Então...*

*Francisco: Ah, então tá bom, então ok, entendi. É que quando você fez essas perguntas, não sabia qual é a relação com o problema da língua, do inglês como Língua Adicional, porque é... como eu disse, tem... a língua é um fator, mas também tem fatores ideológicos que se misturam em tudo isso. Então, acho que tem muito mais a ver, essas Keywords que eu coloquei têm muito mais a ver com questões ideológicas do que linguísticas, digamos, né, de Língua Adicional ou não.*

*Janaina: Ah, na verdade, essa primeira parte, né, da Educação Linguística em Inglês era mais para verificar também, na formação da sua subjetividade como falante, como usuário, né, dessa língua. E esse segundo momento, que é sobre as Keywords, aí a gente tá... minha busca é avaliar especificamente essas keywords. Então, primeiro a sua relação como pesquisador com as línguas, né, que foi o que você me disse antes, e a sua área é muito próxima, né, dessa área de línguas, então é natural que você busque explicar essas relações e a complexidade que essas relações normalmente têm. E agora eu vou focar nessas três keywords e vou fazer perguntas específicas sobre elas, mas aí você diz assim “ah, as três aparecem juntas” ou “as três costumam aparecer, ou duas delas, mas uma não aparece”, enfim sobre isso, aí seria imperialism, dependence e development.*

*Francisco: Certo, então, o termo imperialism e development, desenvolvimento, aparecem... é uma questão conjunta, certo? A questão de dependence, dependência, dependendo da teoria do imperialismo pode ou não ser... ter importância, porque tem teorias do imperialismo que não acreditam que exista... enfim, “esta dependência é coisa superada”. Mas tem assim, o problema da... a questão do desenvolvimento é um problema que aparece automaticamente com a questão do imperialismo, né. O imperialismo ou impede ou fomenta o desenvolvimento. Historicamente os debates são mais ou menos assim, né. Então o investimento externo se fomenta o desenvolvimento... [Cai a conexão de Francisco]*

*Janaina: Voltamos.*

*Francisco: Oi (risos). Desculpe acho que foi o minha, né, a minha rede ficou estranha.*

*Janaina: Eu continuei aqui.*

*Francisco: Ah tá bom então. Então, é isso, nesses termos, embora se tenha sim uma relação forte entre dependência e imperialismo, em geral nesses debates, especialmente as teorias que vêm do Norte, historicamente, têm colocado pouca ênfase na dependência e mais na relação entre imperialismo e desenvolvimento, certo? As teorias de desenvolvimento que vêm do Norte é... historicamente tem tido esse... esse problema. Tem muito mais teorias assim... muitos mais que não acreditaram, né, não acreditam que o imperialismo necessariamente cria dependência, enfim, no Norte do que no sul. Aqui, a tendência é sempre enfatizar a questão da dependência, né, na teoria do imperialismo.*

*Janaina: Então, a gente poderia dizer que, dependendo do grupo de pesquisa, as três, sim, aparecem juntas, né, e nalguns casos só a primeira e a última, que aí não traz a dependence, nesse caso.*

*Francisco: Sim, sim.*

*Janaina: Perfeito, bom, obrigada, vamos lá. E aí também: em havendo, né, qual ou quais de suas três keywords apresentam em suas áreas múltiplos significados, né, noutras situações ou na própria pesquisa, mas elas... mas elas acabam condicionadas a um significado atual dominante?*

*Francisco: Bom então as... pras três palavras-chave, por trás tem uma literatura muito grande, e disputas teóricas muito grandes, então, sim, são campos disputados, não é. Porém, sempre tem uma hegemonia, e na nossa área certamente prevalece, não é, prevalecem as tendências que vem das academias do Norte, não é, sem dúvida nenhuma, não é. Então, questões de imperialismo... por mais que a gente ache que é mais sofisticado essas coisas, prevalece sempre, não é, as coisas que vêm do Norte. Questões de desenvolvimento, né, dependência é menos porque esse termo também é muito intrínseco ao pensamento do Sul do que do Norte. Mas existem, respondendo diretamente, existe uma disputa constante sobre esses termos e diferenças teóricas, né, metodológicas, de todo tipo, mas também existe uma hegemonia, né, que ainda estrutura essa disputa entre os termos, e essa hegemonia tem caráter Norte-Sul.*

*Janaina: Certo, então, pode haver, por exemplo, se eu pegar um texto de uma... de um... até de outra área, ou de um texto de outro grupo, eu posso ter disputa sobre o significado de imperialism, cada um deles tá usando de um jeito, mas existe, no conjunto, é... uma... um traço de sentido pelo menos dois ou três traços de sentido que a gente pode dizer sempre é hegemônico e sempre vai para o mesmo...*

*Francisco: Sim.*

*Janaina: E aí as três então?*

*Francisco: Sim, sim.*

*Janaina: Perfeito. E aí.. então: em havendo, também, qual quais as suas três keywords apresentam o status de palavras ou conceitos indicativos de (aí vão ser) conceitos sociais, práticas e normas e ordens (que aí essas três palavras tão quase como sinônimos, mas só para ter ideia) ou mesmo temas específicos de estudo? Então, por exemplo..*

*Francisco: Essa pergunta não entendi muito bem.*

*Janaina: Por exemplo “ah, vou ter uma disciplina inteira sobre o imperialismo”, então é um tema específico de estudo; “vou ter uma disciplina inteira sobre dependence”, ou então é a última, que é a development, ela é uma regra, ela pode ser aplicada como uma regra. Não precisa ser todos essas, mas assim, qual e qual e em qual se encaixa um conceito social, ou alguma delas podem se encaixar.. tanto um conceito social quanto um tema específico de estudo.*

*Francisco: Acho que a todas elas podem ser um conceito social, né. Acho que as três, as três, né, podem ser.*

*Janaina: As três podem ser temas de estudo..*

*Francisco: Sim, sim, com certeza. Assim, desenvolvimento por exemplo, é um tema de estudo que pode ser feito com pouco contato da noção do imperialismo. Acho que isso, para ser mais específico, é comum, né, pode ter desenvolvimento sem... estudar desenvolvimento sem a noção de imperialismo, isso é banal, é comum, não é. É... mas estudar imperialismo sem considerar desenvolvimento é impossível, a dependência também está, mas novamente se tem uma.. é uma questão ideológica, se é um campo de estudo separado ou não, né, o quanto se devem trazer os trazer os três juntos.*

*Janaina: Certo perfeito, então. Vamos considerar que os três, de certa forma, representam conceitos sociais e até temas de estudos específicos, né... mesmo que os significados sejam ainda negociados, né.*

*Francisco: Sim.*

*Janaina: O que aí é uma pergunta também, que já era bem próxima dessas outras nesse sentido, que era: em havendo, qual ou quais de suas três keywords têm seus significados contestáveis, cujo*

*entendimento completo requeira uma análise profunda? Então [dando exemplo] eu sou de outra área, sou das Matemáticas e eu quero entender sobre imperialism (só que aí eu tô dando um exemplo, não sei se isso é real, tá) mas não vai ser suficiente para mim se eu for lá e olhar no dicionário que é esse imperialism, eu vou precisar de conhecimento, uma análise mais profunda sobre isso.*

*Francisco: Ah, sim, com certeza, com certeza, é um campo inteiro, não é, é um campo muito denso de estudos, muito denso e tem um corpo de literatura vivo, né, que vai evoluindo, se desenvolvendo, se atualizando, vai criando novas diferenças analíticas, vai assim... tem uma carga de tradição por trás, ou tradições, mas continua a evoluir esse pensamento, e não é algo que você pode simplesmente absorver, não é, todo o sentido ou significado lendo, né, um texto só ou na enciclopédia ou, não...é uma ciência por trás.*

*Janaina: Perfeito. Vamos lá, mais duas. Suas keywords... Então, [explicando] até agora eu tava perguntando sobre as suas keywords em relação aos seus significados, né, agora essas duas últimas perguntas, elas são um pouco mais filosóficas, tá? (acho que você viu, né, que eu mandei lá para você). Suas keywords estão próximas da realidade em que você vive ou que você observa? Se sim, qual ou quais?*

*Francisco: São... não é que são próximas, é que são a realidade, né, acho que é... são a maneira em que se entende a realidade, não é, como você posiciona na realidade. Então, acho que não é questão de proximidade, é questão de como chegar na realidade. Como assim, se o imperialism é um uma ferramenta analítica, não é, aí você percebe a realidade é a partir disso. Se não é para você um conceito de realidade, então é irrelevante. Mas, de fato, né, é a maneira em que se posiciona, se percebe, né, as relações em escala mundial.*

*Janaina: Então as três keywords você observa...*

*Francisco: Olha, aí, assim, sim acho que o termo maior que engloba essas outras duas, é o imperialism. Daí então, dentro disso, se você tem questões dependência e desenvolvimento, então acho que o termo maior que engloba tudo é isso, então é a realidade, não é que é próxima, né. Agora, se você acha que não existe, então, para você não tem relevância nenhuma, né, mas de fato é que você tá vivendo nela, né. A questão é de tomar consciência, né.*

*Janaina: Então você, como pesquisador, você observa, você consegue na sua realidade observar, né, mesmo que você mesmo que venha só na sua cabeça e você não fale, né. Acontece uma relação aqui e você fala: "ah, isso é imperialism", "ah isso é dependência" aí você consegue observar na sua realidade, né, são palavras, são keywords que fazem parte da sua realidade... que você vive, mesmo, né.*

*Francisco: Sim, sim.*

*Janaina: Porque você é um pesquisador, e como pesquisador, você também é um estudante, né, então...*

*Francisco: Com certeza.*

*Janaina: Então, ok. E aí então, essa última acho que é a mais profunda: em havendo, qual ou quais de suas três keywords é ou são capazes de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa? Para os estudantes ou mesmo para os pesquisadores dessa área. E aí, se sim, qual delas?*

*Francisco: Bom, acho que imperialismo e dependência captam conceitualmente as relações que existem, então para poder ter algum avanço, teria que entender essas relações. O termo desenvolvimento é... feito corretamente, enfim seria a maneira de superar, né, essas relações. Então há uma dupla função nesses conceitos: uma que percebe as contradições, os obstáculos, né, e a outra que projeta, né, uma alternativa, certo? Então essa é que é a relação entre esses conceitos.*

*Janaina: E aí como... se você observar esses conceitos como conceitos de termos de pesquisa ou termos de áreas de estudos, você acredita que eles possam gerar, nos estudantes por exemplo, uma nova realidade?*

*Francisco: Com cer... acho que sem o conceito de imperialismo não existe nova realidade, acho que sem tomar consciência da relação não existe como pensar numa outra realidade.*

*Janaina: Mas você acredita que... acha que a maioria das pessoas tenha noção, tenham ideia?*

*Francisco: Não, não.*

*Janaina: Então quando você traz essa keyword, você está propondo uma nova forma de ver algumas relações.*

*Francisco: Sim.*

*Janaina: Então ela acaba gerando uma nova realidade para esse estudante...*

*Francisco: Sim, com certeza.*

*Janaina: E os outros dois também, o dependence? A forma de ver o dependence? E o...*

*Francisco: Sim, o desenvolvimento, development. Mas como eu disse, esses outros dois termos podem ser estudados sem noção de imperialismo, ou uma noção forte de imperialismo, então trazer o imperialismo dá um o novo sentido nesse temos. Você pode ter uma dependência light, né, você pode ter, né, um desenvolvimento qualquer, mas se você se encaixa esses dois dentro de uma estrutura de imperialismo, aí você enxerga os limites, as limitações, né, as possibilidades potenciais de alternativas.*

*Janaina: Então como palavra geradora o imperialismo seria mais forte?*

*Francisco: Sim, sim.*

*Janaina: Eu vou para a gravação, se você quiser falar mais alguma coisa...*

*Francisco: Não, eu agradeço. Espero que tenha sido útil e que sua pesquisa avance. Gostaria de ver no final.*

*Janaina: Muito. Sim.*



### ENTREVISTA 3: ANDRÈS

#### **Notas:**

1. Esta entrevista foi individual;
2. Para conservar a identidade do pesquisador convidado, criei para ele um nome fictício, Andrès, bem como protegi algumas informações que lhe pudessem expor, como nome das instituições em que trabalha, estuda ou pesquisa;

*Janaina: Começamos...*

*Andrès: Ok, autorizo a gravação da minha imagem e das palavras nessa pesquisa da Doutora Janaina (risos).*

*Janaina: Muito obrigada (risos). Então, eu tenho que informá-lo de que, a qualquer momento, se qualquer das perguntas lhe forem inconvenientes, ou você não quiser responder, você pode sair a qualquer momento, pode não responder qualquer momento, tá? Fique bem à vontade. E aí, o primeiro momento da nossa pesquisa... da nossa entrevista, a gente vai falar sobre a sua Educação Linguística em Inglês, sua experiência mesmo, né, nesses primeiros momentos de aprendizagem da língua, e você também pode falar da sua língua de origem, você pode falar livremente de tudo isso, tá? E num segundo momento, eu vou trazer de volta as suas keywords, que você me mandou lá no ano passado, e vou fazer perguntas sobre elas especificamente, que aí são perguntas mais relacionados a sua pesquisa e à escolha dessas keywords, ok?*

*Andrès: Ok, combinado.*

*Janaina: Então a primeira pergunta (eu coloquei aqui ELI, né, que é Educação Linguística em Inglês) e aí se você quiser usar como Língua Estrangeira, pode usar, se você quiser usar Língua Adicional, usa... Eu uso Língua Adicional, mas fique bem à vontade, pode falar os termos que preferir.*

*Andrès: Ok.*

*Janaina: Então a primeira pergunta é sobre Educação Linguística em Inglês: como foi para você relembrar no questionário, nas perguntas anteriores, sua relação com inglês na sua área de pesquisa?" Como foi essa experiência assim?*

*Andrès: Lembrar nessas perguntas que você fez, né. Bom é... assim nessa fase da língua, né, eu acho que essas perguntas me levaram a entender três áreas ou três espaços, três momentos, um antes, um durante e depois, né. Então esse antes é... me levou a pensar sobre a minha trajetória, sim. A minha trajetória, o aprendizado de inglês, o que foi, o que comecei a estudar inglês, né, o que foi para mim estudar inglês, né. E por que o inglês é importante para a pesquisa, no momento atual, e o que que há de vir para mim, no futuro. Então foram esses três momentos, no passado, o presente, momento atual, e um de perspectiva, que eu acho que seria mais como o momento de trajetória, toda minha trajetória, o momento do meu perfil atual, seria o momento atual, e o momento da minha projeção a futuro, né, nesse processo, digamos, de evolução, né, como profissional, como professor de ensino superior. Então, eu acho que essas perguntas me levaram para a pensar nesse sentido, Janaina, assim. Era em que momento a língua, o inglês, contribuiu de tal forma para eu ter a trajetória que eu tenho hoje, né, como a língua, o inglês contribui para eu ter esse perfil hoje e como o inglês contribui para a minha projeção como profissional na área. Então, essa seria, digamos, esse foi o que despertou em mim, que lembrei nesse momento, né, a contribuição da língua, do inglês. Está bem?*

*Janaina: Todas aquelas... aquelas perguntas do primeiro questionário já suscitaram toda essa reflexão? Olha que legal!*

*Andrès: Sim, sim. Até porque, veja, a minha primeira formação foram as Letras, foi Línguas Modernas na Colômbia. Bem, acho que aqui também tem um período, um momento que era Línguas Modernas, mas quando terminei mesmo colegial, eu disse: “eu quero estudar Línguas Modernas”, sim? Porque eu queria conhecer era esse universo, o poder da língua, né, a comunicação, como é que os povos, né, durante tanto tempo assim de geração após geração, né, mantiveram seus grandes... suas conquistas e como narrava isso, né, então é... para mim isso, eu disse “não, eu quero estudar línguas”, né. Depois que estudei línguas foi que disse “agora quero estudar a política internacional e ver isso”, mas veja, o que eu trouxe de línguas foi gigantesco, foi digamos, me deu a base para eu projetar na minha formação como internacionalista agora, sim? Mas eu não, um detalhe, eu mesmo entrando na área de ciência política e relações internacionais, Janaina, eu nunca larguei a minha primeira formação, que foi a que me deu as bases. Sempre estive... ou dava aula de espanhol, ou dava aula de, por exemplo, espanhol para estrangeiros, dei aula no Brasil, eu interagia ou mantinha meu contato com o inglês, em grupos de... (como é que é?) speaking, esses grupos de interação para aprimorar o inglês, né. Então, assim, eu ia tendo assim os contatos, e também depois já como professor, começando essas viagens internacionais, ter que apresentar não sei onde... nos EUA uma pesquisa, enfim, ou na Europa. Eu começo a perceber “Poxa, que bom que eu estudei Letras, sim, que bom que eu tive essa formação”, que me deu uma competência, eu diria, uma competência linguística, sim, uma competência linguística, e uma... eu via isso como uma ferramenta que me abriu mais portas, sim? Então foi nesse sentido.*

*Janaina: Ai que bom! Ainda teve o português aí no meio, né? (risos)*

*Andrès: Português (risos). Então, porque quando eu cheguei aqui no Brasil, então as próprias pessoas falavam “ah, por que você não dá aula de espanhol para mim?”. Então, poxa, claro, eu me formei em Letras com foco em espanhol, e inglês, claro, porque lá o inglês era obrigatório, mas o foco foi espanhol. Então tive essa oportunidade, né, de interagir e passei a dar aulas também, sim? Eu ia a centros de pesquisa... centros de ensino aqui, [nome de escola de idiomas] eu acho que foi, companhias de idiomas, eu dei aula de espanhol, e como era falante nativo, então eu era muito... cotado para turmas, si, e para aulas individuais também.*

*Janaina: É... você era o desejo, né, das escolas, porque você, além da formação, você era falante nativo.*

*Andrès: Sim, modéstia à parte, sim, e eu estava bem no país, legal, sempre estive legal aqui, porque eu vim com tudo [referindo-se à documentação] né. Então, é claro, era, digamos assim, era uma oportunidade que eu não tinha como não aceitar, tinha que aceitar mesmo. Eu sentia assim que privilégio, porque eu pensava assim, Janaina, “que privilégio, poxa, estou noutra país ensinando a minha Língua Nativa, o espanhol, para falantes de língua portuguesa aqui”. Então foi muito bom, sim, foi muito bom, mas claro, aí, mas então eu sei que o inglês estava sempre presente ali, porque mesmo, é uma coisa importante, mesmo eu dando aula de espanhol nesses centros, eles faziam prova de inglês, sim? Porque, “tudo bem, você vai ser professor de espanhol, mas queremos saber também seu nível de inglês”. Então, foi bom, nesse sentido eu vejo que sim, abre portas, então eu vi como oportunidade. Então, é nesse sentido que eu falei início, não é, a minha a minha trajetória, o meu perfil e a minha a projeção, né.*

*Janaina: Certo, muito obrigada, vamos lá. Então, a outra seria: quais foram as maiores dificuldades e ou facilidades da sua trajetória em inglês (aí como língua Adicional ou Estrangeira)? Aí... onde, como, quando você aprendeu, teve contato pela primeira vez, né, se teve acesso ou se teve que estudar muito sozinho?*

*Andrès: Bom, eu acho que o mais difícil com, digamos, dentro da trajetória de inglês realmente é ter contato com a língua, praticar a língua no dia a dia, acho que isso foi o mais difícil para mim. É como um instrumento, né, quando você aprende um instrumento tem que praticar o instrumento, né, dia a dia, sim? É igual a língua, quando você aprende a língua, tem que falar a língua, tem que interagir com a língua, em todas as dimensões da língua, né, leitura, escritura, enfim. Então, acho que foi principalmente isso, esse período, digamos, em que eu me afastava um pouco da língua e não mantinha essa permanência necessária para manter mais viva a língua. É... mas o meu contato primeiro, claro, foi no colégio, já no colégio eu era um dos melhores do meu curso de inglês. Quando eu estava no Ensino Médio, era um dos melhores, e eu tirava proveito disso, né (risos), então eu lembro que fazia coisas de adolescente, né, eu aproveitava então, ah coisas de adolescente “então você me*

*ajuda nisso e eu ajudo aqui”, então a minha ferramenta era o inglês. Então, eu conseguia muitas coisas com o inglês. Mas aí, né, claro, de fato quando eu entrei na imersão total foi na universidade, né. E naquela época, se falando em anos 90, comecinho dos 90, então, as tecnologias eram um pouco limitadas, né. E daí quando chegou o boom da internet, então isso abriu outras possibilidades, porque eu conseguia interagir muito mais. E o chat, o bate-papo, isso abriu um horizonte imenso de “como é possível que você consegue escrever, falar inglês com outra pessoa que está do outro lado do mundo, que você nem vê?”. Então esse foi o momento assim impressionante, né, e uma dificuldade que a explosão tecnológica, no momento, facilitou a amenizar um pouco essa dificuldade. Assim, e eu lembro, agora lembrei, né, tem um labor... naquela época foi estabelecido... a universidade adquiriu um laboratório de idiomas, laboratório de línguas, isso para mim foi... tão impressionante porque estava falando em 1995-1996, Janaina, uma coisa assim (ou 1994, não me lembro mais), e entrar no laboratório, você... as cabines, e você ver aqueles equipamentos que você colocava assim [mostrando como se colocava o equipamento de áudio] e todas as baterias daquela época, talvez seja já muito ultrapassadas, as baterias de análises, de exercícios para praticar a fonética, eu lembro que era fantástico. E assim que a gente conseguiu... eu estudei, né, as variantes linguísticas do inglês falado na Colômbia, porque na Colômbia tem uma ilha que se fala inglês, a ilha de San Andrés, então a gente que estudava inglês, que estudava idiomas e Letras, enfim, Línguas Modernas, então era obrigado, tinha que passar pelo estudo das variantes, da variante linguística do inglês que se falava na ilha da Colômbia, de San Andrés, que fica no Caribe. Então, eu lembro que eu fiz... a gente fazia pesquisa. Nossa era tão fantástico... ir para o sistema de... tinha a antena satelital, e a gente conseguir naquela época ver as notícias da BBC e ver as notícias da CNN International, entendeu? Então, para a gente, nesse momento, isso abriu o mundo, né. Então foi acho que o mais difícil para mim, depois, foi manter esse contato, mesmo tendo essa explosão de tecnologias. Acho que falei muito (risos).*

*Janaina: Tá ótimo, não falou muito não. Adorei, vamos lá (risos).*

*Andrès: Ok (risos)*

*Janaina: Aí essa pergunta é um pouco profunda, assim, né, mas eu acho que, com tudo que você já falou, eu já entendi, né, que pra você isso é importante. Então: você entende que sua trajetória de ELI tenha sido emancipatória?*

*Andrès: Do inglês, né?*

*Janaina: Do inglês, Educação Linguística em Inglês.*

*Andrès: Olha, claro, com certeza, primeiro porque eu vejo inglês, Janaina, não como um elemento de dominação imperial de uma civilização sobre a outra, que muitas vezes alguns algumas pessoas*

da área de Política Internacional e Relações Internacionais, enfim, entendem por aí, talvez, ou não só por aí, mas outros, né. Mas eu vejo assim: o inglês é um elemento, é... uma língua, eu vejo inglês como uma língua que conecta o mundo, não vejo como uma dominação, certo? E claro, poderia ter sido outra língua que poderia ter sido globalizada, né, como outras, né, aliás, outras já foram globalizadas, né, nos seus contextos, nos seus períodos históricos, os quais tiveram a oportunidade de essa língua se emergir e dominar outras, né. Ou emergirem e passarem a ser mais standard que outras, né. Por exemplo, o grego, o latim, ou na Ásia o cantonês, entendeu? Assim, o árabe no Meio Oriente, né, mas foi a língua que correspondeu a nossa era, você vê, o inglês. No século XIX, era o francês, já do século XIX para o século XX já começa o inglês. Durante o século XX, o inglês. E no século XXI é o inglês e aparece o mandarim, né, pouco a pouco. Enfim, mas eu acho que foi a língua que correspondeu a nossa geração, a nossa era. Então, saber o inglês, sim, é emancipatório, e é assim porque, também, eu entendo que, quando você aprende uma língua, você passa a conhecer os elementos dessa cultura que fala a língua, né. Então você, por exemplo, passa a entender mais o pensamento, passa a entender mais a produção literária, passa a entender um pouco mais as questões culturais e artísticas dessa área que fala essa língua, essa área do mundo que fala essa língua. Então, quando você aprende esse idioma, então você tem uma vantagem, porque você, de fora, se aproxima dessa cultura no seu amplo espectro. Então, para mim, o aprender inglês, nesse caso, é.. para mim foi emancipador, muito! E junto com o português, aprender o português para mim preencheu esse... mais ainda, né. O que passei a entender mais esse a questão latino-americana, passei a entender mais a relação do Brasil com América Latina. E, olha, Janaina, o fato de entender inglês passo a entender também essa relação do Brasil com o mundo, Brasil e Estados Unidos, Brasil e Inglaterra. Essa relação que talvez estaria restrita só se eu conhecesse só o lado do inglês, porque o português está aqui, mas conhecendo os dois lados, das duas línguas, então complementa muito. Então, sim, é emancipador. E eu acho também que é uma vantagem quando se aprende a outra língua do... essa outra língua, né, que vocês têm vantagem com aquele que somente falam essa língua. Por exemplo, muitas pessoas, já aconteceu comigo, muitas pessoas, amigos meus, dizem, por exemplo dos Estados Unidos, da Europa, dizem “olha, vocês são... que legal, porque vocês falam a minha língua, vocês são seres superiores, porque vocês falam a minha e eu não falo a sua, então vocês compreendem... vocês são muito mais inteligentes, vocês são bem...” sabe? Como que a gente tem uma conquista, como que a gente tem um elemento a mais, a gente não percebe isso, mas muitos deles lá entendem isso, entendem que a gente é que está em vantagem. Uma vez eu estava numa reunião internacional em Londres, e aí eu tive que falar “I’m so sorry, excuse-me, my English is not so good”, aí falaram “não, o que que é isso, não” E aí eu insisti “Não, porque eu sei que tenho que... improve my English”, né, então a resposta outro foi “Não, não, I need to improve my Portuguese and my Spanish”, “I need” eram eles “I have to improve, you know”. Então veja, isso para mim foi... aí eu decidi “realmente, é emancipatório”.

Janaina: Muito bem, ótimo! Então... essa quarta pergunta, também é como... e aí é um pouco no sentido mais geral, no sentido das línguas, assim, a sua Língua Nativa, sua Língua Adicional, Estrangeira, mas nas suas temáticas de pesquisa, né: como que você vê, como você entende o papel dessas línguas que você utiliza ou no...(se você não quiser falar assim das suas especificamente)

*como você entende o papel dessas línguas? Houve um momento que você disse “Ah eu conheço novos pensamentos, né, novas formas de organização” e aí nas temáticas de pesquisa como você vê isso nas suas temáticas de pesquisa?*

*Andrès: É o papel dessas Línguas Nativas, né?*

*Janaina: Não, todas. Aí tanto a sua Nativa como as que você tem como Estrangeiras ou Adicionais.*

*Andrès: Ah, tá. É... fundamental e complementar, si? E porque, por exemplo, você... veja, você pode ler Habermas em português, né, mas se você ler Habermas em alemão, você entende o que ele quis dizer com um background um pouco mais amplo, né, as especificidades culturais e da língua, então eu acho importante. Outro caso, você pode ler é... Don Quijote de la Mancha, sim, em espanhol e depois você pode ler em português, é próximo, a tradução é uma ciência que ela aproxima, né, ao mais real possível, mas às vezes as particularidades da língua são tão específicas que não é que a outra língua não possa contemplar igual, só que escapa um pouco, né, foge um pouquinho da tradução do original. Então por isso que eu acho que, de fato, o papel dessas línguas e nas temáticas de pesquisa como tal, das nossas línguas na pesquisa é extremamente complementar. Eu já fiz várias vezes isso, eu pego por exemplo, um texto que foi traduzido, por exemplo, na área de segurança internacional, sei lá, um texto de, por exemplo (a de... deixa eu ver um ator bem conhecido, assim...) Francis Fukuyama (não sei se você conhece...), tá, então o último homem, né, que ele fala, o último homem, o fim do sistema, né. E aí você lê a tradução em português, ok, pegue a tradução em espanhol e a mesma coisa, mas quando você pega o original, então facilita bastante. Pega você como que complementa já o todo, né, o fato pelas particularidades das palavras da língua. Então eu vejo assim é extremamente complementar, né. Seria isso.*

*Janaina: Quando você... quando você pensa nas suas temáticas da pesquisa, você ainda pensa em espanhol ou você pensa em português ou em inglês?*

*Andrès: Nas temáticas da minha pesquisa eu penso em português, porque eu interajo dia a dia em português, né. E... mas, por exemplo, se eu devo colocar essa temática espanhol, também já sei quais seriam essas temáticas, em inglês também. Mas o que vem primeiro na minha cabeça é em português pela interação do dia a dia, sim?*

*Janaina: Certo. Bom então, agora eu vou colocar as suas keywords, ok?*

*Andrès: Ok.*

*Janaina: Perguntei já sobre a sua Educação Linguística (muitíssimo interessante!), e aí eu tinha perguntado, né, sobre sua grande área e sobre as keywords que você escolheu. Só confirme para mim se são essas, por favor. Relações Internacionais...(passando as Keywords no chat) Human security, nuclear disarmament e postmodern theories..*

*Andrès: Isso, postmodern theories, nuclear disarmament and human security.*

*Janaina: Eu coloco essas coisinhas [transcrições fonéticas] para eu me lembrar de sílaba tônica, de pronúncia, algumas coisas, porque essas palavras não estão no meu cotidiano, né, normalmente.*

*Andrès: Ah legal.*

*Janaina: Então vamos lá. E agora, então, eu vou perguntar sobre essas três palavras. E aí você pode falar assim “ah, uma sim, a outra não, acho que nesse caso aqui só uma, nesse caso só a outra, nesse caso todas”, né.*

*Andrès: Ok.*

*Janaina: Não tem certo e errado, tá, eu só quero só que você pense nessas keywords que você escolheu, juntas mesmo. Se você quiser separar, você pode separar. Você pode falar “essa parte sim, essa parte não”, mas pode pensar também juntos, como você me mandou, porque a keyword não é necessariamente uma palavra, ela pode ser um... cluster, né, um conjunto de palavras indicativas de alguma coisa. E vamos lá: suas três keywords, ou algumas delas, pertencem a um grupo de palavras relacionadas entre si e que tipicamente ocorrem em conjunto em suas pesquisas, textos, áreas de trabalho? E, se sim, qual ou quais, né?*

*Andrès: Ok. Eu acho que elas são bússolas para mim, né, as keywords, sim? Essas keywords, agora pensando na segurança humana, se é o resultado de um processo grande de abertura, é interdisciplinar, e aqui vem desarmamento nuclear, sim, porque veja... eu não me lembrava das minhas keywords (risos)... Interessante. Coincide, porque teorias pós-modernas, bacana. Então veja, eu entendo que [relê a pergunta] sim, elas ocorrem tipicamente. Segurança humana se relaciona com desarmamento nuclear, claro, e teorias pós-modernas pela interpretação dos processos políticos contemporâneos, não? E aí, para mim, digamos, sim, as três acontecem, elas acontecem em conjunto e elas puxam talvez outras, né. Mas, por exemplo, a segurança humana, ela é o resultado de um processo de abertura que eu adquiri na [nome da universidade] pelo grau interdisciplinar da nossa universidade. Refletindo agora, né, eu entrei mais para dar aula de Política em Segurança*



*Internacional, e dentro da Segurança Internacional, temos uma corrente que é a segurança humana. E a Segurança Internacional, como tal, ela tradicionalmente colocava o Estado como centro, o elemento para ser securitizado, sim? Então, tudo estava em volta do Estado, a prioridade era o Estado. Então, pensar, por exemplo, em segurança econômica era pensar na estrutura financeira do Estado, sim? Pensar a segurança ambiental era a pensar na forma em que o Estado poderia usufruir seus recursos naturais, sim? Quando vem a segurança humana, veja que a segurança humana diz “não, mas o importante não é o Estado, o importante são os cidadãos”. E esses são os que devem ser securitizados. Então, se vamos falar de segurança econômica, na perspectiva da segurança humana, não é o sistema financeiro dos bancos que deve ser protegida, é proteger a oferta de um trabalho digno às pessoas. Tá vindo como muda, sim? Se vai falar de segurança ambiental, na perspectiva da segurança humana, é que as pessoas tenham equilíbrio nos seus ecossistemas, e não só para enchentes, os impactos das enchentes, entendeu? Então, essas são as..., bom, então a segurança humana veio para mim, me caiu muito bem, porque eu pesquisava só a Segurança Internacional, e pela abertura interdisciplinar da universidade, eu fui pegando outras disciplinas, Meio Ambiente, Direitos Humanos, fui pegando grupos, minorias, etnias, racismo, LGBTfobia, enfim, tudo isso foi sendo discutido e caiu muito bem dentro da segurança humana. O desarmamento nuclear também, porque (é minha pesquisa de doutorado) zonas livres de armas nucleares, então é uma forma, digamos assim, superior de poder, atingir um elevado grau de desarmamento nuclear em que os países... é muito muito idealista essa perspectiva de que os países comecem a reduzir seus investimentos em armas nucleares e focarem em desenvolvimento humano. E teorias pós-modernas, porque igual a essa interação da modernidade e da interpretação de todos os fenômenos internacionais me levaram a que realmente existem teorias pós-modernas que podem contribuir para uma interpretação mais... mais atual, mais... provavelmente mais equilibrada nas análises contemporâneas dos problemas sociais, e entre eles está a questão do desarmamento nuclear. Então, foi por isso, eu acho que esse conjunto, ele cai muito bem dentro da linha de pesquisa em Segurança Internacional e segurança humana e Teoria das Relações Internacionais.*

*Janaina: Você diria, por exemplo, que o human security costuma vir mais frequentemente com o nuclear disarmament do que com o postmodern theory, por exemplo, num texto? As duas primeiras viriam mais frequentemente juntas ou não? e a terceira viria... pode vir mas também pode...*

*Andrès: Hmm, talvez, na produção como tal, pode ser que human security viria primeiro, segundo disarmament, é que depende muito do foco da pesquisa, né, mas se vamos colocar uma hierarquia, talvez sim, human security pela abrangência, nuclear disarmament segundo, e theories, post-modern, yes, viria em terceiro.*

*Janaina: Muito transdisciplinares, né, suas Keywords?*

*Andrès: Si, muito, muito, porque foi o resultado de muita... é que assim, a minha vida foi muito interdisciplinar, porque formado em Letras, passo para Ciência Política e Relações Internacionais, e depois Segurança Internacional. Então, eu fui assim, digamos que... e para mim Relações Internacionais não es um foco, não é só Economia, não é só militar, sabe? Não, é muito amplo, então para mim, eu me sinto ótimo nessa nesse oceano interdisciplinar, né, porque eu consigo navegar muito.*

*Janaina: É, eu tive... eu tive a impressão de que você, assim, talvez essas três keywords estivessem em um outro grupo, e você juntou as três e fez com que elas passassem a ser um grupo coeso e que possam aparecer juntas nas pesquisas, né. Você atuou como pesquisador ativo, né.*

*Andrès: Sim, eu posso justificar aqui uma relação entre as três, sim, perfeitamente. Claro, do ponto de vista das Relações Internacionais, né, análise internacional, posso, claro: segurança humana... desarmamento nuclear e as teorias pós-modernas, né. Os autores mais recentes, teoria crítica pós-moderna.*

*Janaina: Very nice! Muito bem. A... segunda então: em havendo, qual o quais de suas três keywords apresentam, em suas áreas ou na mesma área que seja, múltiplos significados (noutras situações ou na própria pesquisa, né) mas acabam condicionadas a um significado atual dominante? Assim, é que existam conflitos de significados nessas keywords ou já é pacificado? Pode ter alguma com conflito, outra já pacificada, enfim, como você...*

*Andrès: Eu acho é mais pacificado hoje. No começo, talvez, eu transitava muito de uma para a outra e predominava mais dependendo do contexto, mas eu acho que a que veio dar a liga, sem dúvida, foi Segurança Humana, sem dúvida.*

*Janaina: Mas assim, eu digo assim... você é... human security, o significado de human security é algo que é algo pacificado na área?*

*Andrès: Ah, não, não...*

*Janaina: Ou é algo que um autor entende por isso, outro autor entende por aquilo....?*

*Andrès: Human security é recente, vem da década de 1990, 1994. Eu digo recente porque nos estudos de política internacional, tem que passar muito tempo, 30, 40, 50 anos para poder já ter um conceito mais debatido, né. E sim, mas então na década de 90 apareceu o human security, só que*

*os estudos foram desenvolvidos em Europa, né, e depois primeiro apareceu nos Estados Unidos, no Canadá, mas se desenvolveu na Europa, depois Estados Unidos entra, e já depois chega aqui para a América Latina já, digamos, nos primeiros anos... primeira década do século XXI, 2007, 2008 já começam os debates de segurança humana aqui. E aqui, nessa década que terminou agora, foi mais robusta a produção de segurança humana, tanto que eu entrei nessa, mas é... dentro da área tem seus contraditórios, né, sobre a segurança humana, né. Aliás, a segurança humana nasce para responder ao.. para contradir a segurança internacional e a segurança abrangente. A segurança humana seria a terceira onda, porque tem uma segurança tradicional que predominou na Guerra Fria, a segurança abrangente, que é da década dos 1980, 1990, que abre em cinco dimensões, mas a segurança humana é muito mais definida. O que está contra a segurança humana é que é muito difícil, abriu muito o leque, mas com certeza a pandemia e tudo isso fortalece os estudos de segurança humana. Então, dentro da área sim, há contraditórios, claro, há contraditórios.*

*Janaina: Mas esses contraditórios acabam, por fim, seguindo uma significação dominante? Então, por fim, pelo menos alguns sentidos de segurança humana vão convergir, né, naquilo que todo mundo da sua área entende por segurança humana, pelo menos alguns significados, né, dentro...*

*Andrès: Ah sim, com certeza, assim vai ter, digamos, sim. Aliás, também cabe muito bem na interpretação das teorias pós-modernas. Aliás, a discussão da segurança humana só se dá pela abertura que o pós-modernismo traz, sim? Só é possível... então abre nessa lógica, né. Numa lógica mais tradicional, mainstream, não caberia, não caberia. Caberia um diálogo, mas não mais do que um diálogo, um debate assim aprofundado, para mainstream não, que seria o realismo, né. Mas não, aqui poderia sim ser claramente, sim, discutível, analisado, mas assim aceito, né?*

*Janaina: Então, assim, a segurança humana já foi bastante discutida e hoje esteja talvez mais próxima de estar pacificada, mas ainda é discutida na relação do seu significado?*

*Andrès: Sim.*

*Janaina: E o nuclear disarmament?*

*Andrès: O nuclear disarmament, ela seria mais do mainstream, sim, tradicional.*

*Janaina: Mais pacificado?*

*Andrès: Sim, nuclear disarmament já, digamos, foi batido o martelo, né, pronto é aquilo. Desarmamento nuclear para que os países não percam tanto dinheiro nessas armas que nem se sabe se vão usar porque, se usarem, significaria a própria morte, então, para quê? “Mas é por dissuasão.” “Ok, mas para dissuadir você não precisa de dez mil armas nucleares, porque com uma já você consegue tudo. Então por que tem que fazer dez mil?” Então, a lógica do desarmamento nuclear, até os próprios... mais radicais dizem “não, claro, está bem”. Nuclear disarmament é fato dado, né. É fato dado.*

*Janaina: E o significado dele também?*

*Andrès: Também.*

*Janaina: Não tem muita discussão sobre o que significa nuclear disarmament?*

*Andrès: Não. Essa está bem mais definida, já é um conceito monolítico, né, fechado em si. Não é o caso de segurança humana, ela é mais aberta, por isso que ela ainda está em discussão, enfim, mesmo já passando uns 20, 30 anos de debate... mas aqui na América Latina falta muito, na Europa eles estão muito mais avançados. Nós começamos a implementar, para você ter uma noção, no conflito colombiano, na pacificação da Colômbia, foram utilizados os princípios da segurança humana. E só agora ele estão se...começando a ser verificados esses acordos de paz. E o conflito... a negociação de paz foi em 2016, 2017. Então tem três aninhos, então estamos falando ali de debates, implementação de três anos do conceito de segurança humana no caso específico, que vale a pena analisar. Então, veja, das três realmente, nuclear disarmament consolidado, já, agora, segurança humana muito pelo contrário, ela está muito aberta...*

*Janaina: É... porque essas aplicações de que você fala também, elas acabam influenciando no próprio significado do termo, né? Conforme elas vão acontecendo e como é algo recente, elas acabam... às vezes pode chegar um teórico mais pra frente e falar assim “ah então não é human security que a gente tem que falar, se é isso a gente tem que falar de tal coisa” e mudar a palavra. Enfim, ou então “ah então, tudo bem, mas isso que você tá fazendo aqui não é human security, o que você tá fazendo aqui é outra coisa”. É algo mais em debate...*

*Andrès: Sim, sim, já, digamos, o debate assim é, por exemplo, a segurança humana hoje como está, então se fala mais de segurança humana integral, tá vendo? Então, alguém cunhou o conceito “não, tudo bem, segurança humana integral” entendeu?*

*Janaina: Então ela ainda está... é recente...*

*Andrès: Sim.*

*Janaina: E o postmodern theories?*

*Andrès: O postmodern theories... eu acho que teorias pós-modernas é um conceito... que o problema não é o conceito em si, se não o que contempla o conceito, né. Porque a palavra tal qual, teorias pós-modernas, mas o que entenderíamos então pelo... o que seria uma teoria pós-moderna e o que outra não moderna, e outra que mude... Aliás, esse está em debate porque se a modernidade ainda se discute (risos), então essa pós-modernidade o que é? É modernidade ou... porque eu estava me esquecendo, Janaina, eu tive até um pouco de problema de colocar postmodern theories, porque eu não sabia se eu colocava postmodern theories ou modernidade reflexiva, teoria da modernidade reflexiva, sim? Porque a modernidade reflexiva é tudo isso que estamos vendo hoje, é tudo sólido que se torna vaporoso, é isso que estamos aqui a... uma reunião presencial digital, então tudo isso que era sólido se dilui, né. Tudo isso é o “pós” da modernidade, que se propunha a modernidade, para emancipar o ser humano. Então, nesse sentido, eu tive um problema assim para definir, eu não sabia, assim, eu lembrei agora esse detalhe, se eu colocava modernidade reflexiva ou teoria pós-moderna. Eu acho que naquele momento eu optei por teoria pós-moderna porque era mais comum falar, é mais conhecida a pós-modernidade do que modernidade reflexiva. Se eu colocasse modernidade reflexiva estaria me ligando muito a uma escola do pensamento pós-moderno, né, então, à escola inglesa, né, que fala mais sobre modernidade reflexiva.*

*Janaina: Mas aí o termo então acaba sendo mais pacificado nesse sentido, né, de pós-modernidade?*

*Andrès: Sim, mais pacificado.*

*Janaina: E aí ele vai englobar outras escolas de pensamento que talvez ainda estejam em discussão como o human security?*

*Andrès: Das três, a que está mais em discussão é human security. Na minha perspectiva, human security, porque ela é muito aberta, extremamente aberta. Mas acho que a escolha pela palavra em si, pós-moderna, ela me facilitou também a harmonizar essa questão com as três, né (risos).*

*Janaina: Harmonizar as três keywords?*

*Andrès: Sim, porque pensando teoricamente (é coisa de professor dessa área) teoricamente precisava de uma palavra, Janaina, eu precisava de uma palavra de teoria, não sei por que precisei, não saberia explicar agora. Talvez eu possa dizer que era pelo fato de eu poder trazer racionalidade, uma palavra que me desse racionalidade, um construto de pensamento. Então, foi por isso que disse, é um construto de um pensamento elaborado ali, porque as outras, talvez... desarmamento nuclear seja mais uma palavra já empírica, dada, um fato. A de segurança humana interdisciplinar, mas eu precisava relacionar uma com a outra para atingir um construto teórico que era só possível através de teoria pós-moderna.*

*Janaina: Eu tinha entendido isso também, que essa última keyword era a base segundo a qual você faz as análises, né?*

*Andrès: Exatamente.*

*Janaina: Você se utiliza dessa base teórica pra fazer as análises que você propõe né, na leitura de human security e nuclear disarmament.*

*Andrès: Perfeito. Exatamente, é isso que eu faço, que a partir das teorias pós-modernas... até também pensei nas teorias críticas, sim, mas teoria crítica pra mim é mais reducionista, são poucas alter... quando eu falo teoria pós-moderna, ela me abre mais autores da sociologia que discutem, Bauman, né, que trazem mais debates sobre isso, enfim. E outros autores que falam sobre modernidade reflexiva, né, então para mim estava mais... tinha essa base, então era isso que estava atrás. É interessante, parece... fazer uma psicanálise aqui (risos).*

*Janaina: Acho que é nossa prática mesmo, de professor, organizar... até as três keywords a gente tenta organizar de um jeito que vá ficar fácil pro outro entender, né. Então é uma empatia que a gente aprende a ter, né, na relação com o estudante. Acho que é a prática mesmo de pensamento, e que acaba influenciando todo o nosso pensamento quando estamos fazendo tudo, né.*

*Andrès: Verdade. Isso é certo.*

*Janaina: Então, vamos lá, ótimo. Em havendo, qual ou quais de suas três keywords apresentam um status de palavras, ou conceitos indicativos de conceitos sociais, práticas e normas e ordens ou mesmo temas específicos de estudo? Por exemplo, “ah eu vou dar uma disciplina inteira sobre postmodern theories”. Então, sei que ficou amplo, mas aí pode me falar qual delas e onde elas se encaixariam, se se encaixariam ou não.*

*Andrès: Bom, essa é uma pergunta difícil, mas eu acho que as três, cada uma delas por si ela traz essa, digamos, cada uma delas traria essas práticas e essas normas e esses indicativos de conceitos sociais, mas, comparando uma com as outras, assim das três, talvez tenha alguma hierarquia, né, assim, por exemplo, em conceitos sociais me permitiria muito mais segurança humana, sim, claro, porque é a interação do indivíduo, né, do cidadão, interação em todas as esferas, então me permite mais. Talvez essa seria a prioridade. E quanto a normas, por incrível que pareça, desarmamento nuclear, porque temos um sistema internacional regido por protocolos, por acordos entre países para evitar a proliferação de armas nucleares, para evitar a construção de armas nucleares, para evitar que países desenvolvam tecnologias nucleares em níveis acima de 5% ou 20% que significaria o desenvolvimento de tecnologia nuclear bélica, sim. Temos acordos, temos normas, temos uma seara de regimes internacionais, então talvez, sim, quanto a norma seja isso, né. E ao mesmo tempo ele me daria, assim eu nunca ofertei uma disciplina de estudos pós-modernos, o que eu já ofertei foi teorias das RI. E eu vejo as teorias mainstream, as clássicas, as tradicionais, mas eu foco nas contemporâneas, e dentro das contemporâneas, as pós-modernas, porque são as que temos mais recentes, e os autores, quem idealizou essas teorias, a maioria deles ainda está viva, para discutir, então para pesquisar. Então, seria isso. Assim que eu tenha dado, ofertado específico curso de teorias pós-modernas, não. Mas eu dou aulas tanto na graduação quanto na pós, sobre teorias, mas mais abrangentes. Agora, sobre desarmamento nuclear, isso sim, muito curso, cursinho, muita palestra, muito seminário, isso já tenho ofertado. E segurança humana (que coisa sobre segurança humana), mais pesquisa, mais artigos.*

*Janaina: É, e você falou que segurança humana é muito forte como conceito social, né?*

*Andrès: Sim, mas sobre isso eu escrevo mais, os artigos que escrevo, as pesquisas que estou publicando, nesses dias vai sair um artigo que fala sobre a questão ambiental, enfim, e um caso que aconteceu na Austrália na década de 1970, então a gente analisou, eu e uma aluna de doutorado, ela trouxe umas teorias, eu trouxe outras e eu coloquei... pensando agora realmente, nas pesquisas, artigos, a segurança humana tá mais na liderança, né, já nos cursos e tudo isso, desarmamento, porque temos muitas regras, normas então tem que passar isso pras pessoas: “Por que um país tem tantas armas e por que o outro tanto?”, então tem acordos, ali, né, acordos balísticos, acordos de transferência de tecnologia. Enfim etc. “Por que a Coreia do Norte está testando arma nuclear?” Então você tem uma explicação, acordos enfim...ok?*

*Janaina: Perfeito, de certa forma todas acabam se colocando aqui, né?*

*Andrès: Si, acabam. Cada uma no seu próprio patamar, né, teria seu destaque.*

*Janaina: Ok. Essa daqui, a 2.4, acaba estando bastante relacionada com a segunda, né, que é: em havendo, qual ou quais de suas três keywords têm seus significados contestáveis? Mas aí, é no*



*sentido de que o entendimento, se eu sou uma pessoa de outra área e quero entender o que é post-modern theories, esse entendimento vai requerer de mim uma análise mais profunda do que ir só, por exemplo, a um dicionário e olhar, ou então só fazer essa análise pra pronúncia que eu faça. Então, eu vou precisar me aprofundar mais sobre isso pra entender.*

*Andrès: É, digamos, das três, eu acho que talvez desarmamento nuclear seja mais compreensível, né, é desarmamento nuclear, nuclear é relacionado à tecnologia nuclear, claro, então sejam os países se desarmam com relação a essas armas, né, ou renunciam a essas armas ou à tecnologia também. Então, pode ser, eu acho que essa é mais standart. Talvez exija um pouco mais segurança humana, porque talvez não se entenda quem não conhece o que seria a segurança humana. Em inglês, human security, em espanhol seguridad humana, o que seria isso? Talvez poderiam relacionar a uma questão mais social, à segurança no contexto da violência do dia a dia, assaltos, enfim, tudo aquilo, né, à violência urbana talvez esteja relacionada com isso. Mas é necessário entender que não é só isso, essa é só uma das sete dimensões da segurança humana, porque temos outras seis dimensões, né, segurança alimentar, segurança social, temos segurança econômica, entendeu? Então são várias, né. E das três, talvez a que mais exija, sim, seja teorias pós-modernas, primeiro porque “o que é isso de pós-moderno?” E mesmo assim “teoria”? Então, é necessário entender este contexto atual, e que contexto atual é esse dentro do grande episódio da humanidade em que estamos, né? Eu falava no início que o inglês entrava como uma era, né, a nossa era, né. Aqui, então, é este episódio da humanidade, é uma modernidade que vem lá com o iluminismo, e que o ser humano, quando sai desse período meio que nebuloso (mas hoje tem um revisionismo histórico dizendo que a Idade Média não foi tão escura assim, tão cega, né, teria muitas descobertas), mas quando se sai esse período e se entra na modernidade, a partir do período da ilustração, a partir do conhecimento, o enciclopedismo, reunir tudo em libros e poder divulgar, enfim. E esse conhecimento que libertaria o ser humano e o emanciparia. Essa ciência, esse conhecimento, em si, vão ser em benefício do ser humano. E aí é uma coisa importante, Janaina, por que o desarmamento nuclear? Porque a arma nuclear, quando foi utilizada lá nas duas cidades em 1945, em Japão, que não foi uma vez, foram duas vezes que foi utilizada, isso criou um choque profundo na mentalidade, na psique da humanidade, porque esse projeto da modernidade, ele se truncou aí completamente, ficou estagnado. Porque a modernidade era o conhecimento para emancipar o homem, a ciência para emancipar o homem, para seu benefício. Então, como explicar que o ser humano criou uma arma tão poderosa capaz de erradicar, de exterminar de forma maciça cidades inteiras em um segundo. Então veja “Ah mas tinha outras armas, o ser humano já tinha inventado outras armas”, sim, mas não de extermínio maciço imediato como a arma nuclear. O problema é que a arma foi usada duas vezes, então pode ser que ela seja usada de novo. Quem diz que não? A história não surpreende. Então, por isso, para mim era necessário entender esse choque da humanidade, e a arma nuclear e a humanidade, e agora as teorias pós-modernas. Tá vendo como fecha o círculo? Acho que essas três palavras, para mim, quando eu te respondi eu fiquei tão feliz, porque consegui ver minha trajetória, meu presente e minha projeção. Para mim, foi um exercício, Janaina, foi bacana, eu não tinha oportunidade de falar isso, mas para mim, escolher essas três veio muita reflexão, viu. Então, por isso que eu acho que as teorias pós-modernas, elas exigem, sim, conhecimento mais aprofundado,*

*mais da área. Até para eu poder entender isso, meu deus, eu tive que pensar, é que realmente, depois entendendo tudo isso digo “ah por isso é que eu me aproximei tanto das teorias pós-modernas” quando entendi, claro, o choque a arma nuclear deixou na humanidade e por isso que...*

*Janaina: Na modernidade, né, no que a gente entendia por modernidade, né.*

*Andrès: Sim, sim. É que acabou ali o projeto e pronto, então vamos passar isso, já não mais modernidade, então esse mundo diluído, fluxo, e aí quem vem organizar, ajudar a contribuir é a segurança humana, ela vem ajudar a organizar todos esses elementos que estão ali sendo analisados pela teoria pós-moderna. Tudo isso aqui, desarmamento, modernidade e a segurança humana vai dizer “não, mas há um leque”, e o indivíduo, então, para mim, o indivíduo agora, se existe desarmamento nuclear não é só porque os estados têm que gastar dinheiro, não, o que tem é que proteger seus cidadãos, então segurança humana, entendeu?*

*Janaina: Muito bem. Ah, muito bonito! Muito bonita essa área de pesquisa! Só mais duas, vamos lá: suas keywords estão próximas da realidade em que você vive ou que você observa? E se sim, qual ou quais delas?*

*Andrès: Ah, eu acho que elas estão muito próximas da realidade em que eu vivo, né. Pós-modernidade, veja, a questão da globalização, fluxos migratórios internacionais... Estou aqui no Brasil, quem diria, da Colômbia vim para cá, fluxo migratório. Pós-modernidade explica isso, né, as fronteiras se tornam porosas, as fronteiras dos Estados se tornam porosas, né. Já não tem mais esse controle de fluxo de pessoas. A tecnologia torna soft, torna leve o que era duro, físico, veja nós aqui conversando, veja isso, isso é pós-moderno. Então, nesse sentido, eu vejo assim que sim, elas se tornaram mais da realidade. Quando vejo nas notícias que o presidente John Biden quer revisar o acordo de proliferação nuclear e que Trump não assinou, para mim isso... veja, eu já estava pesquisando isso uns três, quatro anos atrás daqui, e eu pego o artigo que eu publiquei lá em 2016 falando disso mais ou menos, claro, não é o que aconteceu, mas falando mais ou menos do papel que deveria ser seguido para preservar esse acordo. Veja, então estou interagindo com esta realidade, está acontecendo, né. E quando eu vi, por exemplo, que a Colômbia implementou especialistas em segurança humana para estabelecer mecanismos de perdão entre os guerrilheiros e as pessoas que perderam seus parentes, porque os guerrilheiros sequestraram ou, enfim... mecanismos de perdão, e que foi implementada a segurança humana ali, eu digo, poxa, então vale a pena pesquisar segurança humana. Então, essas coisas me demonstram que sim, que essas palavras realmente estão dentro dessa realidade, as três.*

*Janaina: Quando a gente pensa em pandemia também não está relacionada à segurança humana, porque são medidas...?*

*Andrés: Completamente, porque veja, estamos nessa crise humanitária, o que a segurança humana tem a dizer, né? Então, é a segurança do ponto de vista da saúde, sim, ali está, com melhores condições de vida. E aí, como seria então a segurança humana? O auxílio emergencial é específico de segurança humana, de segurança econômica, desculpe, segurança econômica do Estado e do indivíduo, de tudo, o auxílio emergencial, né. Então estão nessa lógica para mim. Por exemplo, na pandemia, muita gente, eu ouvi muita gente “ah minha vida mudou, a pandemia... por isso ou isso”, mas a partir da segurança humana eu já entendia, digamos, essa questão, já sabia muito bem claro que isso poderia vir quando a gente analisa a segurança internacional. Então sim, Janaina, e eu lembro de minhas aulas de segurança internacional que tínhamos saúde, segurança internacional da saúde. E dentro da segurança internacional da saúde tinha essa aula, e aí eu explicava para os alunos o que poderia ser uma epidemia e o que poderia ser uma pandemia, e eu lembro que os alunos, quando começou a pandemia os alunos começavam a mandar “aí, professor, lembra das nossas aulas?”, porque eu falava “a pandemia é quando tem um foco num país determinado e esse vírus ou essa bactéria se dispersa e tem efeito global, e perante isso vêm os Estados a debater como controlar e os mecanismos”. Só que ao mesmo tempo, articular políticas é muito difícil, quem poderia nos explicar como foi isso seriam aqueles sobreviventes da gripe espanhola de cem anos atrás, mas a gente tem pouquíssimos sobreviventes e quem quer falar sobre isso? Mas eu falava isso para os alunos dentro dessa aula de segurança internacional. Então, para mim, nessa questão, enquanto produção teórica e essas palavras, keywords, realmente, a pandemia não me forçou a mudar as minhas palavras, tudo pelo contrário, ver essa reação... porque o Brasil tem um comportamento diferente de muitos outros países daqui da América Latina. O que aconteceu no sistema eleitoral brasileiro para um homem assim chegar ao poder e, sabe, levar o país a esse nível, entendeu? Teoria pós-moderna pode explicar claramente isso (risos). Não somente teoria política, pós-modernidade para envolver o indivíduo, o cidadão (risos).*

*Janaina: No sistema eleitoral e no sistema judiciário, né, o que aconteceu judicialmente aqui... midiático, né, é o quarto poder, então...*

*Andrés: Também, claro. E só isso é um exemplo, ver outros tantos, né, que a teoria pós-moderna facilita esse encaixe, né. E sabe o que eu estava pensando nesses dias, que eu disse “poxa, isso é pós-modernidade”, você lembra que lá no início da pandemia falaram “ah porque a pandemia vai incentivar agora a empatia das pessoas, colaborar uns com os outros, gestos e solidariedade”. Nossa, e começaram a chegar para mim essas correntes, né, no Face, no Whatsapp “ah, porque agora vamos sair dessa pandemia”, por algum momento eu disse “ah, sì, tomara, tomara”, mas ao longo, não se viu, qual empatia? Porque ontem de novo, 30, 50 pessoas ali reunidas, jogando jogos de bingo, entendeu, aqui em São Paulo. Porque no final de semana tanta festa no Rio de Janeiro, entendeu? Salvador, tanta festa. Aí, qual empatia? Então, isso é pós-modernidade, aí entra, o amor se esfria, as relações se esfriam, se tornam líquidas, Bauman já falava isso, né, amores líquidos, né.*

*Janaina: A modernidade líquida do Bauman, né?*

*Andrès: Isso. E como se segura água nas suas mãos? Não tem como, você precisa de uma bacia física para segurar, mas é que a modernidade é isso, acaba a bacia, não tem, mas você tem que segurar a água, como você vai fazer? Então, por isso a pós-modernidade nos confronta, nos leva a refletir sobre isso, por isso também é modernidade reflexiva, reflete e reflete no outro, as ações que você tem têm efeito no outro.*

*Janaina: Então, as três você considera que fazem parte da sua realidade, mais até do que só se observam...*

*Andrès: Completamente, no meu dia a dia. Eu vejo a cada dia notícias sobre arma nuclear no mundo. Domingo, eu vi uma notícia sobre orçamento nuclear, que o Reino Unido, em plena pandemia, não reduziu o orçamento nuclear, muito pelo contrário, aumentou porque acredita que está na hora de melhorar os submarinos nucleares que tem, então eu fiquei pensando “meu deus...”;*

*Janaina: E o Brasil priorizando compra de armas civis.*

*Andrès: É, facilitando as armas... é uma estratégia política ali, porque ele sabe que no próximo ano não seria reeleito. E para ser é preciso armar a população para a população sair e defendê-lo. Está na cara, milícias como na Venezuela, grupos paramilitares como na Colômbia. Segurança humana, tá vendo?*

*Janaina: Tempos de guerra, não?*

*Andrès: Sim. A gente fica muito nessa incerteza que a pós-modernidade nos deixa, né.*

*Janaina: Essa liquidez, essa falta de concretude.*

*Andrès: De sólido. Porque muitas vezes se criticou durante o século essa questão sólida, o físico, e quando apareceu a internet “ah porque temos que flexibilizar...” e aí já [cita o nome de alguns autores] mesmo Castells já falava “Peraí, porque aí vem um mundo digital aí que a gente não está preparado para isso tudo, vai ser extremamente vaporoso”. Tudo é vaporoso, esta conversa nossa é real, mas a interação, veja... (risos).*

*Janaina: (risos) É virtual, totalmente.*

*Andrès: Isso se torna vapor, como água fervendo, você vai pegar o vapor e não tem como, mas é legal, e por isso eu passei a me apaixonar muito pela teoria pós-moderna, porque é muita reflexão.*

*Janaina: O Boaventura é considerado pós-moderno?*

*Andrès: Sim, sim. Ele é um fantástico com a teoria pós-abismal dele, porque ele foi um dos poucos que disse “Olha, tudo bem, os que falam daqui para lá que estão do lado daqui e os que falam de lá para cá que estão do lado de lá, tudo bem, mas é que há um abismo entre a gente”. E o mais legal do Boaventura é que ele é do lado de lá, que fala do lado de cá como se fosse do lado de cá, criticando o lado de lá, né, ele vai contra isso justamente...*

*Janaina: Ele transita...*

*Andrès: Sim, e ele cunhou vários conceitos muito bacanas: “glocalização”, por exemplo, é um conceito cunhado por ele, que são manifestações locais que se tornam globais. Então, por exemplo, a festa dos mortos lá no México (não sei se você já viu) é uma cultura local que resistiu a essa força globalizadora hollywoodiana de normatizar tudo, padronizar tudo na cultura american way, né, melhor modo de vida, enfim, todas as tradições, tudo, e sobreviveu ao Halloween, por exemplo, a festa dos mortos se manteve. Aqui no Brasil, para não ir tão longe, a festa de São João é uma glocalização, é local daqui, se afirmou totalmente, mesmo com forças globalizadoras no contexto do final do século XX, começo do século XXI, mas se manteve. Então, é uma força glocalizada, se torna global, mas é localizada. O Halloween, ele é no mundo inteiro, entendeu? Se globalizou, mas essas outras tradições resistiram a essas forças globalizantes, a tendência é homogeneizar, né.*

*Janaina: É, ele fala também dessas linhas abissais e da importância da criação das epistemologias do Sul, né, pra que a gente consiga de fato se desvencilhar do Centro, né, do Norte Global, e pra que a gente comece a valorizar nossos próprios conhecimentos também, né.*

*Andrès: Isso. Bacana.*

*Janaina: Vamos lá então: em havendo, qual ou quais de suas três keywords é ou são capazes de gerar novos mundos, de pronunciar novas realidades na vida e na área de pesquisa para os estudantes ou mesmo para os pesquisadores?”*

*Andrès: Nossa, que pergunta linda! Muito bacana essa pergunta, parabéns (risos).*

*Janaina: (risos) Obrigada.*

*Andrès: Muito boa! Bem, deixe eu pensar bem, você disse gerar novos mundos, né, pronunciar novas realidades, de pesquisa, e tanto para alunos como para pesquisadores.*

*Janaina: E na vida também, né.*

*Andrès: Na vida também. Bom, eu acho que teria muito mais sentido, poderíamos pensar tanto a segurança humana como a teoria pós-moderna, elas poderiam nos dar, fornecer isso. O desarmamento nuclear teria, claro, mas eu percebo que o ativismo a favor do desarmamento nuclear tem diminuído muito, por outras causas igualmente nobres, igualmente grandiosas, igualmente importantíssimas, como o aquecimento global, como a desigualdade social, teria outras ações posteriores. Só que eu acho que, no momento em que acontecer uma crise internacional de proporções nucleares, essa temática voltaria, digamos, a ter um destaque, né. E teríamos uma militância novamente, um ativismo muito engajado, né. Então talvez das minhas três, talvez poderia dizer que, nesse sentido, segurança humana e teorias pós-modernas facilitariam, né, esses novos mundos, né, e pronunciar novas realidades, de vida, claro. Talvez com essas duas poderíamos, veja, quando apresento a meus alunos a segurança humana, eles ficam apaixonados, e aí eles começam a aplicar segurança humana na pesquisa deles e apresentam um TCC lindo, maravilhoso, terminam uma dissertação de mestrado muito bem elaborada, uma tese... tem um aluno de doutorado que eu apresentei a segurança humana e ele aprofundou e agora ele domina tanto a segurança humana que até ele faz crítica, né, ele foi além. Então eu acho que seria isso, talvez as teorias pós-modernas também, a questão é que as teorias pós-modernas exigem um pouco mais de conhecimento, né, é um pouquinho mais específico, então por aí iria. E o desarmamento nuclear talvez se acontecesse uma questão, assim, eu não torço por isso, jamais, porque por isso pesquiso desarmamento nuclear, que é justamente evitar que os países cheguem a um confronto nuclear, mas aí, acho que através do ativismo, pacifismo instrumental, que é justamente eliminar as ferramentas com as quais se faz o conflito, se faz a guerra acontecer, então poderia de alguma forma diluir essa ameaça, né. Porque sem querer, Janaina, as armas nucleares ainda são uma ameaça para a humanidade. E eu sempre ouço a metáfora da espada de Dâmocles, que é aquela que é aquela do rei Dâmocles e seu servo, e o servo sempre via o rei sentado na mesa tranquilo, né, e ele dizia "Ah, que bom ser como um rei" e o rei soube que tinha esse servo que gostaria de ser como um rei, que não tinha nenhuma preocupação, sim, aí então ele disse "Tudo bem, então eu quero que você fique um dia no meu lugar", aí o servo foi, dormiu na noite anterior e no outro dia o servo acordou, sentou na mesa e o banquete chegou para tomar café e na hora em que ele foi tomar a primeira taça com suco ele foi fazer assim [olhando pra cima] e viu que em cima dele tinha uma espada, de dois gumes, gigantesca, e que estava pendurada por um fio de cabelo, e estava apontando na cabeça do rei; quando ele viu isso ele sentiu um medo, terror e disse "O que é isso?" E aí o rei, que estava do outro lado disse "Pois é, isso é o que eu vejo todos os dias quando acordo, para resolver as coisas do dia a dia". Então, a arma*

*nuclear, ela é a espada de Dâmocles que ainda pendura na humanidade. Porque, tudo bem, já 70 anos, quase 80 anos que não foi usada a espada, né, mas ela foi usada duas vezes. E tem muitas armas sofisticadas, hoje com a tecnologia, muitas armas nucleares sofisticadíssimas. Então, esperamos que isso nunca seja usado. Estou falando isso justamente por essa questão.*

*Janaina: É, e o nuclear disarmament, ele é capaz de gerar um mundo sem armas nucleares, né, se houvesse de fato...*

*Andrès: O intuito é esse, um mundo sem armas nucleares.*

*Janaina: Muto bom! Muito obrigada, vou pedir pra você ficar mais um pouquinho e vou parar a gravação, e vou utilizar suas falas, muito bonitas, pros meus textos.*

*Andrès: Tá bom, muito obrigado. Espero que eu tenha contribuído.*

*Janaina: Muito.*

*Andrès: E agradeço o convite.*



## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO DIGITAL (PRIMEIRAS QUESTÕES DE LEVANTAMENTO DAS *KEYWORDS* DOS RESPONDENTES)

Pesquisa qualitativa do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (PPGELLI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_ foi convidado(a) a participar da pesquisa intitulada PALAVRAS-CHAVE EM LETRAMENTOS DE RESISTÊNCIA: TRANSDISCIPLINARIDADE E EMPODERAMENTO LINGÜÍSTICO, desenvolvida pela doutoranda Janaina Gonçalves, sob orientação do prof. Dr. Daniel de Mello Ferraz, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, da Universidade de São Paulo. Abaixo seguem mais detalhes sobre como esta pesquisa se desenvolverá:

### JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa etnográfica tem como justificativa a busca pelo enriquecimento nos processos de Educação Linguística (EL), a partir do reconhecimento da sala de aula de línguas como local de formação da cidadania, conscientização e empoderamento linguístico.

### OBJETIVO(S) DA PESQUISA

Os principais objetivos desta pesquisa estão relacionados à análise e ao resgate dos processos de significação de palavras-chave contemporâneas na área de Educação Linguística em Inglês (ELI), por meio do levantamento de conceitos transdisciplinares, provenientes de diversas áreas de pesquisa e seu contato com a língua inglesa.

PROCEDIMENTOS A análise qualitativa de dados será levantada a partir de questionário e de reuniões com pesquisadores de diversas áreas. As ações terão como foco o diálogo sobre termos em inglês nas áreas de conhecimento e pesquisa dos respondentes, bem como uma reflexão sobre a ELI pela perspectiva desses pesquisadores. Todos os dados serão disponibilizados para análise dos participantes antes de serem registrados no estudo e serão registrados de forma a manter sigilo acerca da identidade dos participantes. Após o registro das reuniões, gravações serão descartadas conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

### DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa deve ocorrer durante os anos de 2020 e 2021, por meio de formulário enviado ao email dos participantes e em locais a serem definidos e adaptados, quando necessário, à situação de crise sanitária e confinamento, podendo ocorrer assim de forma remota.

**RISCOS E DESCONFORTOS**

Há um risco mínimo de constrangimento ao ter as interações registradas por meio de gravações de áudio e vídeo. Tais riscos serão minimizados a partir do diálogo anterior à geração de dados, no qual as dúvidas dos participantes serão esclarecidas. Além disso, os trechos selecionados passarão por aprovação dos participantes antes de serem registrados no estudo.

**BENEFÍCIOS**

Os resultados obtidos por esse levantamento poderão contribuir para o desenvolvimento de propostas educativas linguísticas na área de ELI para jovens e adultos.

**ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA**

Todas as explicações e informações necessárias durante a pesquisa serão fornecidas presencialmente ou pelo contato da pesquisadora. A assistência imediata e integral por danos decorrentes da participação nesta pesquisa também é garantida.

**GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA** Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes da sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a) pela pesquisadora.

**GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE**

Comprometemo-nos a garantir o sigilo e a privacidade quanto à participação na pesquisa, inclusive após sua publicação.

**GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO**

Não haverá recompensa financeira por sua participação na pesquisa. Não haverá despesas decorrentes da participação na pesquisa.

**GARANTIA DE INDENIZAÇÃO**

Se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Resolução CNS 466/12.

**ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Em caso de problemas ou dúvidas sobre a pesquisa, pode-se contatar a pesquisadora Janaina Gonçalves, pelo telefone (11) 98444 7539 ou pelo email janainagofflchusp@gmail.com. Em caso de denúncia e/ou intercorrências com a pesquisa, a Comissão de Ética em Pesquisa da FFLCH deverá ser acionada pelo contato: endereço: Rua do lago, 717 - sala 112, Prédio da Administração da FFLCH, CEP 05508-080 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, Telefone: (11) 3091-4584 / 0452 / 0384, Email: cpqflch@usp.br / icfflch@usp.br

**1. Declaração sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

*\* Marcar apenas uma oval.*

Declaro que fui verbalmente informado(a) e esclarecido(a) sobre o teor do presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, como também, os meus direitos, e que voluntariamente aceito participar desta pesquisa.

2.Nome completo

\*\*Obrigatório

3. Data de nascimento \*

4.Local de residência (cidade, bairro, estado e país) \*

5.E-mail \*

6. Instituição (ou instituições) onde executa sua pesquisa \*

7. Número de telefone \*

8.Grau de escolaridade de respondentes

*\*Marcar apenas uma oval.*

pesquisa atual em curso de Mestrado

pesquisa atual em curso de doutorado

pesquisa na área de trabalho com o doutorado concluído

Outro:

9. Você poderia relatar brevemente sua grande área e sua linha de pesquisa dentro dela?

10. Como pesquisador(a) dessa linha e dessa área, você teve (ou tem) necessidade de estudar ou conhecer o inglês para desenvolver as ações abaixo (você pode escolher mais de uma opção)?

*\*Marque todas que se aplicam.*

- ❖ Preciso ler textos em inglês de pesquisadores que publicam nessa língua.
- ❖ Preciso escrever em inglês para publicar em periódicos em minha área.
- ❖ Preciso entender oralmente reportagens e canais de TV, falas de meus pares e pesquisadores em inglês.
- ❖ Preciso apresentar trabalhos orais, seminários ou palestras em inglês na minha área de pesquisa.
- ❖ Tenho pouca necessidade de conhecer o inglês na minha área de pesquisa.
- ❖ Não preciso conhecer a língua para desenvolver minha pesquisa.
- ❖ Outro:

11. Se você respondeu que teve ou tem contato com o inglês em sua linha de pesquisa, você poderia indicar 3 (três) conceitos contemporâneos em inglês que considere essenciais para um pesquisador cujo interesse seja iniciar sua pesquisa nessa linha? \*

12.O segundo momento desta pesquisa deve ocorrer em reunião com o grupo de entrevistados (presencial ou remotamente), por meio de questões elaboradas e comentários sobre suas respostas neste formulário. Caso tenha sugestões à pesquisadora, escreva abaixo, por favor. Agradeço sua participação.

**A Coleção de Teses PPGELLI – 2024,  
presentemente lançada pela Editora Timo,  
dá continuidade à publicação de pesquisas  
desenvolvidas em teses e dissertações do  
Programa de Pós-Graduação em Estudos  
Linguísticos e Literários em Inglês da  
Universidade de São Paulo.**

**A autora deste volume,  
Janáina Gonçalves,  
concluiu a tese que originou este livro junto  
ao PPGELLI no ano de 2024, sob orientação  
do Prof. Dr. Daniel de Mello Ferraz.**

